SALAZAR

1909 DISCURSOS, NOTAS, RELATÓRIOS, TESES, ARTIGOS E ENTREVISTAS 1955

ANTOLOGIA

EDITORIAL VANGUARDA
1955

EDIÇÃO COMEMORATIVA
DA VISITA
DO PRESIDENTE DOS ESTADOS
UNIDOS DO BRASIL
A PORTUGAL EM ABRIL DE 1955
E
DEDICADA
À COLÓNIA PORTUGUESA DO BRASIL
E
A TODOS OS BRASILEIROS
UNIDOS A PORTUGAL
NO MOMENTO HISTÓRICO
DO AGRAVO FEITO
À INDIA PORTUGUESA

PÓRTICO

Nesta época de superficialidades, incertezas e contradições que o mundo vive, destaca-se singularmente o pensamento de Salazar – vigoroso, firme e profundo, a traçar directrizes seguras em relação aos problemas essenciais da vida e da pessoa humana.

A ordem cronológica e a diversidade das fontes dos extractos fazem avultar a constância do pensamento de Salazar: igual em 1909 como em 1955, igual nos discursos, como nos artigos de jornal e nas entrevistas – a mesma directriz, sempre a mesma certeza... e até a mesma actualidade!

Fevereiro de 1955

MANUEL DIAS DA FONSECA

A escolha e ordenação dos textos foi confiada a Eduardo Freitas da Costa e a ilustração a D. Lucas Teixeira.



FOTO DE ANTÓNIO CASACO

O Professor Doutor
ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR
no seu gabinete de trabalho

Sumário

I

OS GRANDES PROBLEMAS NACIONAIS

II

O PROBLEMA FINANCEIRO

III

O PROBLEMA ECONÓMICO

IV

O PROBLEMA SOCIAL

V

O PROBLEMA POLÍTICO INTERNO

VI

O PROBLEMA POLÍTICO EXTERNO

I

OS GRANDES PROBLEMAS NACIONAIS

Capítulo 1.º

O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO E A REFORMA DA MENTALIDADE

1909

(«Conferência» — pronunciada no Liceu de Viseu em 1 de Dezembro e publicada no jornal «A Folha»).

Isto é uma inovação; será! Digam até, se quiserem, que é o início duma revolução, mas o início duma revolução útil como nenhuma, ao abrir caminho por onde forçosamente hão-de enveredar aqueles que tiverem nalguma conta a prosperidade deste País, que é a nossa Pátria!

... ...

Grande obra é moldar uma alma! Extraordinária obra é formar um carácter, um indivíduo — um corpo, uma inteligência e uma vontade —, como os precisa para ser grande este pobre País de Portugal!

Pobre e bem pobre! Ouve-se aí dizer a cada passo, nas ruas, nas associações, nas praças públicas, nos artigos dos jornais oposicionistas, porque para os outros isto vai sempre em mar de rosas, que Portugal está decadente, que nós caminhamos para o aniquilamento da nossa nacionalidade.

Tudo fala em desgraças. Vêem-se Jeremias demais por esse país chorando com saudades do antigo templo: mas notai, meus senhores, que esses Jeremias choram sentados: Chora-se de mais e trabalha-se de menos...

Uns atribuem a nossa decadência às crises políticas, outros ao avanço da ideia republicana, outros aos deputados, outros aos ministros, outros às influências árabes, para não irem mais longe buscar as influências célticas...

Eu também não sei qual é a causa; mas são as ideias que governam e dirigem os povos, e são os grandes homens quem tem as grandes ideias. E nós não temos homens; e não temos homens, porque os não formamos, porque não nos importaram nunca métodos de educação.

... ...

Tudo se tem reformado, menos aquilo que na realidade o devia ser primeiro — o homem.

Início de todas as reformas, era a ele que devia pensar-se em reformar primeiro, por meio duma sólida e completa educação, abrangendo o seu desenvolvimento físico, a sua formação moral e a sua cultura intelectual.

Pelo que particularmente respeita a esta, é escusado, creio, advogar a necessidade duma reforma de instrução, se bem que muitas tenhamos tido, que se tornaram inúteis, porque, visando sempre os programas, desprezaram quase em absoluto os métodos.

... ...

Não há a descobrir novos mundos, nem a guerrear estranhas nacionalidades: mas há a fazer uma obra grandiosa de paz, há a formar cidadãos tão bons portugueses do sec. XX, como outros o foram do sec. XVII.

Há necessidade dos portugueses de ontem fazerem da mocidade o glorioso Portugal de amanhã — um Portugal forte, um Portugal instruído, um Portugal moralizado, um Portugal trabalhador e progressivo!

1916

(«O Agio do Ouro», pág. 79).

Não sabemos se haverá ingenuidade em desejar moral na política e se não terá havido em qualquer nação governantes em que o carácter e a dignidade pessoal tenham julgado de seu dever entrar também na vida pública, regrando processos de administração. Não sabemos. O que sabemos é que a desordem e imoralidade políticas têm um efeito corrosivo na alma das nações. E o abastardamento do carácter nacional não pode deixar de influir no desenvolvimento e progresso dum povo, sob qualquer aspecto que o queiramos considerar.

1919

(«A minha resposta», págs. 6 e 8).

Não me desinteresso da política do meu País: ao contrário. Mas tenho a convicção de que a política por si nos não pode resolver os grandes problemas que nos assoberbam e que é um erro grave tudo esperar da sua evolução ou alteração arbitrária da sua marcha normal. Convencido de que a solução está mais em cada um de nós que na cor política dos ministros, trabalho, no que posso, em fazer dos meus discípulos *homens*, na mais alta acepção do termo, e bons portugueses como se precisam para engrandecer Portugal.

... ...

Eu estava convencido de que o problema nacional — como na França, como na Itália, como na Espanha — era um problema de educação, ou que, pelo menos, na base de todas as questões, nós íamos reencontrar uma deficiente formação do *português*, e que portanto de pouco valeria mudar governos ou regimes, se não tratássemos em primeiro lugar de mudar os homens. — Eram precisos *homens:* tornava-se mister educá-los.

1928

(«*Os problemas nacionais e a ordem da sua solução*» — *Discurso aos oficiais da Guarnição Militar de Lisboa, em 9 de Junho.* — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 10-11*).

...Represento uma política de verdade e de sinceridade, contraposta a uma política de mentira e de segredo.

Advoguei sempre que se fizesse a política da verdade, dizendo-se claramente ao povo a situação do País, para o habituar à ideia dos sacrifícios que haviam um dia de ser feitos, e tanto mais pesados quanto mais tardios.

Advoguei sempre a política do simples bom senso contra a dos grandiosos planos, tão grandiosos e tão vastos que toda a energia se gastava em admirá-los, faltando-nos as forças para a sua execução.

Advoguei sempre uma política de administração, tão clara e tão simples como a pode fazer qualquer boa dona de casa — política comezinha e modesta que consiste em se gastar bem o que se possui e não se despender mais do que os próprios recursos.

1929

(«*Política de verdade. Política de sacrifício. Política nacional*» — *Discurso pronunciado na manifestação dos municípios do País, em 21 de Outubro.* — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 23, 26 e 29*).

Num sistema de administração em que predominava a falta de sinceridade e de luz, afirmei, desde a primeira hora, que se impunha uma *política de verdade*. Num sistema de vida social em que só *direitos* competiam, sem contrapartida de *deveres*, em que comodismos e facilidades se apresentavam como a melhor regra de vida, anunciei, como condição necessária de salvamento, uma *política de sacrifício*. Num Estado que nós dividimos ou deixámos dividir em irredutibilidades e em grupos, ameaçando o sentido e a força da unidade da Nação, tenho defendido, sobre os destroços e os perigos que dali derivaram, a necessidade de uma *política nacional*.

... ...

Por defeito pronunciado da nossa educação temos pouco o sentido da objectividade, e as nossas teses são mais amiúde demonstradas com razões deduzidas pelo raciocínio que com factos tirados da realidade da vida. Há que confrontar com eles a cada passo, senão assentar neles, os nossos juízos, e pensar que a Nação, quando se lamenta de males que não existem, quando não faz uma declaração que se lhe pede e quando erra o número que se lhe exige, falta a colaborar com o seu Governo e é directamente responsável dos erros cometidos e da má administração pública.

... ...

Mas, mais importante que a actividade legislativa, é a radicada atitude de espírito de que em todo o conjunto da administração os actos, as decisões, os organismos hão-de estar em concordância com o seu fim e em equação com a realidade que aparentam. E se nos lembrarmos de que fora do Estado, mas paredes meias com ele, se desenvolve a vida económica e financeira, por cuja regularidade e perfeita correcção ao Estado incumbe olhar, vemos alargar-se o vasto campo da reforma a empreender por uma política de sinceridade e de verdade.

1930

(«Saúde financeira e doença económica», exposição feita ao jornal «Novidades», em 1 de Janeiro — **«A reorganização financeira»**, *pág. 493).*

E se com um trabalho ainda mais intenso, com uma dedicação ainda mais profunda, com um sacrifício ainda mais generoso for possível tornar Portugal mais digno, mais rico e mais amado, e mais fácil e feliz a vida para todos os portugueses, não teremos nem convertido nem desarmado um único dos inimigos desta obra de salvação nacional, mas teremos tirado deles a grande vingança, à maneira cristã.

Dilectio sola... Ia a repetir uma frase de Santo Agostinho, mas receio que o conceito seja tido como perigosa manifestação de reaccionarismo.

★

(«Princípios fundamentais da revolução política» — Discurso na Sala do Conselho de Estado, em 30 de Julho — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 93-94).*

As ideias que, no modo de ver do Governo, devem constituir as bases do futuro estatuto constitucional não são só para ser aceites pela nossa inteligência, mas para ser sentidas, vividas, executadas. Passadas para uma Constituição, não vamos julgar ter encontrado o remédio de todos os males políticos. Mortas, enterradas em textos de lei, podem ser inofensivas — o que é já uma vantagem, porque outras o não são — mas não serão eficazes. As leis, verdadeiramente, fazem-nas os homens que as executam, e acabam por ser na prática, por debaixo do véu da sua pureza abstracta, o espelho dos nossos defeitos de entendimento e dos nossos desvios de vontade.

É este o motivo por que, sempre que olho para o futuro, para a consolidação e prosseguimento do que se há feito em favor da ordem, da disciplina, da economia e do progresso do País, eu vejo nìtidamente não se estar construindo nada de sólido fora de uma revolução mental e moral nos portugueses de hoje, e de uma cuidadosa preparação das gerações de amanhã. Eu pergunto se na alma dos que dizem acompanhar-nos há o amor da Pátria até ao sacrifício, o desejo de bem servir, a vontade de obedecer — única escola para aprender a mandar —, a necessidade viva da disciplina, da ordem, da justiça, do trabalho honesto. Vê-se que não é um programa de anjos, este; são apenas requisitos indispensáveis em homens que, propondo-se salvar o País, não hão-de constituir embaraço a que ele se salve.

★

(«Duas palavras a servir de prefácio» ao volume «A reorganização financeira», págs. 7 e 8-9).

Mas não são produções de *escola* estas, são antes produções *políticas,* destinadas à inteligência do grande público, sendo necessário que, sem se diminuir em nada o rigor dos números e dos factos, a justeza dos conceitos, a lógica das deduções, tudo seja simples e transparente em tais matérias aos olhos do mais humilde cidadão. Numa obra que só se

realizou porque o País *compreendeu* e *cumpriu*, este modo de trabalhar — defeito? qualidade? — impunha-se como um factor indispensável de êxito.

Daqui vem o ar *didáctico* de muitas exposições, que alguns apelidaram indevidamente de *dogmáticas* e *doutorais*. Não deveria estranhar-se que da feição especial que a profissão marca no espírito da gente, um traço se notasse num ou noutro trabalho; mas verifico que a crítica vem apenas daqueles que eu creio estarem em muito boas condições de aprender, apesar da convicção em que se encontram de possuir toda a ciência. São maus discípulos estes, e de facto nunca os tive no meu pensamento.

... ...

Tendo estudado alguma coisa do muito que me cumpria saber, não posso usufruir sobre tantos assuntos aquela deliciosa e descansada certeza em que bastantes espíritos, porque mais sagazes ou menos exigentes, têm a felicidade de repousar. Mas, duvidando sempre da fraqueza da razão humana, também não vou ao ponto de não distinguir em muitíssimos casos a verdade do erro ou de dar a qualquer opinião, por mais absurda, o valor de contribuição valiosa para o progresso dos conhecimentos humanos ou para a boa marcha da administração pública. Existe a verdade, simplesmente custa a encontrar, como os tesouros escondidos.

Ai do homem público cujo espírito fosse presa de eterna dúvida! Se é necessária a indiferença intelectual no decorrer da investigação científica, para a acção individual ou colectiva é indispensável a certeza, ponto de apoio do mando, alicerce da decisão.

1932

*(«O Exército e a Revolução Nacional» — Discurso em 28 de Maio — «**Discursos**», Vol. I, págs. 141 e 145-146).*

Tenho, como homem de governo, na convicção de que sirvo a honra do Exército, lutado sempre por que não seja diminuída, amesquinhada, reduzida às proporções de pronunciamento militar ou de revolução partidária a intervenção da força armada, quando pretendeu assegurar o apoio necessário a uma obra que de outra forma se não poderia realizar. Tenho sustentado sempre, contra tendências várias, esboçadas aqui e

além, que não podia ser pensamento inicial do 28 de Maio, e seria em qualquer caso contrário aos deveres do Exército e ao seu prestígio, reduzir o problema português a uma arrumação de forças partidárias, substituir o governo de uma facção pelo governo de outra facção, mas que o que se pretendia era obter o estabelecimento de condições políticas, administrativas, económicas, sociais e de cultura susceptíveis de garantir, por uma verdadeira revolução, o renascimento da Nação Portuguesa.

... ...

É neste pensamento de revolução pacífica mas integral, pretendendo atingir todas as manifestações da vida portuguesa e não só a camada política — mero fruto e expoente da nossa desorganização social — que se integra o projecto de Constituição hoje apresentado ao País. Ela procura construir, sem riscos de saltos bruscos, o Estado Novo que Portugal tem de ser, encerrando a época de liberalismo individualista e fazendo predominar o equilibrado nacionalismo que se inspira no destino histórico da Nação Portuguesa e nos princípios da verdadeira ciência social. Quem toma as posições representadas por este projecto nem pretende combinações de nenhuma espécie com elementos que fiquem amarrados às antigas ideias partidárias e parlamentaristas, por mais elevada que seja a sua honorabilidade pessoal e os seus serviços passados, nem pode querer nenhuma aventura confiada à violência. Pretende reflectidamente, resolutamente, constituir em Portugal um Estado forte, com todas as garantias para os cidadãos, para a Nação e os seus elementos orgânicos, para a independência do comando que o País confie ao seu Chefe e para a eficácia do Governo livremente nomeado por ele, em atenção às necessidades da administração pública.

★

(«Pequenas e grandes interrogações», entrevista concedida a António Ferro, publicada no «Diário de Notícias» em 23 de Dezembro e recolhida no volume **«Salazar — O homem e a sua obra»**, *pág. 151).*

Dentro das raças, dentro das nacionalidades, há duas espécies de defeitos: os defeitos naturais, que podem ser combatidos mas nunca extirpados violentamente, e que nos farão sempre distinguir um latino

dum eslavo ou dum anglo-saxão, e os defeitos incrustados, os vícios adquiridos, que são vícios, sobretudo, de educação, de mentalidade. Ora se é quase inútil fazer guerra aos primeiros, porque eles têm sempre a vitória, já não é tão ideal, tão impossível, como se diz, desincrustar os últimos, liquidá-los pouco a pouco...

1933

(«Prefácio» a «Salazar — O homem e a sua obra», de António Ferro, págs. XXXII, XXXIX e XL-XLI).

Não se fecham os olhos nem à razão nem à prática; aproveita-se do que outros têm tentado e do que se viu no nosso próprio País na conturbada época que nos precedeu; mas não se garante que tudo quanto em pormenor a nova Constituição estabelece seja o melhor. Na transformação política e social a que estamos assistindo, que estamos vivendo, a preparar, num mundo em convulsões, o futuro da nossa Pátria, temos de atingir, como for possível, este dualismo difícil — estudar com dúvida e realizar com fé.

... ...

Até que ponto deve ser deixado imutável, deve ser cultivado o conceito generalizado, tradicional da vida da Nação, os seus velhos ideais patrióticos, a sua forma de compreender a vida e de actuar no mundo?

Por mim atrevo-me a dizer que estamos demasiadamente presos à memória dos nossos heróis — nunca, aliás, querida e venerada em excesso —, demasiadamente escravizados a um ideal colectivo que gira sempre à roda de glórias passadas e inigualáveis heroísmos. O nosso passado heróico pesa demais no nosso presente.

... ...

A querermos agarrar-nos às concepções dos tempos heróicos, corremos o risco de aparecermos como braços desocupados num mundo novo que nos não entende.

Eis porque uma directriz nova deve ser dada à Nação e à sua vida colectiva, aproveitando as formidáveis qualidades da raça e neutrali-

zando alguns dos seus principais defeitos. Uma mentalidade nova fará ressurgir Portugal.

★

*(«No «Vouga» — Discurso na chegada daquele navio de guerra ao Tejo, em 29 de Julho — **«Discursos»**, Vol. I, pág. 242).*

Tenho-me esforçado quanto posso por arrancar a vida nacional a preocupações mesquinhas, a pequeninas coisas sem real valor, para dar-lhe horizontes largos, dignidade, elevação, nobreza. Tenho trabalhado por substituir à tristeza da decadência, ao espírito das lutas intestinas, às guerras do «alecrim e da mangerona», o amor da terra e da gente, a alegria da vida sã, o ideal do progresso pátrio, do brio português, da grandeza da Nação. Por mais que ainda pesem nalgumas almas e na mediocridade das coisas sentimentos suicidas de derrota, é já vencido o ponto neutro das crises e sente-se por toda a parte a reacção salutar. Se algum contentamento pode dar-me este esforço, é ver que as massas profundas da Nação mantêm intacto o instinto da salvação comum, percebem por aguda intuição a malignidade dos ventos e das ideias e compreendem, pelos traços que o passado lhes vincou na alma e pelas possibilidades do presente, como é fácil construir o futuro, andar e ressurgir.

★

*(«Propaganda Nacional» — Discurso na inauguração do S. P. N., em 26 de Outubro — **«Discursos»**, Vol. I, págs. 259 e 261-262).*

Politicamente só existe o que o público sabe que existe: a ignorância das realidades, dos serviços, dos melhoramentos existentes é causa de descontentamento, de frieza nas almas, de falta de orgulho patriótico, de não haver confiança, alegria de viver. O facto tem interesse político, porque o tem no terreno da coesão, da vitalidade nacional.

Este homem vê arruinado o quilómetro de estrada que passa pela aldeia; aquele que uma vez viajou chegou com atraso de minutos à estação de destino; aquele outro soube duma criança que foi encontrada morta. O espírito de precipitada generalização levará os três observadores a decretar que as nossas estradas estão intransitáveis, os comboios não têm horários, não há no País assistência infantil.

Aquela gleba além não anda cultivada por ausência, por morte do proprietário — aventa-se que está inculta grande parte do País; é nua ainda, lavada dos temporais, a serra fronteira — e logo parece que nos últimos anos se não tem plantado uma árvore nem semeado um pinhal; fechou a escola por falta de alunos — sinal evidente de que nada se fez pela instrução. É muito difícil ver o Mundo da janela do nosso quarto.

... ...

Elevar o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que realmente é e vale, como grupo étnico, como meio cultural, como força de produção, como capacidade civilizadora, como unidade independente no concerto das nações; clamar, gritar incessantemente o que é contra o que se *diz* ser; repor constantemente as coisas no terreno nacional, referi-las sempre à Nação, que nós tomamos como a primeira realidade da nossa organização política e social, é necessidade inadiável que devia ser satisfeita, que há-de sê-lo com a colaboração dos maiores valores portugueses dispostos a trabalhar nesta cruzada, e com alegria, com sentimento, com alma. Não só com estes predicados: também com verdade e com justiça.

★

(«Educação física e desportos» — Discurso no Ministério das Finanças, em 3 de Dezembro — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 270-271).*

Obrigados a viver numa civilização que precisa de ser corrigida para não matar os homens que devia servir, que vicia o ar, cansa os sentidos, esgota os nervos, desequilibra as faculdades, força a máquina humana a exagerado rendimento psíquico, condena a uma intensidade de vida que custa a suportar, que custa a viver, nós somos simultâneamente obrigados a uma obra de defesa, a uma preparação física e moral que compense os desgastes e torne menos sensíveis aos organismos os estragos do meio.

Por falta de sincronismo entre estas medidas de defesa e a acção perturbante, devastadora, sobretudo dos grandes aglomerados urbanos, a potencialidade procriadora da raça e as suas condições de resistência física diminuem sensìvelmente.

Diminuiriam ainda que não viesse a acrescer a tudo isto o facto de em muitos indivíduos se não verificar hoje conveniente satisfação de

necessidades vitais. Fujamos à visão unilateral do problema e entendamos que é preciso, para resolvê-lo satisfatòriamente, ir do combate às doenças sociais até à protecção da mãe e da criança, desde a alta dos salários e a higiene das condições de trabalho até ao ensino do governo doméstico e à elevação da vida familiar, desde a generalização da instrução até à maior disciplina moral, desde os jogos ao ar livre até ao maior contacto com a natureza, senão mesmo ao regresso sistemático ao campo e às suas virtudes.

Que pena me faz a mim, filho do campo, criado ao murmúrio das águas de rega e à sombra dos arvoredos, que esta gente de Lisboa passe as horas e dias de repouso acotovelando-se tristemente pelas ruas estreitas, e não tenha um grande parque, sem luxo, de relvados frescos e árvores copadas, onde brinque, ria, jogue, tome o ar puro e verdadeiramente se divirta em íntimo convívio com a natureza! Que pena me faz saber aos domingos os cafés cheios de jovens, discutindo os mistérios e problemas de baixa política, e ao mesmo tempo ver deserto esse Tejo maravilhoso, sem que nele remem ou velejem, sob o céu incomparável, aos milhares, os filhos deste País de marinheiros!

Temos de reagir pela verdade da vida que é trabalho, que é sacrifício, que é luta, que é dor, mas que é também triunfo, glória, alegria, céu azul, almas lavadas e corações puros, e de dar aos portugueses, pela disciplina da cultura física, o segredo de fazer duradoura a sua mocidade em benefício de Portugal.

1934

*(«A escola, a vida e a Nação» — Discurso na inauguração da A. E. V., em 28 de Janeiro — «**Discursos**», Vol. I, págs. 302-303).*

Grandes surpresas têm causado aos profetas os acontecimentos dos últimos anos em Portugal! Quando se pensava que a Ditadura tudo esmagaria numa aventura de violência militar, vê-se o Governo quase exclusivo do professorado superior, a força a servir a justiça, a improvisação a ceder definitivamente o passo à preparação científica. Em período algum da nossa história moderna, como no que vivemos, se deu maior lugar à inteligência preparada para a acção. Nunca se havia feito tão largo apelo à técnica nas suas várias especialidades; nunca se havia

interessado tanto a arte na criação da beleza; nunca se havia feito esforço comparável ao que se faz para pôr a ciência ao serviço dos interesses nacionais, aplicar os bons métodos de investigação ao estudo dos problemas administrativos, e levar acima das paixões vulgares a exposição dos factos e das normas, e até mesmo para exprimir as coisas em língua que os portugueses pudessem ler.

Este esforço, que tende a elevar o nível do Governo e da administração pública, por um lado, e da produção económica, por outro, à maior altura intelectual e moral a que pudermos ascender, representa a primeira grande exigência do País em relação à escola. Nós não compreenderíamos — nós não poderíamos admitir — que a escola, divorciada da Nação, não estivesse ao serviço da Nação, e não compreendesse o altíssimo papel que lhe cabe nesta hora de ressurgimento, na investigação e no ensino, a educar os portugueses para bem compreenderem e bem saberem trabalhar. E é pouco ainda.

★

*(«O espírito da Revolução» — Discurso na visita oficial ao Porto, em 28 de Abril — **«Discursos»**, Vol. I, págs. 313-314, 317 e 318).*

Arredando do meu caminho, menos por virtude que por necessidade, tudo o que possa constituir satisfações do Poder, tenho procurado surpreender as terras e as coisas no desalinho da sua vida diária e fugido a vê-las envoltas em galas festivas, sempre artificiosas, mesmo quando absolutamente sinceras. Por outro lado, havendo sucedido ao tempo das promessas o tempo das realizações, ainda que se trate de obras de transcendente alcance, como a construção de casas económicas, só nos importa verdadeiramente a inauguração... do fim, porque é timbre do Governo não prometer — realizar, não começar — fazer.

... ...

Se supomos que tudo está feito ou, ao contrário, que nada se fez, não compreendemos o que se passa nem a dificuldade do que se ambiciona. Revolução tão extensa e tão profunda, ou não chega a ser nada ou se opera pela lenta absorção de princípios novos que inspiram a vida dos homens, e estará tanto mais adiantada quanto mais a sentirmos dentro de nós mesmos.

... ...

Para nós não há acusações falsas como arma política, nem factos que não sejam os verificados, nem promessas que não sejam a antecipação de propósito amadurecido e de plano seguramente realizado.

Se somos contra os abusos, as injustiças, as irregularidades da administração, o favoritismo, a desordem, a imoralidade, isto corresponde a um sério pensamento de governo e não a uma atitude política à sombra da qual cometamos os mesmos abusos e as mesmas injustiças. Ai dos que fingem abraçar estes princípios de salvação nacional, e dizem acompanhar-nos na obra revolucionária, e sabem que queremos ir ousadamente pelas reformas sociais elevando o nível económico e moral do povo, e no fundo pretendem apenas adormecer na esperança as reivindicações mais vivas e aproveitar a paz que lhes conquistámos para esquecer as exigências da justiça. Esses não são nossos, nem estão connosco.

★

(«A constituição das Câmaras na evolução da política portuguesa» — Discurso radiodifundido da União Nacional, em 9 de Dezembro — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 370-372 e 387-388).*

O emocionante caso português é no entanto redutível, pelo que toca aos princípios fecundos da transformação operada, a bem poucos elementos fundamentais: na base a segurança e a ordem pública a cargo do Exército e da demais força armada; a vida administrativa dominada pelos princípios de *concentração* e *continuidade;* no cimo uma direcção política dotada de *estabilidade* e *independência*. Eis tudo.

Determinado o problema a resolver em harmonia com critérios de política superior, a concentração exige que se congreguem elementos materiais suficientes para a sua solução integral, se possível, e o máximo de elementos humanos trabalhem subordinados a um único poder de deliberar. Se verbas dispersas são quase sempre verbas desperdiçadas, a distribuição da mesma competência por vários órgãos anula a iniciativa, quebra a responsabilidade, embaraça os serviços, inutiliza a acção. A consequência lógica do princípio ditatorial aqui aplicado é que muitos preparem, um só resolva e faça executar com meios bastantes. Por outro lado, um só problema inteiramente resolvido simplifica por si a resolução de outros; o ataque em conjunto é quase sempre inoperante.

A concentração não poderia garantir resultados úteis se o esforço não fosse dotado de continuidade: acabar o que se começa; não começar sem se estar seguro de chegar ao fim. A continuidade pode ser considerada uma espécie de concentração no tempo e no espaço, pois que exige a integração dos problemas ou das suas partes em sistema ou plano a ser executado, segundo a ordem mais racional, política, técnica ou econòmicamente. Nada mais hostil aos hábitos duma administração desregrada ou simplesmente não dirigida que o espírito de sistema; nada mais difícil de fazer adoptar que longos planos de acção que já não se prestam às improvisações, às fantasias e desejos do momento, à satisfação dos interesses mais recomendados, às iniciativas particulares dos agentes, tão apreciadas e tão agradecidas. Mas também nenhuma valorização maior dos dinheiros públicos, nenhuma defesa mais eficaz da igualdade de todos que este princípio de sistema aplicado aos problemas nacionais.

... ...

Nós temos trabalhado duramente, dias e noites, sacrificando comodidades, interesses, preferências, prazeres legítimos a este empreendimento de fortalecer, dignificar, engrandecer Portugal. Já ficaram muitos pelo caminho na luta contra as resistências que as paixões, os egoísmos, os ódios de portugueses desvairados, suscitaram contra nós, que temos procurado sanar os seus erros, passando o véu do silêncio sobre as suas responsabilidades. Uns após outros, os anos vão passando e sempre nos ombros frágeis de alguns homens a mesma cruz pesada, mas sempre também no coração o mesmo anseio, o mesmo ardor, a mesma fé a iluminar a vida, a embelezar a luta, até que outros rendam os soldados exaustos ou mortos.

Com mãos carinhosas tomámos esta pobre Nação, morta de saudades, desalentada, escarnecida, e fizemo-la reviver. Por cima da negação do que há de mais evidente e palpável na nossa obra brilhará sempre, avultará sempre o despertar da consciência nacional, o prestígio de Portugal no Mundo: por toda a parte o orgulho de ser português remoça o sangue dos portugueses de hoje e permite repousem tranquilas no túmulo as cinzas heróicas dos portugueses de ontem.

Para o conseguir, empreendemos uma revolução profunda, a que não nos habituámos ainda inteiramente, na economia e na política, nas ideias e nos costumes, nas instituições e na vida colectiva. Afirmando

com o voto a vontade inabalável de a prosseguirmos, votamos afinal, senhores, pela independência, pela integridade, pela grandeza da Pátria!

Que podemos temer? Somos mais; somos melhores.

1935

(*«Para servir de prefácio»* — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. XLIX e LIII-LIV*).

As ideias destes discursos são geralmente conhecidas: posso mesmo dizer que não são minhas, mas da colectividade, ou porque as fui beber às profundezas da consciência nacional ou porque, correspondendo ao estado de espírito do País, este as adoptou e fez suas. Todavia, a situação especial do autor pôde fazer delas não só pensamento mas acção.

... ...

Pelo pensamento, em virtude do que se acaba de dizer, pela *maneira*, em virtude do que é geralmente conhecido, estes discursos não se aproximam de quaisquer modelos do nosso recente passado político: pertencem a outra escola.

Ser desviada a política das competições e lutas partidárias devia ter só por si influência neste género de produções. Mas, se não tivesse, nem mesmo assim deixaria de imprimir-lhes nova feição o deliberado propósito de fazer arrefecer as paixões e animosidades pessoais, de tratar com objectividade os problemas, de manter na governação permanente atmosfera de dignidade e elevados sentimentos. Por este processo se tem habituado a Nação a desgostar-se das virulências e dos insultos como inestéticos e indignos da sua inteligência.

Pode supor-se que trilhar este caminho tenha sido fácil ou cómodo; nem sempre, porque o meio, ainda não purificado, tem solicitações doentias. Aos homens indignamente atacados apetece, parece até impor-se a resposta no mesmo tom, como único desagravo capaz. Não nego que fosse justiceira a réplica, mas posso negar que fosse útil. Assim se voltaria ao princípio.

Os princípios morais e patrióticos que estão na base deste movimento

reformador impõem à actividade mental e às produções da inteligência e sensibilidade dos portugueses certas limitações, e suponho deverem mesmo traçar-lhes algumas directrizes.

★

(«*Balanço da obra governativa. Problemas políticos do momento*» — *Discurso na Câmara Municipal de Lisboa, em 27 de Abril* — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 23-24, 27-28 e 29-30*).

Ao passo que a máquina administrativa se aperfeiçoava para mais e melhor rendimento em todos os ramos do serviço público, definiu-se a doutrina, formularam-se os grandes princípios da reforma constitucional e começou-se, peça por peça, a edificar o Estado Novo. A garantia suprema da estabilidade da obra empreendida estava precisamente na reforma moral, intelectual e política, sem as quais os melhoramentos materiais, o equilíbrio financeiro, a ordem administrativa ou não se podiam realizar ou não perdurariam.

O que tem sido essa obra de reeducação do País — dos indivíduos, das classes, dos organismos públicos e privados, das actividades, dos interesses e dos serviços — poucos o podem avaliar em toda a sua extensão e dificuldade, porque a muito poucos tem sido dado tocar com o dedo a realidade da nossa desordem e medir com o olhar a profundidade do abismo em que nos tínhamos despenhado.

... ...

Contràriamente a outros movimentos que nos precederam ou seguiram na Europa, nós vamos fazendo a doutrina com a Revolução: além, grupos homogéneos, perfeitamente doutrinados, ao menos nas grandes aspirações e linhas dos sistemas políticos, executam no poder o seu pensamento de Governo; aqui, o Exército, tendo falhado tudo, tomou as responsabilidades do mando e teve de esperar que o seu acto fosse compreendido e fossem precisadas na consciência pública, com a firme adesão de todas as boas vontades, as vagas aspirações que ele próprio interpretara.

Tendo-nos faltado, pela força e carácter da Revolução, os para-

digmas estrangeiros, fonte das nossas imagens e ideias em matéria política; sem podermos dispor, para as maquinações e os discursos, de governos partidários ou extrapartidários, de concentrações de partidos com larga base liberal ou conservadora, com acentuada tendência para a direita ou para a esquerda, com ou sem tréguas políticas ou parlamentares — como tudo isso nos faz hoje sorrir! — a perigosa tendência dos espíritos, desacompanhados do esteio de outra doutrina, era — e continuará a ser ainda durante algum tempo — para a reconstituição, com algumas modificações acidentais, de um passado morto. Devemos crer que o maior risco já passou e está vencida a maior dificuldade proveniente da crise ideológica.

... ...

É próprio da natureza humana apreciar mais as coisas quando não as tem ou vêm a faltar-lhe. Os melhoramentos materiais ou morais, uma vez conseguidos e passados os primeiros momentos da novidade, não pesam, em geral, muito na consciência dos indivíduos. Julgo providencial o facto na ordem política, porque evita a estagnação e constitui estímulo constante para novas ordens de realizações. Perante a alma insatisfeita do povo, os governos são obrigados, mesmo para sua defesa, a fazer cada vez mais e melhor.

A deturpação deste facto verdadeiro leva alguns a supor que os homens apreciam mais as esperanças que as realidades, e a cobrir, na hasta pública dos pretendentes políticos, cada lanço com lanço ainda maior, e tanto maior pode ser, quanto mais longe esteja a hora de ter de se cumprir. Como se a Revolução se não houvesse feito contra a política das vãs promessas e a experiência entre nós não fosse bem clara em demonstrar que o povo, acima do passageiro prazer da ilusão, aprecia a certeza de que Estado é uma «pessoa de bem»!

Não escondo nem diminuo as dificuldades desta política que não explora paixões e se dirige às qualidades mais nobres dos homens. Foi mesmo para as salientar que lhe fiz referência. Ela é, porém, imposta pelo culto da verdade, em primeiro lugar, e depois pela necessidade de não ceder a tendências ou sugestões que nos arrastariam de novo àquela feira de competições e artifícios, causa da mediocridade em tempos geralmente notada e de que a custo nos temos vindo levantando.

1937

(«Teremos um Exército — Palavras aos oficiais do Exército, nas manobras militares, em 16 de Outubro — **«Discursos»**, *Vol. II, pág. 346).*

Sou, certamente, um descontente, um insatisfeito à procura de mais e de melhor, mas não um pessimista ou descrente; uma confiança inabalável na reconstrução nacional me vem de conhecer as possibilidades da vida portuguesa e as qualidades da raça.

1938

(«Duas palavras de prefácio» a **«Discursos»**, *Vol. II, págs. IX e XXIII).*

Ambicionaria ser isento e desapaixonado, e talvez pudesse sê-lo: fujo a dobrar os factos às exigências das concepções teóricas e, vivendo embora certo número de princípios fundamentais, não sou fundador de sistemas e não faço questão pessoal de que nalgum ponto a realidade se mostre em desacordo com eles.

... ...

Com muitos outros defendo, do alto de fortalezas erguidas por gigantes em séculos de esforços, um vasto património — a unidade política e moral da Pátria e a integridade de um Império Colonial. No ardor do trabalho ou da luta, na honesta ambição do engrandecimento pátrio, parece esmagar-nos a grandeza da tarefa e muitas vezes me sucede perscrutar com os olhos as profundezas do horizonte, inquieto porque tardam a surgir dele, entusiastas e viris, mais braços e mais almas e, muitos que fossem, todos precisos para a reconquista de Portugal. Mas diante da escola nova ou remoçada «em espírito e verdade», eu espero — espero no duplo, integral sentido que a palavra tem, isto é, no tempo e na esperança: *aguardo e confio.*

★

(«...Nós somos uma força destinada a vencer»... — Alocução aos legionários, em 11 de Março — **«Discursos»**, *Vol. III, pág. 15).*

Nós não somos uma força destinada só a batalhar; nós somos uma força destinada a vencer e a manter intacta a vitória.

★

(«A educação política, garantia da continuidade revolucionária» — Discurso à União Nacional, em 22 de Março — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 27-28, 29-30 e 37-38).*

A verdade, porém, é que *politicamente* tudo o que *parece é*, quer dizer, as mentiras, as ficções, os receios, mesmo injustificados, criam estados de espírito que são *realidades políticas:* sobre elas, com elas e contra elas se tem de governar.

E uma primeira observação se me afigura de utilidade fazer: não há, em geral, coincidência entre o valor da actividade ou as realizações governativas e a atmosfera política. O inteligente esforço desenvolvido por D. Carlos e coroado de êxito, nos últimos anos do seu reinado, na política internacional não logrou desanuviar o ambiente e não retardou de uma hora o seu bárbaro assassínio. O esforço feito em 1907 pelo saneamento das finanças — sempre a máxima questão nacional — e continuado com as reformas de 1908, já no reinado de D. Manuel, não teve efeito algum sobre a consciência pública, não diminuíu a intensidade das lutas partidárias e muito menos pôde salvar a monarquia. É certo que muitos outros problemas, à espera duma solução que demasiado tardava, se encontravam na base dos descontentamentos; mas continua verdadeiro que actos da maior transcendência se podem inteiramente perder em ambientes contrários de paixão, fundada ou infundadamente criados.

... ...

Deve, em primeiro lugar, atender-se a que a execução integral dos princípios da Revolução Nacional suscita por si mesma grandes dificul-

dades: como é profunda, fere o egoísmo dos interesses criados; como tem de ser morosa, coíbe os ímpetos dos apressados e dos improvisadores; como é ampla e se estende desde os domínios do pensamento à produção e distribuição das riquezas, a todos atinge e a todos terá de descontentar.

A Revolução tem sido um esforço realizado no sentido do «alto» e do «grande», e só é preciso ser português para ter consciência do sentido heróico do nosso ressurgimento. O ambiente estrito, mesquinho, em que se debatiam as nossas mais graves e complexas questões nacionais teve de ser varrido e fortemente arejado; a discussão dos problemas, elevados sistemàticamente e por exigência dos princípios ao plano nacional, tornou-se logo incompatível com o pequeno interesse, o compadrio político, a habitual mediocridade.

Por outro lado, vencer o atraso de dezenas de anos, reconstituir a vida nacional com a modéstia exigida pelos recursos mas com a dignidade imposta pela nossa ética e pelo nosso passado, organizar o que era inorgânico ou desordenado, criar a consciência duma possibilidade de engrandecimento que, embora assente no património antigo, tem de ser construído por nossas mãos, exige tais sacrifícios, tais virtudes, tão elevada devoção, apela para sentimentos tão puros e desinteressados que, se dão grandeza à Revolução Nacional, apresentam também dificuldades enormes. É fácil dever do Governo mostrar a necessidade de sacrifícios; mas aceitar de boa vontade esses mesmos sacrifícios, chegar a amá-los é quase virtude de santos.

... ...

A minha tese de hoje é que se torna necessário intensificar a educação política do povo português para garantia da continuidade revolucionária, e que, se os princípios da Revolução Nacional, pela sua mesma elevação, constituem fonte de dificuldades, também a missão educadora é simplificada por duas ordens de factos. A primeira é a obra realizada nos doze anos escassos decorridos desde o 28 de Maio; a segunda é que o povo português apreende por intuição notável o sentido profundo da transformação que se opera e tem por natureza ou educação secular o sentido de um destino nacional que nada tem que ver com a modéstia dos seus recursos e o baixo nível da sua instrução. A Nação tem decididamente a vocação do heroísmo, do desinteresse, da acção civilizadora,

da grandeza imperial, e enternece verificar que o simples povo não a perde, mesmo quando o escol dirigente parece atraiçoá-la.

Ora ninguém desejará certamente que renasça a cada momento, entre nós, a tendência doentia para a mediocridade e se troque o sentido das grandes aspirações da Nação pelo depravado gosto de coisas mesquinhas e fúteis que não valem nos ocupemos delas. Ainda que não fossem graves, sob todos os aspectos, as condições do tempo presente, ninguém compreenderia se pudesse continuar enleado e diminuído por preocupações inconciliáveis com a grandeza da tarefa que a cada um cabe na obra do engrandecimento pátrio.

★

*(«Realizações de política interna — Problemas de política externa» — Exposição à Assembleia Nacional, em 28 de Abril — «***Discursos***», Vol. III, págs. 64-65).*

Alguns ufanam-se de sistemas políticos feitos e completos, que basta aplicar ao corpo social, são ou doente, em todas as circunstâncias de trabalho, de formação ou de cultura, em todas as raças ou latitudes. E estes, obcecados por suas doutrinas ou sonhos de gabinete, não têm de saber como são os homens ou como vivem as nações: desprendidos da vida real pelo apriorístico das suas teorias e do passado pela ambição de construir um futuro que não é dele a continuação, também não precisam de ter memória. Mas nós não estamos aí.

Com poderosas amarras a alguns princípios fundamentais que a razão esclarecida e a experiência dos séculos consagraram no exercício do Poder; servidos por aquelas luzes superiores que iluminam os fundamentos da vida social e os seus fins; vinculados à tradição e à história da Pátria portuguesa, com seu património, seus interesses materiais ou morais, sua índole e vocação no mundo, há dez, há doze anos se trabalha em tudo que não são bases ou objectivos indiscutíveis, a adaptar, a ensaiar, a experimentar cautelosamente, direi vagarosamente, processos e soluções. Obra de reintegração e de reeducação, obra em que muito há a salvar do que se perdia e muito a construir e a inovar, é forçoso a cada passo cotejar os princípios e a aplicação, as instituições e os resultados, os sacrifícios e as vantagens, as reacções individuais ou colectivas perante

as reformas que violentam os hábitos e os egoísmos; é preciso lembrar-se do que era e de como deixou de ser, do que se desejava e do que realmente foi, para se estar habilitado a manter ou a modificar, a prosseguir ou a abandonar com lealdade o caminho errado.

1939

(«A Legião — expressão da consciência moral da Nação» — Palavras aos legionários, em 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. III pág. 161).*

Embora as conclusões de passadas experiências não tenham sido favoráveis, poderíamos ainda assim tentar conseguir por outros processos as realizações e benefícios materiais que aliás incansàvelmente prosseguimos em favor da colectividade; mas em meu pensar nada disso será um bem definitivo sem a revolução moral — revolução da nossa mentalidade e dos nossos hábitos — e essa só nós a achámos necessária a ponto de a empreendermos e dela não podermos desistir. Não duvido do esforço preciso para fazer que passe do pensamento para a consciência, da consciência para a acção, como um hábito, uma forma de compreender e viver a nossa vida nacional; mas só nesse momento seremos outros e estaremos salvos.

1940

(«Fins e necessidades da propaganda política» — Discurso às Comissões da União Nacional, em 26 de Fevereiro — **«Discursos»**, *Vol. III, pág. 211).*

Temos um mandato da Nação; auscultamos sem prevenções as suas necessidades e anseios; realizamos pelo melhor meio os seus interesses superiores. No desenvolvimento de uma obra que não é ficção do nosso espírito mas realidade tangível em benefício da colectividade, e exige rasgo, decisão e urgência, não podemos ter o ar hesitante e comprometido de quem há-de a cada momento pedir licença ou pedir desculpa.

Seria não ter consciência, nem do passado nem do presente, estar

perturbado e tímido e não se apresentar diante de todos com a firmeza e a alegria de quem ajudou a salvar Portugal.

★

(«Dever militar» — Brinde, na Casa Militar de Lisboa, em 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. III, pág. 248).*

O nosso conceito de vida séria não exige o ar carrancudo, a disposição fúnebre, o espírito em luta com a tragédia. Mesmo que a vida seja dura — e é-o para toda a gente nesta hora — não se pretende senão que as coisas sérias sejam tratadas com seriedade, e mais nada. À saúde física e moral, ao pleno rendimento da máquina humana são necessários o descanso, aliás tão regrado como o trabalho, a boa disposição e, se é possível, a alegria e o riso. Sejam quais forem as dificuldades a vencer, as dúvidas acerca dos resultados, é preciso o optimismo na acção; mal se imagina como este, quando não é desprovido de senso — e então não se chama assim — multiplica a energia dos homens.

1942

(«Defesa económica — Defesa moral — Defesa política» — Ao microfone da E. N., em 25 de Junho — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 338-339).*

Consideramos como elemento de defesa moral o poder criador de um povo dentro do seu carácter e personalidade, e por isso apelamos para os investigadores, os homens de ciência ou simples estudiosos, para todos os criadores de beleza, os escritores e os artistas, os homens de iniciativa e trabalhadores de qualquer ramo de actividade: que no redobrar de esforços, exigido por esta época de ressurgimento, se não desprendam do que em nós é comandado pela natureza, ou pela história, ou pelas qualidades de inteligência e coração para, sendo do nosso tempo, sermos da nossa terra.

1943

(«*Duas palavras a servir de prefácio*» — «**Discursos**», *Vol. III, págs. XI-XII*).

Não há dúvida de que o português, transplantado, brilha entre os primeiros nas Academias e Universidades estrangeiras; vemo-lo triunfar, até sem grandes letras, inteligente e ousado, pelo Rio, por Paris ou Nova Iorque, no comércio e na indústria do grande mundo. Mesmo nas nossas colónias, desconhecido e por vezes desajudado, faz maravilhas que só podem honrar-nos. Sendo assim, nós não podemos atribuir à falta de qualidades de inteligência ou de sangue a vulgaridade corrente: temos de buscar a não floração das qualidades naturais na falta de estímulo do acanhado ambiente local.

O fenómeno é tanto mais curioso quanto flagrantemente contrasta com a nossa ancestral mania de grandezas na vida privada e com a realidade histórica que nos faz senhores de vasto Império. Creio, por isso, que a não integração efectiva da ideia imperial no conceito corrente da Nação portuguesa encurtou a este País os horizontes a que devera habituar-se e em que deve aspirar a viver.

De modo que, não sendo prudente abandonar a si mesmo o problema da estabilidade política, que neste plano é solidária da estabilidade nacional, sou levado a duas forçosas conclusões — a reforma da educação no sentido do positivo, a elevação do meio, tanto na parte material das exigências de vida, como na parte moral de ideias, aspirações, tarefas colectivas.

★

(«*Na morte de Duarte Pacheco*» — *Discurso pronunciado na Assembleia Nacional, em 25 de Novembro* — «**Discursos**», *Vol. IV, págs. 24-26*).

O sonho que sonhámos da transformação material do País, em mais dez ou quinze anos, se a situação internacional não paralisasse os nossos

esforços e o trabalho nacional, não pode já ser realizado sob o impulso do seu dinamismo, da sua intensa felicidade de criar, do seu poder de resolução, da sua vontade de aço, e não sabemos mesmo em quanto esta morte o terá prejudicado. Tinha-se bem nítida a consciência do atraso que era preciso vencer num país onde a velocidade ainda perturba e os meios são escassos para economizar anos. Mas dessa reposição de Portugal no seu tempo, sob o aspecto material das comunicações, da urbanização das cidades e vilas, da instalação e funcionamento dos serviços, da reparação do património artístico, do lar com higiene e beleza, da elevação da vida rural, esperava-se a transformação do meio e decisiva influência na nossa vida colectiva. Essa obra de optimismo transbordante, que comprovava a capacidade de realização e as possibilidades artísticas e técnicas ainda ao nosso dispor, deveria exercer influência revolucionária nas ideias feitas, na imitação servil, no acanhamento e pusilanimidade correntes, na triste conformidade do grande número — isto é, esperava-se dela poderosa acção estimulante e educativa.

Muito grande nos seus fundamentos e no seu lineamento geral, esta obra não pode, no entanto, ser acusada de excessiva e desproporcionada. Sem dúvida ela ultrapassa os hábitos e o momento, mas não excede Portugal: o Ministro tinha o raro condão de adaptar a grandeza da concepção às proporções do País. Construir para um século era a divisa, porque, paradoxalmente, uma nação modesta não pode construir só para vinte anos; a excessiva e documentada duração do provisório ensinava-nos que tudo devia ser definitivo.

1947

*(«Governo e política» — Discurso à União Nacional, em 4 de Março — «**Discursos**», Vol. IV, págs. 275-276).*

O abatimento e decadência do País, o cansaço das lutas políticas, os sucessivos movimentos que revelavam ou estado de insatisfação permanente ou desordem endémica na sociedade portuguesa, a carência da autoridade, a insuficiência da administração, a urgência de solução de muitos problemas, o apoio ostensivo da força armada, tudo se tinha con-

jugado para tornar possível e querida da generalidade dos cidadãos a acalmia, um período longo de trabalho intenso, de verdadeiro governo do país desgovernado que éramos. Daqui a actividade febril que fez desta época uma das mais férteis em realizações de toda a história portuguesa — actividade salvadora, exclusivamente prosseguida no terreno nacional, mas bastante desacompanhada de acção política correspondente à sua importância e dificuldade. Era óptimo, se os homens fossem diferentes; não o tem sido por serem como são.

E no entanto não havia dúvidas, nem ainda hoje as há, acerca da finalidade da Revolução Nacional, cujo movimento, se alguém pensou poder limitar-se a uma grande arrumação administrativa, cedo deu lugar à convicção de que esta mesma não poderia ficar assegurada sem a reforma política. E temos de confessar que, por demasiadamente absorvidos em resolver problemas, alguns dos quais foram, sem resultado, programa de todos os governos anteriores e aspiração de muitas gerações, não se deu ao trabalho de doutrinação política, de organização e formação da consciência pública aquela atenção que merecia. Posso dizê-lo, porque devo considerar-me um dos principais responsáveis.

1948

(«No encerramento da Exposição de Obras Públicas» — Discurso pronunciado em 7 de Novembro — «Discursos», Vol. IV, págs. 342-343).

Essa obra, variada e multiforme, de majestosos edifícios ou pequenas habitações graciosas, de largas estradas e caminhos rústicos, de fábricas e de igrejas, de portos e de barragens, de escolas e de hospitais, de castelos e de quartéis, não nasceu do acaso, mas do nosso próprio conceito do Governo e da sociedade portuguesa, ou seja de uma sociedade hierarquizada sem privilégios, trabalhadora sem servidão, modesta sem miséria, progressiva sem despegar-se do passado de que se orgulha, colectividade em que o povo deixou de ser tropo da literatura política e não é mesmo uma classe, porque é aos nossos olhos a própria Nação.

1950

(«Breves considerações sobre a política interna e internacional a propósito da inauguração do Estádio de Braga» — Discurso pronunciado em 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. IV, págs. 463-464).*

Aqueles de nós que têm tido a incumbência de desdobrar em actos, reformas e realizações materiais ou morais o pensamento e as aspirações do começo, podem ser responsabilizados pelas incorrecções e deficiências da obra; mas o Exército, que, à parte o seu dever de patriótica vigilância, logo se desinteressou das posições de mando para confinar-se em urgentes e delicadas tarefas da defesa pátria, ficou isento dessa contingência e só pode ser louvado por um acto que, pelo seu natural desenvolvimento, dominará política e socialmente em Portugal o nosso século e esperamos se repercutirá longamente, por muitos dos seus ideais e princípios, na história do nosso povo.

As obras materiais, imponentes e valiosas que sejam, quem quer as poderia levantar com inteligência e com dinheiro (embora longa e dolorosa experiência nos tivesse demonstrado que raro pode dispor dele quem não saiba governar-se); mas os progressos de outra ordem realizados sob o influxo das ideias mestras agitadas pela Revolução sobrelevam em meu juízo todas as mais realizações. A dignificação da vida da Nação portuguesa; a reintegração de Portugal no sentido universalista e espiritual da sua história; saber e poder reivindicar os seus direitos e determinar-se conforme os seus sentimentos e interesses; o estreitamento dos laços que prendem a família portuguesa, aqui e em todas as partes do Mundo; a preciosa liberdade de crer em Deus, educar os filhos, viver na caridade do próximo; numa palavra, o reaportuguesamento de Portugal — nada disso poderia conceber-se no estado de desagregação a que chegáramos sem que se impusesse à própria consciência do País um princípio de unidade e aos governantes uma norma de responsabilidade moral. Por menos que, hoje, em política se acredite na força dos princípios e nas regras morais, tem de concluir-se que tudo o que está feito se deve no fundo à possibilidade revolucionàriamente criada de reconstituir um ideal pátrio e obedecer a uma moral. Ai de nós se não soubéssemos as fontes donde brotam a nossa inspiração e a razão de ser da nossa vitória!

Capítulo 2.°

A RESTAURAÇÃO DAS GRANDES CERTEZAS: DEUS, A PÁTRIA, A AUTORIDADE, A FAMÍLIA, O TRABALHO

1929

(«Política de verdade. Política de sacrifício. Política nacional» — Discurso pronunciado na manifestação dos municípios do País, em 21 de Outubro — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 34-35).*

A primeira exigência da política nacional, como o primeiro dever dos governantes, é o reconhecimento, é o sentimento profundo da realidade objectiva da Nação portuguesa em toda a extensão territorial da sua Metrópole, das suas Ilhas e das suas Colónias, em todo o conjunto da sua população — uma realidade histórica e uma realidade social. Nela estão incorporados e por ela vivem os indivíduos, as famílias, os organismos privados e públicos. E na unidade resultante da sua integração e da concordância profunda dos seus interesses, ainda que às vezes aparentemente contrários, não há que separá-los ou opô-los, mas que subordinar a sua actividade ao interesse colectivo. *Nada contra a Nação, tudo pela Nação.*

Quanto mais profundo é este sentimento da realidade nacional, tanto

mais se impõe o desconhecimento das facções, dos partidos, dos grupos em que se podem encontrar acidentalmente os diferentes indivíduos. Se se desconhecem, não há política de partido, de facção, de grupo a confundir-se ou embaraçar a política nacional; e daqui resultam dois bens: para a Nação, ser o único objecto das preocupações governativas; para os governantes, a magnífica liberdade de só servir a Nação.

1930

(«Ditadura administrativa e revolução política» — Discurso na Sala do Risco do Arsenal de Marinha, em 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. I, pág. 52).*

Compreender-se-á fàcilmente que não havia maneira de lançar mãos a obra que exigia paz, ordem nas ruas, colaboração nacional, alheamento do espírito de facção senão começando por uma solução política transitória, que seria o estabelecimento da própria Ditadura. Suspendendo direitos que a Nação de facto não exercia, impondo a uns silêncio, assegurando a todos tranquilidade e segurança, a Ditadura criou à governação pública as condições necessárias do trabalho fecundo.

★

(«Princípios fundamentais da revolução política» — Discurso na Sala do Conselho de Estado, em 30 de Julho — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 77-78 e 79).*

Na nossa ordem política, a primeira realidade é a existência independente da Nação Portuguesa, com o direito de possuir fora do continente europeu, acrescendo à sua herança peninsular, por um imperativo categórico da História, pela sua acção ultramarina em descobertas e conquistas, e pela conjugação e harmonia dos esforços civilizadores das raças, o património marítimo, territorial, político e espiritual abrangido na esfera do seu domínio ou influência.

Desta forte realidade e desta primeira afirmação outras derivam imediatamente: a primeira, é que estão subordinadas aos supremos objectivos da Nação, com seus interesses próprios, todas as pessoas singulares e colectivas que são elementos constitutivos do seu organismo;

em contraposição e garantia da eficácia superior deste sacrifício, afirma-se também que a Nação não se confunde com um partido, um partido não se identifica com o Estado, o Estado não é na vida internacional um súbdito mas um colaborador associado. Em palavras mais simples: temos obrigação de sacrificar tudo por todos; não devemos sacrificar-nos todos por alguns.

... ...

Formou-se o País quase de um jacto, desde que se fez a reconquista deste canto da Península, e as nossas fronteiras, inalteráveis desde séculos, não foram fixadas a expensas de qualquer outra nação europeia. Subtrai-nos este facto às competições históricas das conquistas e desforras, permitindo se afirme mais pura a força moral da nossa independência e também da nossa expansão, desde que, firmada a base peninsular, passámos os mares para o alargamento do nosso domínio e manifestação mundial do nosso génio civilizador. Está aí, ingénita, natural, a substância deste nacionalismo, que tem de ser a alma da conservação, renascimento e progresso de Portugal.

★

(«Elogio das virtudes militares» — Discurso às forças armadas, em 30 de Dezembro — **«Discursos»**, *Vol. I, pág. 96).*

Não deixemos aviltar na mesquinhez das lutas intestinas este povo tão dócil, tão bom e sempre tão sacrificado às insuficiências e desvarios do seu escol dirigente!

Não deixemos que um povo com tão grandes possibilidades, com tão largas reservas de energia e de riqueza, com tantas qualidades de sacrifício, dedicação e patriotismo tenha o aspecto triste dos que assistem às grandes derrocadas históricas e desistem de construir o seu futuro!

Dêmos à Nação optimismo, alegria, coragem, fé nos seus destinos; retemperemos a sua alma forte ao calor dos grandes ideais, e tomemos como nosso lema esta certeza inabalável: Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera Nação.

Sê-lo-á.

1933

(«Prefácio» a «Salazar — O homem e a sua obra», de António Ferro, págs. XI e XII).

Os homens de governo, suponho eu, têm o seu sistema de ideias ou simplesmente as suas ideias, se não conseguiram ainda determinar-lhes a síntese superior. Por detrás daquelas que se desdobram em regras ou transparecem na acção, há outras, e acima destas ainda outras, três, quatro, uma dúzia, ideias mestras, ideias mães das outras ideias, atitudes do espírito — dúvidas ou certezas — respostas da inteligência, em todo o caso, às grandes interrogações da humanidade. Nunca se pôde negar que o Estado, no que tem de dinâmico, representasse uma doutrina em acção. Simplesmente aos que detinham o Poder, fizeram acreditar que não deviam tê-la, os mesmos doutrinários que sobre a fraqueza duma autoridade sem norte, pretendem estabelecer o seu poderio e operar a realização do seu pensamento de destruição e de morte. Eis porque começa já a não assustar ninguém que os homens públicos apresentem claramente os seus modos de ver, não apenas nas questões de administração corrente, suscitadas pelas necessidades do dia, mas naqueles problemas que a sociologia e a filosofia guardavam avaramente para si. Ao contrário: sente-se que, perante correntes ameaçadoras da ordem social e dos princípios básicos da nossa civilização, desenvolvendo-se em combates ferozes para a conquista e destruição do Estado, os povos já se não sentem tranquilos com governos oportunistas e contemporizadores, navegando ao sabor da maré, sem rumo definido, ainda que aparentem força; eles anseiam por uma directriz segura, por uma ideia contra outra ideia, por um sentimento contra outro sentimento, por uma doutrina, por um credo.

★

(«É esta a Revolução que esperávamos?» — Discurso no 7.º aniversário do 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 222-223).*

Mas é esta a revolução que esperávamos, ou havemos de aguardar outra? Há ainda miséria na terra, há ainda injustiça entre os homens, há ainda deficiências, atritos, desarmonias e intranquilidade... — Sem dúvida, porque nem tudo o que se há-de fazer está feito, nem podia

tê-lo sido sobre as ruínas materiais e morais dum povo que perdera a alegria de viver e parecia a muitos não ter mesmo já possibilidade de salvar-se. O que importa, porém, é verificar se os princípios postos podem ser como o fermento que faz levedar toda a massa; se este arbusto ainda frágil do bom nacionalismo português, que temos vigiado e defendido com amor, pode transformar-se na árvore frondosa que venha a abrigar Portugal inteiro. O que importa é saber se a organização política que nos é necessária e conveniente se pode desentranhar íntegra dos três ou quatro grandes princípios da nossa Constituição: governo forte, limitado pelo direito e pela justiça; organização corporativa da sociedade portuguesa; unidade nacional; subordinação de todos os interesses individuais ao bem comum, ao interesse da Pátria. O que importa é saber se sim ou não está contida nos princípios consagrados pelo estatuto constitucional uma organização económica equilibrada e equitativa que nos garanta trabalho, a satisfação de necessidades razoáveis, a paz entre todos os elementos da produção. A mim se me afigura que sim, e que basta desenvolvê-los com fidelidade, aplicá-los com critério, propagá-los, vivê-los e fazê-los viver para vermos uma revolução que se efectiva sem catástrofes e um povo que progride sem convulsões, salvando a sua história, o seu carácter, a alma da sua civilização.

1934

(«A Escola, a vida e a Nação» — Discurso na inauguração da A. E. V., em 28 de Janeiro — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 307-308 e 309).*

O filosofismo começara abalando nas inteligências a adesão às verdades eternas e corroendo nos espíritos as grandes certezas. A certa altura da obra destruidora viu-se, com pânico, que nada se havia substituído a estes marcos miliários de que as almas se servem para se guiarem na vida. Negou-se Deus, a certeza, a verdade, a justiça, a moral, em nome do materialismo, do cepticismo, do pragmatismo, do epicurismo, de mil sistemas confusos, em que o vácuo foi preenchido com dificuldades. Mas a negação, a indiferença, a dúvida não podem ser fontes de acção e a vida é acção.

Quando a guerra surgiu, fazia-se sentir no campo da inteligência a reacção espiritualista, operando com cuidado a revisão das ideias e o

registo dos estragos. Alguns conceitos fundamentais da organização política e social tinham ficado abalados, mas conservavam-se de pé: o conceito de pátria, de propriedade, de família, de humanidade, de virtude, de pudor tinham escapado às novas invasões. A luta armada, as crises económicas e políticas, os acontecimentos sociais, que em extensão e profundidade nunca vistas assolaram a Europa e o Mundo, deram novo aspecto ao problema e geraram o comunismo.

... ...

Por mais longe que vá a nossa tolerância perante as divergências doutrinais que em muitos pontos dividem os homens, nós somos obrigados a dizer que não reconhecemos liberdade contra a Nação, contra o bem comum, contra a família, contra a moral. Queremos, pelo contrário, que a família e a escola imprimam nas almas em formação, de modo que não mais se apaguem, aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização e profundo amor à sua Pátria, como o dos que a fizeram e pelos séculos fora a engrandeceram.

★

(«O espírito da revolução» — Discurso pronunciado no Porto, em 28 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. I, pág. 327).*

Por alto desígnio da Providência que rege o mundo, Portugal não precisa hoje de guerras, usurpações ou conquistas, e está fora do domínio das competições internacionais. Para a sua existência equilibrada e segura, em convívio amigável com os outros Estados, precisa apenas de dar novo vigor às ideias e instituições que estão nos seus alicerces antigos. Eis o que a revolução se propõe.

1935

(«Funções e qualidades do Chefe do Estado» — Discurso radiodifundido da União Nacional, em 10 de Fevereiro — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 4-5).*

Esse sentimento vivo da Nação que, em obediência aos fins superiores da colectividade, se opõe, e posterga, e domina o indivíduo e os seus

interesses transitórios, o grupo e as suas tendências particularistas, o partido e as suas solidariedades, aviventámo-lo na consciência do povo, onde se estiolava, mas felizmente não chegara a morrer, e impusémo-lo na política onde os homens o tinham inteiramente sacrificado às suas paixões partidárias. Ao lado desta consciência nacional advogámos a consciência do dever e do sacrifício, da justiça e da caridade, no exercício da função governativa, como clara afirmação de que a moral deve informar toda a acção humana, tanto mais intensamente quanto maior é a sua influência ou projecção na vida social e quanto mais numerosos são os laços que prendem o agente aos outros homens. Nós podemos culpar o Estado que nos precedeu de dois crimes graves — obliterar nas consciências o sentimento nacional; separar da função de governo a política, e de uma e de outra a moral: ficou-se, em tais circunstâncias, sem norte e sem limitações a todos os desregramentos da vontade.

A pouco e pouco nos vamos curando desses males; com dificuldades sem conta, a lutar incessantemente contra más tendências e maus hábitos, temos insistido em que se dispa definitivamente o *homem velho* e procurado construir uma ordem política e social que não seja de si mesma incitamento à expansão dos defeitos e das paixões vis, mas à máxima utilização das qualidades dos portugueses.

À medida que se foi conseguindo fazer penetrar deste sentido do *interesse comum* a actividade política e administrativa, e à medida que uma alta consciência moral foi informando igualmente uma e outra — e está longe a perfeita consecução do nosso objectivo — todos puderam ver que a vida pública se elevava em dignidade e que o respeito pelas altas funções do Estado não era senão a contrapartida da noção das responsabilidades por parte de quem as exercia.

1936

(«As grandes certezas da Revolução Nacional» — Discurso pronunciado em Braga, no 10.º aniversário do 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 128-129, 130 e 137-139).*

Nem divisões, nem ódios, nem lutas, nem particularismos de pessoas ou de grupos, nem programas vazios de sentido ou destituídos de possibilidades práticas, nem reformas constitucionais, nem mesmo mudan-

ças de regimes políticos: todo o receituário aconselhado ou imposto obraria quando muito à superfície e deixaria no fundo intactas as causas da nossa enfermidade. Na desordem política e social que era um pouco a a de toda a parte, e entre nós minava a coesão dos portugueses e submergia a consciência nacional, quer dizer a essência e a razão de ser da Nação, mudar os homens, substituir os partidos, experimentar sistemas já experimentados e já falidos, seria inútil para o futuro de Portugal. Na anarquia mental e moral do século a que aderíramos, criticando, negando, demolindo juntamente com os desfeamentos do tempo as paredes-mestras das instituições sociais, invertendo as escalas dos valores humanos para apresentar novidades de doutrina, seria igualmente inútil toda a revolução que não partisse desta base: o que importava era deixar de ser tudo movediço ou arbitrário e definir e assentar os pontos firmes sobre que edificar o futuro; o que importava era reconstruir o sentido perdido da vida humana e fazê-lo penetrar na família e na sociedade, na organização política, no funcionamento da administração, na economia particular e pública, na formação moral dos homens.

Sem qualquer pensamento reservado, sem qualquer intento de ordem prática imediata, entre as quatro paredes nuas duma igreja profanada, estas ideias simples foram lançadas ao vento e, mistérios da Providência!, só agora se sabe, para não serem perdidas.

... ...

Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.

... ...

Portugal, Portugal sem mais nada — curso de bacharel ou diploma de emprego público — pouco podia entender das muitas teorias políticas e sociais que aspiravam a partilhar-se o mando, nem do alcance das mudanças governamentais ou administrativas em que aliás se lhe afirmava ter intervenção decisiva. Mas cada qual sentia que de desordem em desordem, tudo se afundava, e via nìtidamente isto: a mulher e os filhos, a velha casa, o trabalho diário, o campo, a horta, o pinhal. Estes já foram dos pais, já foram dos avós e mesmo de outros avós pelos

séculos dentro. Uns após outros desbravaram as terras, cultivaram a vinha e o milho, criaram os filhos, sofreram. A vida é áspera, há desgostos, angústias, privações, injustiças que parece ninguém pode reparar. Um ambiente de carinho, porém, envolve o lar e uma luz superior ilumina a existência: a velha igreja e o seu adro foram feitos a expensas de todos os vizinhos, com esmolas e trabalho; o cemitério também. Numa parte e noutra há verdadeiramente o suor do rosto, a preocupação do viver, a tradição do sangue, o património moral.

Do fundo das consciências claramente surgem estes imperativos: o trabalho na vida, a propriedade na terra, a virtude na família, a esperança nas almas.

Para além das várzeas e dos montes há outras várzeas e outros montes, onde vivem e trabalham homens da mesma raça, parentes próximos ou remotos, que falam a mesma língua, têm os mesmos sentimentos. Como quem desbrava o campo para cultivar e levanta as paredes duma casa para nela viver, há muitos séculos grandes chefes traçaram com a espada os limites e disseram: aqui se vai edificar a casa lusitana. Outros a alargaram depois. A este ideal de construir o lar pátrio, sem ingerência, ou mando, ou exploração de estranhos, sacrificaram-se fazendas e vidas que todavia se não perderam: entraram no património comum e custa a crer que tudo fosse cegueira, loucura ou inutilidade.

Mas o homem na vida doméstica, no trabalho, na Nação, é obrigado a organizar a sua ordem. Devido ao desequilíbrio do espírito humano, a ordem não é espontânea: é preciso que alguém mande em benefício de todos e que se procure para mandar quem possa mandar melhor.

E surgem outros imperativos: no Mundo, sem ódios, a Pátria; no Estado, com justiça, a autoridade.

Nada valem filosofias e filósofos ou sonhos de sonhadores contra estas realidades.

★

(«Sempre o mesmo milagre» — Discurso pronunciado na Batalha, em 14 de Agosto — «Discursos», Vol. II, págs. 178-179).

Nós somos filhos e agentes duma civilização milenária que tem vindo a elevar e converter os povos a concepção superior da própria

vida, a fazer homens pelo domínio do espírito sobre a matéria, pelo domínio da razão sobre os instintos. Eu não desejaria, por isso, que nesta romagem, para exaltação do sentimento da independência nacional, deixassem de ser considerados aqueloutros elementos humanos e sobre-humanos com os quais podem e devem coexistir as pátrias e em cujo ambiente e defesa há-de florescer o nosso nacionalismo. São lutas de civilização — tantos cegos o não vêem! — são lutas de civilização aquelas a que assistimos, e é verdade que entra pelos olhos estar a medir-se hoje a vitalidade dos povos pela soma de energias trazidas a este gigantesco debate.

A nossa causa nem se nos pode perguntar qual seja — ela resulta da história e da nossa formação moral; a parte que nela tomam os portugueses há-de aferir-se pelo inteiro sacrifício da vida e da fortuna pelo que para nós excede em valor a fortuna e a vida.

1937

(«A Embaixada da colónia portuguesa no Brasil e a nossa política externa» — Discurso em 15 de Abril — «Discursos», Vol. II, págs. 276-277 e 278).

Não nos seduz nem satisfaz a riqueza, nem o luxo da técnica, nem a aparelhagem que diminua o homem, nem o delírio da mecânica, nem o colossal, o imenso, o único, a força bruta, se a asa do espírito os não toca e submete ao serviço de uma vida cada vez mais bela, mais elevada e nobre. Sem nos distrair da actividade que a todos proporcione maior porção de bens e com eles mais conforto material, o ideal é fugir ao materialismo do tempo: levar a ser mais fecundo o campo, sem emudecer nele as alegres canções das raparigas; tecer o algodão ou a lã no mais moderno tear, sem entrelaçar no fio o ódio de classe nem expulsar da oficina ou da fábrica o nosso velho espírito patriarcal.

Duma civilização que regressa cientificamente à selva separa-nos sem remissão o espiritualismo — fonte, alma, vida da nossa História. Fugimos a alimentar os pobres de ilusões, mas queremos a todo o transe preservar da onda que cresce no Mundo a simplicidade de vida, a pureza dos costumes, a doçura dos sentimentos, o equilíbrio das relações sociais, esse ar familiar, modesto mas digno da vida portuguesa — e, através dessas conquistas ou reconquistas das nossas tradições, a paz social.

... ...

Não menosprezamos, pois, a força da força, mas queremos ter sempre por nós a força da razão, pois é sobretudo com a humana linha média das nossas concepções, a nossa ordem, o nosso equilíbrio, a nossa contribuição para a paz e prosperidade geral, a dignidade da nossa vida pública, a nossa independência mental que tanto no interior como no domínio externo temos servido o interesse da Nação — talvez provocando estranhezas, causando alguns incómodos mas, enfim, revelando autoridade.

1941

(«Valores espirituais no governo e na vida dos povos» — Discurso pronunciado em 19 de Abril ao receber o grau de doutor honoris causa *pela Universidade de Oxford —* **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 290-291 e 300).*

Se uma ciência puramente utilitária é em certo aspecto a negação da própria ciência, o saber pelo saber, o gosto ou vaidade do conhecimento, encerrado na ebúrnea torre da contemplação de si mesmo, sem ligação ou interesse pela vida dos homens e dos povos, à força de egoísta, também não seria humano. Daqui, para a ciência e para o ensino, o imperativo de um sentido social.

Isto porém não é tudo para a vida das sociedades, pois, como para os indivíduos, dos conhecimentos da ciência e das suas leis não é possível deduzir as regras de conduta impostas à consciência humana. É portanto outro imperativo para o governação — ser essencialmente moral.

Dificilmente se me encontraria outro mérito do que haver proclamado estas duas conclusões tão simples e, apesar disso, tão esquecidas e haver-me mantido pràticamente fiel às suas determinações, buscando incessantemente a harmonia da autoridade do Estado e do bem dos cidadãos, o ponto de coincidência da fidelidade aos nossos destinos nacionais e da prosperidade de todas as outras nações.

... ...

É certo haver valores absolutos na vida a que tudo mais se subordina e deve sacrificar, e alguns desses chamam-se dignidade da Nação,

a liberdade e independência, a integridade territorial que é a própria razão de ser da família portuguesa; mas não sei que alguma nação as desconheça ou alguma ambição as cobice, nem que construção se haveria de fazer sobre o desprezo de realidades tão vivas e consagradas pelo tempo e pelo esforço das gerações.

Não; tenhamos confiança! Tenhamos fé na lealdade própria e alheia, na ordem, no trabalho, na serenidade e seriedade com que havemos de encarar os problemas e acudir às dificuldades. Confiemos sobretudo, mais que na força das armas, na coesa e firme unidade nacional, no profundo e vivo amor à terra portuguesa, naqueles altos exemplos, valores da nossa história e ideais da nossa civilização, que o ferro não mata e o fogo não pode destruir!

1942

(«Defesa económica — Defesa moral — Defesa política» — Ao microfone da E. N., em 25 de Junho — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 349-350).*

A época que estamos vivendo, e o conflito mundial terá mais fortemente vincado, decorrerá sob o tríplice signo da *autoridade,* do *trabalho* e da *preocupação social.* Pode haver — e certamente se imporão de acordo com a diferenciação de condições — modalidades ou processos diversos; mas por toda a parte em que se possa dizer que estamos em terra civilizada e cristã as instituições oferecerão parecenças flagrantes e se basearão em princípios morais idênticos. Nenhuma nação se poderá eximir à autoridade forte; nenhum homem ao dever do trabalho; nenhuma actividade ou riqueza ao critério da sua utilidade social. Nisso estaremos todos por qualquer modo de acordo. Em que o não estaremos? Em tudo quanto porventura desconheça a natureza do homem, o sentido da vida, os ensinamentos da História, embora pela visão unilateral de qualquer princípio tenha parecido exacto, ou justo, ou útil.

Nós, por exemplo, não poderíamos aceitar que a hipertrofia da autoridade desconhecesse os direitos da consciência; nem que o Estado absorvesse toda a vida da nação e os agrupamentos naturais que defendem a própria vida e a actividade dos homens; nem que as necessidades económicas sejam o princípio básico de organização das nações ou da

sociedade internacional; nem que a iniciativa individual desapareça como órgão propulsor da actividade social e passe para a autoridade pública toda a iniciativa, toda a riqueza e todo o comando da vida em sociedade.

Estas restrições, aparentemente tão simples mas tão essenciais que por elas e contra elas parecem bater-se muitos homens, traduzem precisamente um dos traços dominantes das instituições portuguesas: se a elas me referi foi apenas para acrescentar uma razão mais às que vinha dando sobre a independência do regime em relação ao fenómeno da guerra mundial. Nós não podíamos nem ousamos, por nossa modéstia e fraca autoridade, apresentar-nos como exemplo; trabalhamos apenas de espírito isento, sem esquecer o que há de permanente e imutável no homem, e com os olhos nas experiências passadas e nas necessidades de hoje. E parece-nos ter encontrado, para nosso uso ao menos, aquela humana linha média aonde convergem as necessidades fundamentais da vida social e as aspirações do nosso tempo.

1943

(«Duas palavras a servir de prefácio» — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. VII-VIII e XIII).*

Não sou dos que julgam que há *uma* verdade política; mas firmemente creio que há *verdades políticas* tão exactamente demonstradas pela razão e pela experiência como conclusões das ciências positivas. Os que julgam possuir *a verdade* na política e governo dos povos vão desgraçá-los com a imposição, até onde puderem, do seu elixir universal; os que não crêem nas *verdades políticas* pouco se lhes dá dos regimes e dos sistemas, mudarão ao menor sopro as instituições dos países, dispor-se-ão a sacrificar com elas as garantias da sua própria segurança e vida colectiva, sem ver que há por vezes aí tentativas e manifestações... de *domínio do exterior*.

Eis porque, sem esquecer a História com o seu mostruário de instituições políticas que morreram, se revezaram ou rejuvenesceram, nem supor que se cria agora para a eternidade e tudo se conservará imutável no tempo, o que sèriamente me preocupa é saber se, sim ou não, têm sido focados os problemas centrais da comunidade nacional e se, através

de reformas de toda a ordem, e à frente as das instituições políticas, se tiveram presentes as verdadeiras necessidades e possibilidades da Nação portuguesa.

Que isso tenha sido percebido e devidamente apreciado pela generalidade dos contemporâneos não interessa senão ao *momento* político e em certa medida, pela calma da consciência pública e a tranquilidade que cerca o trabalho de governo. O que acima de tudo importa é que se tenha encontrado o verdadeiro caminho, seguindo o qual o povo pode viver tranquilamente a sua vida e a Nação cumprir a sua missão histórica, isto é, que se realize o que é *essencial na vida* e se seja fiel ao que é *permanente na História*. Só isso na verdade é transcendente para o futuro do País.

... ...

É pura justiça reconhecer que no terreno económico, moral, político ou diplomático tudo tem sido conduzido em obediência àquele pensamento fundamental, mas eu receio muito da preguiçosa tendência que espera prodígios da actuação de um homem ou de poucos, quando todos os milagres se deveram confiar do esforço em conjunto da Nação, sobretudo quando, como Portugal, está habituada a fazê-los. Só se pode estar tranquilo quando obra tão vasta que se propôs descer até às próprias raízes do nosso ser colectivo não só tem o apoio geral — porque isso é ainda pouco — mas quando ela mesma representa como que a floração e fruto do esforço comum. Em verdade dois grandes sentimentos deviam inteiramente dominar as nossas atitudes e acções — o sentimento da *comunidade portuguesa* na vida de relações interior, e o do *interesse nacional* no trato com as outras nações, como reacção contra a doentia preferência do nosso espírito pelo interesse estrangeiro.

1944

(«Preparação nacional para o pós-guerra» — Discurso no II Congresso da União Nacional, em 25 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. IV, pág. 65).*

Se, por esta ou aquela forma, vão aumentar na paz as nossas responsabilidades, a maior preocupação é estarmos preparados para elas.

Não falo do necessário condicionalismo externo, trabalhado para isso, mas da ordem interna; não me refiro ao solavanco que o fim da guerra há-de causar em todos os países, mas às tarefas da paz. Aventuro-me a reduzir a uma expressão simples os factores essenciais — um Estado, uma Nação, uma política. De qualquer momento, em quaisquer circunstâncias se poderia dizer o mesmo, mas como vantagem ou utilidade maior; agora afirma-se como condição indispensável.

1945

*(«Votar é um grande dever» — Discurso pronunciado em 7 de Outubro — «***Discursos***», Vol. IV, pág. 183).*

Certamente se exige, a bem das indispensáveis qualidades morais em todo o que se destina a servir o bem público, a adesão a certo reduzido número de princípios que são a própria base e condição do trabalho em comum. Mas parece que ninguém o pode estranhar. Há mais de vinte anos tive a ousadia de proclamar que todo o Estado, mesmo o Estado liberal, obedece a uma concepção filosófica e que o governo é por si mesmo uma doutrina em acção. Se alguma lição se deduz com nitidez desta guerra, é que o liberalismo se equivocara na equiparação da verdade e do erro: foi-se obrigado a reconhecer — e muitos o têm de fazer contra teimosas atitudes do seu espírito — que há para os povos, e na direcção da sua vida colectiva, mal e bem, verdade e erro, doutrinas de vida e doutrinas de morte. Se não pela razão, pelos frutos as conhecemos.

1947

*(«Miséria e medo» — Discurso pronunciado em 25 de Novembro — «***Discursos***», Vol. IV, pág. 308).*

A questão está pois como no começo: solução nacional aberta a todos os homens de boa vontade e de são patriotismo, ou nada. E aos que se admiram dos resultados obtidos diremos que pòlìticamente pouco mais fizemos do que cingir-nos a algumas grandes verdades humanas e compreender o interesse e a alma da Nação.

1948

(«Prefácio da 4.ª edição» — «Discursos», Vol. I, págs. LVI-LVII).

A tese da responsabilidade pode continuar a discutir-se teòricamente, abstractamente; mas aos homens que sentem sobre os ombros o peso da direcção dos povos ensinou-lhes a história, quando não a observação própria, coincidir a decadência com certas manifestações mórbidas das inteligências e das vontades, com a pretensa emancipação do jugo de regras superiores, impostas ao homem e derivadas da sua natureza e dos seus fins. Para elevar, robustecer, engrandecer as nações é preciso alimentar na alma colectiva as grandes certezas e contrapor às tendências de dissolução propósitos fortes, nobres exemplos, costumes morigerados.

É impossível, nesta concepção da vida e da sociedade, a indiferença pela formação mental e moral do escritor ou do artista e pelo carácter da sua obra; é impossível valer socialmente tanto o que edifica como o que destrói, o que educa como o que desmoraliza, os criadores de energias cívicas ou morais e os sonhadores nostálgicos do abatimento e da decadência.

Costuma dizer-se que a literatura é o espelho das diferentes épocas; mas se tão fielmente as reflecte é que ajuda a criá-las. Neste momento histórico, em que determinados objectivos foram propostos à vontade nacional, não há remédio senão levar às últimas consequências as bases ideológicas sobre as quais se constrói o novo Portugal.

1950

(«Breves considerações sobre a política interna e internacional a propósito da inauguração do Estádio de Braga» — Discurso pronunciado em 28 de Maio — «Discursos», Vol. IV, pág. 466).

Não parece que a unidade, aliás real e viva na solidariedade dos interesses e na identidade da missão, seja susceptível de traduzir-se em uniformidade de pensamento acerca de problemas secundários da administração ou de processos de governo ou mesmo de organização do Estado;

vêmo-lo claramente na nossa Assembleia Nacional. Tão pouco essa unidade se pode confundir com a simples afirmação de patriotismo, porque na prática sempre haverá necessidade de estabelecer em que se consubstancia ou como se há-de conduzir. Mesmo abstraindo da aflitiva perturbação mental das últimas dezenas de anos, os espíritos são hoje solicitados em tão diversas direcções por escolas políticas, filosóficas, económicas e estéticas que os que intentassem reunir em qualquer país homens uniformemente pensantes acerca dum vasto conjunto de problemas nacionais teriam de resignar-se a agrupamento limitado e negar no seio dele a liberdade de pensar. Obedecem a este esquema e são expressão destas limitações os chamados partidos políticos, mas estes, por definição e exigências da sua vida própria, não representam nem podem servir a unidade nacional senão precisa e precàriamente, quando se unem, ou seja quando se negam. Eis as dificuldades que se nos apresentavam e procurámos vencer.

Para tanto temos afastado sempre de nós a ideia partidarista como posição ideológico-política, que deformaria a nossos olhos a Nação e nos inibiria de realizar o seu interesse onde o encontrássemos, como o víssemos e pelas formas possíveis no momento, sem a preocupação absorvente e perturbadora de conservar no sector de origem crédito político, ou seja o voto partidário. Por outro lado, temos entendido que a formação de uma sólida consciência colectiva não comportava nem exigia se fosse além daquelas aspirações ou sentimentos básicos que são a estrutura mental e moral do português, tal como o formaram a história, a educação e a economia, isto é, o meio em que é obrigado a trabalhar.

1951

(«Independência da política nacional — Suas condições» — Discurso na inauguração do III Congresso da U. N., em 22 de Novembro).

Ouve-se falar muito na força das ideias, para significar que estas se generalizam e acabam por impor-se à inteligência e à conduta dos homens, e quem diz dos homens diz naturalmente dos Estados, impelidos assim a uma tal ou qual uniformidade de orgânica e de doutrina. Ora, fora do jogo de alguns conceitos universais, o asserto é sobretudo exacto

Capítulo 3.º

OS GRANDES PROBLEMAS NACIONAIS E O SEU ESCALONAMENTO NECESSÁRIO

1928

(«Os problemas nacionais e a ordem da sua solução» — Discurso aos oficiais da Guarnição Militar de Lisboa, em 9 de Junho — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 11-12, 13-14, 14-15 e 16).*

Estamos hoje em Portugal numa situação má. Di-lo toda a gente e era escusado: na vida individual e na pública as dificuldades que dessa má situação resultam sentem-se, palpam-se, todos nós lutamos com elas.

Vamos relacionar, para melhor o ajuizarmos, todo este mal-estar com quatro problemas fundamentais: o *financeiro*, o *económico*, o *social* e o *político*. Pu-los por esta ordem e isso não foi arbitrário da minha parte; esta simples disposição revela uma orientação definida.

É certo que não é possível fazer boas finanças sem boa política; que uma finança sã requer uma economia próspera; que a questão social, agravada por sua vez, prejudica os problemas financeiro e económico. Mas, porque não podemos resolvê-los a todos duma vez, necessário é discutir e assentar na ordem da sua solução. Essa ordem será indicada, na interdependência das causas e dos efeitos dos problemas, em harmonia com a causa dominante.

... ...

É sabido que as emissões exageradas desvalorizam a moeda. E o que é essa desvalorização? É o metro elástico introduzido na vida económica. Suponhamos um comerciante a vender com metro elástico. Aconteceria que umas vezes ficava roubado o freguez e outras seria prejudicado o comerciante. Pois as altas e baixas da moeda operam dilapidações semelhantes. Com uma moeda instável não há economia que vingue e possa prosperar. — Por este processo se tornou o Estado o grande inimigo da economia nacional.

Atravessámos uma grave crise económica, cujas principais causas foram essa instabilidade monetária, a alta de juros do dinheiro e a escassez de capitais; aquela alta provocada pela escassez dos capitais; esta escassez provocada pela desvalorização da moeda, que ao mesmo tempo que opera na sociedade transferências de fortunas, consome em geral grandes somas de capitais.

O comércio e a indústria tiveram durante algum tempo disponibilidades enormes: parecia que os comerciantes não acabavam de enriquecer. Todas as empresas pareciam prósperas; afinal muitos vieram a verificar que se tratava de riqueza ilusória e estavam na realidade empobrecidos: tinham distribuído e gasto o próprio capital. Salvaram-se apenas aqueles que em dada altura conseguiram converter os lucros em valores estáveis. E o Estado, que perdeu muito, ganhou também alguma coisa — a diminuição da sua dívida correspondente ao valor em que lesou os seus credores.

Todos estes males têm sòmente uma cura — a estabilização da moeda, e esta é impossível independentemente da solução do problema financeiro.

... ...

Da não resolução do problema financeiro e económico resultam, como não pode deixar de ser, graves perturbações sociais.

Há classes que principiam a viver das traslações de valores, ocasionadas pela desvalorização da moeda. Ganha o devedor, perde o credor. Elevam-se questões irritantes a um alto grau de acuidade: vêde por exemplo a questão entre inquilinos e senhorios. Há uma tal ou qual desorganização familiar, e a corrupção alastra na vida particular e na administração pública.

O problema social é o problema da distribuição da riqueza, que não tem solução vantajosa sem o aumento da produção. Salvo o caso de parasitismos económicos, que devem ser evitados e corrigidos, só o aumento de riqueza pode favorecer a solução da questão social.

... ...

Finalmente, o problema político.

Andamos há muitos anos em busca de uma fórmula de equilíbrio e ainda não conseguimos encontrá-la. E como se diz que «em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão», as soluções políticas são mais difíceis estando agravados os problemas financeiro, económico e social. Não há mesmo formas políticas que satisfaçam uma sociedade em que aqueles problemas estão reclamando urgente solução, porque a verdade é que encontrar a fórmula do equilíbrio depende da organização prévia das diferentes forças económicas e sociais.

1929

(«Política de verdade. Política de sacrifício. Política nacional» — Discurso na manifestação dos municípios do País, em 21 de Outubro — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 36-37).*

Tem a Ditadura de dotar o País com novo Estatuto Constitucional, criador de nova ordem política. É o pensamento e a necessidade de quantos povos recorreram à ditadura como remédio supremo para grandes males.

Diante das ruínas morais e materiais acumuladas pelo individualismo revolucionário; diante das tendências de interesse colectivo que aquelas provocaram por toda a parte no espírito do nosso tempo; diante das superiores necessidades da Pátria portuguesa — a reorganização constitucional do Estado tem de basear-se em nacionalismo sólido, prudente, conciliador, que trate de assegurar a coexistência e actividade regular de todos os elementos naturais, tradicionais e progressivos da sociedade. Entre eles devemos especializar a família, a corporação moral e económica, a freguesia e o município. As garantias políticas destes factores primários parece-me a mim que devem ter a sua consagração na Constituição Portuguesa, de modo que influam directa ou indirecta-

mente na formação dos corpos supremos do Estado. Só assim este será a expressão jurídica da Nação na realidade da sua vida colectiva.

1930

(«Ditadura administrativa e revolução política» — Discurso na Sala do Risco do Arsenal de Marinha, em 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 47, 52, 56-57, 57-58, 59 e 60-65).*

Antes de se haver entrado no trabalho de reorganização, uma palavra só — *desordem* — definia em todos os domínios a situação portuguesa.

... ...

Sendo impossível atacar simultâneamente e com igual intensidade todos os problemas, era necessário concentrar os maiores esforços naquele cuja solução, tida em conta a interdependência de causas e efeitos, se visse poder aproveitar-se como elemento dominante para resolver os demais, e sem resolver o qual nada de grande e de sólido se podia empreender ou realizar. Esse é o problema financeiro.

... ...

A mesma obra de ordem nas finanças e na economia estende-se da metrópole às colónias, essencialmente ligadas com a própria existência de Portugal e com as exigências do seu desenvolvimento. Mas é visível que uma acção larga, relativamente aos problemas dos nossos domínios ultramarinos, só é possível, como aqui mesmo, depois do saneamento financeiro.

... ...

Que hei-de dizer-vos agora do problema social, no qual englobaria a higiene, a assistência, a instrução, a educação, os problemas do trabalho? — Que não chegou ainda a hora das grandes soluções. Temos a consciência do nosso atraso em instituições e leis que se relacionam com esses problemas; temos a consciência da nossa responsabilidade, que nos indica esse como vasto campo de acção governativa, de execução

directa ou assistência às iniciativas dos indivíduos e das colectividades; temos a consciência da falta de meios materiais para obra de vulto. Daqui o pouco que se há feito, o muito que se intenta fazer: declaração esta que é mais que uma promessa, porque é um programa.

Não é preciso ter, como eu, vindo de baixo, do povo, do trabalho, da pobreza, para sentir vivamente a inferioridade das condições de vida, material e moral, que usufrui, em contraste com toda a Europa do ocidente, o povo português, e para notar as fontes novas de energias que borbulham aqui como no seio de todas as sociedades modernas, e que nenhum homem público ousaria desconhecer ou desprezar. O rejuvenescimento e revigoramento de quadros sociais abertos a todos pelo direito, fechados a muitos pelas condições económicas, só podem, de facto, obter-se por larga obra de assistência e de educação, que, se por um lado é cara, tem por outro a vantagem de valorizar o capital humano e de aumentar em grandes proporções o seu rendimento actual.

... ...

Nós não poderíamos empreender com amplitude tudo quanto neste campo há para fazer — *prescrever e realizar* — senão com finanças sólidas e economia próspera, sendo necessário que esta se desenvolva e robusteça para não precipitarmos soluções que acabariam por ser inúteis, senão contraproducentes.

Não quer isto dizer que, pelos vários ramos da administração pública, onde se tratam esses interesses e se põem essas questões, se não tenham multiplicado esforços e dedicações valiosas para aumentar o rendimento dos serviços e fazer melhor, mais produtiva aplicação dos dinheiros públicos.

... ...

Pode afirmar-se que entre os homens que pensam nas coisas públicas em Portugal se encontram três posições diversas, relativamente a este problema. Condensá-las-ei nas três proposições seguintes:

1.ª a Ditadura nada tem que ver com a política;
2.ª a própria Ditadura é a solução do problema político;
3.ª a Ditadura deve resolver o problema político português.

Examinemos, pela sua ordem, estas três atitudes.

É, sobretudo, fora dos elementos afectos à Ditadura e entre os seus inimigos que se defende a primeira tese — a Ditadura nada tem que ver com a política. Segundo estes, a Ditadura teria como única razão de ser a necessidade de uma obra administrativa; teria como finalidade única uma obra administrativa, concluída a qual nada mais haveria a fazer do que restabelecer a ordem constitucional, suspensa ou violada desde 28 de Maio de 1926. Quem pensar um pouco nesta atitude mental descobre fàcilmente que ela se apoia sobre dois outros conceitos — um acerca da administração, outro acerca da natureza ou da origem dos males de que enfermava o País.

Na verdade, se a Ditadura só há-de fazer administração e não política, é que a administração se pode separar da política. Isto não corresponde à realidade dos factos.

É apenas verdade que se pode fazer administração fora de toda a política partidária, mas neste sentido estrito não se há-de dizer — *pode-se*, há-de dizer-se — *deve-se*. Quando, porém, se tem em mente a verdadeira, a alta acepção da palavra *política*, julgo impossível fazer-se, sem esta, administração que se imponha e valha. Fora do pequeno expediente, execução a bem dizer material duma regra, pode afirmar-se que a verdadeira administração tem sempre atrás de si um conceito de Estado, de finalidade social, de poder público e suas limitações, de justiça, de riqueza e das funções desta nas sociedades humanas, quer dizer, uma doutrina económico-política, se quereis mesmo, uma filosofia. Ai dos governos, melhor, ai dos povos cujos governos não podem definir os princípios superiores a que obedece a administração pública que fazem!

Mas não é este o único conceito errónco que está na base dos que recomendam a ditadura simplesmente administrativa. O outro é julgar-se que todos os males nacionais provinham dos homens a quem estava confiado o ónus do governo e que, afastados esses e substituídos por outros, estaria resolvido o problema. Reduz-se assim a uma defeituosa arrumação partidária uma das mais delicadas e complexas questões nacionais.

Sou dos que, tendo meditado longamente sobre os vários acidentes da vida pública portuguesa, lançam sobre os homens do passado responsabilidades, ainda que grandes, menores que as que vulgarmente se lhes assacam; e nunca pude compreender que sejam eles mesmos a preferir se atribua a incompetência, a desonestidade e a ambição o que mais funda-

mente se deve supor derivado de vícios de organização social ou de deficiências de fórmulas políticas.

Daqui deduzo que a Ditadura que governa e que administra não é, nem pode ser, no campo dos princípios ou no das realidades nacionais, simples parêntese da vida política partidária.

Passemos adiante. A segunda proposição afirma que a Ditadura é de si mesma a solução do problema político. Parece-me que também aqui há erro ou exagero.

Sem dúvida que a ditadura, mesmo considerada apenas como a concentração no governo do poder de legislar, é uma fórmula política: mas não se pode afirmar que represente a solução duradoura do problema político; ela é essencialmente uma fórmula transitória.

Porque as ditaduras bastas vezes nascem do conflito entre a autoridade e os abusos da liberdade, e vulgarmente lançam mão de medidas repressivas da liberdade de reunião e da liberdade de imprensa, confundem muitos ditadura e opressão. Não é isto da essência da ditadura, e compreendida a liberdade (única noção para mim exacta) como a garantia plena do direito de cada um, a ditadura pode até, sem sofisma, suplantar sob esse aspecto muitos regimes denominados liberais. Ela é em todo o caso um poder quase sem fiscalização, e este facto faz dela instrumento delicado que fàcilmente se gasta e de que fàcilmente se pode abusar. Por tal motivo não é bom que a si mesma se proponha a eternidade.

Somos assim chegados à terceira proposição, única, a meu ver, verdadeira: a Ditadura deve resolver o problema político português.

Porque há-de fazê-lo? Porque a experiência demonstrou que as fórmulas políticas que temos empregado, plantas exóticas importadas aqui, não nos dão o governo que precisamos, lançaram-nos uns contra os outros em lutas estéreis, dividiram-nos em ódios, ao mesmo tempo que a Nação na sua melhor parte se mantivera, em face do Estado, indiferente, desgostosa e inerte.

Para que há-de fazê-lo? Para que a sua obra reformadora se não inutilize e se continue, para que o seu espírito de trabalho e de disciplina se consolide e se propague, para que se crie a mentalidade nova que é indispensável à regeneração dos nossos costumes políticos e administrativos, à ordem social e jurídica, à paz pública, à prosperidade da Nação.

Como há-de fazê-lo? Por meio duma obra educativa que modifique os defeitos principais da nossa formação, substitua a organização à desor-

ganização actual e integre a Nação, toda a Nação, no Estado, por meio de novo estatuto constitucional.

Pode fazê-lo? Se todos os portugueses de boa vontade, a quem nos dirigimos, quiserem ajudar-nos, isso pode fazer-se. Quero exprimir-me melhor: isso tem de fazer-se, porque é impossível admitir que este País arraste uma existência miserável entre dois únicos governos — demagogia e ditadura, mais ou menos parlamentar — e em face dos quais a Nação só costuma ter duas atitudes: ou de rojo ou de costas, ambas indignas de si.

Não nos ocultemos que é árdua a tarefa e que vai, para o futuro, ser mais dura ainda a batalha. Mas quem alguma vez venceu sem que lutasse?

★

(«Princípios fundamentais da revolução política» — Discurso na Sala do Conselho de Estado, em 30 de Julho — **«Discursos»,** *Vol. I, págs. 70 a 72 e 76-77).*

A evolução económica e social, as revoluções, os sistemas doutrinários, as deficiências, abusos e vícios do parlamentarismo, as influências desastrosas da Grande Guerra, exercidas em todos os domínios do pensamento e da acção, provocaram um pouco por toda a parte, e na Europa sobretudo, situações graves na constituição dos Estados e na vida das nações. Atacados na sua organização, nos seus princípios e tradições, pelas ideias, pelas paixões, pelos interesses anti-sociais ou antinacionais, os Estados europeus oferecem na sua vida interna e nas suas relações internacionais aspectos inquietadores de perturbação e de instabilidade. Dir-se-ia que as sociedades, abaladas nos alicerces históricos, correm o risco de perder a sua estrutura poderosa e a sua própria natureza antiga; pelo menos verifica-se que a máquina política, que funcionou, como pôde, em todo o século XIX e nos princípios deste, não se adapta, sem transformações profundas, ao ritmo da vida moderna dos Estados.

Sob o império das dificuldades, acções e reacções mútuas fizeram surgir tendências opostas nas correntes políticas e sociais, inevitàvelmente, portanto, nas próprias formas da governação pública.

Observam-se de um lado as desordens cada vez mais graves do indi-

vidualismo, do socialismo e do parlamentarismo, laivadas de actuações internacionalistas, e diante de umas e de outras acentua-se a passividade dos Estados e a impotência dos poderes públicos no jogo das funções constitucionais. De outro lado o próprio instinto de conservação desperta esforços no sentido do nacionalismo e do anti-individualismo, mas arrastados, na pendente natural das ideias e dos acontecimentos, para extremismos doutrinários e para ditaduras francas ou disfarçadas que, à parte a sua legitimação pelas necessidades do momento, representam uma anormalidade também.

A razão observadora e desapaixonada perscruta no meio de tantas confusões da época qual o caminho a seguir, e pressente que a salvação estaria em preparar modalidades de vida pública — constituições, digamos — pelas quais possam coexistir em paz e tranquilidade todos os elementos políticos e sociais, e sejam chamadas a uma actuação pacífica as diversas manifestações de vida colectiva que o nosso tempo fez surgir, sem que por isso se atinja a força do Estado, o seu poder de coordenação e de mando, a capacidade administrativa necessária ao progresso das nações. O desejo de encontrar as fórmulas do novo equilíbrio e de traçar as estradas do futuro domina o espírito dos homens de governo em todos os Estados, seja qual for o regime legal ou efectivo sob que estejam trabalhando.

... ...

Que fazer então? A atitude de aconselhada independência e neutralidade, aguardando que do simples embate das forças políticas surja o Estado futuro, é atitude imprevidente, indigna de governantes, falha de lógica, desconhecedora das realidades sociais: nunca barco abandonado à fúria de ventos contrários demandou porto de abrigo, e muitas vezes se despedaçou, ao tocar a terra, contra os rochedos da costa!

Que fazer então? Tomar resolutamente nas mãos as tradições aproveitáveis do passado, as realidades do presente, os frutos da experiência própria e alheia, a antevisão do futuro, as justas aspirações dos povos, a ânsia de autoridade e disciplina que agita as gerações do nosso tempo, e construir a nova ordem de cousas que, sem excluir aquelas verdades substanciais a todos os sistemas políticos, melhor se ajuste ao nosso temperamento e às nossas necessidades.

★

(«Elogio das virtudes militares» — Discurso aos oficiais do Exército, em 30 de Dezembro — «Discursos», Vol. I, págs. 108-109).

Para cada um de nós o patriotismo não pode desprender-se da família, do torrão natal, dos interesses e dos haveres, das recordações de infância, das saudades dos lugares ou das pessoas, dos vivos e dos mortos, das alegrias e tristezas — as pequenas ou grandes coisas que são nossas e constituem para cada qual, dentro da Pátria, o seu pequeno mundo. E tudo isto que nos prende diminui um pouco, na vida quotidiana, essa unidade augusta, esse todo indivisível que é a Pátria.

Para o soldado, porém, não há a aldeia, a região, a província, a colónia — há o território nacional; não há a família, os parentes, os amigos, os vizinhos — há a população que vive e trabalha nesse território: só há, numa palavra, a Pátria, em toda a sua extensão material, no conjunto dos seus sentimentos e tradições, em toda a beleza da sua formação histórica e do seu ideal futuro. Ele deve-lhe tudo — a saúde, a comodidade, o descanso, o dia e a noite, a paz, a família, mesmo a vida. E parece que é por esse consumo de vidas que a Pátria se mantém, e aumenta a sua beleza e engrandece o seu poder. Diante do inimigo externo, que representa ameaça para a existência ou para a integridade da Pátria, esta é, para o soldado, material e tangível como um relicário de ouro em que se confiassem à sua guarda a independência, a liberdade, os bens e a vida dos cidadãos.

Fora do são nacionalismo, fora da noção e amor da Pátria não há, pois, vida nem força militar: há exércitos de parada ou hordas organizadas para a pilhagem.

1931

(«O interesse nacional na política da Ditadura» — Discurso na manifestação da União Nacional, em 17 de Maio — «Discursos», Vol. I, págs. 119-120).

Pretender refazer econòmicamente o País; dotá-lo de portos, de estradas e outros meios de comunicação; melhorar os serviços e a sua eficiência; desenvolver e embaratecer a produção; elevar o nível de

vida das classes trabalhadoras e médias; iniciar e prosseguir uma política de estabilização; melhorar e intensificar o comércio externo e colonial, sem recursos abundantes e baratos, que o mesmo é dizer sem crédito, é querer o impossível.

Pretender lançar operações de crédito sem moralidade administrativa, sem ordem nas finanças, sem estabilidade na moeda, é andar em busca de desilusões e arrastar levianamente pelo chão o prestígio e o próprio decoro do Estado.

Pretender estabilizar a moeda, sangue da vida económica que se quer equilibrada e sadia, sem uma política definida e persistente de economias e de arrecadação regular de receitas que consolidem o equilíbrio e desafoguem o Tesouro; sem a regularização das contas em atraso, que ponha a tesouraria ao abrigo de grandes surpresas; sem o pagamento ou consolidação da dívida a curto prazo e sem a reforma do Banco emissor, é desconhecer a interdependência dos elementos que é necessário conjugar para garantir pleno êxito ao que há de mais delicado para as finanças e para a economia do País.

1932

(«As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional» — Discurso à União Nacional, em 23 de Novembro — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 163-164).*

Como sempre acontece nestas viragens da História, uns, alucinados pela fascinação da novidade e esquecidos da velhice da terra onde muita coisa se experimentou já, negam todo o valor ao presente e ao passado, e querem construir um mundo inteiramente novo, misto incongruente de propósitos generosos, cândida inexperiência e sentimentos regressivos da baixa animalidade humana; outros, enquistados nas posições e ideias adquiridas e nos preconceitos do «seu tempo», vêem em tudo que o futuro traz no seio erro, crime, desgraça, e opõem-se tenazmente a toda a renovação ou reforma, porque as ideias e instituições em que se criaram e viveram têm para eles a beleza e a virtude de verdades eternas.

Ora o problema que nos é posto pelas circunstâncias consiste na determinação do ponto de convergência destas duas correntes, e em demandá-lo intencionalmente, salvando do passado as verdades superio-

res da humanidade, as aquisições definitivas da sua experiência secular, e indo ousadamente escolher às promessas do futuro o que é imposto pela feição e necessidade dos novos tempos e até — porque não? — pelo gosto das suas modas.

Dentro de dezenas de anos é natural que os povos tenham de novo encontrado uma fórmula de equilíbrio político e social; a trajectória que até lá vão seguir é que pode ser uma estrada tenebrosa de convulsões e miséria ou o caminho, embora acidentado, da segurança e do trabalho ordeiro.

Grande parte desse futuro está nas nossas mãos.

1934

*(«A constituição das Câmaras na evolução da política portuguesa» — Discurso radiodifundido da União Nacional, em 9 de Dezembro — **«Discursos»**, Vol. I, págs. 368-369, 372-374 e 379-380).*

Modestamente, recolhidamente faço ressurgir no meu espírito os oito anos e meio de ditadura — os passos entusiastas do começo, a atmosfera indecisa das primeiras preocupações, as dificuldades dos movimentos adversos e a permanente conspiração dos inimigos para se apoderarem dela, vencê-la ou desvirtuá-la, até que abandona a ideia de confinar-se à reforma administrativa, rompe de todo com a democracia liberal, firma a grande orientação da sua finalidade política, assenta os princípios fundamentais da nova constitucionalidade, e pouco a pouco, até à próxima constituição das Câmaras, sem precipitações e sem desvios, vai erguendo o sólido edifício do Estado Novo. Nós conseguimos, os primeiros em muitas dezenas de anos e em Portugal, onde movimentos idênticos de aparência e de nome têm sido numerosos e fatais — nós conseguimos realizar uma Ditadura que traça com mão firme a sua própria trajectória e mantém constantemente a iniciativa de ir rasgando e seguindo os caminhos da sua mesma evolução.

Dada a essência fundamente revolucionária do 28 de Maio e a obra de transformação a realizar, que avistamos para os quatro cantos do horizonte nacional, não podemos nesta marcha ascendente ter a impressão de que tocamos agora o cume da montanha das nossas realizações políticas.

... ...

Nenhum bem me parece exceder para as nações a estabilidade de governos capazes: se a permanência dos nulos se assemelha à estagnação, é ainda pior o rápido desfile de sumidades, com seus farrapos de ideias e planos e seus empurrões descompassados na máquina governativa. Como uma grande família ou uma grande empresa, a nação precisa, para a defesa dos seus interesses comuns e para a realização dos fins colectivos, duma cabeça coordenadora, dum centro de vida e de acção. Este não tem de ser absorvente, incompatível com muitos outros secundários do organismo político, mas a marcha é tanto mais segura quanto menores forem as substituições do órgão central. Em vez da multiplicidade de governos anónimos, há em face da Nação e dos outros Estados governos conhecidos e responsáveis, e sobretudo — porque é o fundamental — orientações definidas e caracterizadas a facilitar as relações entre os povos.

A independência desta direcção superior é o outro atributo indispensável em governo verdadeiramente a bem Nação. Não creio na independência absoluta de qualquer governante, salvo dum louco em actos isolados da sua loucura. Normalmente, toda a acção política está limitada: depende da lei, se é superior ao agente, e em qualquer caso de leis superiores à lei, depende da mentalidade geral, da formação social do povo, da incompreensão dos seus males e dos remédios com que haja de curá-los, da mesma dificuldade dos problemas e da escassez e qualidade das colaborações. Todas estas limitações — irritantes desafios ao poder teòricamente ilimitado dos ditadores — permite-as a Providência e compreende-as a razão como defesas naturais da sociedade contra os possíveis desvarios da vontade humana.

Estas compreendem-se e aceitam-se por inevitáveis ou benéficas, mas nenhumas outras seriam de admitir — nem as provenientes das influências eleitorais, nem as nascidas da plutocracia, nem as derivadas de suspeito regionalismo, nem as oriundas das vaidades e egoísmos pessoais, dos compromissos entre os interesses privados, da luta entre as classes, do favoritismo ou dedicação pessoal, da necessidade de alimentar clientelas partidárias, enfim, nenhumas limitações ou dependências que obstem à realização do verdadeiro interesse nacional, o escureçam, o deturpem, o arredem para o segundo plano das preocupações governa-

tivas. Se não podemos dispensar governos fortes, entendamos que a maior parte da sua força está na sua independência.

Assim se deve constituir o Estado para ser bem governada a Nação.

... ...

Não sendo possível assegurar ao Chefe do Estado inteira independência quanto à forma de designação, é-lhe aquela garantida desde o momento seguinte ao acto eleitoral, visto não ter, no exercício das suas funções como órgão superior do Estado, quaisquer limitações que não sejam as provenientes do texto constitucional. Nem dependente do Governo que exonera quando lhe apraz; nem dependente de consulta ou aprovação de qualquer outro órgão da soberania; nem dependente das Câmaras, cujos votos, quanto ao exercício das suas funções ou à vida do Governo, não tem de executar ou seguir; nem dependente do País que o elegeu e não pode destituí-lo, nem dos Tribunais, que não podem julgá-lo. Esta independência dá-lhe força e estabilidade: o mesmo diremos acontecer ao Governo.

É este hoje órgão da soberania considerado à parte do Presidente da República, sem que daqui nasça risco de dualidade na direcção suprema do Estado. A subordinação constitucional e prática dos Ministros ao Chefe do Governo e a faculdade de livre escolha e livre demissão que tem quanto ao Presidente do Conselho o Presidente da República, fazem que, pela impossibilidade de conflito entre os dois, a orientação governativa seja sempre efectivamente una — a que tem a concordância do Chefe do Estado.

Não há Estado forte onde o Governo o não é — afirmei-o já um dia e posso repeti-lo sempre, como a verdade mais demonstrada pela experiência política. Por esse motivo a Constituição fez o Governo independente da Assembleia Legislativa e através desta de todo o corpo eleitoral, para que não houvesse de preocupar-se nem com a confiança ou desconfiança das Câmaras, nem com artificiosos movimentos de opinião, nem com a sustentação de clientelas partidárias. Tão legítimo órgão da soberania como qualquer outro e pela sua situação e funções legìtimamente investido do fecundo poder de iniciativa, a Constituição quis que, sob a direcção superior do Presidente da República, nele residisse o grande centro propulsor da vida do Estado.

1935

(«Balanço da obra governativa. Problemas políticos do momento» — Discurso na Câmara Municipal de Lisboa, em 27 de Abril — «Discursos», Vol. II, págs. 31-33).

Nenhuma nação ou Estado de hoje escapará a uma transformação mais ou menos rápida e profunda das suas instituições; os princípios sob cujo influxo se fará e os processos por que há-de realizar-se é que podem diferir; é fatal que hão-de sofrê-la os que não forem capazes de operá-la. Mais do que nunca o Estado será um pensamento em acção, pelo que se hão-de fatalmente defrontar, mais hoje, mais amanhã, conceitos diversos do homem, de Estado, de nação, de poder, de liberdade, de fins humanos, de riqueza, de interesses espirituais ou morais; e ninguém duvidará de que será tanto mais fácil a luta — e a vitória — quanto mais nítida for a sua oposição. A fraqueza dos regimes liberais para esta grande batalha está essencialmente em que, por imposição da sua própria doutrina — porque também eles a têm — se vêem forçados em muitas circunstâncias a parecer que a não possuem. Sempre para se sustentar têm de se contradizer.

Pelos motivos expostos nos convinha a nós ir limpando o terreno de todos os elementos cuja atitude doutrinal não fosse de si defesa suficiente contra a invasão dos novos bárbaros. Com a clareza possível se formulou a doutrina e se foi pondo em execução; pacientemente se tem aguardado que à vista dos resultados, pela meditação e observação dos factos, os melhores espíritos, ligados ou não ao passado, fossem rectificando as suas posições. Muitos o têm feito; outros, por comodidade ou pela força dos hábitos mentais, perplexos mas no fundo preocupados, retiraram-se para a neutralidade ou para a indiferença; uns tantos, sem possibilidade prática de manter o meio termo, têm sido empurrados para a solidariedade com aqueles em que pressentem maior capacidade de agitação revolucionária. Não vão là fazer nada, mas é-nos útil que se lhes juntem.

★

(«O momento político» — Nota oficiosa publicada nos jornais de 20 de Setembro — «Discursos», Vol. II, págs. 72-74, 87 e 95-97).

É necessária a política no governo das nações, mas fazer política não é governar. Para além do ambiente moral de confiança e de apoio,

criado à volta de quem dirige os destinos do País, há a realidade viva dos problemas desse mesmo País, e estes ou são resolvidos ou não são, e, se não são, o povo não é governado. Ora a absoluta esterilidade da política considerada como fim em si mesma não foi suficientemente demonstrada pela experiência ante alguns espíritos a quem em regra geral repugna o trabalho sério, mas a quem fascina a agitação, o ruído, as vãs promessas, o simples efeito político.

O conflito toma aqui outro aspecto — diríamos que é entre a improvisação e o espírito de sistema, mas, assim considerado, não é só conflito do Governo com este ou aquele, é conflito do Governo com os serviços e com a Nação.

A maior dificuldade que se tem encontrado em pôr em ordem alguns sectores da administração pública é proveniente da verdadeira hostilidade do nosso espírito a um programa de acção. Tudo, na administração do Estado e na administração local, se pretende deixar à improvisação do momento, aos desejos da ocasião; a disciplina dum plano estudado, aprovado, assente, que se executa anos sucessivos custa-nos a suportar como violência ao nosso temperamento. Por isso muitas coisas se prometeram e se não deram, muitas se começaram e não concluíram, muitas se diziam próximas quando se não sabia ainda como se havia de pegar nelas. Quantas vezes se anunciaram ou deram verbas para obras em relação às quais nenhum estudo ou projecto havia que permitisse supô-las possíveis ou avaliar do seu custo! O mesmo nos museus, nos palácios, nas estradas, nos portos, na hidráulica agrícola, no fomento económico, na instrução, no crédito, no armamento do Exército.

Este processo de seriar os problemas, de estudar os projectos para depois executar, torna a preparação mais lenta e, se bem que a execução seja mais rápida e certa, não se presta nem às promessas nem aos favores. Em compensação, quando o Governo diz que alguma coisa se vai fazer, é seguro que ela se faz.

... ...

Talvez seja mais clara agora a muitos olhos a política do Governo: quando se insiste em que as finanças equilibradas chegam a ser condição da independência e integridade pátria; quando se pretende cimentar entre todos os bons portugueses verdadeira união nacional; quando se procura dar a este País a plena consciência do seu valor e do seu destino para que esteja moral e materialmente preparado a reagir na hora pró-

pria, não se faz literatura política, defendem-se pela melhor maneira possível os mais altos interesses de Portugal.

... ...

O nosso princípio de subordinar as grandes realizações a sistema de trabalho prèviamente definido obriga, como a lei manda, a estabelecer planos e projectos fundamentais acerca dos problemas postos. Isto não quer dizer que a execução dependa de estarem aprovados todos os projectos de obras e as características de todas as aquisições a fazer; mas nós somos muito fracos para podermos ser desonestos, e para garantir que as coisas se farão e o seu preço será regularmente satisfeito precisamos de fazer ideia geral das necessidades, do seu custo, da ordem mais conveniente a seguir na sua satisfação, nos meios de que se há-de dispor e do prazo por que há-de estender-se a execução dos planos aprovados. Salvo no que respeita à defesa nacional, pelos motivos de política superior atrás esboçados, em tudo o mais se tem de distinguir o que pode ser adiado e o que exige imediata realização, o que pode traduzir-se a breve trecho em aumento directo ou indirecto da riqueza e aquilo que representa apenas melhoria dos serviços, maiores comodidades ou despesas de puro luxo, o que se traduzirá em grandes somas de trabalho nacional ou o que, pelo contrário, representa apenas aquisição no estrangeiro e consequente exportação de ouro.

Não está na mão do Governo fazer tudo o que quer em prazo curto; a economia nacional é que em última análise condiciona a realização dos nossos planos, e eu não sei se admire a pressa que parece não permitir esperem breves anos coisas que já esperaram largos séculos.

1936

(«Era de restauração. Era de engrandecimento» — Discurso na Exposição do ano X da Revolução Nacional, em 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 146-147).*

Nada importa já averiguar dos motivos que levaram a destruir aqui, a não fazer além, a deixar ao abandono noutro ponto o que havia neces-

sidade de manter, de criar ou de reconstruir. Faltas dos homens, ideias dos tempos, dificuldades das circunstâncias, ausência de exemplos alheios quando não maus exemplos de incúria e de destruição, esse terrível encadeamento dos factos e das coisas que leva por vezes de vencida as mais claras inteligências e as melhores vontades — deixemos à História esclarecê-los e julgá-los, que para a nossa política de pouco valeria já qualquer definição de responsabilidades. Importa apenas frisar que o nosso principal cuidado tem sido acudir ao que precisava de mais pronto auxílio, impedir se desmoronasse o que ainda se encontrava de pé, não deixar tocar o zero da escala ao que ainda tinha algum valor. Nesta orientação se restauraram as finanças, a moeda e o crédito; se repararam as estradas, os edifícios e os monumentos; se desassorearam os portos e os rios; se reconstruíram os muros e os cais; se melhoraram as linhas férreas, telegráficas e telefónicas; se encomendaram ou construíram novos barcos. Neste sentido se refez o prestígio do Estado, se restabeleceu a moral do Governo e da administração, se repôs no espírito da função pública o ideal de servir a colectividade, se reconstituíu a disciplina, se reataram os laços da solidariedade afectiva e prática no mundo do trabalho e se tornaram a pôr em seu lugar ideias e sentimentos desterrados das inteligências e dos corações, sem os quais nem podemos compreender a nossa História nem me parece fácil continuá-la.

1940

(«Fins e necessidades da propaganda política» — Discurso às Comissões da União Nacional, em 26 de Fevereiro — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 195-198).*

Em ocasiões diversas devo ter proferido duas frases, que uma à outra se completam e traduzem o que acerca do primeiro ponto poderia dizer: «Pòlìticamente só existe o que se sabe que existe»; «pòlìticamente o que parece é».

Podeis lançar estradas, galgar com pontes os rios, erguer edifícios, reparar monumentos, estender fios telefónicos, construir portos, levantar barragens, irrigar os campos — e tudo isso se ignora? Não existe. Criam-se novas indústrias, descobre-se o subsolo, intensifica-se a cultura, conseguem-se novos mercados, acredita-se a qualidade dos produ-

tos, protege-se por várias formas a economia nacional; assim será, mas para quem o ignora é como não ser. Acarinha-se, organiza-se, protege-se o trabalhador e o fruto do seu trabalho; proporciona-se-lhe em bairros alegres e higiénicos a *sua* casa; difunde-se a instrução; morigeram-se os costumes; eleva-se a vida sempre dentro da modicidade das condições locais; aformoseiam-se as aldeias; multiplicam-se os melhoramentos para atractivo da vida umas vezes e instrumento de trabalho outras; minora-se a sorte dos infelizes; frutificam as obras de assistência particular e pública; mas tudo isso se desconhece? Nem ao menos ter sido pedido e satisfeito lhe dará o ser: existe como activo nacional; não existe nos espíritos como activo da situação política.

Está justificada a primeira frase, isto é, verificado por muitos o primeiro facto. Agora o segundo.

Para a formação da consciência pública, para a criação de determinado ambiente, dada a ausência de espírito crítico ou a dificuldade de averiguação individual, a aparência vale a realidade, ou seja, a aparência é uma realidade política. E este errado conhecimento das coisas é pior que a ignorância delas. Por este motivo o cuidado de cercar os actos do Governo ou da Administração daquelas aparências que se ajustam aos interesses regulados ou defendidos, à honestidade das intenções, à justiça das causas, constitui o primeiro acto de defesa; rectificar cada desvio do conceito geral, repor a cada momento os actos na sua realidade perante as deformações da ignorância ou da má fé, é dever e é necessidade que se impõe aos governantes e àqueles a quem incumbe auxiliá-los no desempenho da sua missão.

Quantos acontecimentos da vida política se regulam só pelas aparências! Quantas construções se erguem sobre aparências de inteligência, de iniciativa, de lealdade, de valor pessoal, de conhecimento dos problemas! Quantas reputações se fazem e desfazem, quantos valores se destroem, quantos empreendimentos ficaram em começo, só porque os envolveu o véu duma aparência enganosa e os olhos não puderam ver à luz da sinceridade o que ele lhes ocultava!

Simples gracejos podem ter a aparência de acerada crítica; palavras de desânimo em momento de cansaço podem ter a aparência da falta de fé; a legítima ansiedade de perfeição e progresso pode dar a aparência do desgosto ou da revolta por que nada se fizesse ainda ou nada se fizesse bem. O que ouve e passa supõe esfriado o entusiasmo, perdida a

fé, desaparecido o espírito de luta, abandonado o campo ao inimigo, e isso deu-lhe atrevimentos e aumentou-lhe as forças. No entanto, no fundo das inteligências e dos corações nada há mudado — nada há mudado senão as aparências; mas essa mudança é às vezes enorme.

No processo de revisão crítica a que devem estar permanentemente sujeitos os nossos princípios, os nossos métodos, os resultados da acção para garantia do seu aperfeiçoamento e segurança da sua eficácia, não podemos contar com os que desejam destruir-nos e não melhorar-nos. Mas, ao fazer apelo à plena independência do espírito que julga a própria obra, não pode nunca esquecer-se que o fazemos para bem da Nação e não para gáudio de inimigos dela. Cuidado com as aparências! porque «politicamente o que parece é».

1942

(«Na reeleição do Chefe do Estado» — Ao microfone da E. N., em 7 de Fevereiro — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 311-315).*

No terreno movediço e convulsionado das nossas paixões políticas e desregramentos sociais, foi primeiro o trabalho de consolidação, doloroso algumas vezes, mas necessário a toda a obra que pretenda durar; foi depois definir os princípios, gizar os planos, lançar os alicerces, erguer a construção política e económica, social e moral, de modo que não se desprezassem as exigências do nosso tempo nem se desperdiçassem materiais ou motivos experimentados pelos séculos. Como obra de conjunto, das finanças à administração, da economia à moral, da saúde do corpo à inteligência, da riqueza material à cultura, do indivíduo à colectividade, do agregado local à região, à Nação, ao Império; como obra de conjunto, dizia, como trabalho de reconstituição e reaportuguesamento, de valorização colectiva, de impulso criador sistematizado, ordenado à maior coesão, força e prosperidade da grei; como ideia e realização, se esta obra causa orgulho aos portugueses, podemos dizer que o Chefe do Estado tem nela sobrados motivos para a sua glória.

As finanças, cuja reforma e estabilização nos absorveram tão completamente que em certo momento parecia constituirem elas próprias o verdadeiro escopo da Revolução, não são mais que um dos pilares em que outras reformas e trabalhos haviam de assentar; quase são para o

conjunto um pormenor. A reforma administrativa, forçando a máquina estadual a mover-se com economia, competência e respeito pelos interesses dos cidadãos, trabalhando ao ritmo imposto pela satisfação dos interesses colectivos, não foi para mais do que deixar a burocracia de ser estorvo e o Estado ser efectivamente o guia, coordenador e estímulo do trabalho da Nação. Todo esse imenso trabalho de recuperação, salvamento, valorização do nosso património secular; tudo o que tem constituído a obra pública na instalação de serviços, nos portos, nos rios, nas estradas, nas comunicações, na urbanização, nos melhoramentos rurais, se destinou a dar à Nação, no conjunto, instrumentos ou meios de trabalho e às populações maiores possibilidades e conforto. Pretendeu-se mais trabalho e mais riqueza para todos e forçou-se a terra pelo arroteamento, pelas obras de hidráulica, pelo intenso povoamento florestal, certamente o mais vasto desde D. Dinis, pelo aperfeiçoamento dos métodos de cultura, pela activa intervenção da técnica, a dar alimento para mais milhão e meio de portugueses. Instalaram-se indústrias que não conhecíamos; elevou-se a produção mineira a níveis que não haviam sido aproximados antes; em estaleiros nossos se construíram barcos mercantes e de guerra a que até aqui ninguém sonhara aventurar-se. E se em toda esta colmeia trabalhadora, que aliás tem permitido a sucessiva elevação do nível geral da vida, há ainda obreiros sem aquelas garantias que ousamos proclamar como direitos — o do trabalho e o da família — todos têm a segurança de que os compromissos da Revolução se cumprem e de que se não se adoptam soluções precipitadas é para não comprometer soluções definitivas.

Estabilizou-se a fórmula política; constitucionalizou-se a Revolução. A ordem, a harmonia, a tranquilidade geral são indicador seguro de que os indivíduos e grupos sociais se congraçaram em a Nação e que o Estado Corporativo promove o interesse desta e garante eficazmente os direitos daqueles. Desta ordem, desta unidade uma nova consciência se formou, unitária, viril; o patriotismo passou a ser conceito activo e a dedicação pelo bem comum sentimento generalizado. Surgiu uma nova concepção de Império; tem-se vivido uma ideia imperial: quando o Chefe do Estado realizou as suas viagens verdadeiramente triunfais às ilhas atlânticas e aos domínios de além-mar, pôde sentir como vibravam, sobre o fundo de um passado de glórias, as palpitações frementes da nova alma de Portugal e do seu Império.

A solidez da estrutura política, económica e social parece averiguada,

pois que tem resistido a crises económicas e financeiras que assolaram o mundo na última década, às mutações políticas que agitaram quase toda a Europa nos últimos anos, às lutas civis da Península, à guerra mundial de hoje. A ordem não se altera; mantém-se a unidade nacional; o trabalho intensifica-se; o País consegue abastecer-se quase satisfatòriamente numa Europa empobrecida e faminta, a moeda mantém a sua solidez; o crédito do Estado afirma-se todos os dias; aumenta o prestígio da Nação; os soldados do Império estão alerta nos pontos mais sensíveis; tem sido possível manter dignamente a neutralidade e conservar-nos em paz — neutralidade útil a todos, paz que não afronta ninguém.

1943

(«Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional» — Ao microfone da E. N., em 27 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. III, pág. 388).*

O eterno *deficit;* o mistério tenebroso das contas e da dívida pública; o espectro da bancarrota; a quebra da moeda; o *deficit* da balança comercial; a insuficiência económica; a miséria agrícola; a irrigação do Alentejo; o repovoamento florestal; as estradas; os portos; o analfabetismo; o abandono das populações rurais; a pesca; a marinha mercante; a administração colonial; a instrução e rearmamento do Exército; a reconstrução da marinha de guerra; a viciosa educação da gente portuguesa; a emigração; o quadro das nossas relações internacionais; a questão religiosa — tudo isto absorveu literalmente um século de discursos, toneladas de artigos e não deu um passo, salvo sempre o respeito pelos esforços honestos e realizações parciais úteis, entre as quais se destacam o fomento das comunicações e a ocupação colonial.

1948

(«Prefácio da 4.ª edição» — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. VI-VIII, VIII e XIII-XIV).*

Os portugueses dados à reflexão e animados de consciente patriotismo estavam pràticamente de acordo acerca da situação a que o País

chegara. Discutiriam ainda as causas da nossa decadência ou atraso; dividir-se-iam quanto aos remédios que podiam ou deviam ser aplicados com êxito, e até quanto à forma de tratamento. Mas que a origem de tantos males estivesse na desregrada vida política e nas tradicionais deficiências da Administração; que derivasse da pobreza material, do nosso modo de ser não corrigido pela educação e do atraso da instrução pública; que pudesse atribuir-se à indisciplina dos portugueses ou até ao gigantesco esforço que houvemos de fazer, através dos séculos, para descobrir, ocupar, administrar e civilizar territórios em desproporção com o potencial humano e os recursos normalmente disponíveis — em nada se alterava a conclusão geral. Decerto não deixaram nunca de afirmar-se, em todos os sectores ou modalidades de vida, homens que honrariam Portugal e seriam para sempre lustre da sua história e da raça portuguesa. A crise não secara as fontes dos valores individuais, nem mesmo felizmente extinguira as reservas espirituais do nosso povo; ela atingira, porém, a nossos próprios olhos e no conceito europeu, as manifestações de vida colectiva, a unidade Nação.

Nós estávamos colocados diante de um intrincado de questões e dificuldades que se repercutiam umas sobre as outras e umas às outras se agravavam. Eram como a meada a que se perdeu o fio, o labirinto sem guia, a imensa mole a transportar ao alto da montanha. Diante delas homens e instituições houveram de confessar-se impotentes; e de tantos esforços despendidos e perdidas boas vontades a única verificação útil foi não ser possível encontrar solução de conjunto para tão difíceis problemas. Em tais circunstâncias, e tendo o levantamento do Exército criado por si mesmo o mínimo de condições políticas indispensáveis, o que se impunha era escolher o *princípio da acção*.

... ...

Eu não tinha a pretensão de partir de conclusões puramente científicas — a investigação não é de exigir aos homens de governo — mas tinha perfeita consciência da viabilidade do processo quando procurei, nas primeiras palavras dirigidas aos oficiais da guarnição de Lisboa, apresentar em esquema o conjunto dos grandes problemas nacionais, designando-os por problema *financeiro, económico, social* e *político*. Sem perder de vista a complexidade e dependência de uns problemas em relação aos restantes, nem o condicionalismo próprio de cada um, aquele

enunciado traduzia uma sistematização, essa talvez grosseira, e claramente também uma ordem de preferência, essa decisiva na acção.

... ...

Assim cuidava que a reforma financeira arrumaria um problema e facilitaria a solução de outros; mas em verdade eu tinha em vista também, e sobretudo, alcançar uma das melhores garantias da independência do País. É ainda hoje para mim motivo de estranheza que só muito raros portugueses (ao menos do meu conhecimento) se apercebessem do valor político da obra realizada naquele domínio. E, no entanto, pelas suas ruins finanças e irregular administração, o País foi julgado nos pretórios da Europa, umas vezes com alguma justiça, outras sem ela. Pelas suas faltas de devedor e urgências de dinheiro teve de aceitar contratos leoninos e acordos cujas cláusulas se afastavam do teor normal entre pessoas ou Estados solventes. Com a expectativa de novos pedidos de empréstimo se pretextaram conluios internacionais, em que se viu contarem pouco os direitos, a integridade, a soberania de uma Nação, suposta independente, segura e garantida. Tudo isso é História; e se esse passado, cujos traços mais humilhantes temos, uns após outros, tentado apagar, não deve incompatibilizar-nos com o capital estrangeiro, a que muito devemos e de que muito precisamos, impõe-nos no entanto uma linha de conduta que, mesmo à custa de grandes sacrifícios, não possa jogar contra o País e seja antes um dos factores da sua defesa.

1949

*(«Questões de política interna» — Discurso aos governadores civis, às comissões da U. N. e aos candidatos a deputados, em 20 de Outubro — **«Discursos»**, Vol. IV, págs. 435-436 e 443).*

Um ponto permanece indeciso no meu espírito — o referente ao futuro da Assembleia Nacional.

A Câmara Corporativa, pela sua origem e modo de formação, é, muito mais do que a Assembleia, representativa dos vários interesses que

se movem no seio da Nação; e, sendo mais representativa, também não pode dizer-se que seja exclusivamente técnica. Por outro lado, não parece certo que o interesse nacional seja apenas constituído pela combinação dos diversos interesses materiais ou morais ou que, pelo menos, não haja, além destes interesses específicos e particulares de grupos, um interesse político geral, relativo à Nação como ser e unidade moral.

Há conceitos que informam e orientam a vida da Nação em conjunto; o corpo social revela aspirações e tendências que pressupõem intérprete autorizado. Que se constitua pelo processo que actualmente adoptamos ou emane por qualquer processo da própria Câmara Corporativa; que seja permanente ou sujeito a renovação total ou parcial, em períodos mais ou menos longos, são aspectos que não vejo com clareza. Como a questão não urge, esperemos que o tempo nos ajude a encontrar-lhe solução.

... ...

O País não tem interesse em ter uma monarquia para três meses nem mesmo para três anos. Monarquia, República têm o seu interesse e utilidade quando constituem a solução nacional do problema do regime e por essa razão se estabilizam, permitindo tirar o máximo proveito da sua força intrínseca ou virtudes específicas. Nestes termos um novo regime deveria surgir por forma natural como correspondente ao estado social da Nação e à sua compreensão do máximo problema político. Sendo questão tão transcendente, ela só deveria ser resolvida pela razão esclarecida dos homens; é-o, em geral, num sentido ou noutro, para infelicidade de todos, pela força das paixões. Mas a questão do regime não está posta e não tem por isso que ser discutida.

1950

(«Breves considerações sobre política interna e internacional a propósito da inauguração do Estádio de Braga» — Discurso pronunciado em 28 de Maio — «Discursos», Vol. IV, pág. 470).

Saber se a evolução política como se verificou foi ou não benéfica para o País é quanto ao presente um problema ocioso, pois, apesar das

imperfeições e erros que acompanham e caracterizam toda a obra humana, são incontestáveis e fora de toda a comparação com o passado as benemerências do regime, que sem essa evolução não poderia vingar. Para o futuro não se enxerga por que haveriam de desaparecer, salvo por culpa ou deficiência dos seus executores, as virtudes de princípios políticos que no fundo são apenas ensinamentos da razão esclarecida pela experiência dos séculos.

II

O PROBLEMA FINANCEIRO

Capítulo 4.º

LINHAS GERAIS DO PROBLEMA FINANCEIRO EM PORTUGAL

1923

(«Redução das despesas públicas» — Tese apresentada ao Congresso das Associações Comerciais e Industriais Portuguesas reunido em Lisboa em Novembro).

Sob um ponto de vista nacional, não são só as despesas públicas que se torna necessário reduzir, mas as despesas privadas, e pouco importaria mesmo retirar despesas ao Estado para as pôr em quantitativo igual a cargo dos particulares: a economia nacional pagá-las-ia igualmente.

A redução das despesas, dum modo geral, é necessária ao incremento da produção e reconstituição dos capitais nacionais, mas se ao Estado ela se impõe como um dever, não se pode impor aos particulares, da mesma forma, nem convém confiá-la ao simples patriotismo, se melhor com ela pudermos casar o seu verdadeiro interesse.

Tudo o que entre nós tem contribuído para a queda sucessiva do escudo se pode considerar em grande parte responsável pela desordem das economias privadas, alimentando consumos inúteis e capitalizações inferiores, quando não inteiramente estranhas à economia nacional. Perdem-se para esta as somas colocadas no estrangeiro fugidas a uma maior

depreciação, como aquelas que, guardadas por particulares, se lhes vão esboroando e desaparecendo das mãos, pela diminuição do seu valor. Perdem-se as que o Estado absorve para gastos improdutivos e as que os particulares, para não perderem tudo, aplicam *seja no que for.*

Ainda uma vez: é inútil dizer que o patriotismo aconselha economia. Mais seguro é poder-se afirmar que há interesse em reduzir as despesas privadas para se empregar o excedente em novas produções.

1928

*(«Os problemas nacionais e a ordem da sua solução» — Discurso aos oficiais da Guarnição Militar de Lisboa, em 9 de Junho — **«Discursos»**, Vol. I, págs. 12-13).*

O problema financeiro é redutível aos seguintes dados fundamentais: *deficit* crónico, que tomou foros de instituição nacional, de venerando monumento nacional, *deficit* cuja repetição provocou uma dívida relativamente avultada, nem sempre compensada por contrapartida equivalente no activo do Estado; uma dívida flutuante muito elevada, de taxas de juro altas, onerosa portanto e com perigo de reembolso imediato; e uma dívida fundada constituída por tão diversos tipos de empréstimos e juros tão afastados da taxa do mercado que as cotações parecem acusar o nosso descrédito, quando, de facto, traduzem apenas os baixos rendimentos. Acrescentemos ainda a má arrecadação das receitas e a desigual distribuição dos rendimentos públicos pelos serviços do Estado.

Será por aqui que deve começar-se a solução do problema nacional? Digo-vos: a não resolução deste problema fundamental traduz-se no recurso indefinido ao crédito. Quando este falta, é preciso recorrer à emissão de notas, à fabricação de moeda falsa, que tanto é a emissão de notas sem contrapartida. As que se fizeram representavam saques sobre o futuro: são esses os que somos agora chamados a pagar.

★

*(«Política de verdade. Política de sacrifício. Política nacional» — Discurso na manifestação dos municípios do País, em 21 de Outubro — **«Discursos»**, Vol. I, págs. 30-31 e 32-33).*

Não há regra fixa, matemática, uniforme para determinar a proporção em que deve recorrer-se ao imposto e ao empréstimo: depende isso,

em grande parte, do conceito dos governantes e da virilidade dos povos. Mas no ponto a que haviam chegado as coisas em Portugal, ninguém de são critério poderia já defender que se continuasse a usar e a abusar do crédito para pagar despesas correntes, e não só porque, há muito já fora da razão e da normalidade, o sistema não poderia ser praticado por mais tempo, mas ainda porque se hipotecariam ao presente os rendimentos das futuras gerações, a quem, para sempre talvez, se cortava a possibilidade de realizar, conforme as exigências do seu tempo, as condições do progresso nacional.

Deste primeiro ponto de vista resultava que devia considerar-se fechado o recurso ao crédito para tudo quanto não fossem obras de utilidade geral para nós e para os vindouros. Temos uma dívida pública que não pode considerar-se grande e que absorve uma percentagem não exagerada das nossas receitas, quando a comparamos com a de outras nações; mas é grande o atraso do País, e é para preencher as lacunas deste atraso que deve ciosamente guardar-se toda a nossa reserva de crédito; mais um motivo para sobre a geração actual, apenas, haverem de recair todos os encargos ordinários da administração pública.

O primeiro sentido desta política de sacrifício é que há uma geração sacrificada ao futuro da Pátria — a nossa geração.

... ...

Se dividirmos em duas grandes classes toda a população segundo a sua posição de credora e devedora — de um lado os proprietários, os portadores de títulos, os capitalistas, os funcionários, os operários (também credores pelos seus vencimentos e pelos seus salários), e do outro, comércio, indústria, agricultura, em geral trabalhando a crédito e, portanto, devedores; se supusermos dividida a população nestes dois grupos, verificar-se-á que as desvalorizações sucessivas da moeda beneficiam um grupo e sobrecarregam outro, exoneram de dívidas a produção e por isso a facilitam momentâneamente, mas vêm por fim a destruir as condições do seu desenvolvimento e a capacidade consumidora dos seus mercados.

Com este pensamento impunha-se não sacrificar mais os capitais — base, factor do progresso económico futuro — e, para os poupar, chamar aos sacrifícios necessários todos os rendimentos da Nação. Daqui o duplo objectivo — assegurar, tanto quanto possível, valor estável à

moeda e sobretudo não permitir novas depreciações; depois, elevar a tributação ao nível exigido pelas reais necessidades do Estado.

1930

(«Saúde financeira e doença económica» — Exposição feita ao jornal «Novidades, em 1 de Janeiro — **«A reorganização financeira»,** *pág. 486).*

É incontestável que a guerra abalou muitos princípios morais, basilares na vida das sociedades, e substituiu até por outras algumas regras tradicionais da vida profissional, apreendidas da prática corrente, impostas a todos pela consciência pública. A improvisação de dirigentes da actividade económica e a vertigem dos acontecimentos explicam em parte tão rápidas mutações. A verdade é que dos lucros enormes obtidos pouco se capitalizou, a consolidar as situações criadas, a preparar a resistência para a época inevitável da crise — consumos loucos, exagerados e improdutivos foram espectáculo e regra de viver em certo período. Grande parte da riqueza que devera ou poderia conservar-se, desapareceu, foi como se ardesse: não fez falta enquanto o crédito, abundante e fácil pela certeza dos lucros, a tudo supria; quando fosse a altura de este se retrair ou buscar a sua realização em bens, verificar-se-ia que se seguiu caminho errado. Para os que assim procederam não haveria então com que pagar as dívidas ou com que refazer a utensilagem avariada.

★

(«Ditadura administrativa e revolução política» — Discurso na Sala do Risco do Arsenal de Marinha, em 28 de Maio — **«Discursos»,** *Vol. I, págs. 48-49).*

Longe de mim examinar miùdamente aquele estado financeiro desequilibrado em que eram absorvidas todas as receitas normais, todas as dos novos impostos e taxas que o Parlamento votara, sem se preencher o *deficit* que devorava as emissões de notas do Banco de Portugal e as disponibilidades da Nação pelos depósitos da Caixa Económica Portu-

guesa, pelos bilhetes do Tesouro e pela dívida fundada, ao mesmo tempo que no orçamento, na tesouraria, nas contas o exagero das autonomias legais ou ilegais e os atrasos de pagamento, de liquidação, de escrita, de estatística estabeleciam a incerteza e a confusão. Desisto de cansar-vos com números, mas uma cifra valia a pena fixá-la. Já depois da guerra, e apesar de esforços interessantes, mas isolados, que foram feitos para remediar a situação, o *deficit* anual, reduzido a ouro pelo câmbio médio de cada gerência, foi de cerca de £ 5 milhões, o que representa em seis anos uns 30 milhões de libras ou 3 milhões de contos da nossa moeda actual. E sabe-se que de tão grandes somas gastas foi bem modesta a parte destinada a verdadeiro enriquecimento e à valorização do activo nacional. *Desordem:* a desordem *financeira.*

1931

(«O interesse nacional na política da Ditadura» — Discurso na manifestação da União Nacional, em 17 de Maio — «Discursos», *Vol. I, pág. 119).*

Quem tenha presente o atraso em que, sob muitos aspectos, se encontra o País, e a necessidade, por parte do Estado e dos particulares, de inverter em obras e melhoramentos públicos e na utensilagem da produção importâncias elevadas, concordará, se não vive de fantasias opostas à realidade das coisas, em que na base de toda a política verdadeiramente nacional deviam ser postos estes dois objectivos: firmar o crédito público e particular, consolidar o valor da nossa moeda. Os que têm seguido atentos as infelicidades da nossa administração ou nesta intervieram de qualquer modo, podem ainda ajuizar das dificuldades da empresa, e não deixarão de confessar que não podia ser diferente a marcha até agora seguida.

1937

(«Portugal, a aliança inglesa e a guerra de Espanha» — Discurso aos oficiais das forças armadas depois do atentado de 4 de Julho — «Discursos», *Vol. II, págs. 304-305).*

Quando tomei conta da pasta das Finanças era ainda ponto de fé que a vida financeira do País devia eternamente oscilar entre o *deficit*

e a bancarrota. Houve dificuldade em convencer a Nação de que lhe era possível e relativamente fácil equilibrar as contas, ter saldos, dispensar o recurso aflitivo ao empréstimo, pagar honradamente as suas dívidas. Fez-se a prova; fez-se a contraprova de uma crise que abalou os mais fortes edifícios, e as nossas finanças resistiram heròicamente. O primeiro postulado morreu.

Capítulo 5.º

A BATALHA DA RESTAURAÇÃO FINANCEIRA DO PAÍS

1928

(«Condições da reforma financeira» — Discurso no acto da posse de Ministro das Finanças, em 27 de Abril, segundo as notas do jornal «Novidades» — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 3-6).*

Sr. Presidente do Ministério: — Duas palavras apenas, neste momento que V. Ex.ª, os meus ilustres colegas e tantas pessoas amigas quiseram tornar excepcionalmente solene.

Agradeço a V. Ex.ª o convite que me fez para sobraçar a pasta das Finanças, firmado no voto unânime do Conselho de Ministros, e as palavras amáveis que me dirigiu. Não tem que agradecer-me ter aceitado o encargo, porque representa para mim tão grande sacrifício que por favor ou amabilidade o não faria a ninguém. Faço-o ao meu País como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido.

Não tomaria, apesar de tudo, sobre mim esta pesada tarefa, se não tivesse a certeza de que ao menos poderia ser útil a minha acção, e de que estavam asseguradas as condições dum trabalho eficiente. V. Ex.ª dá aqui testemunho de que o Conselho de Ministros teve perfeita unanimidade de vistas a este respeito e assentou numa forma de íntima cola-

boração com o Ministério das Finanças, sacrificando mesmo nalguns casos outros problemas à resolução do problema financeiro, dominante no actual momento. Esse método de trabalho reduziu-se aos quatro pontos seguintes:

a) *Que cada Ministério se compromete a limitar e a organizar os seus serviços dentro da verba global que lhes seja atribuída pelo Ministério das Finanças;*
b) *Que as medidas tomadas pelos vários Ministérios, com repercussão directa nas receitas ou despesas do Estado, serão prèviamente discutidas e ajustadas com o Ministério das Finanças;*
c) *Que o Ministério das Finanças pode opor o seu «veto» a todos os aumentos de despesa corrente ou ordinária e às despesas de fomento para que se não realizem as operações de crédito indispensáveis;*
d) *Que o Ministério das Finanças se compromete a colaborar com os diferentes Ministérios nas medidas relativas a reduções de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possa organizar, tanto quanto possível, segundo critérios uniformes.*

Estes princípios rígidos, que vão orientar o trabalho comum, mostram a vontade decidida de regularizar por uma vez a nossa vida financeira e com ela a vida económica nacional.

Debalde porém se esperaria que milagrosamente, por efeito de varinha mágica, mudassem as circunstâncias da vida portuguesa. Pouco mesmo se conseguiria se o País não estivesse disposto a todos os sacrifícios necessários e a acompanhar-me com confiança na minha inteligência e na minha honestidade — confiança absoluta mas serena, calma, sem entusiasmos exagerados nem desânimos depressivos. Eu o elucidarei sobre o caminho que penso trilhar, sobre os motivos e a significação de tudo que não seja claro de si próprio; ele terá sempre ao seu dispor todos os elementos necessários ao juízo da situação.

Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar.

A acção do Ministério das Finanças será nestes primeiros tempos quase exclusivamente administrativa, não devendo prestar larga cola-

boração ao *Diário do Governo*. Não se julgue porém que estar calado é o mesmo que estar inactivo.

Agradeço a todas as pessoas que quiseram ter a gentileza de assistir à minha posse a sua amabilidade. Asseguro-lhes que não tiro desse acto vaidade ou glória, mas aprecio a simpatia com que me acompanham e tomo-a como um incentivo mais para a obra que se vai iniciar.

★

(*«Os problemas nacionais e a ordem da sua solução» — Discurso aos oficiais da Guarnição Militar de Lisboa, em 9 de Junho —* **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 17-18 e 18).*

Como V. Ex.as sabem, pelos decretos já publicados, nós subordinamos tudo, neste momento, à necessidade do equilíbrio das contas públicas. Ora nunca houve possibilidade de equilibrar duas somas senão diminuindo uma e aumentando a outra, ou operando sobre ambas ao mesmo tempo. Parece que há já quem se ria dizendo: assim haveria muito quem resolvesse o problema, e renasce mais uma vez a eterna questão do ovo de Colombo.

Esse equilíbrio conquista-se com aumentos de receitas e reduções de despesas; exige pois sacrifícios. É, como já tive ocasião de dizer, falando aos Srs. comandantes, uma política impopular.

Podem e devem fazer-se esses sacrifícios?

Eu reputo-os imprescindíveis; direi mais, eles têm de fazer-se: a nós só compete escolher a forma de fazê-los. Há, por assim dizer, um equilíbrio natural em todas as coisas, e por isso também nas contas públicas.

Quando existe o *deficit*, procura-se o equilíbrio recorrendo ao crédito; quando este se não pode utilizar, emite-se moeda, desvalorizando-a. Mas dessa desvalorização resultam sacrifícios. De modo que toda a questão está em pedir sacrifícios claros, que podem salvar-nos, ou disfarçados, que custam o mesmo e em geral não resolvem nada

... ...

Mas não tenhamos ilusões; as reduções de serviços e despesas importam restrições na vida privada, sofrimentos, portanto. Teremos de sofrer

em vencimentos diminuídos, em aumentos de impostos, em carestia de vida. Sacrifícios, e grandes, temos nós já feito até hoje, e infelizmente perdidos para a nossa salvação; façamo-los agora com finalidade definida, integrados em plano de conjunto, e serão sacrifícios salutares.

É a ascensão dolorosa dum calvário. Repito: é a ascensão dolorosa dum calvário. No cimo podem morrer os homens, mas redimem-se as pátrias!

1929

(«A política de economias e os inimigos do equilíbrio e da unidade financeira» — Exposição ao Conselho de Ministros, segundo o resumo dos jornais de 5 de Março — **«A reorganização financeira»**, *pág. 33).*

Na concentração de esforços, sacrifícios e dinheiro, que houve necessidade de ordenar em nome da salvação comum, é evidente que haviam de ser sacrificados interesses locais, aliás legítimos, mas a pátria é só uma e o bem geral prevalece sobre outro qualquer. Convém por isso reparar em que a restrição das despesas locais é uma coisa *querida* pelo Governo, em plena consciência, como meio de proteger o contribuinte neste período difícil de adaptação a uma ordem nova de coisas (demais empobrecido como está) e de salvar acima de tudo as finanças do Estado.

Na relativa autonomia de que no domínio tributário gozam os municípios, é um pouco difícil a inteira coordenação dos seus esforços com os nossos para restauração das finanças do País sem atacar as suas forças vitais. Mas o Governo tem por toda a parte, à frente de todas as autarquias, os seus delegados e os representantes do seu pensamento e que neste devem estar integrados. É fácil por isso fazer aceitar o princípio da moderação nos gastos, da preferência pelas obras que interessam à saúde e higiene da população, e pelas directamente reprodutivas, adiando os melhoramentos, os embelezamentos e as obras de puro luxo para momento em que os povos estejam em situação mais desafogada. Eu considero como trabalhando pela sua terra certamente, mas contra o País, todos os que, esquecidos da gravidade do momento, tributem os povos além do indispensável para as necessidades fundamentais da administração local.

★

(*«O novo sistema tributário»* — *Relatório do Decreto n.º 16 731, de 13 de Abril* — **«A reorganização financeira»**, *pág. 103).*

Mais de um princípio se pôs em actuação nesta reforma que pode ser considerada revolucionária para os nossos hábitos mentais, para os costumes adquiridos, para a prática corrente da nossa vida administrativa. Verifica-se, porém, que há, por baixo de princípios geralmente adoptados e indiscutidos, algumas ilusões, caras por vezes. E quando se descobriu que mais valia denunciá-las que encobri-las, pôs-se de lado um princípio, venerando de crença e de idade, por outro mais conforme à realidade das coisas e mais útil sob os vários aspectos por que um princípio tributário o pode ser.

★

(*«Um ano de finanças»* — *Exposição do Ministério das Finanças, de 26 de Abril* — **«A reorganização financeira»**, *pág. 431).*

Todos os sacrifícios feitos para a conquista da ordem e do poder financeiro são condições indispensáveis não só para prosseguir no caminho encetado sob o ponto de vista das finanças e da economia pública, mas ainda para se entrar com eficácia na plenitude da governação directamente subordinada à finalidade política, social e moral, para onde deve tender a Ditadura transitória que os males e desordens anteriores tornaram necessária.

★

(*«Algumas objecções ao novo regime tributário»* — *Entrevista ao jornal «Novidades», de 1 de Maio* — **«A reorganização financeira»**, *págs. 152 e 163).*

Sistemàticamente usados, o adiamento, a prorrogação, a isenção, a dispensa dos preceitos legais têm a tal ponto deseducado o espírito público que a maior parte da gente não acredita que a lei venha a ser cumprida ao menos «tão inteiramente como nela se contém». Do uso e abuso de tais processos resulta que no nosso País quem se apressa a cumprir a lei, a cumpri-la rigorosamente, lisamente, a fazer uma decla-

ração exacta e em devido tempo, fica sempre em condições inferiores a todos os outros que não fizeram o mesmo. Pois é absolutamente preciso, *por uma questão de educação e de ordem*, que comecemos de vez a praticar o sistema inverso e a fazer com que quem não cumpre — por mais razoável que seja o motivo da falta — fique em situação pior que os que cumprem.

... ...

Sem possuir uma infabilidade que ninguém tem, posso apelar para o que tenho estudado de impostos, para o que sei de legislação tributária, para o cuidado, a meticulosidade, o esforço que empreguei directa, pessoalmente, durante meses, na preparação desta reforma, para estar perfeitamente tranquilo; o que tenho lido contra, mais me assegura do bom serviço prestado: quando os interesses feridos começam a criticar uma reforma, soltando impropérios contra o que lá não está, é que o que está, está bem.

★

(«As contas do Estado na gerência de 1928-1929» — Nota oficiosa de 24 de Agosto, publicada na Imprensa; incluída em **«A reorganização financeira»**, *págs. 439 e 468-469).*

Eu tenho de pedir humildemente perdão aos discordantes da minha orientação financeira, por as contas da gerência finda em 30 de Junho não se limitarem a confirmar o equilíbrio previsto no orçamento, mas apresentarem um saldo positivo de cerca de 300 000 contos. Apresento como desculpa que o não esperava tão grande e que há um ano era impossível prevê-lo; não só factos acidentais explicam certas maiores valias de receitas, como não podia saber-se então o efeito que nas reduções de despesa se poderia tirar dum conjunto de princípios de administração financeira, rìgidamente, imperturbàvelmente aplicados desde o primeiro decreto de reforma orçamental. Ser-me-á ainda levado em conta que na melhor suposição a indignada veemência com que vou ser acusado não é inferior àquela com que o seria se as contas apresentassem um *deficit* em vez de um saldo.

... ...

Ninguém poderia pensar que este duro trabalho da nossa reconstituição financeira se faria sem repercussões mais ou menos extensas e

graves na economia nacional. Tudo o que o Estado gasta de menos e tudo o que aos indivíduos exige a mais, deixa de activar o comércio, de alimentar o trabalho, de irrigar as economias individuais, por consequência, de fomentar a produção. Mas sendo isto incontestável, o que haveria a discutir era apenas se outro caminho nos ficava aberto para nos salvarmos com segurança e com honra. O ponto delicado está apenas em não ir nas exigências além das possibilidades, e acudir agora com as obras de fomento indispensáveis para a activação da vida económica que assegure e consolide o equilíbrio financeiro conquistado. Será nesse plano de reconstituição económica, possível agora, que buscaremos largas compensações a todos os sacrifícios.

★

(«Política de verdade. Política de sacrifício. Política nacional» — Discurso na manifestação dos municípios do País, em 21 de Outubro — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 25, 26-27, 28-29, 39 e 39).*

Pelo que directamente me toca, creio que poucos períodos teremos vivido em que a administração das finanças públicas tenha sido tão atenta e assìduamente seguida pelo País, em que se haja dado conhecimento de tantos elementos de estudo ou exposto tão desenvolvidamente a finalidade que se procura atingir e os caminhos por onde havemos de chegar à nossa regeneração financeira. E, se há factos demonstrados, um é — que, sobre espíritos que encontrámos cansados de ser iludidos, a clareza das afirmações e das contas exerceu uma estranha sedução.

... ...

A mesma preconizada política de verdade impõe atitudes mentais e morais definidas, em face de certos problemas. A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a sua execução, fez da vida administrativa do País uma mentira colossal.

Se temos um vencimento e ao lado a acumulação ou o cofre de emolumentos, temos a *mentira dos ordenados*.

Se temos um número de funcionários para um trabalho e parte deles desligados do serviço, porque aguardam uma aposentação que não chega mais, temos a *mentira dos quadros*.

Se o funcionário tem outra vida que não só a de funcionário, e não entra à hora que deve, e não trabalha com zelo durante o tempo de serviço, e as faltas não são nunca averiguadas, nem julgadas, nem ràpidamente punidas, temos a *mentira disciplinar*.

Se temos uma taxa para um imposto e meia dúzia de adicionais ao mesmo imposto ou de adicionamentos sobre a sua matéria colectável, temos a *mentira da tributação*.

Se temos fixado um período para pagamento de dívidas, e esse período é sucessivamente prorrogado, temos a *mentira dos prazos*.

Se temos um orçamento equilibrado, mas as receitas foram avaliadas em mais e as despesas foram artificialmente reduzidas abaixo do que hão-de ser, temos a *mentira das previsões*.

Se trazemos despesas públicas por fora do orçamento, e outras as iludimos e as pagamos por operações de tesouraria, arranjamos equilíbrios ou saldos, mas temos a *mentira das contas*.

... ...

E de todas estas mentiras, acumuladas, multiplicadas, enredadas umas nas outras, vêm todas as deficiências de que o País sofre e que há absoluta necessidade de suprir.

A política de verdade impõe-nos a modificação radical de tal estado de coisas, e, para não sair do âmbito das finanças, muitas medidas têm sido promulgadas que duma vez ou por aproximações sucessivas, conforme é indicado, se inspiram nesse pensamento e tendem a realizar esse objectivo. A reforma do orçamento das receitas, a reforma do orçamento das despesas, a criação da Intendência do Orçamento, a próxima reforma da contabilidade, a obra de actualização e aperfeiçoamento da estatística, que, quando acabada, eu consideraria uma das maiores e mais interessantes obras da Ditadura, a reforma tributária em numerosas das suas disposições, a simplificação dos despachos aduaneiros, a redução das isenções, tudo são medidas que se integram no mesmo pensamento fundamental.

... ...

Com o equilíbrio do orçamento, a seriedade das contas, a lisura nos contratos e este conceito de o Estado dever ser sempre uma *pessoa de*

bem, lançaram-se as bases sólidas da reorganização financeira de Portugal e sobre elas se assentou o crédito público, aqui e lá fora.

... ...

Defender com solicitude e energia o orçamento, para assegurar a sequência da restauração financeira e o desenvolvimento da acção económica, é, continua a ser a primeira necessidade, porque de outra forma romper-se-ia o equilíbrio fundamental e tudo se desmoronaria.

1930

(«Duas palavras a servir de prefácio» ao volume «A reorganização financeira», págs. 11-12).

Podem reviver-se, lendo-o, as horas más do passado, as dificuldades experimentadas, os sacrifícios impostos; relembrar-se as más vontades inimigas; sentir-se o desânimo; animar-se a dúvida; ver-se brilhar um raio de fé, ainda tíbia de início; radicar-se a esperança do ressurgimento; agarrar-se a alma à certeza da vitória, e através das muitas ilusões e desenganos por que o País tem passado, palpar-se a sua ânsia de renovação e de progresso.

Muitos dos números que aí se lêem são lágrimas, são miséria, são dor, preço alto do resgate, pago sem resistência ou azedume — que digo? — quase alegremente, por cada um, para a salvação de todos...

...Este livro deveria mesmo intitular-se: *«Elogio do patriotismo do povo português»*.

★

(«Ditadura administrativa e revolução política» — Discurso na Sala do Risco do Arsenal de Marinha, em 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 52-54).*

O *deficit* anual foi substituído por saldos importantes nas contas, que não podem continuar tão elevados, mas com os quais se firmaram as condições de sólido equilíbrio das finanças públicas. Foi integralmente paga a dívida flutuante externa; vai progressivamente diminuindo a dívida flutuante interna pelo reembolso e pela consolidação, e deve desaparecer completamente em dois ou três anos, o máximo, de política como

a que se vem seguindo. A tesouraria tem sempre disponibilidades avultadas que a põem inteiramente a coberto de operações ruinosas realizadas sob o império de necessidades prementes. A estatística vai-se regularizando e actualizando, e avança para a desejada perfeição, dando já hoje ao País, no concerto internacional, lugar honroso. O crédito de Portugal sobe dia a dia, por toda a parte, criando-se assim as bases das operações de crédito que seja indispensável realizar para concluir a restauração financeira, a consolidação monetária e impulsionar a produção, as comunicações e a riqueza geral.

Pagam-se velhas dívidas, liquidam-se desagradáveis questões arrastadas de anos, procura-se fazer melhor distribuição dos encargos tributários, acentua-se regularidade nas entradas e nos pagamentos, reforça-se a fiscalização para que tudo caminhe com ordem dentro da lei. Concentração, unidade, simplificação, regularidade, defesa do contribuinte, carácter sagrado dos contratos, domínio absoluto da lei — são os princípios básicos da administração e de todas as reformas. Elas traduzem, desde as que tiveram por objecto o orçamento e a dívida pública até à da contabilidade, a marcha ininterrupta para a *ordem financeira*.

★

(«As contas públicas de 1929-1930» — Nota oficiosa de 15 de Novembro, publicada na Imprensa).

Embora seja excepcionalmente grave a crise universal e grandes as suas repercussões no País, este poderá vencer as dificuldades daí resultantes, melhorar as suas condições de existência e preparar a sua prosperidade.

Não pode determinar-se desde já a influência da crise na execução do plano financeiro; ela não exigirá em caso algum a sua modificação, talvez apenas um desenvolvimento mais demorado e longo nalgumas operações. A apatia dos negócios vai repercutir-se nas receitas, diminuindo-as, mas o equilíbrio do Orçamento é bastante forte para aguentar essa diminuição, contrabalançada ainda pela maior economia que é de recomendar nas despesas correntes dos serviços.

Não pode abandonar-se, antes se impõe prosseguir, desenvolver, completar a obra de saneamento financeiro e de defesa monetária, sem a qual se afigura impossível a reconstrução económica e se caminharia para situações piores do que as antigas.

... ...

E nada de desânimos ou exagerados receios. Calma, muita calma. O medo e a desordem acarretariam para todos desastres e ruínas, que podem, que devem ser evitados, porque diminuiriam a nossa capacidade de resistência, sendo tão grandes as nossas possibilidades de cura.

1931

(«O interesse nacional na política da Ditadura» — Discurso na manifestação da União Nacional, em 17 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 122-124).*

Poucos países têm na sua constituição geográfica, ao mesmo tempo que riquezas inapreciáveis, tantos pontos delicados. As nossas posições do Atlântico, insubstituíveis mas dispersas e materialmente separadas da parte continental, e as nossas colónias numerosas e ricas espalhadas pelas três partes do Mundo, toda a gente vê que impõem administrações honestas, liberdade de movimentos relativamente a estranhos, extrema correcção de processos, nada de dependências financeiras que comprometam ou possam ser pretendentes a compensações *em género* na ocasião oportuna...

Sou dos que não temem por sistema o capital estrangeiro; sou dos que entendem dever ele ter a sua parte na obra de reorganização empreendida, ao lado do capital português repatriado, mas a lisura da nossa administração e o relativo desafogo das nossas finanças é que hão-de sempre conferir-nos o direito de escolha e a oportunidade da intervenção. Não se trata aqui sòmente de ser honesto por dever, mas de ser honesto também por interesse.

No primeiro volume das recentes *Memórias do Príncipe de Bülow* conta este antigo chanceler do Império Alemão os seus esforços no sentido da divisão e empossamento parcial das colónias portuguesas. A base do trabalho diplomático por que o Imperador Guilherme o felicitara efusivamente parece termo-la nós fornecido e encontro-a nesta curta frase: «Portugal, *esse mau pagador,* debatia-se numa crise financeira de que estavam sendo vítimas, há alguns anos, a Alemanha e a Inglaterra».

Desmoronou-se esta ambição, mas bastou para a fazer surgir e tomar corpo, como séria ameaça, uma crise que nos forçou a reduzir os juros da dívida externa e a procurar dinheiro, para a sanar, nas praças estrangeiras.

Passaram-se os anos. Temos feito muitos sacrifícios; trabalhámos; sofremos; impusemo-nos a terapêutica dos que querem salvar a vida e a fazenda; equilibrámos o orçamento; regularizámos as nossas contas; ordenámos a administração; pagámos conscienciosamente as nossas dívidas e os seus encargos; saldámos os empréstimos a curto prazo e substituímo-los por depósitos nos bancos estrangeiros; demos tão sólida base ao nosso crédito que os nossos títulos sobem quando outros estagnam, ou mantêm-se quando outros se despenham; á nossa moeda é aceite a preço fixo por toda a parte e vamos estabilizá-la legalmente só com os nossos recursos; podemos pedir empréstimos como quem propõe negócios, mas não pedimos dinheiro como quem mendiga esmolas.

Na segunda edição das *Memórias do Príncipe de Bulow* a frase que vos citei será ou não riscada pelas imposições da verdade à nobreza e sensibilidade do político e ao escrúpulo do historiador. Pouco importa isso: o mais importante é que toda a política verdadeiramente nacional seja dominada por este princípio que é ao mesmo tempo uma lição dos factos: a ordem e a perfeita correcção dos processos financeiros são, além de condição essencial do nosso ressurgimento, garantia da independência e integridade da Pátria.

1935

(«As novas matrizes» — Nota oficiosa do Ministério das Finanças nos jornais de 24 de Agosto — «Discursos», Vol. II, pág. 361).

Muitos passarão a pagar menos mas ficarão mudos; muitos passarão a pagar não mais do que devem, espero, mas mais do que pagavam e darão mostras da sua indignação. É próprio da natureza que os interesses satisfeitos emudeçam e os interesses feridos se queixem, e se é assim no governo dos povos, nem vale a pena lamentarmo-nos disso. Contanto, ao menos, que se não grite antes de tempo...

1936

(«O pretenso agravamento da contribuição predial urbana e da sisa e imposto sucessório» — Nota oficiosa do Ministro das Finanças nos jornais de 17 de Janeiro — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 366-367 e 379-380).*

É isso corrente entre nós — discutirem-se as leis ou grandes medidas da administração em face de determinados casos particulares, verdadeiros ou supostos, e com estes se pretender demonstrar a iniquidade ou sem razão das providências adoptadas. Com a reforma de vencimentos do funcionalismo civil e com as novas matrizes prediais a argumentação funda-se toda em que certo funcionário conhecido passou a receber menos e certo contribuinte, conhecido ou não, passou a pagar mais.

Por isso talvez seja conveniente lembrar que as leis se discutem pelos princípios que definem e pelos resultados gerais da sua aplicação. Os *casos particulares* que se apresentem mal regulados e injustamente resolvidos ou são bastante numerosos e com feição especializada para legitimarem providências à parte, ou são apenas filhos de defeituosa determinação das condições de facto a que a lei se aplicou, e há que rectificar essas condições por via administrativa ou pelo emprego das reclamações ou recursos contenciosos.

... ...

Enfim, a experiência mostra que de vez em quando se turva tanto a atmosfera que até os benefícios reais deixam de reconhecer-se e parecem a alguns pesados sacrifícios. E não há que olhar o caso com tristeza ou com tédio, mas com bonomia e inesgotável paciência.

O nosso povo, mesmo nas suas queixas e ainda quando estas são infundadas, merece ser acarinhado e dirigido, e esclarecido, e aconselhado.

É preciso ensiná-lo a defender os seus próprios interesses; é sobretudo preciso ensiná-lo a defender-se de muitos dos seus defensores profissionais que, talvez por distracção, lançam sobre o poder, em cabazadas de papel selado — único lucro — reclamações sem base, generalizações abusivas de pequenos casos nem sempre certos, números falsos e raciocínios errados.

Mas talvez nos outros países seja a mesma coisa...

★

(*«Os orçamentos e as contas públicas no Anuário da S. D. N.» — Nota oficiosa do Ministro das Finanças nos jornais de 5 de Fevereiro —* **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 383-384 e 386-389).*

Não faltam dados suficientes para aquilatar o valor das críticas feitas, mas porque a muitos se afigura pesada e monótona a leitura das contas e relatórios oficiais e a alguns amadores da leveza e da amenidade poderá — até inconscientemente — parecer mais sugestiva a simplicidade fácil de financeiros improvisados, é conveniente mais uma vez fazer notar os absurdos em que se traduz a argumentação dos críticos e a mentira que se esconde por detrás da sua aparente evidência.

Não podemos deter-nos a analisar os seus conceitos sobre a dívida pública, em que avulta a repetição da já tão conhecida teoria segundo a qual a alta cotação dos títulos — em que qualquer veria apenas afirmação inequívoca do firme critério do Estado — representa aumento da dívida, visto que, quanto mais baixa for a cotação, mais fácil e econòmicamente se poderá amortizar por compra no mercado. Nada mais simples, pois, que diminuir ou extinguir a dívida pública: bastará fazer baixar a zero a cotação dos títulos, e bastará para tanto não pagar. E não seria a primeira vez, entre nós, e não seríamos nós os primeiros; só é pena que por contradição das coisas ou vingança da moral o método se tenha revelado, de tão barato, demasiadamente caro.

... ...

Têm os Estados despesas ordinárias e extraordinárias, que financeiramente se distinguem pelo seu carácter normal ou transitório na administração do Estado. Sob o ponto de vista da sua natureza económica (e salvos os casos derivados de eventos extraordinários, como grandes sinistros, guerra, alterações de ordem pública, etc.), as despesas ordinárias representam actos de consumo público na satisfação das diversas necessidades colectivas, e as extraordinárias investimentos de capitais na criação da utensilagem nacional, isto é, na criação de bens e utilidades que, pela sua natureza e duração, significam não satisfações momentâneas e repetidas de necessidades permanentes, mas uma satisfação antecipada de necessidades, que se vai tornando efectiva pelo uso continuado — por muitas gerações — dessas utilidades e bens: a

construção de portos, de vias de comunicação, de edifícios, de obras de hidráulica...

Ninguém pretenderá que na economia do Estado a criação desses bens se faça sem recurso ao crédito.

Para o conseguir só três caminhos poderiam tentar-se:

a) Ou o Estado limitava o ritmo da criação de tais bens, fazendo-a por parcelas à medida que os seus rendimentos ordinários o permitissem, o que retardaria a satisfação de necessidades essenciais por forma incompatível com os interesses colectivos, visto que grande parte dessas necessidades ficariam longo tempo insatisfeitas, quando o progresso das nações as faz constantemente aumentar;

b) Ou ia acumulando saldos sobre saldos até juntar o indispensável para os adquirir, o que, além de agravar aquele inconveniente, levantaria o natural reparo contra exigências tributárias cuja utilidade ninguém veria imediatamente ou em futuro próximo;

c) Ou procurava criar desde logo a receita definitiva indispensável, o que poderia não se conter, e geralmente se não contém, na capacidade tributária da Nação.

Por isso mesmo, um único meio têm os Estados de satisfazer tais necessidades, sobretudo quando o ritmo acelerado do progresso ou a herança de um passado de estagnação aumenta o seu volume: recorrer ao mercado de capitais, realizando operações de crédito que são apenas a antecipação de futuros rendimentos, naturalmente aumentados pela produtividade dos investimentos a fazer. É essa a justificação económica do crédito público, cuja legitimidade, quando utilizado nestes limites, nunca ninguém, nem mesmo os técnicos financeiros da Sociedade das Nações, que bastas vezes têm aconselhado empréstimos para fins menos defensáveis, se lembrou de contestar.

1938

(«Realizações de política interna — Problemas de política externa» — Discurso na Assembleia Nacional, em 28 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. III, pág. 66).*

Todos estes factos — ter contas actuais, dispor de saldos, fazer o julgamento da gerência logo que finda — são factos únicos no con-

junto da nossa história e são já factos banais na história da nossa Revolução. Por eles se passa com indiferença, e isso me alegra, pois não há para mim maior prova de estar bem resolvido um problema do que não dar-se por ele.

São já de um passado morto as finanças arruinadas, os orçamentos com *déficit*, a tesouraria exausta, o instituto emissor desviado da sua função, a pobreza do meio circulante, a variabilidade de valor da moeda, a escassez das divisas, as restrições cambiais, os juros altos, os capitais expatriados, as baixas cotações da dívida, a multiplicidade inextricável dos impostos e dos vexames fiscais, a anarquia do crédito — tudo enterrado no tempo mas de desejar vivo ainda na memória para não poder repetir-se.

1940

(«Conversão do Fundo Externo» — Ao microfone da E. N., em 25 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 221-222 e 224-226).*

Mas desde que se apresentou com suficiente solidez a nossa regeneração financeira, e foram possíveis avultados empréstimos e outras conversões, fazer alguma coisa vasta e profunda com a dívida externa passou a ser ponto necessário do programa. Quando? Em que termos?

Estas operações têm a sua oportunidade e são as condições do momento que indicam a directriz. As condições desta suscitaram-nas as alterações dos valores monetários a que temos assistido. O momento é este e não outro, desde que é intuito do Governo sobretudo lograr o benefício moral da nacionalização da dívida, não fazer lucros nem conseguir diminuição de despesa, mas vir em auxílio dos credores, para evitar-lhes a baixa eventual dos rendimentos e a desvalorização dos capitais. Aos financeiros ansiosos de maiores triunfos — traduzidos na diminuição dos encargos do Tesouro ou na amputação substancial da dívida, sem qualquer consideração pelos interesses dos portadores dos títulos — aconselharia eu que aguardassem mais tempo ainda. Mas nós sentimo-nos ligados por princípios de moral na administração pública, e estes não nos permitem desinteressar-nos da situação criada aos credores do Estado pelos acontecimentos internacionais. Sob este aspecto a conversão do nosso externo deve ficar nos convulsionados tempos que vivemos,

entre tantas manipulações financeiras de fins diametralmente opostos, como espécie rara e padrão de lealdade e seriedade do Estado.

... ...

Este é em poucas palavras o interesse material e privado dos portadores dos títulos, e que os aconselha a converter a sua dívida externa; mas há interesses morais em jogo que correspondem precisamente ao interesse nacional da operação e em que patriòticamente todos devem colaborar.

Os portugueses desperdiçaram nas últimas dezenas de anos muitos milhões espalhados por várias partes do Mundo, e dessa perda se tem ressentido fortemente a nossa economia — sangrada em elementos de vitalidade quando emigravam, depauperada porque não voltaram nem renderam. Um movimento se salva económica e moralmente — o da repatriação da dívida externa que, embora pesasse todos os anos na procura de divisas estrangeiras para a compra dos títulos no mercado externo, produziu a sua quase completa nacionalização. Pouco a pouco, os portugueses se foram dando conta de que, estando em ordem a sua própria casa, nenhuma segurança ou garantia estranha excedia a do seu País.

Pelos cálculos que puderam fazer-se sobre a importância dos juros pagos em Portugal e no estrangeiro, e tendo-se em conta os títulos de nacionais cujos rendimentos são cobrados fora do País, pôde chegar-se à conclusão de que nos últimos anos o repatriamento da dívida externa se fazia por valor superior a 400 000 libras anuais, devendo encontrar-se hoje em mãos de portugueses entre 80 e 90 % da totalidade dos títulos. A conversão destes títulos em dívida interna não é senão fazer corresponder a aparência à realidade e consolidar a situação livremente criada. Mal ficaria a portugueses dar a entender que a preferência pelo Externo é função das garantias especiais do título, substituídas, quanto ao novo Consolidado, pelas que usufrui toda a nossa dívida pública, e que é a 10 % de estrangeiros, ou seja às possíveis pressões dos seus Governos — aliás inoperantes nos tempos modernos, como se tem visto — que confiam a segurança dos maiores valores mobiliários portugueses. Estamos já felizmente muito longe, no que respeita a sensibilidade nacional, do estado de espírito que pudesse sem revolta aceitar o problema em tais termos. Os nacionais virão pois à conversão; e, se além deles vierem

também os estrangeiros, isso será a maior afirmação de confiança no escudo, que ele inteiramente merece pela importância e solidez das suas reservas, mas que nem por isso deixará de nos lisonjear.

A um ou outro portador pode parecer que, se muitos vierem converter os títulos, a ele lhe interessará precisamente não vir, porque o mecanismo da amortização, mesmo na 1.ª série, poderá, repousando em bases mais estreitas, provocar alta dos títulos suficiente para cobrir os riscos da baixa de rendimento. Devo porém recordar que, estando garantida a conversão de parte importante da dívida, o Estado encontrar-se-á em condições legais e disporá de meios bastantes para poder defender-se da especulação abusiva dos portadores, se a houver e durante tantas dezenas de anos quantas teimasse em durar.

★

*(«A função pública e a burocracia» — Brinde na despedida de Ministro das Finanças, em 5 de Setembro — **«Discursos»**, Vol. III, págs. 278-279).*

Apesar de tudo nós podemos orgulhar-nos de haver realizado em condições adversas, internas e externas, o que entre nós e antes de nós comummente se julgava impossível; e realizado não como quem atinge ofegante os altos cumes, em esforço que não há-de repetir-se, e repousa descendo, mas como quem lança alicerces, consolidados e estáveis, para obra duradoira.

Talvez por circunstâncias ligadas ao conhecimento da nossa passada administração; talvez pelo momento internacional prenhe de dificuldades a resolver como herança de uma guerra quando outra se gerava; porventura pelo êxito de um pensamento simples e claro e de princípios de estrita moralidade que se haviam obliterado quase por toda a parte na consciência dos povos — a reorganização financeira teve para nós importância maior do que normalmente lhe caberia. Foi o ponto de partida de toda a reforma administrativa; influenciou benèficamente a moral da Nação; serviu de fundamento e garantia à própria revolução política e social; permitiu o revigoramento da economia e verdadeira floração de obras de interesse geral; serviu entre as nações como carta de crédito da nossa capacidade; entre elas foi tomada como o sinal mais certo do nosso ressurgimento e sobre o prestígio que nos deu permitiu até se edificasse ou reconstruísse, tomando alento em seus voos, a nossa

política externa. Acima de tudo porém, acima de tudo teve para mim o mérito inigualável de se encontrar na base do verdadeiro processo de cura que tem feito ressurgir a Nação.

1948

*(«Prefácio da 4.ª edição» — **«Discursos»**, Vol. I, págs. IX-XII).*

O problema financeiro não abrangia apenas o que em sentido estrito se poderia compreender, mas, além do equilíbrio das contas, tudo quanto nele se apoia ou dele pode derivar. Ele abraçaria a repartição dos impostos, a regularização da dívida pública, as taxas de juro, as reservas monetárias, a estabilidade e solidez do valor da moeda, a distribuição e mobilidade do crédito, a dotação eficiente dos serviços públicos, a própria ordem da Administração.

Nesse vasto conceito entravam pois, não apenas a manutenção do equilíbrio orçamental ou a acumulação de saldos no Tesouro, mas a equitativa repartição dos gastos públicos e privados e até as relações da economia nacional com as economias estrangeiras. O equilíbrio representaria sobretudo a imagem de um Estado «pessoa de bem», que satisfaz pontualmente os seus compromissos, só gasta na medida das suas possibilidades e sabe organizar a vida colectiva com modéstia e com decência.

A prioridade da reforma financeira não foi aceite pacìficamente, mas objecto de sérias controvérsias. O grande número inclinava-se para que se desse de começo preferência ao desenvolvimento da produção e o equilíbrio financeiro se buscasse mais adiante, na base larga e sólida de uma economia enriquecida. Esta construção, entre nós: filha do menor esforço mas teòricamente defensável, esquecia duas coisas essenciais: uma, que a reforma das finanças, na falta absolutamente confirmada de crédito externo e na impossibilidade de movimentar, em condições aceitáveis, capitais nacionais, era necessária ao incremento das obras públicas e à exploração dos maiores recursos do País; outra, que essa reforma, dado gozar a moeda já de certa estabilidade de facto, vinda detrás, era também a que mais ràpidamente se desdobraria em resultados tangíveis e, sob o aspecto da defesa do interesse nacional, nos aparecia revestida de maior importância e urgência. Eu entendia que só no caso de se veri-

ficar impossível equilibrar as contas e sanear a Administração se deveria desistir. Mas era firme a minha convicção de que a favor do equilíbrio se poderia pedir ao rendimento nacional um contributo maior e aos serviços públicos um esforço de economia sem prejuízo da sua eficiência corrente. A indicação dada «de uma vez só e agora» ressoou como ordem de saltar por cima do abismo e construir em terra firme. Um inglês, um suíço, ao abrigo da sua tradição de finanças sãs, tem talvez o direito de sorrir. Afirmo que em Portugal se tratava de problema difícil e infelizmente de uma solução rara.

1950

*(«Governar, dirigindo a consciência nacional» — Discurso à União Nacional, em 12 de Dezembro — «**Discursos**», Vol. IV, págs. 494-496).*

Sob o aspecto da administração financeira, a questão é redutível a estas linhas fundamentais: em quinze anos o Erário despendeu em aplicações extraordinárias, além de todas as dotações normais dos serviços, 16 milhões de contos — 3 em despesas excepcionais de guerra, perto de 5 no rearmamento do Exército e da Armada, incluindo instalações militares, 8 em obras de toda a espécie e em investimento de capitais nas empresas privadas de projecção nacional. Desta última soma, dois terços destinaram-se a despesas directamente reprodutivas, embora todas se revestissem de utilidade e a grande generalidade se impusesse como absolutamente necessária. (Quando se desce até ao nível em que havíamos caído, é muito difícil saber o que pode dispensar-se). Os 16 milhões gastos foram buscar-se, 5 milhões e meio a empréstimos e 10 milhões e meio a receitas ordinárias, quer do orçamento do ano, quer de saldos acumulados, quer ainda das entradas do Fundo de Desemprego.

Esta indicação de meios traduz processos de trabalho, talvez, aos olhos de alguns, excessivamente cautelosos, mas incontestàvelmente probos e seguros. O resultado final evidencia-se por um enriquecimento público que excede em largas proporções a dívida contraída. É preciso ver, porém, outros aspectos da questão, porque a relativa abundância de fundos em certos períodos criou uma euforia de gastos, de larguezas, de facilidades que não se ajustam nem à situação real nem às necessidades

públicas e terão de ser severamente reprimidas. Quero dizer que, mesmo abstraindo de necessidades relacionadas com a perturbação dos tempos, amanhã como ontem, a regra tem de ser a maior severidade nos gastos e na vida.

Efectivamente, quando se lança o olhar, de um ponto mais alto de observação, para a marcha da administração financeira em todo o período considerado, pode concluir-se sumàriamente: 1.° — nestes quinze anos, provocada por uma depreciação mundial inelutável e incrustada nela, a moeda perdeu, medida nos preços dos produtos correntes, cerca de metade do seu valor; 2.° — tendo-se o movimento operado não bruscamente, mas de forma progressiva, a adaptação das receitas orçamentais foi sendo, pelo cuidado vigilante da Administração, mais perfeitamente sincronizada que a das despesas; 3.° — desta desfasagem, como hoje se diz, lucrou o orçamento e, sobretudo, as contas, que apresentaram, em regra, um super-equilíbrio, canalizando-se os excedentes para as despesas de reconstituição económica; 4.° — embora a actual prática seja perfeitamente correcta sob o aspecto legal e na balança do maior rigor financeiro, por mim preferia catalogar e inscrever entre as despesas ordinárias aquelas despesas que são exigidas pelo desenvolvimento dos serviços, como as de instalações, mas não se podem considerar reprodutivas. E ainda melhor seria se as próprias despesas com a defesa viessem a ter no orçamento ordinário o seu lugar e provisão, como demonstraram ser possível as contas dos últimos anos; 5.° — há muitos serviços — e à testa a instrução pública — que, apesar de aumentos substanciais, não podem considerar-se razoàvelmente dotados.

... ...

O desembaraço do terreno exigia, como me parece ter dito em tempos, um largo esforço no duplo sentido da liberalização e da desoneração de encargos que acompanharam a acção intervencionista e pesam demasiadamente, por vezes, na produção, na circulação e, sobretudo, na exportação dos produtos. Quanto à liberalização, porém, não sei dizer em quanto as circunstâncias aludidas acima entravarão a execução do nosso intento que, aliás, a situação da balança de pagamentos permitia. Se nos podemos mover com relativo à-vontade no sector do condicionamento industrial, sobre que já está preparada uma proposta de lei, no

respeitante às grandes matérias-primas estamos outra vez a entrar numa era de abastecimento-negócio de Estado, sistema que importa a necessidade de providências destinadas a assegurar em cada país a satisfação das necessidades essenciais.

Quanto aos encargos corporativos, não é assunto susceptível de ser bem resolvido por disposição de ordem genérica. Tal solução simplista acarretaria prejuízos muito graves à economia, pelo desconhecimento não só das condições peculiares de cada actividade como do destino e aplicação das receitas. Se não custa a crer terem sido exagerados, em muitos casos, os gastos com funcionalismo e instalações — o português tem o gosto das imobilizações excessivas, desequilibradas em geral com o rendimento da produção —, é preciso não esquecer que, com as somas cobradas, se constituíram também capitais empregados na dupla função de intervenção no mercado e de concessão de crédito barato aos produtores. É, sem dúvida, possível conceber outras modalidades e fontes diversas para o crédito à pequena ou à média produção; mas deve reconhecer-se que a defesa dos preços, a armazenagem de excedentes, o pagamento antecipado de colheitas sobre as datas em que o comércio o poderia fazer são tarefas que só os fundos corporativos, aliás coadjuvados ainda por operações bancárias, podem realizar com oportunidade e liberdade de movimentos.

Acontece, ainda, que alguns organismos de coordenação económica exercem, por imposição legal, atribuições que deveriam competir a serviços públicos: constituem mesmo, sob certos aspectos, extensão ou desenvolvimento dos serviços do Estado, que assim se exonerou a si próprio de competências custosas.

Finalmente, o estado dos mercados, as disparidades de cotações, as dificuldades do comércio impõem, por vezes, a necessidade de meios financeiros para compensações que permitam assegurar a estabilidade dos preços internos. É certo que, na Europa, se pretendia caminhar no sentido de uma progressiva liberalização do comércio internacional, mas, além do mais, esta nada poderia contra a realidade, ainda vasta, de valores monetários artificiais, dentro e fora dela, que impõem meios apropriados de defesa.

Capítulo 6.º

O PROBLEMA DA RIQUEZA; SUA FUNÇÃO SOCIAL; CAPITAL E TRABALHO

1924

(«A paz de Cristo na classe operária pela SS. Eucaristia» — Discurso proferido no Congresso Eucarístico de Braga, em 4 de Julho).

Por uma espécie de reacção contra um conceito demasiadamente depreciativo do trabalho manual, o operariado foi naturalmente levado também a exagerar o valor do esforço que fornece na obra de criação de riquezas de que vive a colectividade. A ideia de que só ele trabalha e produz, vivendo as outras classes da população parasitàriamente do seu esforço, cuja maior utilidade não usufrui, é corrente na classe operária e é atentatório da própria civilização que a deixemos firmar-se. A hierarquia dos trabalhos concorrentes na produção, directamente ou indirectamente, é desconhecida, ou pelo menos é negado o seu direito a provocar uma gradação nas retribuições.

Esta hierarquia — trabalho de invenção, de organização, de direcção e de execução — ao mesmo tempo que traduz uma necessidade intrínseca da produção material, é reflexo da desigualdade natural de aptidões individuais, que a sociedade não pode nem deve contrariar.

O homem de Estado, o juíz, o advogado, o médico, o sacerdote,

o artista, o professor, o sábio não são apenas flores ornamentais duma civilização de mentira; trabalham para criar aquelas condições morais, sem as quais a produção seria indiscutìvelmente inferior. A ordem, a justiça, a beleza, a ciência que aumenta o poder do homem sobre a natureza e as suas faculdades criadoras, não são riquezas materiais; mas sem elas a produção não seria tão abundante nem tão valiosa.

A ideia da importância exclusiva ou dominante do trabalho material, desacompanhado daquelas condições que a organização política e o espírito humano foram criando, é pois mais que uma ilusão, como há pouco lhe chamei, é uma ideia de morte, não já para aquilo que chamamos a nossa civilização, mas para o futuro da produção das riquezas, em que já está directamente interessada a classe operária.

Vejamos agora as ilusões do operariado acerca da riqueza. Deixemos os homens ricos, que, para já, nos não importam, e examinemos a riqueza em si e nos benefícios que presta. Se me fora permitido caracterizá-la na sua acção económica por elementos morais, dir-vos-ia que há uma riqueza egoísmo e uma riqueza sacrifício e dedicação. A primeira é a riqueza destinada ao consumo, à satisfação de necessidades naturais ou artificialmente criadas pela civilização. A segunda é a riqueza que se destina às novas produções, ao maior enriquecimento da colectividade.

Esteja na mão de particulares, ou na mão de sindicatos, ou na mão de pequenas circunscrições territoriais, ou na mão do Estado, esta riqueza é a cristalização dum trabalho acumulado por séculos, e é garantia de produção futura, directamente proporcional à sua importância. É uma riqueza que para constituir-se precisa previsão e exige sacrifício — o sacrifício dum apetite presente que a consumia, a uma produção futura que a aproveita, e a previsão do peso das necessidades futuras em comparação das necessidades presentes. Essas qualidades de sacrifício, de dedicação, de renúncia exigem o homem sob estes aspectos superior, porque tais qualidades não se encontram no vulgo e muito menos na multidão.

Figuro este homem rico, mas rico produtor, como uma espécie de administrador de bens dum incapaz, tornando fecunda a riqueza pela sua acção, pela sua iniciativa, pelas suas qualidades de dirigente e de chefe.

O que convém a todos é que não deixe apodrecer na improdutividade a riqueza que possui e a converta em instrumento de trabalho, e a valo-

rize, e a fecunde, e com ela produza mais riqueza de que todos aproveitem.

E o que disto concluímos opõe-se assim directamente à primeira ilusão da classe operária quanto à riqueza; toda a organização económico-jurídica que, confiando-a ao Estado, deixe afinal ao alcance dos apetites de todos a riqueza produtiva, terá por efeito imediato desviá-la para o consumo, inutilizá-la, diminuí-la e provocar a miséria final da colectividade.

Por outro lado, afastada a miséria e ainda a extrema pobreza, para cima duma certa mediania, a riqueza só exerce uma atracção irresistível, porque nenhuns limites morais pomos ao seu consumo, e poucos limites jurídicos o Estado põe à sua utilização. Mas exactamente essa ausência de limites é inimiga da paz, e nunca a riqueza, sob esse aspecto, deu a felicidade a ninguém. Vem atrás dum desejo outro desejo, nascem umas aspirações da satisfação doutras, alimentando uma ambição sem limites, como uma bebida misteriosa que tivesse por efeito tornar mais e mais ardente a nossa sede.

Estas grandes ilusões, meus senhores, da riqueza e do trabalho são no entanto a alma da finalidade que se propõe a classe operária com a revolução social. Mas conquistar o poder e exercer o poder para transformar em preceitos de lei perfeitas ilusões, que, realizadas, diminuiriam a capacidade produtiva do mundo e destruiriam bases firmes de estabilidade social, não é arredar conflitos, é multiplicá-los; não é buscar a paz, é até mais a guerra; não é conquistar a felicidade, é aumentar a miséria e a dor.

Se ao menos a posse do poder fosse em si um bem! Mas a experiência demonstra e a natureza das coisas exige que só uma minoria governe, e a mesma experiência tem mostrado que não é mais doce, para os que os elevaram, a mão de ferro dos novos dominadores.

1933

(«Conceitos económicos da nova Constituição» — Discurso radiodifundido da União Nacional, em 16 de Março — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 190-192, 193-196, 196-197 e 198).*

Nós adulterámos o conceito de riqueza; desprendêmo-lo do seu fim próprio de sustentar, com dignidade, a vida humana; fizemos dele uma

categoria independente que nada tem que ver com o interesse colectivo nem com a moral, e supusemos que podia ser finalidade dos indivíduos, dos Estados ou das nações amontoar bens sem utilidade social, sem regras de justiça na sua aquisição e no seu uso.

Nós adulterámos a noção de trabalho e a pessoa do trabalhador. Esquecemos a sua dignidade de ser humano, pusemos diante de nós o seu valor de máquina produtora, medimos-lhe ou pesámos-lhe a energia, e não nos lembrámos sequer de que ele é elemento da família e que nele só não está a vida, mas na mulher, nos filhos, no lar.

Fomos mais longe: dissociámos este; chamámos a mulher e a criança como valores menores, mas mais baratos, de produção — unidades soltas, elementos igualmente independentes uns dos outros, sem ligações, sem afectos, sem vida em comum — e desfizemos pràticamente a família. Dum só golpe desmembrámos o núcleo familiar, aumentámos a concorrência dos trabalhadores com o trabalho feminino, e não lhe demos em salário o correspondente à produtividade da boa dona de casa e à utilidade social da exemplar mãe de família.

Desligámos o trabalhador do quadro natural da sua profissão: liberto dos laços associativos, ficou só; sem a disciplina da associação, ficou livre, mais frágil. Depois transigimos em que se agremiasse com outros, e ele fê-lo, como reacção, não para um fim de solidariedade e consciente da necessidade de coordenação de todos os elementos na ordem de produção da riqueza, mas contra alguém ou contra alguma coisa: contra o Estado, que é a garantia da ordem; contra os patrões, suposta classe inimiga; até contra outros operários, na fatal repercussão das violências e excessos praticados ou das imposições que, realizadas num sector, desequilibram, por vezes e em detrimento dos mesmos trabalhadores, os outros ramos da produção. Nem elevação intelectual ou moral, nem aperfeiçoamento técnico, nem instrumentos de previdência, nem espírito de cooperação — apenas ódio, ódio destruidor.

Impelimos o Estado, primeiro para a passividade absoluta, que nada tinha ou queria ter com a organização da economia nacional, e depois para o intervencionismo absorvente, regulando ele a produção, a repartição, o consumo das riquezas. Sempre que o fez, onde quer que o fez, esterilizou as iniciativas, sobrecarregou-se de funcionários, agravou desmedidamente as despesas e os impostos, diminuiu a produção, dilapidou grandes somas de riqueza privada, restringiu a liberdade individual, tornou-se pesado, insuportável inimigo da Nação. Os que, cega-

mente impelidos pela lógica de seus falsos princípios, quiseram ir até às últimas conclusões, montaram a máquina com o espavento dos grandes planos, o rigor aparente da ciência e da melhor técnica, mas trabalhador livre, o «homem», esse desapareceu, arrastado na colossal engrenagem, sem elasticidade e sem espírito, mobilizados os operários como máquinas ou transferidos como rebanhos de gado porque numa região se acabou a erva dos pastos.

Sim, a crise de que sofremos vai certamente passar, mas o essencial é saber se a doença que infecciona a economia das sociedades modernas não será finalmente atacada, porque, se se está fazendo aos nossos olhos o processo da democracia e do individualismo, o processo da economia materialista, esse está feito: todos vemos que faliu. Está-nos, portanto, vedado esse caminho, e eu não vejo outro que não seja substituir os graves erros que têm viciado a visão dos condutores de homens no mundo por conceitos equilibrados, justos, humanos de riqueza, de trabalho, de família, de associação, de Estado.

... ...

O desequilíbrio das diferentes peças do nosso vestuário — muito mais pobres as interiores do que as de fora — e das salas das nossas casas, em que a comodidade se concentra para nada na sala de visitas e a higiene não existe nos quartos, são aspectos banais, pitorescos, se quiserdes, de problema que no fundo é grave. A cultura, a educação costumam corrigir um tanto alguns destes defeitos, mas em Portugal de há séculos que a vida social tende para mentirosas exteriorizações, e que se nota grande falta de correspondência entre o aparato externo e a parte verdadeira do nosso viver.

Abandonado o problema às tendências viciosas da humanidade, foi-lhe dada solução que é em parte absurda: a produção desenvolveu, explorou este desequilíbrio em seu proveito, exagerou os consumos artificiais, criou em avalanche necessidades puramente fictícias, e resultou daí que ainda não há o estritamente indispensável para a vida e já há sobreprodução do que poderia escusar-se.

Foi-se ainda mais longe e por pior caminho: desprendida a riqueza do interesse da vida humana, a produção caminhou ousadamente para onde havia de desconhecê-la, de negá-la, de atraiçoá-la, de fazê-la morrer, sem que os Estados, guardas e dirigentes das nações, descruzassem os braços perante essa economia suicida. Vede se há maior absurdo do

que trabalhar para morrer e ser fim da vida económica aniquilar a vida humana.

A vida humana tem exigências múltiplas e é de desejar que cada vez tenha mais. Mas nesta via ascendente de necessidades e de riquezas acumuladas não deve esquecer-se que não há progresso quando a vida é mais rica, e só quando é mais alta, mais nobre na sua chama interior e na sua projecção externa. À colectividade interessa, para a defesa da civilização, a produção de coisas verdadeiramente úteis e belas, e a generalização do seu gozo a todos os homens, devendo ser igualmente repudiados o desinteresse pela conservação e beleza da vida e o interesse exclusivo das materialidades humanas. O critério puramente utilitário amesquinharia a vida social e não seria digno do homem.

Ter ou não ter critério racional para definição das necessidades, da utilidade, da riqueza, não é indiferente na vida particular ou na vida colectiva. A escolha do que nos é preciso, individual ou colectivamente, está sempre na base da vida e é por si só susceptível de imprimir novas orientações à economia nacional e a toda a administração pública. Culpamos muitas vezes os homens públicos dos desvios que a política tem imprimido à marcha dos negócios e à execução dos planos gerais: e poucas vezes nos teremos lembrado de que é talvez a viciação do nosso conceito de produção, de riqueza, de utilidade das coisas que está na origem dessa desorientação administrativa: o palácio é feito antes da estrada, a avenida antes de se ter água e o jardim é adubado com os esgotos das ruas.

Em suma: a riqueza, os bens, a produção não constituem em si próprios fins a atingir: têm de realizar o interesse individual e o interesse colectivo; nada significam se não estão condicionados à conservação e elevação da vida humana. A este objectivo devem obedecer o conjunto da produção nacional e a actividade administrativa do Estado, dispostas, uma e outra, o mais possível segundo a ordem racional das necessidades dos indivíduos e da Nação.

... ...

A riqueza é filha do trabalho e quem fornece o trabalho é o trabalhador.

Damos a este termo um significado latíssimo e fazemos entrar nesta categoria económica todo o esforço de ordem intelectual ou física que tem intervenção e utilidade directa ou indirecta no processo da produção,

desde o professor ao governante, desde o agente da ordem ao simples operário. Não é trabalho só o esforço manual, o trabalho puramente mecânico de vigiar a máquina, de substituir a máquina; muitas outras espécies de trabalho colaboram na produção, valorizando, multiplicando o rendimento daquele: o de criar, empreender, orientar, dirigir, fiscalizar. O nosso povo diz profundamente: o que trabalha é o cuidado — frase simples, que contém uma verdade de boa observação. É em horas preocupadas, de silêncio, de meditação, tantas vezes de aparente ociosidade, que os homens que dirigem superiormente a vida económica dispõem no tempo o trabalho alheio, sistematizam, coordenam os esforços dispersos de outros homens, para o maior rendimento do conjunto e o maior interesse da colectividade. É o trabalho do inventor, do técnico, do chefe da oficina que permite ao simples operário viver.

Neste sentido lato o trabalho é um dever social.

... ...

Uma das mais falsas ideias em economia fez atribuir grande valor aos simples gozadores da vida e gastadores do dinheiro. Eles teriam a utilidade de fazer circular mais velozmente a riqueza adquirida ou de imprimir maiores impulsos à produção pelo dispêndio anormal de produtos. É porém contra a boa razão cristalizar nas coisas somas de trabalho que não servem socialmente para nada, senão para deitar fora. Se o homem não deve ser escravo da riqueza, também não deve organizar a vida de modo a ser escravo do trabalho.

1934

(«Problemas da organização corporativa» — Conferência no S. P. N., em 13 de Janeiro — «Discursos», Vol. I, págs. 292-294).

Ninguém certamente confunde a plutocracia com o grande comércio ou com a grande indústria. A concentração que os fez surgir é determinada ou por condições económicas gerais ou por condições específicas de determinada produção. É útil econòmicamente, pode ser impecável nas suas relações com o trabalho e com o público e em certos casos não está na sua mão ser ou não ser. Também ninguém confundirá a plutocracia com a finança. Enquanto houver moeda e crédito e propriedade

privada e capitais mobiliários e produção gerida por uns e abastecida de capitais por outros tem de haver finança. E esta, que é útil, pode ser igualmente impecável. Mesmo quando especula, dentro de certos limites, a finança tem utilidade social. Pode até o financeiro, como outros administradores de grandes riquezas, não ser rico; mas exactamente porque manuseia matéria de verificação delicada — dinheiro, títulos, crédito — pode ter intervenções inconvenientes na vida económica e arrastar consigo muitos valores que se lhe confiam ou o seguem nas suas operações. Quando joga, deixa de interessar à economia; nós podemos dizer que está já fora da sua função.

O plutocrata não é, pois, nem o grande industrial nem o financeiro: é uma espécie híbrida, intermediária entre a economia e a finança; é a «flor do mal» do pior capitalismo. Na produção não lhe interessa a produção, mas a operação financeira a que pode dar lugar; na finança não lhe interessa a regular administração dos seus capitais, mas a sua multiplicação por jogos ousados contra os interesses alheios. O seu campo de acção está fora da produção organizada de qualquer riqueza e fora do giro normal dos capitais em moeda; não conhece os direitos do trabalho, as exigências da moral, as leis da humanidade. Se funda sociedades é para lucrar *apports* e passá-las a outros; se obtém uma concessão gratuita é para a transferir já como um valor; se se apodera de uma empresa é para que esta lhe tome os prejuízos que sofreu noutras. Para tanto, o plutocrata age no meio económico e no meio político sempre pelo mesmo processo — corrompendo. Porque estes indivíduos, a quem alguns também chamam grandes homens de negócios, vivem precisamente de três condições dos nossos dias: a instabilidade das condições económicas; a falta de organização da economia nacional; a corrupção política. — Quem tenha os olhos abertos para o que se passou aqui e para o que se passa lá fora não pode duvidar do que afirmei.

1937

(«Pela Paz» — Resposta do Governo Português ao Memorando Hull, em 20 de Agosto — «Discursos», Vol. II, pág. 331).

Há nìtidamente falta de *controle* nas ambições dos homens; há nìtidamente falta de proporção entre estas e os meios existentes ou que nas circunstâncias actuais podem ser criados para a sua satisfação. Se o dese-

quilíbrio não é sanado pelo regresso a sentimentos de modéstia e economia ou por maior capacidade de produção e maiores possibilidades de consumo, o que poderá ser da pobre humanidade?

Ora, ao mesmo tempo que os homens aspiram a uma parte maior de riquezas já insuficientes ou ameaçam imprevidentemente consumir as riquezas acumuladas por séculos de trabalho e de economia, as desconfianças e nervosismos da situação internacional levam a subtrair cada vez maior soma de bens ao legítimo consumo dos homens em benefício dos armamentos, desviam neste sentido a orientação natural das economias nacionais e chegam por essa e outras vias a fazer secar o crédito internacional, por meio do qual países ricos, mais progressivos ou bem dotados, poderiam vir em auxílio do desenvolvimento económico dos outros. Ao contrário disto, acumulam alguns ouro inútil, cujo peso deprime ainda a sua própria economia.

Estamos metidos em círculo vicioso que seria preciso romper para bem da humanidade; achar o ponto mais fácil de rotura é decididamente o problema dos problemas do nosso tempo.

1948

(«Prefácio à 4.ª edição» — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. XII-XIII).*

Era fácil de prever — e a experiência o confirmou — que, estabelecido o equilíbrio e ganha a confiança, muitos aspectos da nossa crise passariam a ostentar sinal contrário. A balança de pagamentos foi aliviada da hemorragia representada pela exportação de capitais, tradicionalmente fugidos do País em busca de colocação nas bolsas estrangeiras, e beneficiou também da importação de muitos que a segurança atraiu. Obliterou-se a mania do mercado externo, alimentado por nós próprios; ajudaram a curar-nos as suspensões de pagamentos, bancarrotas e reduções de juros, que foram moeda corrente entre as duas guerras. A abastança da Tesouraria, o barateamento do dinheiro, a abundância de capitais, a repatriação de títulos, o equilíbrio da balança de pagamentos, a liberdade cambial, o prestígio e força da moeda foram a recompensa dos sacrifícios consentidos. Encontrarem-se os capitais dos portugueses ao dispor do Estado e da economia nacional foi a maior conquista e uma das bases da nossa reconstituição económica.

1949

(«Questões de política interna» — Discurso aos governadores civis, comissões da U. N. e candidatos a deputados, em 20 de Outubro — «Discursos», Vol. IV, págs. 451-453).

O 28 de Maio fez-se contra um estado de descalabro público que não podia deixar de ter-se reflectido sobre a mesma vida privada; não se impôs aos reformadores só um critério de economia, impôs-se-lhes também um princípio de severidade na administração e no exercício dos lugares públicos. Sabe-se como a insistência dos métodos e o rigor dos princípios começaram a ter influência na direcção das economias domésticas e no modo de vida da população. As noções de orçamento, equilíbrio, poupança, gastos limitados às possibilidades tornaram-se correntes por influência do novo estado de coisas.

A susceptibilidade pública ante o exercício ou pseudo-exercício simultâneo de lugares obrigara a estabelecer regras severas de acumulações e incompatibilidades; as remunerações excessivas em certos casos, quando comparadas com a média dos ganhos privados, levantaram reparos que tiveram satisfação em leis restritivas ou em imposições tributárias especiais. Pouco a pouco se foi afinando a sensibilidade geral de modo que não se julgava admissível passar de um lugar público para a ocupação particular que dele dependia ou podia receber benefício directo.

A guerra é entre nós culpada de muita coisa e também de ter exercido acção nefasta nos espíritos e no modo de encarar estes assuntos. Simplesmente tal influência subia agora dos particulares para o Estado.

A abundância de lucros ou pelo menos de dinheiro contagiou aqueles que o não tinham e naturalmente muito desejariam ter. A administração dos dinheiros públicos continua impecável, mas a aplicação destes através dos serviços é sem dúvida mais larga e tão ambiciosa como se as dotações não houvessem de ter limite. Por outro lado muitos organismos puderam, mercê de rendimentos abundantes e do facto de estarem libertos da disciplina orçamental, estadear larguezas e fazer concorrência aos serviços públicos.

É certo que o nível de vida do País aumentou muito nos últimos vinte anos e a elevação do nível geral só por si desperta novas aspirações, suscita planos mais grandiosos, exige maiores gastos. Isto não é mal e redunda em progresso; só é mal se o entusiasmo fizer perder a noção de equilíbrio e da sujeição forçada às possibilidades.

III

O PROBLEMA ECONÓMICO

Capítulo 7.°

ORIENTAÇÃO GERAL: LIBERALISMO E DIRIGISMO

1930

(«Princípios fundamentais da revolução política» — Discurso na Sala do Conselho de Estado, em 30 de Julho — **«Discursos»,** *Vol. I, págs. 87-88).*

Não pode aspirar-se a constituir um Estado equilibrado e forte sem a coordenação e desenvolvimento da economia nacional que hoje, mais que nunca, tem de fazer parte da organização política. Está porventura neste ponto a maior transformação constitucional prática a realizar em todas as nações civilizadas.

É certo que em Portugal a importância e necessidades desta evolução não resultam das escolas, de organizações de trabalho subversivas, como nos países fortemente industrializados ou directamente atingidos pela hecatombe e misérias da guerra. Provêm, antes, do atraso material que infelizmente caracteriza o nosso País, com certa falta de coordenação, de sequência e estabilidade, condições propícias ao desenvolvimento de explorações e parasitismos que determinam perturbações constantes e podem até encontrar-se na base de algumas revoluções.

As mesmas necessidades históricas, os mesmos fins de moderado

nacionalismo devem levar ainda, neste campo, à substituição do individualismo puro ou mesclado de socialismo por normas e condições que tendam a orientar e fomentar activamente a produção, a desenvolver a riqueza geral, a estabelecer suficiente harmonia no meio social, sob a protecção do Estado. As doutrinas que dominam estes problemas, ao menos na sua expressão superior e no seu mais lato enunciado, têm de passar para o plano constitucional, como em parte se fez já nos códigos fundamentais de algumas nações europeias, promulgados depois da guerra.

1931

(«O interesse nacional na política da Ditadura» — Discurso na manifestação da União Nacional, em 17 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 128-130).*

Desejara que esta política, levantadamente nacional, se não pudesse confundir com esse novo nacionalismo económico que a crise fez surgir quase por toda a parte, tão exclusivista e tão alheio aos verdadeiros interesses da nação que o não temos até hoje perfilhado apesar dos embaraços e prejuízos que a atitude de outros nos está causando.

A actual crise operou nas relações económicas dos Estados uma regressão lamentável, tendo-se já perdido grande parte do caminho andado desde a guerra no sentido duma séria colaboração internacional. As dificuldades de trabalho, os prejuízos, a sobreprodução e a desvalorização dos produtos, a estagnação dos mercados constituem fontes de tão graves preocupações políticas internas e de tais pressões da opinião sobreexcitada que aqui e além se regressa a uma luta tarifária intensa, ao proteccionismo exagerado, máscara de verdadeira reserva do mercado para a produção nacional, aos prémios directos ou indirectos de exportação, às proibições e restrições ao comércio externo, isto é, a tudo quanto depois de experimentado se vira já ser prejudicial aos interesses de todos. Por fim chegou-se mesmo à denegação daquela liberdade de trabalho estranho sob a protecção das leis locais que parecia conquista assegurada da economia mundial e do direito das gentes. Numa palavra, no intuito compreensível de simplificar as soluções tratando cada qual só de si, é bem de temer se estejam tomando remédios que são piores males que a crise.

Lealmente assinámos a convenção sobre as proibições e restrições

do comércio externo e somos ainda dos poucos que lhe ficaram fiéis; abstemo-nos rigorosamente de contribuir para a anarquia dos mercados com prémios de exportação; temos usado tão comedidamente da elevação das pautas que os protestos dos nossos produtores são quase gerais e enormes os prejuízos resultantes dos baixos preços e da invasão do mercado pelos produtos estrangeiros; fomos para a limitação do trabalho alheio tão docemente que parece ninguém teve de que se queixar, além de exceptuarmos os que tinham por si algum favor dos tratados ou alguma tradicional preferência da nossa amizade.

Pois bem: nós não temos procedido assim nem por ignorância, nem por desleixo ou menos zelo dos nossos interesses, mas entendíamos sacrificar um pouco estes para não seguirmos o caminho que víamos seguir e, a nosso ver, mais perturbações produziria. Mas isso nos dava o direito de alguma consideração.

Trazem os maus tempos consigo, por vezes, bens apreciáveis. Deve pensar-se que a situação de Portugal, no campo restrito do comércio externo, nos é favorável neste sentido, de que, tendo tão grande excesso de importações sobre as exportações, não nos há-de ser difícil tratar, e ao mesmo tempo o mundo recua para a troca directa. Nós, que não provocamos esse estado de coisas, devemos lucrar com ele.

Seja, porém, qual for a sequência dos acontecimentos e as atitudes que vão tomando os vários países nos problemas que a crise fez surgir, a nossa política económica, que sinceramente desejamos as condições externas nos permitam arredar do estreito nacionalismo, tem traçada a sua orientação: ela servirá, organizando os interesses da produção, a harmonia, o progresso, o aperfeiçoamento da economia da metrópole e das colónias, numa só palavra, da economia nacional.

1933

(«Conceitos económicos da nova Constituição» — Discurso radiodifundido da União Nacional, em 16 de Março — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 205-208 e 209).*

Sobre a unidade económica — Nação — move-se o Estado. Em que sentido e dentro de que limites se pode considerar a organização económica elemento da organização política?

A vida política não se confunde com a vida económica, a organiza-

ção económica é distinta da organização política, mesmo no campo económico, mas nada disto quer dizer que o Estado não deva ter um pensamento económico, não dirija superiormente a economia do País, não procure no aumento da riqueza a sua força e prosperidade e na justiça a base da ordem e da paz entre os cidadãos. Nunca o Estado, expressão superior do agregado nacional, poderia fazer afirmação de desinteresse perante a maior ou menor consistência da economia do País, os princípios a que obedece na sua expansão, o modo como se realiza a justiça nas relações sociais.

Contra todas as claras lições da experiência, entendem muitos que há-de o Estado alargar as suas funções económicas, organizando ele próprio a produção e com esta a repartição da riqueza. Por este caminho se tem chamado à actividade do Estado a organização e distribuição do crédito, os meios de transporte, a construção, a exploração das riquezas do subsolo, os povoamentos florestais, vários ramos da produção agrícola e industrial, o comércio de certos géneros, quando não todo o comércio externo. Mas, exceptuados os momentos em que se hajam de salvar do melhor modo possível os maiores valores da economia nacional, arrastados pelo encandeamento dos desequilíbrios que as crises provocam, as funções do Estado devem ser muito mais limitadas e essencialmente diferentes.

Não há nesta socialização crescente nem interesse económico — maior produção de riqueza em melhores condições de custo —, nem interesse social — mais justa distribuição de rendimentos, melhor atmosfera para valorização dos indivíduos —, nem interesse político — maior independência do Estado, mais asseguradas liberdades públicas, mais eficaz defesa dos interesses colectivos.

O Estado deve manter-se superior ao mundo da produção, igualmente longe da absorção monopolista e da intervenção pela concorrência. Quando pelos seus órgãos a sua acção tem decisiva influência económica, o Estado ameaça corromper-se. Há perigo para a independência do Poder, para a justiça, para a liberdade e igualdade dos cidadãos, para o interesse geral em que da vontade do Estado dependa a organização da produção e a repartição das riquezas, como o há em que ele se tenha constituído presa da plutocracia dum país. O Estado não deve ser o senhor da riqueza nacional nem colocar-se em condições de ser corrompido por ela. Para ser árbitro superior entre todos os interesses é preciso não estar manietado por alguns.

Normalmente o Estado deve tomar sobre si a protecção e a direcção superior da economia nacional pela defesa externa, pela paz pública, pela administração da justiça, pela criação das condições económicas e sociais da produção, pela assistência técnica e o desenvolvimento da instrução, pela manutenção de todos os serviços que são auxiliares da actividade económica, pela correcção dos defeitos que por vezes resultam do livre jogo das actividades privadas, como é o da desigual distribuição da população e duma inconveniente estrutura da propriedade rural, pela especial protecção das classes menos favorecidas, pela assistência, quando não pode conseguir-se, mediante a acção das instituições privadas, a conveniente satisfação das necessidades humanas. Infelizmente, do livre jogo das actividades particulares nem sempre resulta a justiça, nem a administrada é sempre satisfatória perante a inferioridade económica de muitos indivíduos. Eis porque essa mesma aspiração do justo nas relações sociais nos deve levar a proteger os fracos dos possíveis abusos dos fortes e os pobres do excesso da sua probreza. Na função educativa que deve ser dada a este moderado intervencionismo, o progresso, porém, não está em o Estado alargar as suas funções, despojando os particulares, mas o Estado poder abandonar qualquer campo de actividade por nele ser suficiente a iniciativa privada.

... ...

Falando da pequena acuidade da crise em Portugal, muitos têm observado que o facto se deve ao nosso atraso e à feição peculiar da nossa economia. Eu o fiz notar antes de ninguém, disposto a corrigir no momento oportuno — que nem todo o avanço é progresso e que atraso pode ser apenas não se ter distanciado tanto dos princípios duma economia racional. Agora, como em todos os momentos críticos, é preciso escolher, saber escolher e saber sacrificar — o acidental ao essencial, a matéria ao espírito, a grandeza ao equilíbrio, a riqueza à equidade, o desperdício à economia, a luta à cooperação.

★

(«A acção governativa e a produção industrial» — Discurso no encerramento do I Congresso Industrial, em 15 de Outubro, segundo as notas dos jornais — **«Discursos»**, *Vol. I, pág. 249).*

Não fez o Governo tudo nem é meu propósito que alguma vez neste domínio da indústria seja tal a sua situação. Os que sabem garantir a

ordem, saneiam a moeda, desenvolvem e barateiam o crédito, facilitam os meios de comunicação, manejam as pautas, negoceiam os tratados comerciais e organizam os trabalhadores, pretendem apenas criar as condições indispensáveis à produção portuguesa — pretendem apenas habilitar as iniciativas privadas a fazer tudo o que é do seu direito e do seu dever e a avançar até onde aquelas condições lhes permitam ir. E têm absoluta confiança em que por esse caminho segue, com bom rumo, a economia portuguesa.

1934

*(«Problemas da organização corporativa» — Conferência no S. P. N., em 13 de Janeiro — «**Discursos**», Vol. I, págs. 287-288 e 289-291).*

A posse da infância e da juventude, a educação no sentido nacionalista, a formação da mentalidade geral, os exercícios, os jogos, os desportos, os cuidados de revigoramento físico e moral da raça, as preocupações da investigação científica, a organização da vida corrente, a produção, o comércio, até a arte — tudo se pretende que obedeça a uma direcção única, a um único espírito, e — à falta de um estado de consciência colectivo que espontâneamente se encaminhe para esse resultado — é o Estado quem se arroga determiná-los, como representante e guarda do interesse geral. Aparece assim, quase como um axioma, que o Estado deve dirigir a economia da Nação. Mas como? Como?

O tempo revela que a direcção moderada e discreta das pautas, dos tratados de comércio, dos prémios aos produtores não evita desvios inconvenientes, excessos que se traduzem em prejuízos, falta de ajustamento das várias rodagens da produção. Tem-se ido mais longe: o estabelecimento de indústrias pelo Estado, o condicionamento de muitas outras, financiamentos directos e indirectos, restrições da actividade privada e das suas iniciativas. Mas está aqui uma das dificuldades do problema, visto que, aliás sem desconhecer as necessidades presentes, não quer o Estado português arrogar-se papel exagerado na produção e pretende valorizar ao máximo a acção da iniciativa individual — mola real de uma vida social progressiva. Quando o Estado vá além da indicação das necessidades colectivas e da realização das condições gerais para que

os particulares possam satisfazê-las, entra no caminho dos grandes desperdícios, das concorrências indevidas, do trabalho improgressivo. É preciso salvar, no interesse particular e público, a iniciativa privada.

... ...

Por maiores benefícios que se reconheçam na concorrência, não há dúvida de que ela não constitui força económica permanente, pois tende para a sua auto-destruição, nem as vantagens que presta as usufrui a colectividade sem prejuízo de maior.

De facto, muitas vezes se nota que os concorrentes, por eliminações sucessivas dos mais fracos, chegam ao monopólio ou ao entendimento, forma atenuada do primeiro. E verifica-se que na luta se desperdiçam capitais e se jogam o destino e interesses do trabalho, com vantagem por vezes insensível e sempre transitória para os chamados consumidores. Certos factos recentes sucedidos entre nós com as indústrias de tabacos, fósforos e navegação marítima ilustram, sem mais esclarecimentos meus, suficientemente a afirmação. Ninguém hoje se lembra de, numa economia nacional que se pretende ordenada, estabelecer como princípio fundamental a concorrência sem limites. Por outro lado o monopólio assusta — assusta porque tende para o abuso como toda a força não controlada, porque tende para a estagnação como toda a actividade sem estímulo, porque, como bem disse Poincaré, onde está o monopólio aí começa o socialismo. Devo acrescentar que me parece não serem estes os resultados em toda a parte, sendo por isso provável que a formação do espírito colectivo leve nalguns países o monopólio a cuidar de servir bem o público antes de servir os interesses particulares dos monopolistas. Não há dúvida, porém, de que em muitos povos — e o nosso entre eles — as coisas se passam no mau sentido que defini. Eis uma dificuldade que deve ser resolvida.

A Constituição prevê, reconhece e, diríamos mesmo, favorece a concorrência, pretendendo simplesmente que os diversos elementos da economia corporativa não tendam a estabelecer entre si concorrência desregrada e contrária aos justos objectivos da sociedade e deles próprios. Mas a aspiração constitucional seria vã se as condições económicas e sociais do trabalho nacional não estivessem dispostas para os resultados que ela prevê. Em primeiro lugar o ordenamento da economia nacional através do regime corporativo, movendo-se no âmbito fixado pela Constituição, tem de deixar sempre margem larga para a iniciativa privada e para a

concorrência, ou pelo estabelecimento de novas explorações, ou pelo comércio livre, ou pelos preços, ou pela qualidade dos produtos, ou pelas embalagens, ou pelas condições de venda (não me parece que a estreita regulamentação das condições de produção e de venda, amarfanhando todo o espírito de renovação e de grande iniciativa, fosse benéfica para a colectividade). Em segundo lugar o princípio da liberdade de comércio externo e as pautas aduaneiras devem constituir, na mão do Estado, a segura defesa dos interesses gerais contra os abusos prováveis ou possíveis de qualquer sector da economia nacional.

1936

(«O Império Colonial na economia da Nação» — Discurso na inauguração da I Conferência Económica do Império, em 8 de Junho — «Discursos», Vol. II, págs. 160 e 165-166).

Nós continuamos defendendo e aplicando, escrevia eu há pouco, princípios de moderado proteccionismo, de liberdade comercial e de liberdade de transferências, quando, em face de nós, com muito poucas excepções, se levanta um mundo que se rege por princípios diferentes: contingentes, licenças de importação, discriminações de países e de mercadorias, restrições cambiais, taxas interiores, guerras aduaneiras estão na ordem do dia, percorrem o globo, trasladam-se de país para país. Verdade seja que, enquanto por nosso lado temos vivido, os resultados alheios não parecem corresponder às expectativas, pelo que se deve desconfiar da eficácia de tais processos; mas é verdade também que desse modo se encontram muitas portas fechadas ao nosso comércio que não as fecha a ninguém, e isso nos causa embaraços e em certos casos nos coloca em grande inferioridade.

... ...

Fartos exemplos tomados ao acaso da vida corrente ilustrariam convincentemente a tese que me é cara: a obra da colonização, a valorização da população portuguesa e da sua actividade, a solução de problemas económicos que interessem imediatamente ou em curto período, intensificando-a, à actividade metropolitana e colonial, solidárias ou complementares, deixam a perder de vista a simples acção política ou

financeira do Estado, cujo fetichismo a persistir, além da errada visão, acusaria estados de espírito de decadência. Pagar o Estado dívidas e prejuízos, reconstituir com o seu dinheiro capitais que não existiram nunca, tomar para si os negócios que deixaram de render, cancelar por sistema créditos mal utilizados, autorizar fornecimentos que salvariam este ou aqueloutro, não pode pedir-se nem fazer-se, porque não está aí o interesse geral. O Estado tem acção mais meritória a desempenhar e, quando enredado em tais malhas, mais lhe vale corajosamente verificar as perdas e arrepiar caminho.

1937

(«Pela Paz» — Resposta do Governo Português ao Memorando Hull, em 20 de Agosto — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 328-330).*

Quando se procura saber que causas independentes ou estranhas à vontade dos povos e dos governos se encontrarão na base dos problemas de hoje, temos visto que à crise económica de 1929 se atribuem todos ou quase todos os males de que sofrem as nações.

A intervenção para atenuar ou eliminar os efeitos da crise foi intensa tanto no terreno nacional como no internacional — intensa e inútil. Sucederam-se os remédios e as desilusões, os convénios, os congressos, as conferências e as leis, e foi afinal o tempo que a foi curando, pois à parte a linha geral da política seguida em relação ao ouro pela Inglaterra e os Estados Unidos, pode dizer-se que nada internacionalmente se fez que melhorasse a situação, e no domínio nacional muitas medidas se tomaram que deveriam ter tido efeitos contraproducentes. Em face da crise, os egoísmos nacionais tornaram-se insensíveis ou hostis, e cada um teve de tratar de si, fazendo apenas votos por que as medidas tomadas por outros não constituíssem para cada qual exagerado gravame.

A crise, ou pelo menos a maior parte das suas manifestações, passou — e o mal-estar universal continuou com a mesma acuidade, supomos. No campo económico e social o desequilíbrio, o desarranjo, a angústia dos povos não são pois filhos da crise económica; vêm de maior profundeza — nós temos ousado filiá-los na crise do pensamento económico, ou seja na adulteração dos conceitos fundamentais da vida económica.

Por tais motivos as lições deste passado recente nos mandam ser

mais modestos, se não queremos ser mais ousados. No fundo, a humanidade reage contra uma economia anti-humana, em relação a cuja essência as intervenções conhecidas se haviam de manifestar claramente insuficientes.

1938

*(«Realizações de política interna — Problemas de política externa» — Discurso na Assembleia Nacional, em 28 de Abril — **«Discursos»**, Vol. III, págs. 67-69).*

Havendo repudiado com seu cortejo de desastres o individualismo e o liberalismo do século passado, não nos expusemos a pôr nas mãos do Estado a competência omnímoda de reger por seus próprios meios e serventuários a economia da Nação; e, tendo-nos revoltado contra uma falsa burguesia parasitária e gozadora, não queremos caminhar para a crescente e geral proletarização, pois não nos causaria inveja a nação em que só o Estado fosse rico.

Não podem fechar-se os olhos a que nalguns casos recentes o potencial financeiro e económico colocado nas mãos do Estado em virtude de regimes autárquicos, fortemente autoritários e disciplinados, assume proporções que mal se imaginariam e por ora sem repercussão inconveniente no progresso da própria criação industrial. Os Estados não só ficam dispondo de somas enormes para realizações colectivas, mas dirigem superiormente a economia como fonte da riqueza da Nação e instrumento de política externa. O que se não sabe ainda é se a máquina continuará funcionando com pleno rendimento sem os génios que ocasionalmente a dirijam; e em qualquer caso é bem de recear a sucessiva extensão da disciplina económica até abranger nas suas estreitas malhas as manifestações espirituais, a família, o mundo das ideias e dos afectos. E teríamos chegado por este caminho à mesma escravidão de que andámos fugindo. Embora sem fechar os olhos aos ensinamentos que outras formas de organização e outras soluções tragam à resolução dos nossos próprios problemas, continuamos a considerar como saudável ao corpo social larga margem concedida à iniciativa privada e até à concorrência, desde que o Estado se mantenha como árbitro supremo entre os interesses em jogo.

Demasiado longe (segundo o meu modo de ver e as minhas predilecções pessoais) nos obrigará a ir nesta matéria a insuficiência técnica ou financeira dos particulares. Mas, resolvidos a ir até onde seja absolutamente necessário, não deveremos ir mais além.

1942

(«Defesa económica — Defesa moral — Defesa política» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 25 de Junho — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 327-329).*

Anda muito longe das realidades do momento quem supõe poder hoje produzir, negociar, viver fora da organização. Há ainda a escolha do tipo; já a não há do facto. Hoje não existem industriais ou agricultores — há a indústria ou a agricultura, a produção de ferro ou a de cereais. Uma tonelada de carvão e um fardo de lã são problemas de Estado. Os governos encontram-se frente a frente e falam em nome da sua economia. Em nome dela se toma o compromisso de comprar, de vender, de permutar, muitas vezes quantidades, algumas vezes com preços, sempre em prazos determinados. Isto não pode conceber-se fora do conhecimento exacto das possibilidades e fora duma rígida disciplina — entre nós a disciplina corporativa.

Para apreciar devidamente as coisas devíamos lembrar-nos de que a organização é recente, não é completa e não é perfeita. Ela reflecte naturalmente os próprios defeitos que temos e não conhecemos em nós; sendo criada para tempos normais de paz, foi chamada a executar a política económica da guerra; mas o que inteiramente justifica a sua actuação é serem as faltas maiores precisamente onde não existe. Simplesmente então não sabemos quem acusar.

Eu compreenderia ainda, dentro da atmosfera de imoderados ganhos para os quais desapareceu o obstáculo da concorrência, que alguns patrões aceitassem mal a disciplina da Corporação. Mas é-me difícil de entender que também no meio de operários e empregados se manifestem de vez em quando alguma hostilidade e desconfiança das virtudes fundamentais do sistema. Sem dúvida, o estatismo, o comunismo, o liberalismo têm razão de ver no corporativismo português um inimigo mortal. Mas não podem vê-lo aqueles a quem a organização corporativa, reco-

nhecendo-os integrados na economia da Nação, quis integrar de pleno direito no Estado, e que através da organização corporativa lograram a decisiva vitória de tornar solidário o social do económico, com o consequente reconhecimento da sua dignidade e qualidade de colaboradores.

★

(«O corporativismo e os trabalhadores» — Resposta do Presidente do Conselho, lida em 23 de Julho — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 359-361).*

Outro tipo de organização seria o que se praticou com maior ou menor amplitude nos regimes liberais. Mesmo onde se transigiu no reconhecimento da necessidade e a lei ajudou a associação dos indivíduos e dos interesses materiais ou morais, a organização ficou esporádica, não ordenada, não sistemática, e a funcionar em planos diferentes. Sobretudo alheou-se do interesse geral para ser dominada pelo interesse imediato das classes, mesmo quando se opunha àquele.

Assim é que a organização patronal tinha sobretudo finalidade económica e a operária finalidade social; não admira se não se encontravam. E sobre este facto fundamental e sobre a verificação de que, realizando os homens os seus fins em sociedade, os seus interesses imediatos são no entanto divergentes ou contrários, baseava-se uma organização que vivia da luta e para a luta e nos momentos graves dava à vida social o aspecto de guerra civil. Impelidas pela força da posição inicial, as legislações foram, primeiro, reconhecendo aos principais factores em oposição o mesmo arsenal de armamento e, depois, criando, por considerações sociais, complicados processos de atenuação ou substituição da própria luta.

Neste desvairo, que aliás empolgou imaginações e consumiu esforços enormes, perderam-se de vista três coisas: primeira, a organização da economia é uma necessidade nacional, ainda que o trabalho, por hipótese, não precise de ser defendido; segunda, a eficácia dos meios de defesa depende da potência económica dos que têm de usá-los, do que provém ser a igualdade na luta apenas aparente; terceira, há um interesse colectivo tão real como o interesse dos indivíduos e que não pode ficar sujeito aos seus caprichos e irredutibilidades. E assim o regime liberal, quer quando desconheceu o interesse operário, quer quando o

impeliu para a luta de classes, nem sempre se encontrou em condições de fazer justiça ou nem sempre conseguiu fazê-la sem prejuízo para a colectividade.

1943

(«Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 27 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 397-399 e 400-401).*

Em nosso pensar a economia nacional deve servir a Nação; é o seu fim; é a sua razão de ser. Mas por que meios se garantirá este destino? Os termos «nacional», «nacionalista», «nacionalização» aplicados à economia prestam-se a mal-entendidos, porque em muitas partes se lhes dão significados diversos; mas nós não temos dificuldade em expor claramente o nosso pensamento.

A economia nacional não pressupõe nem exige que o Estado absorva as empresas particulares e dirija os monopólios, mesmo quando a actividade destes é essencialmente um serviço público. O nosso nacionalismo é anti-socialista e desadora o estatismo, pela dupla razão de a experiência portuguesa no-lo haver demonstrado antieconómico e fazermos profissão de fé na iniciativa individual e no valor dos grandes campos de acção privada para defesa da própria liberdade humana.

A economia nacional não é necessàriamente autárquica, no sentido de suficiência e de isolamento, orientação que de um lado esbarra com a multiplicidade das trocas e a interdependência da vida moderna, e do outro provoca desvios contrários ao melhor aproveitamento e divisão do trabalho no mundo.

Finalmente a economia nacional não impõe o exclusivismo em favor do capital ou do trabalho nacionais contra o capital ou o trabalho estrangeiros, que aceitamos pela sincera adesão a princípios de colaboração internacional e pelo convencimento dos seus benefícios. Nós somos entre todas as nações uma das que mais liberais e generosas se mostram para com os estrangeiros; nenhuma legislação ou tradição excedem a nossa em facilidades, atenções, direitos dos nacionais de outros países, em quase tudo equiparados em Portugal aos portugueses. Aos capitais aplicados no País asseguram-se garantias, favores e privilégios de que os nacionais raramente gozarão. Respeitamos por educação e princípio,

senão por lhe reconhecermos vantagem, ampla liberdade económica. Na última crise já as grandes nações chamadas livres tinham restringido o trabalho estrangeiro, bloqueado créditos, dificultado transferências de dinheiro, proibido a circulação de capitais, alterado por muitas formas as correntes comerciais e financeiras e ainda nós, quase ilha perdida no mar das restrições, conservávamos abertas de par em par as portas da nossa casa e mantínhamos com escândalo do mundo a liberdade de importações, de câmbios, de circulação de capitais. Somos assim.

... ...

Dados tais princípios e tradições de liberdade e colaboração internacional, como há-de pôr-se o problema da nacionalização da nossa economia? Respondo: em princípio todo o factor económico pertencente ou trabalhando no seio da Nação Portuguesa deve estar integrado na economia nacional, servir primàriamente a economia nacional, seguir as suas directrizes, obedecer ao seu comando. Não podemos ser ingénuos ao ponto de supor que tais elementos estrangeiros não fazem também parte da sua economia de origem, nem que não seja senão pelos rendimentos auferidos, colocações pessoais, repercussão no comércio externo — e há muito mais coisas além destas; mas podemos ter suficiente espírito de ordem na nossa casa, já não digo bastante orgulho, para pretender que em Portugal a nacionais e estrangeiros se imponha em primeiro lugar o interesse português, a vida da Nação Portuguesa. Esta não poderia pretender ter suficiente liberdade nem suficiente segurança, se as posições-chave da sua economia não obedecessem à ordem nacional mas ao comando estrangeiro.

À luz destes princípios, que são fruto de simples bom senso e de alguma experiência, a lei recente, chamada de nacionalização de capitais, não traduz agressividade nem sequer falta de apreço ao capital estrangeiro que trabalha ou deseje vir trabalhar no campo metropolitano ou colonial, ainda aberto a muitas e vastas iniciativas, mas antes um convite, incitamento e até prova de confiança no capital português para que tome, em harmonia com a sua importância e disponibilidades, o lugar que lhe compete no progresso e coesão da nossa economia. Eu penso que a dura lição que recebeu nos últimos tempos em suas peregrinações por países estranhos, junto à demonstração da nossa capacidade administrativa, o convencerão a valorizar e enriquecer o País de cujo trabalho provém e a Nação a que antes de tudo se deve.

1946

(«Ideias falsas e palavras vãs» — Discurso à União Nacional, em 23 de Fevereiro — «Discursos», Vol. IV, págs. 206-207).

Nós somos dos que mais convictamente se têm conservado fiéis à ideia de que uma razoável liberdade é salutar à vida económica, e não temos hesitado em mantê-la nos domínios e no grau compatíveis com o interesse geral. Mas cada vez se afigura mais claro que, independentemente das razões peculiares ao tempo de guerra, persistem motivos para se manterem e intensificarem as duas tendências que em si mesmas envolvem restrições à liberdade — a organização e o intervencionismo do Estado. A política social que nos surge como marca inconfundível da época presente postula melhor aproveitamento e mais justa distribuição das riquezas, e nem um nem outra serão possíveis sem sujeição a planos, que em muitos casos transcenderão o nacional para se situarem no domínio mundial. Tal ordem de trabalhos não é, por outro lado, possível sem a prévia sistematização dos elementos nacionais, sem se ordenarem os órgãos e os factores da produção. Que o Estado se converta ele próprio em produtor e distribuidor das riquezas criadas ou se limite a dar impulso e direcção superior à economia, a impor regras de justiça distributiva e garantir a disciplina do trabalho, isso nos distinguirá, por exemplo, a nós dos socialistas e dos comunistas. Mas num caso ou noutro a organização e o intervencionismo serão a lei, e essa lei — queiramos ou não — é o crepúsculo da liberdade económica. Tão certo é que os homens não podem definir a sua liberdade, mas apenas usufruir a que a vida lhes consente.

1948

(«Prefácio à 4.ª edição» — «Discursos», Vol. I, págs. XIX e XXI).

Pelo jogo das circunstâncias indicadas e em virtude do peso da herança recebida, viu-se logo desde o começo que o Estado, ao enfrentar o problema económico, havia de desempenhar papel de maior relevo do que aquele que em tese entendemos lhe compete.

Em numerosos países se fazem hoje nacionalizações de empresas, isto é, se faz socialismo. Estranham muitos que numa Europa empobre-

cida, com necessidade instante de aumentar a produção, se tenha enveredado por caminho que mais provàvelmente conduzirá ao definhamento ou estagnação económica. Mas deve entender-se que, salvo raros casos, se trata, não de providências económicas, mas de actos políticos impostos pelas massas, convencidas de que os proventos próprios aumentariam fortemente com a limitação ou anulação dos encargos do capital e dos lucros da empresa. Deixemos porém correr a experiência alheia; é lição que nos ficará de graça.

Esta forma de intervencionismo na vida económica não a perfilhamos, pois; mas onde a iniciativa privada falha, os capitais não se arriscam e a acção impulsionadora ou coordenadora do Estado é imprescindível dentro dos quadros da produção, tem este tomado a responsabilidade da formação e direcção de empresas. Nos casos em que de facto se trata de *ser* ou *não ser*, transigiu-se com a intervenção, mas de preferência em empresa mista de que o Estado possa retirar-se, uma vez lançado e acreditado o empreendimento.

1949

*(«Questões de política interna» — Discurso aos governadores civis, comissões da U. N. e candidatos a deputados, em 20 de Outubro — «**Discursos**», Vol. IV, pág. 454).*

O português é eivado de individualismo e toda a regulamentação da sua actividade privada lhe é molesta. Penso que tem de refazer neste ponto a sua educação e que o seu modo de ser não se ajusta às necessidades dos tempos. Estes já não podem dispensar orientação superior e disciplina económica, seja qual for a doutrina oficial do Estado. Mas orientação e disciplina económica não exigem malhas tão apertadas para o enquadramento da actividade nacional como aquelas que as circunstâncias levaram a prescrever e ainda em parte se mantêm.

O Governo tem de fazer a revisão urgente de tudo quanto se incrustou na regulamentação da vida económica por efeito de leis de condicionamento ou da iniciativa de organismos corporativos ou de coordenação, de modo a libertá-la das restrições e disciplinas que não sejam indispensáveis ao equilíbrio e defesa da economia no seu conjunto. É obra que se impõe com o duplo fim de desonerar os povos e não deixar desacreditar a organização.

Capítulo 8.º

VALORIZAÇÃO DAS RIQUEZAS NACIONAIS

1936

*(«O Império Colonial na economia da Nação» — Discurso na inauguração da I Conferência Económica do Império, em 8 de Junho — «**Discursos**», Vol. II, págs. 158-159 e 161-163).*

Os incultos do País, sobretudo do Alentejo, já nem sequer existem como imagem literária ou bandeira política. Dum modo geral se pode dizer que está aproveitado o que podia sê-lo, salvo a valorização proveniente de se converter em regadio parte do que é de sequeiro e o aproveitamento a fazer pelos serviços florestais das dunas e das serras. Resta ainda uma aberta — aumentar a produção bruta por hectare, o que é geralmente possível com melhor técnica, mas para se elevar o nível das populações rurais, continuar barata a vida e não criar ambiente desfavorável às indústrias, é necessário que se eleve também com ela o rendimento líquido da terra — do que resultará maior capacidade para alimentar a população, sem possibilidade porém de lhe absorver toda a força de trabalho.

Esta população em aumento que a agricultura não poderá alimentar ou, se puder alimentar, não pode absorver, está diante de nós, em poucos anos, como problema que demanda soluções, e não vejo outras

senão a emigração colonial e mais intensa industrialização do País. Com a indústria se podem absorver os braços sobrantes; só por meio dela se tornam possíveis sem misérias as altas densidades da população, mas é preciso criar-lhe condições de algum favor para o seu desenvolvimento.

Por maiores que sejam os progressos da indústria nacional nos últimos anos, e são evidentes, alguma inferioridade lhe há-de entorpecer a marcha ainda durante bastante tempo — a inferioridade proveniente da estreiteza dos mercados, da deficiência da técnica, de defeitos de organização, do preço da força motriz, das condições em que se abastece de matérias-primas. Pois bem: em tais circunstâncias é lógica esta solução — que as Colónias produzam e vendam à Metrópole as matérias-primas e com o preço destas lhe adquiram os produtos manufacturados.

... ...

Ponho, como é de justiça, em primeiro lugar o esforço dos portugueses que nós vimos descobrir, missionar, colonizar as mais longínquas e inóspitas regiões, deixar os traços da sua língua, da sua arte, da sua religião, da sua estrutura mental na África, no Oriente, no Brasil. Vemo-los ainda hoje, quando outros, falhada a sua especulação bolsista ou o seu comércio, abandonam em massa as terras de colonização, em busca de outras ou de nenhumas, vémo-los agarrados afincadamente ao torrão, baixando sucessivamente o nível de vida, adaptando-se às dificuldades e privações até quase roçarem pela miséria, lutando contra o clima e as doenças, as chuvas e as secas, as pragas e os baixos preços, mas mantendo, por teimosia heróica, a ocupação e a posse, porque, acima de tudo e com prejuízo de todas as ambições mesmo legítimas, *ali é Portugal.*

Nenhum esforço do Estado — e este há-de desenvolver a sua acção como daqui a pouco direi — é comparável ao trabalho persistente, comandado pelo patriotismo ou a simples necessidade de viver de milhares, de centenas de milhares ou de milhões de indivíduos: muitas falsas ideias vivem nas inteligências a este respeito.

Compreende-se que o homem civilizado, conhecendo por experiência toda a gama das necessidades modernas e a formidável aparelhagem científica e técnica existente para lhes fazer face nos velhos países, colocado ante extensões intérminas de terrenos virgens, tesoiros ao alcance dos braços, e a riqueza potencial, inexplorada das forças naturais, anseie pela transplantação integral de toda a civilização, visione a mágica

transformação de países atrasados na feição de outros que levaram milénios a fazer-se e apele para o Estado como a grande divindade dos nossos dias. Sem dúvida o potencial técnico, financeiro e de população da civilização moderna há-de permitir aos povos ainda atrasados mais rápida evolução no sentido da valorização dos elementos naturais, das riquezas e da forma de viver do que a percorrida pelas nações que sobre si tomam o encargo civilizador; mas sempre ficará verdade não poder comparar-se a acção do Estado, em tudo o que lhe não cabe exclusivamente por imposição da sua essência ou da sua estrutura, com a acção do agregado populacional.

1937

(«Portugal, a Aliança Inglesa e a guerra de Espanha» — Discurso aos oficiais das forças armadas por motivo do atentado de 4 de Julho — **«Discursos»**, *Vol. II, pág. 305).*

Era igualmente de fé que o País vivia econòmicamente da exportação de emigrantes e do ouro do Brasil. Teimei que não era exacto e que os nossos recursos, aproveitados por um trabalho ordenado e intenso, deviam dar-nos para que nos bastássemos modestamente. Fez-se a prova; fez-se a contraprova: a grande Nação brasileira é sujeita a uma das suas maiores crises, proibe a entrada de emigrantes — também inibidos de procurar trabalho na América do Norte — e quase paralisa as transferências para o estrangeiro com fins não comerciais. Perdem-se milhões, não se aproveitam rendimentos auferidos em vários países, e a população portuguesa pôde viver, e a balança de contas é positiva, e sobem no mesmo período as reservas de ouro do País. Creio que esta experiência enterrou bem fundo o falso postulado da nossa vida económica.

1942

(«Defesa económica — Defesa moral — Defesa política» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 25 de Junho — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 326-327).*

Tornou-se evidente que com o sucessivo desaparecimento dos mercados, a diminuição da tonelagem estrangeira ao nosso serviço e a escas-

sez e diminuição da nossa marinha mercante, a economia portuguesa tinha de ser impulsionada em duas direcções: refluir sobre si própria, explorando ao máximo as suas possibilidades, no continente e nas colónias — *produzir;* tentar manter a estabilidade de condições em nível mais baixo, reduzindo ao mínimo o consumo — *poupar*. Esta a admirável campanha do Ministério da Economia, cujos termos se completaram mais tarde, acrescentando ser igualmente necessário *organizar* e *distribuir*. E o País lançou-se a trabalhar e viver no ambiente destas preocupações.

Confesso ter poucas vezes visto ideia tão bem compreendida, tão espontâneamente abraçada e seguida com tanto entusiasmo e carinho. Nós fomos sem dúvida favorecidos, no que respeita aos géneros agrícolas, por este facto real, ainda que literalmente antieconómico, de que boa parte da nossa agricultura não é industrial, ou para ser mais claro, não trabalha para o lucro, produz para viver pobremente e alegremente gastar o excesso de outras rendas. Isto tinha particular importância no momento em que se teria de produzir mais e mesmo mais caro, sem sensível repercussão nos preços do que viesse ao mercado. Mais que paixão, o *vício* português da terra fez prodígios: aproveitou-se a gleba, quase até ao centímetro, o jardim, a clareira da mata, o valado, o cômoro.

E não foi só na agricultura e na pecuária o esforço. Nas indústrias independentes do estrangeiro, sobretudo nas minas à busca de combustível, a produção fez progressos consideráveis, ao mesmo tempo que nos serviços públicos ou privados, em casa e na rua, na vida individual e familiar, aquela divisa se traduzia em restrições voluntárias, no aproveitamento das coisas inúteis, na disciplina dos consumos. — Produzir! Produzir e poupar!

1946

(«Produzir e poupar» — Mensagem aos Portugueses, publicada nos jornais de 3 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. IV, pág. 219).*

Nós temos feito um esforço, por vezes heróico, para não deixar inculto um palmo de terra e para aumentar a produção total. Pretende-se que não se afrouxe nesta luta e se force a terra ao máximo das suas possibilidades. Avança-se que pode não ser, e geralmente não é, uma

operação lucrativa; mas é sem dúvida colaborar meritòriamente numa obra de solidariedade.

1948

(«Prefácio à 4.ª edição» — «Discursos», Vol. I, págs. XIV-XVI).

Munidos com os primeiros resultados da reforma financeira, era já possível enfrentar a melhoria da situação económica. Esta impunha de um lado a intensificação de obras públicas, directa ou indirectamente reprodutivas, e do outro a exploração de recursos novos e o aperfeiçoamento do conjunto da produção nacional. As duas espécies de actividades exigiam, porém, capital e técnica; era de saber como podiam conseguir-se.

Embora a economia tenha naturalmente beneficiado do movimento geral, a nenhum observador terá escapado que as obras públicas marcaram até ao presente muito maior avanço. As razões são: primeira, o Estado pôde mais fácil e mais ràpidamente mobilizar os factores da sua actividade; segunda, esta actividade era ela própria em certos casos indispensável ao aproveitamento de recursos disponíveis. A verdade é que, ao menos dentro das especialidades de mais frequente ou intensa aplicação, o Estado pôde formar, ao contacto das suas próprias realizações, os técnicos de que tem necessitado; e o capital português tem acrescido aos excedentes das contas para suprir a todas as necessidades. Finalmente a exploração mineira, a utilização das quedas de água, como o aproveitamento nacional de outros recursos, exigiam, antes dos respectivos empreendimentos, estudos de anos que inacreditàvelmente não estavam feitos. A realidade era esta: o País não se conhecia.

1949

(«A regar! A regar!» — Palavras proferidas na inauguração da barragem «Salazar», em 29 de Maio — «Discursos», Vol. IV, págs. 399-400).

Vivemos secularmente no País, salvo raríssimas excepções, conhecidas e anotadas, da água individual, digamos, em regime individualista na busca, na exploração, na utilização — água no geral precária, ao

mesmo tempo desperdiçada e insuficiente e ainda irremediàvelmente cara. Assim terá de continuar a ser em muitos casos, por fatalidade das circunstâncias, isto é, por não ser possível outra solução. Mas onde o princípio comunitário possa aplicar-se, com a intervenção de meios financeiros e técnicos adequados, abrem-se horizontes incomparàvelmente mais vastos à agricultura e conseguem-se resultados económicos ou sociais que, na pequena escala dos pequenos empreendimentos hidroagrícolas, se devem considerar inatingíveis. Coube a esta geração ter sentido as necessidades do seu tempo e sabido trabalhar nas grandes obras de rega.

IV

O PROBLEMA SOCIAL

Capítulo 9.°

POLÍTICA DE FOMENTO

1930

(«Ditadura administrativa e revolução política» — Discurso na Sala do Risco do Arsenal de Marinha, em 28 de Maio — **«Discursos»,** *Vol. I, págs. 54-55).*

Foi a administração, que se diz exaustiva, que tornou possíveis recursos para a construção e restauração das estradas, para os trabalhos dos portos, para os encargos de empréstimos destinados a outras obras de fomento, quando tenhamos devidamente concluídos os respectivos planos. Por virtude da mesma administração foi possível criar a Caixa Nacional de Crédito — banco da agricultura e da indústria — e deixar livres para melhoramentos municipais e para aplicações agrícolas e fabris as centenas de milhares de contos que as economias privadas vão confiando à Caixa Económica Portuguesa. Não concorrendo o Estado a absorver, para despesas improdutivas, os novos capitais formados, as taxas de juro descem no Banco de Portugal, na banca privada, na Caixa Geral de Depósitos, e a usura vai sendo combatida nos seus redutos pelo País, sobretudo por crédito agrícola de maneio simples e concessão pronta, devendo notar-se que tal melhoria representa para o capital circulante da economia nacional desagravamento maior que a sobrecarga tributária. Estudam-se, ao mesmo tempo, as soluções para o problema

hidroeléctrico, para que os grandes aproveitamentos a fazer sejam não valores financeiros, mas valores económicos primaciais no progresso do País, porque a eles se ligam o aumento da produção industrial e, em grande parte, o da agrícola, pela irrigação dos campos.

Vê-se, nítido, o pensamento dominante acerca deste problema: a Ditadura trabalha para realizar três condições essenciais à produção — meios rápidos de transporte, crédito fácil, energia barata — e espera que, com a assistência dos técnicos e o auxílio protector das pautas, a produção do País aumente e melhore.

1935

(«O momento político» — Nota oficiosa publicada nos jornais de 20 de Setembro — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 94-95).*

Mas o saneamento das finanças públicas não é só para nós factor de independência política nem meio de resolver ou atenuar as maiores dificuldades derivadas da crise; é também a única base sobre a qual podiam assentar a reconstituição económica e a organização da defesa nacional. Foi só depois de certo número de anos de trabalho que se tornou possível alimentar naquelas matérias fundadas esperanças; e é lógica conclusão dos princípios postos a Lei n.º 1 914, de 24 de Maio deste ano, cujo artigo 1.º diz textualmente o seguinte:

«Serão estabelecidos os planos e os projectos fundamentais, a executar no prazo de 15 anos, na importância de 6 500 000 contos, respeitantes:

1.º — à defesa nacional, compreendendo: *a*) a reforma geral do Exército e seu armamento, fortificações, edifícios e outras obras militares; *b*) o prosseguimento da restauração da Marinha de Guerra, incluindo, além da aquisição de novas unidades, o que for necessário à sua eficiente utilização;

2.º — à reconstituição económica, abrangendo: *a*) conclusão das redes de caminhos de ferro e das estradas e construção de aeroportos, sem prejuízo da dotação orçamental estabelecida para estradas; *b*) portos comerciais e de pesca; *c*) rede telegráfica e telefónica; *d*) rede eléctrica nacional; *e*) hidráulica agrícola, irrigação e povoamento interior; *f*) edifícios para escolas e instalação de outros serviços do Estado;

g) reparações extraordinárias de monumentos nacionais; *h*) trabalhos de urbanização de Lisboa e Porto; *i*) crédito colonial; *j*) outros problemas ou realizações que interessem directamente ao objectivo previsto neste número».

Esta lei é, como devem ser todas as leis, uma lei séria. Se se tratasse de diploma destinado a obter efeitos políticos, tanto se daria ao Governo começar por um lado como por outro, ou não começar mesmo por lado nenhum. Mas no nosso espírito o aspecto puramente político dos problemas é sempre secundário, e a acção é em todos os casos dominada pelas necessidades e possibilidades nacionais.

1936

(«O Império Colonial na economia da Nação» — Discurso na inauguração da I Conferência Económica do Império, em 8 de Junho — «Discursos», Vol. II, págs. 168-169 e 170-171).

Não há igualmente dúvida de que o princípio de custear pelos orçamentos ordinários as obras de que necessita um país para se desenvolver, condenaria na maior parte dos casos a progresso demasiadamente lento a economia e a vida das populações, e portanto muitas daquelas devem razoàvelmente ser custeadas por empréstimos. Mas a minha experiência da administração pública tem-me demonstrado não estarmos ainda hoje habilitados a gastar bem o dinheiro de que dispomos. Todos os anos as contas mostram não coincidirem a capacidade financeira e a capacidade de realização. Provém isso, de um lado, do atraso em que, por falta de trabalhos públicos, caíu a técnica oficial, e, do outro, da exigência de planos bem formulados e de projectos estudados a rigor. Nós fomos obrigados a pôr de lado essa espécie de planos «por subscrição» ou «por apetite», para tudo enquadrarmos nas verdadeiras necessidades ou superiores interesses do País; e sem isso a chuva de oiro tantas vezes ambicionada faria a nossa desgraça.

Nos Colónias não devem passar-se as coisas de modo muito diferente; e, se estamos sempre dispostos a estudar ainda com mais fervor ou carinho o que respeita aos seus interesses, porque lá os portugueses têm contra si a distância e por vezes maiores dificuldades de viver, nunca se poderiam dispensar estas três coisas: que o dinheiro seja bem gasto,

que possa ser recuperado, que as obras estejam em harmonia com o estado de desenvolvimento geral. Nem há no meu espírito qualquer objecção a que, sendo necessários mais demorados estudos para aprovação de planos de conjunto, como o que respeita a Angola, deles se desintegre para ganhar tempo tudo quanto imediatamente possa ser resolvido e realizado.

... ...

É natural que alguns métodos de trabalho tenham de ser substituídos por outros mais expeditos e de maior rendimento; é natural ainda que haja de refazer-se, ou fazer-se, a educação do espírito nacional — sempre a boa vontade na base da acção. Esse pretensioso desdém com que se olhava, ao lado das coisas de Londres ou Paris, a produção metropolitana, mesmo nos artigos em que podíamos desafiar comparações, vai desaparecendo e agora não pode ressurgir para sacrificar aqui a produção colonial, nas colónias a da Metrópole. Mas as instituições e as leis devem funcionar de modo que se seja patriota por necessidade, quando se não é por disciplina ou virtude.

1942

(«Defesa económica — Defesa moral — Defesa política» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 25 de Junho — **«Discursos»**, *Vol. III, pág. 332).*

Nós não vamos pôr-nos a adivinhar o que será a economia de amanhã, as suas directrizes e as suas exigências. Mas podemos orientar-nos por algumas ideias simples que são as realidades de sempre: ninguém nos sustentará, se não trabalharmos; ninguém nos preferirá, se produzirmos mais caro ou pior. E ainda estas outras: o português precisa de mais campos abertos à sua actividade; a empresa precisa de obter mais rendimento do trabalho operário e de pagá-lo melhor. E não poderá fazê-lo senão reorganizando-se, actualizando os seus processos, investindo capitais e reservas que por felicidade lhe não são exigidos para despesas do Estado.

1943

(«Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 27 de Abril — «Discursos», Vol. III, págs. 395-397).

Julgo que algumas vezes se têm exagerado as nossas possibilidades. Nós somos um país pobre, que, tanto quanto se enxerga no futuro, não pode na Metrópole aspirar a mais que à dignidade de uma vida modesta. A ideia de que somos um país rico por causa da doçura do clima e do puríssimo azul do nosso céu é uma ideia feita... e falsa, como a dos incultos do Alentejo e a da imensidão dos baldios. Ao país pequeno e acidentado, as serras, as rochas, as dunas, as terras áridas diminuem-lhe muito a superfície; a irregularidade das chuvas, o regime de sequeiro, a exigência e carestia das regas, onde isso se pode fazer, tornam ou precária ou cara a produção. A agricultura é falível na quantidade de géneros e no rendimento líquido. Temos o mar, mas o subsolo não é comparável em combustíveis ou minérios ao da generalidade das nações europeias.

Há um elemento que nos tem porventura feito equivocar — a qualidade de algumas produções.

Os vinhos, as frutas, o peixe são de alta qualidade, preciosos, no rigor da palavra. Para admitirmos que tivéssemos aí compensação era preciso partir do princípio de que a vida moderna de massas, tipos e produções em série, reservava ainda lugar para o produto fino em que a mãe-natureza se compraz, sacrificando ao perfume, à cor, ao gosto apurado, a altas virtudes, a banal quantidade. Não estou seguro disso.

No acanhado espaço a população em crescimento constante procura viver — há-de encontrar trabalho e sustento. Não se dá outro fim ao que se tem feito para conhecer de verdade as riquezas do subsolo e a sua melhor utilização, fixar as dunas, repovoar as serras, dividir e aproveitar os baldios, irrigar os campos, regularizar os cursos de água, enxugar, dessalgar e defender as terras. Tudo é apenas alargar as áreas úteis — pròpriamente tornar maior o País. Sem suspensão nem desvios há aí trabalho para duas, três décadas ou mais e gasto de muitos milhões, mas os resultados hão-de possìvelmente revelar-se em atraso relativamente à população — tanto em disponibilidades alimentares como em trabalho exigido: grave dificuldade.

Vejo-lhe dois remédios, a aplicar conjuntamente — a colonização

ultramarina, a intensificação do trabalho industrial. As terras coloniais, ricas, extensas, de valor nulo e fraquíssima densidade populacional são o natural complemento da agricultura metropolitana, nos géneros pobres sobretudo, e das matérias-primas para a indústria, além de fixadores de uma população em excesso daquilo que a Metrópole ainda comporte e o Brasil não deseje receber. Definida a solidariedade económica e política nalgumas proposições do Acto Colonial, a marcha do tempo tem ído revelando a possibilidade e demonstrando inequìvocamente a necessidade de uma política que assente na base imperial a economia da Nação.

1948

(«Prefácio da 4.ª edição» — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. XVI-XIX).*

Os partidários de que se desse, antes de mais, o maior incremento à economia, com a modernização e instalação de fábricas, o largo aproveitamento da energia hidráulica e de outros recursos naturais, pressupunham certamente que a técnica, como as máquinas, se podem importar e os capitais obter de empréstimo no estrangeiro, se não os há no País. Mas o problema era visto talvez com excessiva simplicidade.

Eu sou pelo nacionalismo económico, mas este nacionalismo — tão moderado que para nós é condição e base da melhor cooperação internacional — nem quer dizer socialização, nem caminha no sentido autárcico (que sempre considerei contrário à verdadeira economia), nem se afirma exclusivista em não aceitar ou achar boa a colaboração, aqui e nas Colónias, do capital estrangeiro. Simplesmente penso que as diferentes produções fazem parte integrante da economia nacional com o fim de serem aproveitadas em harmonia com a sua maior utilidade para a vida da população, e que é pelo menos imprudente deixar em mãos estranhas algumas das posições mestras da economia de um país. Acresce que em muitos casos — e precisamente nos mais importantes — a participação capitalista não usa desinteressar-se dos fins e da direcção do empreendimento. Eu sei que se fala muito de internacionalismo económico e de solidariedade e de cooperação entre as nações, mas não posso esquecer que, se há elementos da riqueza ou da produção que não interessam a uma economia estrangeira senão pelos benefícios do seu rendimento, outros tendem a ocupar, ainda no presente momento, dentro dessa econo-

mia, o lugar deixado vago na economia nacional. Um país que preza a independência tem de acautelar-se de criar pontos vulneráveis tanto nas suas finanças como na sua economia.

As exigências da economia portuguesa, quer no respeitante ao seu reapetrechamento, quer relativamente a empreendimentos novos, são de tal magnitude que uns e outros não seriam viáveis sem a acumulação extraordinária de reservas, a reeducação do capital português e o aumento de rendimento do trabalho. As reservas foram-se acumulando em anos sucessivos, mas só podem mobilizar-se gradualmente. O capital, batido pelas inclemências dos mercados externos e seguro da honestidade da Administração, confiou-se numa primeira fase ao Tesouro para empreendimentos públicos, e começa agora a interessar-se pelas grandes empresas que o Governo apoia. Quando em terceira fase se abalançar com decisão à valorização económica da Metrópole e das Colónias, podemos estar satisfeitos dele e da sua função no mais vasto plano nacional. Quanto ao trabalho, cujo rendimento é diminuto em todas as categorias ou graus, terá de receber da escola a base e da vida o principal ensinamento: aprender-se-á a trabalhar trabalhando com chefes competentes.

1950

(«Governar, dirigindo a consciência nacional» — Discurso à União Nacional, em 12 de Dezembro — «Discursos», Vol. IV, págs. 494 e 497-498).

O caminho para o futuro pode ser traçado por dois processos: um seria a elaboração de uma nova lei de reconstituição económica que, por período mais ou menos longo, dominasse a actividade da Administração e, até certo ponto, a orientação da economia; outro, a meu ver, preferível, consistiria na definição de um plano de fomento, preciso e restrito, que se ativesse mais de perto às possibilidades financeiras e desse prioridade a alguns grandes empreendimentos de carácter mais vincadamente reprodutivo. Não se pode querer tudo ao mesmo tempo, e é a altura de definir critérios de preferência.

... ...

Não creio no pior, mas é visível que o esforço de rearmamento intensivo a que vão dedicar-se as potências ocidentais pesará duramente sobre

a economia do Mundo durante uns poucos de anos. Os efeitos da intensificação da produção de armamentos não são idênticos, porque muito inferiores aos do seu desgaste em tempos de guerra; mas basta que os Estados Unidos e a Inglaterra tenham de desviar parte importante da sua indústria para a produção militar para que a economia do mundo ocidental se ressinta e tenha de resignar-se a viver em novas e mais apertadas condições.

Ora a impossibilidade de prever em pormenor a evolução dos acontecimentos, a instabilidade e rarefacção dos mercados, o desconhecimento dos encargos que nós próprios teremos de suportar para reforço da nossa defesa ou da defesa comum tiram ao actual momento todos os requisitos de abertura da nova época com que contávamos e dão-lhe, pelo contrário, a fluidez, a imprecisão nevoenta, a insegurança dos tempos provisórios e dos períodos de espera.

Eis porque me parece que temos de ser muito severos nos gastos e moderados nas ambições, tanto nas respeitantes aos nossos interesses particulares como aos grandes empreendimentos públicos. Eis porque mais do que uma lei ambiciosa, se me afigura corresponder às circunstâncias actuais um plano modesto de fomento a executar em meia dúzia de anos e ordenado para satisfação de algumas das maiores e mais prementes necessidades do povo português. Um velho amigo envia-me, de vez em quando, a expressão dos seus anseios e recomenda instantemente ao meu cuidado estas duas coisas simples e, não obstante, fundamentais — *o pão e a enxada*. Creio possível tirar desta indicação sumária as grandes linhas dos aproveitamentos hidroagrícolas, das indústrias de adubos, da energia eléctrica e do ferro, ao menos para a enxada e a charrua, que ninguém sabe as canseiras que deu consegui-lo, para esses e outros fins igualmente imperiosos, há poucos anos atrás.

Capítulo 10.º

FUNDAMENTOS DA ORDEM SOCIAL

1928

*(«Os problemas nacionais e a ordem da sua solução» — Discurso aos oficiais da Guarnição Militar de Lisboa, em 9 de Junho — «***Discursos***», Vol. I, págs. 15-16).*

Têm os trabalhadores direito a uma melhoria na sua vida, na sua condição? a melhor casa? a mais e melhor instrução? Sem dúvida alguma. O operário português é sóbrio, inteligente, disciplinado, vigoroso, trabalhador, mas inferior muitas vezes sob o ponto de vista técnico. Daqui provém uma reduzida produtividade, também resultante da inferioridade técnica de muitas indústrias.

Para que o trabalho possa ser mais bem retribuído, é pois necessário organizar, intensificar, valorizar a produção e obter nesta mais elevado rendimento, numa palavra, resolver o problema económico, aumentando as riquezas, para que a todos caiba maior quinhão. Sem isso a legislação de carácter social e de protecção operária será quase inútil ou poucas vantagens trará.

1930

(«Ditadura administrativa e revolução política» — Discurso na Sala do Risco do Arsenal de Marinha, em 28 de Maio — «Discursos», Vol. I, págs. 51 e 58-59).

Quando a fraqueza dos governos lhes não permite serem diante dos cidadãos a garantia eficaz do direito de cada um, ou os indivíduos chamam a si anàrquicamente a defesa da sua vida, dos seus interesses e dos seus bens, ou se deixam vencer, esmagar, manietados pelo terror que uma minoria audaciosa utiliza para violar a justiça sem sanções. Em qualquer caso, *desordem:* a desordem *social.*

... ...

É o mundo do trabalho dominado, quase por toda a parte, por errada ideologia, ligando a melhoria das suas condições a determinadas fórmulas políticas que os factos vão sucessivamente demonstrando serem menos aptas para resolver problemas, que a luta de classes complica e que os governos fracos, deixando crescer a indisciplina, acabam por tornar mais agudos em detrimento de toda a colectividade. Devemos dizer mesmo que as ditaduras se têm mostrado singularmente activas no desenvolvimento de legislação e de instituições que vão elevando as condições de vida da massa trabalhadora, pela maior facilidade com que, sobre a base da ordem e da disciplina, podem encarar aquele problema, sem espírito de partido ou de classe, mas sòmente em inteira subordinação ao maior interesse nacional.

★

(«Princípios fundamentais da revolução política» — Discurso na Sala do Conselho de Estado, em 30 de Julho — «Discursos», Vol. I, págs 85 e 89).

O liberalismo político do século XIX criou-nos o «cidadão», indivíduo desmembrado da família, da classe, da profissão, do meio cultural, da agremiação económica, e deu-lhe, para que o exercesse facultativamente, o direito de intervir na constituição do Estado. Colocou, por isso, aí a fonte da soberania nacional.

Vistas bem as coisas, nós estamos em face de uma abstracção — con-

ceito erróneo ou insuficiente — e será caminhando no sentido dos grupos naturais necessários à vida individual, e de que se constitui realmente a sociedade política, que mais seguramente se encontrará o ponto de apoio que buscamos.

... ...

Coordenar as corporações, federações e confederações económicas de carácter patronal ou operário, formadas espontâneamente ou por impulso do Poder, desviando-as das competições e lutas e sujeitando todas as actividades e interesses às necessidades e interesses superiores da Nação — eis o pensamento que, por outro lado, deve dominar a lei e a administração pública. Mas, a par desta ideia há que assentar outra, segundo a qual se assegurem os direitos e justos interesses morais e materiais das classes trabalhadoras. Reconhecer ao trabalho a qualidade de factor de cooperação da empresa e associá-lo, por isso, moral e económicamente, ao destino da produção, com o devido respeito pelas exigências da propriedade, do rendimento e da técnica, é doutrina que o Estado pode consagrar também como fundamental e de cuja realização dependerá, em largas proporções, o progresso na paz e na ordem social.

1932

(«A Ditadura e o seu contacto com a Nação» — Entrevista concedida a António Ferro, para o jornal «Diário de Notícias», de 21 de Dezembro — António Ferro, **«Salazar — O homem e a sua obra»,** *págs. 94-95).*

O que lhe posso garantir é que a nossa experiência é a mais inteligente, a mais original que se tem feito. O subsídio sem o trabalho compensador desmoraliza os indivíduos, torna-os indolentes, comodistas, completamente inúteis à vida duma sociedade. O subsídio a troco de trabalho, pelo contrário, não desabitua os homens da sua função natural dentro da vida e enriquece o País com o acabamento e a iniciação de obras públicas que são de utilidade para todos. Desta forma, o imposto do desemprego não se torna tão pesado ao contribuinte, porque, além de sarar uma chaga social que o deve incomodar, vai encontrar-se em melhoramentos que ele próprio reclama há muito tempo.

1933

(«Conceitos económicos da nova Constituição» — Discurso radiodifundido da U. N., em 16 de Março — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 198-199 e 209-210).*

O trabalho, todo o trabalho tem a mesma nobreza e a mesma dignidade, quando é a contribuição proporcionada às faculdades de cada um para a colectividade a que pertence. Mas, sendo igualmente digno sob o ponto de vista humano, não tem o mesmo valor sob o ponto de vista económico e social. Tem utilidades diferentes, tem rendimentos diversos e por isso não pode ter igual remuneração. Por este motivo há diferenciação nos indivíduos, nos géneros de vida, nas classes da sociedade. Nós, que temos adulterado o sentido de tanta coisa, também adulterámos esta; uns desprezam o trabalho manual e outros aviltam a superioridade da inteligência, reivindicando como grande honra chamarem-se também trabalhadores. Eles o são efectivamente, mas se há no primeiro caso injustiça contra a dignidade do trabalho, há no segundo baixa subserviência perante a força material das massas operárias: uns e outros estão fora da verdade.

... ...

Nós queremos para nós a missão de fazer com que um elevado critério de justiça e de equilíbrio humano presida à vida económica nacional. Nós queremos que o trabalho seja dignificado e a propriedade harmonizada com a sociedade. Nós queremos caminhar para uma *economia nova*, trabalhando em uníssono com a natureza humana, sob a autoridade dum Estado forte que defenda os interesses superiores da Nação, a sua riqueza e o seu trabalho, tanto dos excessos capitalistas como do bolchevismo destruidor. Nós queremos ir na satisfação das reivindicações operárias, dentro da ordem, da justiça e do equilíbrio nacional, até onde não foram capazes de ir outros que prometeram chegar até ao fim. Nós queremos defender as massas proletárias dos seus falsos apóstolos e demonstrar com a nossa atitude que não há uma questão económica a dividir-nos, mas no fundo, como o deixámos demonstrar há pouco, para que se abram os olhos que teimam em estar fechados, um conceito diferente de vida, outra ideia de civilização. Resta saber se o que há de transcendente e de eternamente verdadeiro e belo no nosso

património lusitano, latino e cristão, nós o deixaremos perder, sem consciência da sua superioridade, perante a ameaça da nova época bárbara.

★

(«Os delegados do I. N. T. E P. e a reforma social» — Discurso no Ministério das Finanças, em 20 de Dezembro, segundo as notas dos jornais — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 276-277).*

Sobre a revolução nacional em marcha e sobretudo no que toca à economia e ao trabalho, temos sem dúvida os grandes princípios orientadores, as ideias mestras, o travejamento geral do edifício a erguer. Mas nenhum de nós poderia dizer que possui nesta verdadeira encruzilhada da história toda a verdade, quer dizer, o sistema completo de princípios para a solução de todos os problemas económico-sociais e de técnica da organização. A vida real, a experiência de todas as dificuldades que surgirem, as questões que houver necessidade de resolver indicarão, dentro das grandes linhas já fixadas, muitos pormenores de aplicação, e até — quem sabe? — correcções de um ou outro ponto que o nosso espírito estaria neste momento inclinado a crer absoluto e eterno como a própria verdade. Por isso disse que vamos fazer propaganda de uma doutrina feita e de uma doutrina a fazer. E não nos surpreenda isso: é a história de todos os grandes movimentos de ideias e de todas as transformações sociais que não foram previstas pelos seus criadores senão no que tinham de essencial, mas não no complexo da sua realização futura.

1934

(«O espírito da Revolução» — Discurso na visita oficial ao Porto, em 28 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. I, pág. 323).*

O problema da grande massa da população do País, aviltada na sua ignorância e na sua pobreza, mas valiosa pelas suas qualidades heróicas de trabalho, sacrifício e patriotismo, ninguém supõe que se resolverá num momento, mas ninguém estranha que constitua o problema máximo da restauração nacional. Na execução deste pensamento eis que hoje precisamente nós vamos começar a obra da casa económica, da casa dos

mais pobres, casa salubre, independente, ajeitada como um ninho — lar da família operária, lar modesto, recolhido, português. Lançamos as bases duma experiência difícil: embora, que ela frutifique em todo o País — não é a expressão de um desejo, é a de um pensamento de governo.

★

(«O Estado Novo português na evolução política europeia» — Discurso na inauguração do I Congresso da U. N., em 26 de Maio — «Discursos», Vol. I, págs. 338-340).

Dentro das linhas gerais da nova ordem constitucional está este pensamento: juntar-se ao progresso económico indispensável a restauração e desenvolvimento dos valores espirituais.

Durante longas décadas, que abrangem as primeiras do presente século, o materialismo teórico ou prático pôs a política, a administração, a ciência, os inventos, as escolas, a vida individual e colectiva preferentemente ao serviço das preocupações ligadas às riquezas e às sensações. Se não pôde eliminar toda a influência das preocupações que tradicionalmente prendiam a evolução do indivíduo, da família e da sociedade aos bens do espírito e à solidariedade de fins superiores, não foi porque não tendesse à sua destruição, hostilizando-as e desviando todas as atenções para o que exclusivamente se refere à existência física. Mostrou a experiência, dolorosamente, ser esse caminho o melhor para fazer surgir multidões de egoísmos mais fortes que a providência de governos normais, para desencadear lutas internas ou externas, convulsões de violência nunca vista, que ameaçam sepultar os homens em nova barbaria.

O Estado Novo, que se pretende constituir em Portugal, esforça-se por conseguir a solidez e prosperidade das finanças e da economia nacional por meio de rigorosa administração e de largas obras de fomento, para ser mais estável a situação do Tesouro e melhores as condições de vida de todas as classes. Temos já provado suficientemente pelos factos que, mesmo sob este aspecto, deixamos a perder de vista, em esforços e resultados, os que antes de nós governaram com ideologia que diríamos não visar a mais nada. Mas não se há-de supor que esses objectivos são no Estado Novo únicos ou absorventes: outros há a que devemos

ligar maior importância porque verdadeiramente devem ter aqueles na sua dependência.

Temos de trabalhar e de favorecer a acção dos que trabalham para a justa compreensão da vida humana com os deveres, sentimentos e esperanças derivados dos seus fins superiores, com todas as forças de coesão e de progresso que nascem do sacrifício, da dedicação desinteressada, da fraternidade, da arte, da ciência, da moral, libertando-nos definitivamente duma filosofia materialista condenada pelos próprios males que desencadeou. É aí que está a verdade, o belo e o bem — vida do espírito. Não só isso: está aí a garantia suprema da ordem política, do equilíbrio social e do progresso digno deste nome.

1935

(«Na ordem, pelo trabalho, em prol de Portugal» — Discurso radiodifundido aos operários do Norte, em 1 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 44-45).*

Não temos o encargo de salvar uma sociedade que apodrece, mas de lançar, aproveitando os sãos vigamentos antigos, a nova sociedade do futuro. Ela é ordeira e pacífica; ela conhece as fronteiras da Pátria, alargadas por esse Mundo, a golpes de audácia, por antepassados ilustres; ela respeita a hierarquia e diferenciação de funções como facto natural e humano, necessário ao progresso geral; ela honra e defende o trabalho, como base da prosperidade e lei inelutável da vida, fonte de riqueza e de saúde física e moral; ela tomará a capacidade e o mérito como os critérios fundamentais de valorização social; ela compreenderá, na luta incessante pelo pão de cada dia, que o homem não vive só de pão e que uma vida, esmagada pelo anseio de materialidades sem o culto dos valores morais, seria humanamente inferior e indigna de viver-se.

Nessa sociedade nova haverá certamente ainda a dor, o luto e as lágrimas — a nenhum homem é dado eximir-se a elas ou fazer que os seus semelhantes as não chorem; mas na paz que cobre a terra trabalhada e as almas conformadas e simples, na alegria do esforço criador, na garantia do trabalho e na suficiente satisfação das necessidades, na segurança do lar e no doce convívio familiar, o homem tem providencialmente o bálsamo para a dureza da vida.

1937

(«Na X Conferência Antituberculosa» — Discurso na inauguração da Conferência, em 5 de Setembro — «Discursos», Vol. II, págs. 340 e 341-342).

Ainda que geralmente os meios preventivos sejam mais caros, estamos diante de um problema cujo condicionamento nos leva a crer haver mais economia em prevenir o alastramento do mal do que em curar a doença. Assim será, independentemente do valor infinito da vida, pelo menos onde o homem tenha pelo progresso social elevado valor económico.

... ...

Como actuam na saúde dos homens a angústia dos tempos modernos, a insatisfação, o desequilíbrio psíquico, a desproporção entre a riqueza e as ambições, o desejo imoderado do luxo, a transformação da própria essência da vida que tão generalizadamente se crê disposta apenas para o gozo material, grosseiro dos sentidos? Até onde pode ser incriminado por tal estado de coisas o abuso do capitalismo, a surda ou aberta revolta do trabalho, o envenenamento das relações sociais, a desunião familiar, a atmosfera do ódio que vemos alastrar e substituir-se ao bom entendimento, à camaradagem, à alegria do trabalho, à modéstia dos desejos e ambições, à satisfação das pequenas, simples e saudáveis coisas a que toda a gente poderia aspirar e que quase todos poderiam fàcilmente obter?

Sinto que grande número de cabeças se curvam por esse mundo como diante de fatalidade inelutável, e se resignam a tentar resolver problemas que criamos por nossas mãos ou culposamente deixamos criar. Todavia julgo também que não é isso motivo suficiente para se não tentar ver se haverá outras possibilidades ou caminhos abertos à nossa acção — tanto mais que algumas reacções salvadoras, rasgadas, no campo social e político, se podem já apontar e com óptimos frutos.

É a esta luz e em domínio mais vasto que o habitual que conviria observar a obra realizada entre nós, o que se projecta ou se propõe, qualquer lentidão no avanço, alguma indecisão no passo, presos, como vedes, a verdadeiras crises de pensamento, que se não contenta com imitar modelos alheios mas desejaria contribuir também com a sua experiência.

Abrindo de par em par, para exame e estudo dos competentes, as portas da nossa casa e das nossas instituições ou serviços, agradecemos por igual o elogio ou a crítica, pois não está no nosso espírito pretender ensinar — apenas desejamos aprender.

1938

(«Realizações de política interna — Problemas de política externa» — Discurso na Assembleia Nacional, em 28 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 70-72).*

Esta vasta acção de fomento ajudará algum tanto a solução de outros problemas, mas é da organização, sobre a base corporativa, de toda a actividade nacional que há-de provir o remédio para muitos dos males actuais. Temos sustentado ser pura ilusão — e bastos exemplos estranhos o confirmam — separar o social do económico, como se a vida de nós todos pudesse ser independente do trabalho e da riqueza que se produz. Mas, assente essa absoluta dependência para marcar o limite das possibilidades, também não entra nas nossas concepções, como forma definitiva de organização social, que seja por intermédio do Estado que passem todas as realizações em benefício dos trabalhadores. A ligação do económico e do social não é para nós apenas a indesmentível afirmação de um facto, mas a directriz marcada para a acção. Salários, seguros de doença ou invalidez, habitação, repouso e férias, subsídios familiares, recreios, assistência aos trabalhadores inválidos não poderiam viver do orçamento público senão como meio transitório, pois só teríamos assim no fundo suplementos de salários pagos ao Estado em impostos para que os devolvesse sob a forma mais ou menos disfarçada de assistência aos trabalhadores, quando o que deve ser é tê-los em cada ramo de produção como encargos directos e justa compensação do trabalho. Ficará deste modo tudo mais no seu lugar.

Apesar do muito que está realizado com as casas económicas, os contratos de trabalho, a constituição das caixas de reforma, a extensão do direito de aposentação aos operários do Estado, as férias pagas, a fiscalização das condições de trabalho, não fujo a dizer que estamos muito longe do ambicionado objectivo, primeiro pela fraca resistência da nossa economia, depois pelo baixo rendimento do nosso trabalho, e por fim

porque só lentamente estas ideias vão penetrando nos dirigentes das empresas, nados e criados noutro ambiente. Não creio que a força da nova mística vença por si só a resistência dos egoísmos individuais e das mentalidades feitas em sentido contrário: eis porque julgo que o Estado deverá usar da sua autoridade para conseguir mais rápida compreensão, reservando sempre para si restabelecer em benefício dos prováveis desfavorecidos o desequilíbrio provocado pelas condições da produção rica e pobre.

1942

*(«Defesa económica — Defesa moral — Defesa política» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 25 de Junho — **«Discursos»**, Vol. III, págs. 321-322).*

O estado de absoluta necessidade é inconciliável com a independência moral, do que se deduz ser necessário a um povo dispor de suficiência económica para que ele se possa determinar livremente e em harmonia com o seu interesse.

Este interesse é a política encarregada de o definir e guardar. O maior de todos é a integridade e a independência, atributos de que deriva a possibilidade de a Nação se engrandecer e prosperar, realizando no tempo a sua missão. Se a Nação, como agregado autónomo, é precisa ao progresso social, toda a doutrina e acção política, no mais lato sentido em que se possam tomar, tendem ao objectivo supremo de assegurar aos homens os meios materiais e condições para a sua vida moral.

★

*(«O corporativismo e os trabalhadores» — Resposta do Presidente do Conselho à mensagem dos dirigentes sindicais, em 23 de Julho — — **«Discursos»**, Vol. III, págs. 356-357 e 368-369).*

O primeiro ponto a examinar é *se se pode dispensar qualquer forma de organização*. A História, a razão e a consideração das necessidades económico-sociais da nossa época respondem negativamente: a economia e o trabalho oferecem tendência irresistível para se organizarem; a orga-

nização é assim um facto natural que o Estado pode conduzir, pode absorver mas não pode negar.

No século XIX, sob a influência dos princípios da Revolução francesa, o Estado tomou, em relação à organização da economia e do trabalho, todas as atitudes possíveis: hostilidade, desconhecimento, indiferença, resignação. O resultado foi que contra a lei, apesar da lei, sem lei, os indivíduos e as actividades se foram organizando e renunciando por amor dos seus interesses a parcelas de liberdade que os regimes teòricamente lhes outorgavam.

... ...

Há certamente santos entre os homens, mas os homens não são santos. E é preciso contar com que os seus defeitos, e no caso o seu egoísmo, extravasem do domínio interno para a vida e a organização, sobretudo se podem transformá-la em instrumento dos seus próprios interesses. A maneira mais simples e hábil de resolver um problema social é achar-lhe a solução na linha dos egoísmos humanos. Infelizmente nem sempre é possível, sendo então necessário fazer-lhes frente e tentar conduzi-los ou dominá-los com a maior energia. Isto nos leva a um problema ainda não aludido — que é a *posição do Estado na organização corporativa.*

É erróneo supor que só o rico, o patrão, o proprietário são egoístas. Há mendigos avarentos como se tivessem milhões; há ricos desinteressados como pobres de pedir. Queixamo-nos de açambarcamentos e especulações, mas não é só o produtor ou o comerciante que açambarca e especula; é também o consumidor. A tendência — não digo a regra — é vender o que se tem pelo mais caro e comprar o que os outros possuem pelo mais baixo; trabalhar para os outros o menor número de horas e os outros para nós o mais que puderem. Há operários que vivem na inveja da situação patronal e há patrões que se considerariam felizes se, em recompensa do seu esforço, preocupações e responsabilidade, pudessem garantir-se um salário modesto.

Seria muito difícil fazer ideia de qual o egoísmo mais corrente e de qual o mais prejudicial à colectividade. No entanto, se no campo moral se pode estabelecer igualdade, é natural que o egoísmo dos poderosos, dos grandes e dos ricos seja mais sentido e menos desculpável que o egoísmo dos fracos, dos pequenos e dos pobres.

Seja como for, a existência do interesse colectivo e a colisão de interesses particulares imediatos, cada um defendido egoìsticamente no

seu campo, exigem *um defensor e um árbitro*, e estas missões só as pode desempenhar o Estado. Mesmo em economia auto-dirigida, quanto à definição das regras a que há-de subordinar-se a produção, o Estado tem de ter a sua palavra de *direcção superior* em harmonia com os fins e interesses da política nacional, e de tomar o papel de *árbitro supremo* nos conflitos de interesses. Uma vez dirá aos patrões que devem ceder; outra aos operários que não podem exigir, e não poucas a uns e outros que legítimos interesses da colectividade se opõem ao seu eventual entendimento.

1946

(«Relevância do factor político e a solução portuguesa» — Discurso na inauguração da I Conferência da U. N., em 9 de Novembro — **«Discursos»**, *Vol. IV, págs. 256-257).*

Não é exacto que o chamado movimento ascensional das massas seja fenómeno originado nas duas últimas guerras, embora estas hajam contribuído para abalar a solidez dos quadros existentes e de posições que sem isso talvez se mantivessem ainda por muito tempo. Nem se deve pensar que para o facto tenha de algum modo contribuído a revolucão bolchevista, por muitos considerada mais como salto ousado para alcançar o Ocidente do que pioneiro, guia ou padrão de justiça social. O que o bolchevismo fez foi outra coisa: acreditou a mística da possibilidade de se criar uma sociedade inteiramente nova, modelada em ficções ideológicas e com desconhecimento ou desprezo do que o homem é no seu ser moral; o que fez foi, pela extensão da experiência e pela ousadia da propaganda, transviar muitos dos que deviam estar seguros da verdade e impor dois sentimentos de baixa classe, perniciosos ao progresso humano: a desmoralização e subserviência das *élites* e a supremacia do número.

Seja como for, todo o Estado moderno, independentemente da sua fácies política, vai ser dominado pela preocupação do «social», preocupação que há-de certamente traduzir-se em intervenções mais ou menos profundas no domínio económico — propriedade e produção —, mas cuja finalidade se cifra em se conseguir melhor distribuição da riqueza produzida e na admissão da generalidade dos indivíduos aos benefícios da civilização.

1948

*(«Prefácio à 4.ª edição» — «**Discursos**», Vol. I, págs. XXIII a XXV e XXVIII-XXIX).*

Visto o problema fora da influência dos dissídios particulares e dos chamados conflitos de classe, deve entender-se que a maior dificuldade a vencer aqui é o baixo rendimento nacional de que temos de viver — Estado, serviços, funcionários, pensionistas, profissões liberais e operariado, afinal pràticamente todos os portugueses. Elevar esse rendimento por habitante é condição essencial da real melhoria de vida em todas as classes. E ainda que a justiça social seja de exigir sempre, as suas aplicações só podem trazer vantagens apreciáveis quando se disponha de economia sòlidamente constituída.

Isto representa a linha geral da solução mas, à margem dela — e espero que sem a prejudicar gravemente — foram-se acumulando nos anos decorridos vantagens materiais, atribuídas aos trabalhadores, em salários, abonos de família, contratos colectivos, férias pagas, segurança do trabalho, habitação, higiene, garantias jurídicas e sociais, e para muitos ainda subsídios ou pensões na doença, na invalidez e na morte. Duas notas são essenciais à compreensão dos factos, e caracterizam só por si a nova política social; nenhuma vantagem houve de ser conquistada à maneira socialista, em luta com a classe patronal; as melhorias de situação conseguidas excedem muito o que foi prometido, pedido ou reclamado antes de nós pelo mundo do trabalho, sem que este aliás deixasse de ser juiz e estrénuo defensor das suas reivindicações.

No meu modo de ver, porém, o problema social não havia de limitar-se à conquista de regalias materiais, decerto necessárias a uma vida decente e digna, mas, pela ordem natural das coisas, condenadas por si sós a alimentar a insatisfação dos espíritos. Parecia-me que devíamos dar-lhe outra profundidade e muito maior alcance, transformando-o de questão que interessa apenas a uma classe no problema da própria organização social. Cada vez terá menos sentido considerar à parte o mundo operário; cada vez está menos de acordo com a realidade considerar os trabalhadores uma classe diferenciada no meio social. Nós tínhamos porém de partir do estado actual de coisas e, se é justo o conceito enunciado acima, e devemos agir em obediência a esse conceito, os tópicos fundamentais da transformação a operar seriam os seguintes: a segu-

rança e dignidade do trabalho, o acesso à propriedade, o acesso à educação e, por intermédio desta, ao exercício de todas as funções, e, finalmente, através da organização, a respectiva representação no Estado. Duas palavras resumirão o essencial.

... ...

A propriedade dos bens de gozo é exigência da natureza do homem, mas a dos bens produtivos, para sua exploração individual ou por intermédio do trabalho alheio, é antes uma *vocação* ou, se se quiser, uma competência. Todas as reformas que desconheçam esta realidade e pressuponham em todo o homem capacidade para dirigir o trabalho e administrar a riqueza encaminham-se ao fracasso económico e social. Daqui nascem todas as nossas reservas em relação a reformas, supostas ousadas, que dão aos técnicos e operários, pela sua simples posição de técnicos e operários, participação na direcção das empresas. Aqui se filiam, ao lado da rasgada tendência para a ascensão do maior número à propriedade, os cuidados postos, por exemplo, na escolha dos colonos para os casais agrícolas. Mas daqui vêm, por outro lado, as facilidades concedidas e o desenvolvimento dado à construção de casas económicas. Entende-se que essa «casa própria», em plena propriedade, devidamente garantida, equilibrará pelos laços físicos e morais a mórbida tendência para a desagregação a que a família operária está mais intensamente sujeita.

1950

(«Breves considerações sobre política interna e internacional a propósito da inauguração do Estádio de Braga» — Discurso pronunciado em Braga, em 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. IV, pág. 462).*

O útil é da essência da economia, mas não exprime nem delimita o complexo da vida. Para além das riquezas destinadas à satisfação de necessidades primárias há exigências do coração e do espírito, em sentimento, em beleza, em justiça, a cujas imposições a humanidade consagra, e tanto mais quanto mais civilizada, parte valiosa do seu trabalho.

Capítulo 11.º

AGRUPAMENTOS NATURAIS: A FAMÍLIA, OS GRUPOS PROFISSIONAIS, OS INTERESSES REGIONAIS

1930

(«Princípios fundamentais da revolução política» — Discurso na Sala do Conselho de Estado, em 30 de Julho — **«Discursos»**, *Vol. I, pág. 85-87).*

Eis na base a família — célula social irredutível, núcleo originário da freguesia, do município e, portanto, da Nação: é, por natureza, o primeiro dos elementos políticos orgânicos do Estado constitucional. Garantida eficazmente na sua formação, conservação e desenvolvimento, a família deve exercer, pelo seu chefe, o direito de eleger os vogais dos corpos administrativos, pelo menos da freguesia, uma vez que esta não é mais que a expansão natural dos fogos ou casais, com os interesses comuns que lhes respeitam. É aí que, de preferência, encontramos o cidadão com fundamento para os direitos políticos.

As corporações morais e económicas, como as universidades, as academias científicas, as agremiações literárias, artísticas e técnicas, as associações agrícolas, industriais, comerciais, coloniais e operárias, são

manifestações, que a civilização vai criando, do mesmo instinto ou necessidade social.

Representando interesses legítimos a integrar nos da colectividade, é tendência do tempo e conveniência do Estado que se multipliquem e alarguem em federações e confederações, para que, verdadeiramente, constituam factores componentes da Nação organizada. Como tais, devem concorrer com o seu voto ou a sua representação para a constituição das Câmaras, em que se deseja uma delegação verdadeiramente nacional. Mais uma vez se abandona uma ficção — o partido —, para aproveitar uma realidade — a associação.

Os corpos administrativos não sòmente devem ter as prerrogativas de administração local e regional tão descentralizada quanto o permitam as condições do País, mas devem ter também direitos políticos com influência na orgânica do Estado. A sua procedência e posição no organismo nacional impõe lògicamente que também constituam colégios eleitorais para o efeito de designar os membros das Câmaras Legislativas, em concorrência com a votação das corporações morais e económicas.

Em suma: pretende-se construir o Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade. As famílias, as freguesias, os municípios, as corporações onde se encontram todos os cidadãos, com suas liberdades jurídicas fundamentais, são os organismos componentes da Nação, e devem ter, como tais, intervenção directa na constituição dos corpos supremos do Estado: eis uma expressão, mais fiel que qualquer outra, do sistema representativo.

1933

(«Conceitos económicos da nova Constituição» — Discurso radiodifundido da U. N., em 16 de Março — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 199-200, 200-203 e 203-204).*

Na base do trabalho está a necessidade fundamental de conservar e de transmitir a vida: na base do trabalho está a vida do trabalhador. Se muitos homens não dispõem para viver de mais nada senão do potencial do seu trabalho, duas conclusões se opõem: uma é que é preciso

organizar a economia nacional de modo a terem trabalho os trabalhadores; outra é que o trabalho tem de ser regulado e organizado por forma que o salário permita aos trabalhadores viver.

A mais adequada remuneração do trabalho é constituída pelo salário. Pode o trabalhador ser associado à empresa, pode ser interessado nos seus resultados, quer dizer, nos seus lucros, mas os que não têm de que vivam não podem esperar, nem especular, nem deixar de receber; eis porque a forma ideal que deve estar na base das muitas combinações possíveis é o salário suficiente. Tudo o mais é bastante vago, bastante longínquo, bastante abstracto para interessar deveras. Não há limite à elevação do nível de vida de quem trabalha; não há mal algum em que este se eleve cada vez mais, em tanto quanto o comporte o conjunto da economia do País. O salário, por consequência, não tem que ter limite superior, mas pode ser-lhe fixado o limite mínimo, para que não desça além do que é imposto pelas exigências duma vida suficiente e digna.

... ...

Subamos agora mais alto e ponhamos este problema: a produção que lida com o trabalhador pode ignorar a família? O homem que trabalha não é só; ele vive enquadrado numa sociedade natural, geralmente não a família de que proveio, mas a família que ele constituiu. Quando a produção desconhece a família, começa por convidar ao trabalho os vários membros dela que o possam fornecer — a mulher e os filhos menores, e parece que estes salários suplementares são benefício apreciável; contrária é porém a realidade. Quem diz família diz lar; quem diz lar diz atmosfera moral e economia própria — economia mista de consumo e de produção. O trabalho da mulher fora do lar desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com o mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranjo da casa, no preparo da alimentação e do vestuário, verifica-se uma perda importante, raro materialmente compensada pelo salário percebido.

De vez em quando perde-se de vista a importância dos factores morais no rendimento do trabalho. O excesso da mecânica que aproveita o braço leva a desinteressar-se da disposição interior. Em todo o caso

continua exacto ainda hoje, na maior parte da produção, que a alegria, a boa disposição, a felicidade de viver constituem energias que elevam a qualidade e a quantidade do trabalho produzido. A família é a mais pura fonte dos factores morais da produção.

Assim temos como lógico na vida social e como útil à economia a existência regular da família do trabalhador; temos como fundamental que seja o trabalhador que a sustente; defendemos que o trabalho da mulher casada e geralmente até o da mulher solteira, integrada na família e sem a responsabilidade da mesma, não deve ser fomentado: nunca houve nenhuma boa dona de casa que não tivesse imenso que fazer.

A família exige por si mesma duas outras instituições: a propriedade privada e a herança. Primeiro a propriedade — a propriedade de bens que possa gozar e até a propriedade de bens que possam render. A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a casa própria, a *nossa* casa. Há impossibilidade, haverá mesmo em muitos casos inconveniente em que o trabalhador possua os meios de produção e em deixar dividir a terra por minúsculas parcelas, dando-se a todos um pedaço para a cultura. Mas é utilíssimo que o instinto de propriedade que acompanha o homem possa exercer-se na posse da parte material do seu lar. É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída a família que se abriga sob tecto próprio. Eis porque nos não interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com seus restaurantes anexos e sua mesa comum. Tudo isso serve para os encontros casuais da vida, para as populações já seminómadas da alta civilização actual; para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família.

A herança é o reflexo na propriedade do instinto de perpetuidade da raça; transmite-se com o sangue o fruto do trabalho, da economia, quantas vezes de grandes privações. Não há qualquer utilidade social em que não se transmitam os bens, normalmente dentro da família, e em que a herança seja só de bens de gozo ou de consumo e não de bens produtivos. A formação natural das economias é estimulada pela possibilidade do seu rendimento e da sua livre disposição, e altamente benéfica para a solidez e estabilidade da família, por constituírem o indispensável elemento de equilíbrio nos altos e baixos da vida. Há muita coisa contra

que a melhor e mais completa instituição de previdência nunca poderá lutar.

... ...

No campo da actividade profissional não deve também o trabalhador estar só. Naturalmente ele terá tendência para se associar com outros a fim de defender melhor os interesses materiais e morais da profissão. Ora o sindicato profissional é, pela homogeneidade de interesses dentro da produção, a melhor base de organização do trabalho, e o ponto de apoio, o fulcro das instituições que tendam a elevá-lo, a cultivá-lo, a defendê-lo da injustiça e da adversidade.

Na grande produção moderna, altamente concentrada, já não pode ter-se a pretensão de repor no velho aspecto familiar as relações do operário e do patrão; mas há que compensar o que por esse lado se perdeu com estabelecerem-se as relações na base do sindicato com a empresa. O sindicato pode substituir, à indefinida variedade de relações existentes com os diferentes factores da produção, tipos de soluções extensivas a todos os interessados da mesma ordem, no que toca à remuneração e às condições do trabalho. Ele diminui por uma intervenção racional o que há de precário e frágil na utilização do trabalho, substituindo a posições meramente individuais as que resultam das próprias posições económicas dos interesses a defender.

1936

*(«As grandes certezas da Revolução Nacional» — Discurso no X aniversário do 28 de Maio — «***Discursos***», Vol. II, págs. 133-134 e 134-135).*

Não discutimos a família. Aí nasce o homem, aí se educam as gerações, aí se forma o pequeno mundo de afectos sem os quais o homem dificilmente pode viver. Quando a família se desfaz, desfaz-se a casa, desfaz-se o lar, desatam-se os laços de parentesco, para ficarem os homens diante do Estado isolados, estranhos, sem arrimo e despidos moralmente de mais de metade de si mesmos; perde-se um nome, adquire-se um número — a vida social toma logo uma feição diferente.

Tem várias vezes acontecido, em épocas perturbadas de retrocesso

à soberania dos instintos, relaxarem-se os laços da família, desaparecerem a intimidade e o pudor, submergirem-se a autoridade dos pais e o respeito dos filhos. Mas só no nosso tempo se ergueu em teoria, em ciência e em programa de Estado o que havia de supor-se passageiro desvairamento.

A natureza reconquistará os seus direitos e a sociedade civil verá mais uma vez como a sua moral, consistência e coesão dependem directamente da moral, consistência e coesão do agregado familiar. Este é na verdade a origem necessária da vida, fonte de riquezas morais, estímulo dos esforços do homem na luta pelo pão de cada dia. — *Não discutimos a Família.*

... ...

Não discutimos o trabalho nem como direito nem como obrigação. Não como direito, porque seria obrigar aqueles que não têm senão o seu braço a morrer de fome; não como obrigação, porque seria conceder aos ricos o direito de viver do trabalho dos pobres. Porque dele se alimenta a vida, provém a riqueza das nações e deriva a prosperidade dos povos, o trabalho é glória e é honra, com diferente utilidade, diverso valor económico, mas idêntica dignidade moral.

Fez-nos a Providência o dom de tornar o trabalho necessário e felizmente, por mais que se progrida e se acumule, sempre há-de ser preciso trabalhar para viver, senão os homens morreriam de tédio numa atmosfera de vício. Se apesar desta necessidade e daquele dever se chega por vezes à situação de serem uns obrigados à inactividade para que outros vivam, é que não temos bem organizada a vida ou não conhecemos o segredo de organizá-la melhor: repugna à natureza das coisas que o trabalho em alguma circunstância deixe de ser factor de riqueza para se converter em fonte de miséria.

Sucede por vezes os homens não compreenderem a benéfica disciplina do trabalho, revoltarem-se contra ela e pretenderem viver das riquezas acumuladas consumindo, como as abelhas, os favos do seu mel. Loucamente a multidão proclamará o direito à preguiça: é o mesmo que sujeitar-se à escravidão da fome e da miséria. — *Não discutimos o Trabalho.*

1942

(«O corporativismo e os trabalhadores» — Resposta do Presidente do Conselho à mensagem dos dirigentes sindicais, em 23 de Julho — **«Discursos»**, *Vol. III, pág. 357).*

O homem aparece-nos enquadrado desde o começo da vida em vários tipos de associação, porque *naturalmente* não pode criar-se, nem viver, nem educar-se, nem desenvolver-se sòzinho e só por meios individuais. A família é o primeiro grupo natural, a profissão outro, a Igreja outro, a sociedade civil outro, e ainda mais à semelhança destes. O homem tende para o grupo por exigência da sua condição, instinto de defesa, ambição de progresso.

1948

(«Prefácio à 4.ª edição» — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. XXVI-XXVIII).*

Desenraízado da terra, da casa, da oficina, e sem o ponto de apoio da família, que se desagrega a olhos vistos nos tempos modernos, a sensação mais penosa do homem é a que lhe vem do desconhecimento e da precaridade da sua própria ocupação. Em substituição do direito à assistência que a Constituição de 1911 ingénua e inùtilmente estabeleceu, fomos, creio eu, os primeiros a proclamar um novo direito, inédito e revolucionário: o direito ao trabalho. A execução prática e integral deste direito, que naturalmente importa nos casos extremos o sacrifício ao menos ocasional da profissão habitual, trará ao actual regime da economia graves dificuldades que não se sabe ainda como vencer, mas tem de reconhecer-se que é o ponto de partida da segurança do trabalhador.

Ao lado da segurança, a dignidade do trabalho. A integração do trabalhador no processo da produção é um facto material, mas a consciência da função desempenhada e o reconhecimento pela empresa dos valores humanos ao seu serviço entram na reforma social como expressão de solidariedade humana, proveitosa a todos e fonte de direitos e deveres. É contra este princípio a organização que possa actuar no inteiro desconhecimento dos trabalhadores como pessoas, consciências ou valores

individuais. Por outro lado, a convicção do trabalhador de que terá conquistado maior grau de liberdade quando, desprendido de laços pessoais, busca ou aceita a posição de simples unidade num conjunto fabril, é filha de uma deformação do seu espírito e sinal de que, em vez de colaborar na empresa como homem, lhe interessa apenas vender o seu trabalho como força.

Nenhuma pregação será porém suficiente para acreditar o trabalho como função social digna, se não coexistirem com a necessidade o sentimento do dever de prestar um serviço efectivo à sociedade e a consciência de que é imoral a desocupação voluntária. Se se reconhece uma garantia de estabilidade e progresso na posse individual da riqueza, não deve tirar-se daí a conclusão de que social ou moralmente seja admissível viver dela sem trabalhar. A generalização do trabalho, mesmo por via de obrigatoriedade legal, será assim, senão o melhor, um dos caminhos da sua dignificação.

Capítulo 12.º

O CORPORATIVISMO PORTUGUÊS

1924

(«A Paz de Cristo na classe operária pela SS. Eucaristia» — Discurso no Congresso Eucarístico de Braga, em 14 de Julho).

Possuir a *riqueza* e usá-la em harmonia com os fins do homem e o progresso moral da humanidade; tê-la como um encargo confiado à nossa inteligência e à nossa iniciativa, para que façamos frutificar em benefício de todos; sujeitá-la a nós para que nos sirva e sirva os nossos irmãos mas não nos escravizarmos a ela, para que o Senhor nos veja pobres em espírito, — que enormíssima revolução! É a produção assegurada dos bens necessários à sustentação de todos, é consumo como aproveitamento e não é como utilização de bens; é o luxo reduzido a uma função de beleza; é a miséria vencida, é a tranquilidade na segurança do futuro.

Tomar o trabalho próprio e alheio com amor, desempenhá-lo com zelo, aceitá-lo com alegria; ter o orgulho da profissão, pela consciência da sua utilidade e pela perfeição própria do trabalho executado; sentir a nobre honra de contribuir com um esforço útil para a colectividade e sentir o vexame duma ociosidade parasitária, — que revolução prodigiosa! É o rendimento do trabalho humano mais elevado, é uma quota mais elevada da riqueza distribuída a cada um, é uma mais equitativa

repartição do trabalho no mundo, é um avanço enorme no caminho moral da humanidade, mais desembaraçada de preocupações materiais para a cultura do espírito.

1932

(«As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional» — Discurso à União Nacional, em 23 de Novembro — «Discursos», Vol. I, págs. 178-179).

Como não queremos privilégios para ninguém, não podemos admitir que o operariado seja uma classe privilegiada; também não precisamos de o incensar, para que nos sirva de apoio, nem de incendiar-lhe as iras contra ninguém, para o mandarmos depois fuzilar pelos seus excessos. Num regime de autoridade forte, nós só queremos que o seu trabalho seja ordeiro, probo e consciente da utilidade comum; o Estado o coordenará com outras actividades e o integrará no conjunto da economia nacional.

Com a mesma solicitude com que temos acudido a outras necessidades e com a mesma tenacidade com que havemos resolvido outros problemas, até há pouco considerados insolúveis, nós trataremos do seu emprego, da sua habitação, da sua higiene, da sua saúde, da sua invalidez, do seu salário, da sua educação, da sua organização e defesa, da sua elevação social, da sua *dignidade;* nós melhoraremos a sua condição — não digo bem — nós transformaremos a sua posição na vida económica e no Estado. Com as restrições apontadas e com estoutra — que a bem dele não podemos andar demasiado depressa — o nosso espírito está aberto às mais largas reformas no campo económico e social; só fazemos excepção das que desconheçam o princípio da hierarquia dos valores e dos interesses e da mais perfeita conjugação destes dentro da unidade nacional.

1933

(«Conceitos económicos da nova Constituição» — Discurso radiodifundido da U. N., em 16 de Março — «Discursos», Vol. I págs. 204-205).

A profissão retira do sindicato coesão, consistência, consciência da própria dignidade. Não há sindicato onde não existe espírito corporativo,

consciência do valor do trabalho e do lugar que ocupa no conjunto da produção, compreensão da necessidade de cooperar com todos os outros factores para o progresso da economia nacional. Onde tais qualidades não existem, mas só o espírito de luta de classe, não temos verdadeiramente o sindicato, temos a associação revolucionária, a força ao serviço da desordem.

Sobre o sindicato toda a produção pode ser organizada para conhecimento das suas possibilidades, estudo dos seus problemas, regularização dos seus movimentos, conselho junto da actividade governativa. Mais: a extensão do princípio sindicalista a todos os interesses intelectuais ou morais da Nação permite a perfeita organização desta e a sua incorporação no Estado — não a sua confusão — sobre uma base de realismo e de verdade a que não pode aspirar o que ainda hoje se chama a representação nacional.

★

(«Os delegados do I. N. T. e P. e a reforma social» — Discurso no Ministério das Finanças, em 20 de Dezembro — «Discursos», Vol. I, págs. 277 e 278).

Nós não aceitamos a *luta de classes produtoras* como facto histórico nem como princípio informador da organização económica e social. Os interesses mediatos, últimos dos indivíduos ou dos grupos, tendem para a unidade do interesse nacional. Mas os interesses imediatos do operário e do patrão, umas vezes, de operários e operários, outras, chocam-se amiúde na vida prática, sem que devam deixar-se avolumar os dissídios, sem que devamos deixar de conciliar os interesses opostos, em benefício dos opositores e em benefício da normalidade da vida económica. Com que princípios? Com moderação e justiça. Fazer justiça a todos e proteger os mais fracos tem de ser o lema do vosso trabalho.

... ...

Improvisar quadros, estatutos, sindicatos, corporações não nos interessa; levar os interessados a assimilar os princípios, a ver o interesse da organização, a desejar servir-se dela para elevar o nível económico, intelectual e moral dos seus pares, isso é o que para o futuro da obra principalmente nos convém. Caminhamos com fé, melhor, caminhamos sem

receio neste fortalecimento dos indivíduos pela vida intensa dos seus grupos naturais porque não pretendemos o Estado omnipotente governando sobre a miséria de rebanhos destroçados, mas o Estado forte nacional, resultante do equilíbrio que a justiça crie entre todos os indivíduos; e para tornar esta possível ou pelo menos mais fácil é necessário organizar os interesses materiais e morais da Nação — não abandonados a si próprios, às tendências da sua própria força, mas integrados na harmonia e no interesse comum que o próprio Estado representa.

1934

(«Problemas da organização corporativa» — Conferência no S. P. N., em 13 de Janeiro — «Discursos», Vol. I, págs. 283-284, 288-289, 294-296 e 296-298).

O Estado português deve ser organizado, segundo a Constituição, em república corporativa; para dar começo de realidade a esta aspiração vários decretos estabeleceram posteriormente as grandes linhas a que há-de obedecer a organização das corporações.

Esta estende-se desde os interesses materiais aos interesses intelectuais e morais que os indivíduos prosseguem no seio da Nação; e por esse motivo, e porque cada vez mais se aproxima o momento de o trabalho remunerado ser, além de dever social, um facto para toda a população activa e livre, segue-se que por intermédio da organização corporativa a vida económica é elemento da organização política. Não só o Estado conhece a vida económica, se interessa por ela, a protege, a dirige, em harmonia com os seus fins próprios ou os seus interesses políticos de momento, mas os elementos económicos — forças produtivas — entram na orgânica do Estado, fazem parte da sua constituição. Isto se faz não só por uma espécie de valorização política do trabalho, digamos assim, e de se aspirar a representação nacional mais perfeita que a inventada pelo individualismo, mas por força do novo conceito do que seja o Estado ou do que deva sê-lo no futuro.

Estamos, sob este aspecto, no limiar de uma época, envolta ainda em sombras — aurora de novo dia — e sem mesmo nos poderem servir de guia modelos estranhos pela diversidade de algumas concepções fundamentais. Eis a primeira dificuldade.

... ...

A antiga concepção do Estado, que corresponde ainda em grande parte à sua orgânica actual, faz dele máquina de feição estruturalmente, exclusivamente política e administrativa. Quando lhe exigimos actuação ou rendimento económico, somos obrigados a enxertar-lhe princípios, elementos, instituições da vida económica tal como os particulares a organizaram, e todos vêem, pela falta de sincronismo com a demais exploração dos serviços públicos, que tal acção lhe não compete. Numa palavra: ele não está apto a dirigir a economia, pelo que ou se há-de transformar ou há-de desistir.

O problema pode então ser resolvido pela organização corporativa, e com ela até, em vez de termos a economia dirigida pelos governantes, podemos ter a economia auto-dirigida, que é fórmula incontestàvelmente superior. Seja qual for a interferência dos órgãos corporativos na feitura das leis — estudo e preparação como na nossa Constituição Política, deliberação como pode ser noutros sistemas — a verdade é que mesmo sem a existência de preceitos genéricos e só por entendimentos bilaterais sobre quantitativos e condições da produção, preços, regalias do trabalho, a economia nacional pode ter suficiente direcção. Não duvido, porém, de que em certos momentos a autoridade suprema intervirá, porque não será uma e a mesma coisa dar direcção à economia e satisfazer com ela o interesse geral.

... ...

Como manter o Estado ao abrigo da corrupção plutocrática e as forças do trabalho ao abrigo das suas prepotências? É evidente e ensinado pela experiência que é fácil a corrupção onde a responsabilidade de poucos é substituída pela irresponsabilidade de muitos: os regimes democráticos prestam-se, mais que nenhuns outros, a compromissos, entendimentos, cumplicidades abertas ou inconscientes com a plutocracia. A fiscalização da administração pública por parte dos particulares e a existência de imprensa aberta à colaboração dos homens independentes contribuirão para descobrir e tornar estéreis as manobras dos interessados. Mas a forma mais fácil de manter o Estado ao abrigo da corrupção plutocrática é — não ter de ser corrompido. Quando há pouco afirmei, tratando da economia nacional, que é preferível a sua auto-direcção à sua direcção pelo Estado, tinha em mente, além do que disse, a vantagem

para a política e a administração pública em que o Estado seja tão estranho aos interesses de cada um, como atento aos interesses de todos. Mal vai quando um grande negócio, lucros avultados, especulações, preços, importações, encomendas, licenças, direitos, dependem por sistema do parecer de uma repartição pública ou da assinatura do Ministro. A simples suspeição dos particulares envenena a administração.

Quando a organização corporativa tenha sobre si o ordenamento da economia nacional e este seja auxiliado por uma certa estabilização das condições económicas no Mundo; quando por toda a parte hajam desaparecido as restrições, a concorrência desleal, as variações monetárias intencionais e tendenciosas; quando no interior do País a economia estiver entregue aos que trabalham e se distinguir claramente entre o trabalho e a especulação; quando sobre os interesses da produção discutirem, lado a lado, os grandes e os pequenos produtores e a massa operária organizada puder fazer ouvir a sua voz, então ver-se-á que o plutocrata não tem já lugar para si e para os seus negócios e não poderá fazer mais que gastar melhor ou pior o seu dinheiro. A organização nos seus diferentes ramos e aspectos terá libertado o trabalho do despotismo do dinheiro, e terá levado o dinheiro a servir modestamente o trabalho.

... ...

A quem haja meditado os princípios fundamentais da Constituição Política e das nossas leis corporativas e haja seguido a sua realização gradual; a quem tenha atentado na orientação da política económica, mantendo-se a todo o transe princípios de liberdade, quando vários países cada vez se fecham mais em exaltados nacionalismos e mais atentados praticam contra a liberdade alheia; a quem tenha apreendido com rigor os princípios que se puseram em prática ao organizar certos ramos da produção — a Federação dos Produtores de Trigo, o Consórcio das Conservas, a Casa do Douro, os grémios de exportadores de vinhos, a Comissão Reguladora do Comércio e Importação de Arroz, para não citar senão os que trabalham em mais largos campos de acção; a quem tenha acompanhado a fé com que se tem prosseguido a organização — aliás facultativa — dos trabalhadores, desde o operário rural aos empregados e aos que se ocupam nas profissões liberais; a quem, finalmente, tenha visto o cuidado com que se procura ressalvar em favor do Estado a autoridade e a força para definir e realizar o interesse nacional — não terá decerto passado despercebido que as mesmas dúvidas foram postas e

sentidas as mesmas dificuldades, mas que um caminho foi aberto para a sua resolução.

Operamos com prudência e segurança, como é método nosso já conhecido, uma transformação profunda na essência e na orgânica do Estado; fazemos da vida económica elemento da organização política; pomos o trabalho, seja qual for a sua forma, entre os conceitos básicos da nova vida social e fazemos guerra a todos os parasitismos, a começar pelo da administração pública; pretendemos ordenar a economia nacional, salvaguardando a iniciativa privada; queremos o nacionalismo em economia, mantendo a benéfica concorrência dos produtores nacionais entre si e destes com os de países estrangeiros; tendemos à organização de todos os interesses para sua defesa e valorização, mas queremos o Estado suficientemente digno e forte para não ser corrompido por eles, para lhes não permitir que abusem da sua força e para os coordenar em ordem à realização conveniente dos fins superiores dos indivíduos e da Nação.

Esta é a tarefa da geração presente; esta é também a sua glória.

★

(«O Estado Novo português na evolução política europeia» — Discurso na inauguração do I Congresso da U. N., em 26 de Maio — «Discursos», Vol. I, págs. 340-341).

O socialismo trouxe-nos a concepção materialista da história, vendo na essência da evolução das sociedades sòmente os interesses económicos na sua acepção mais positiva e independente da superioridade do espírito. Esta ideia tem o perigo de influenciar aqueles mesmos que, reagindo contra os desmandos liberais e socialistas, defendem o Estado corporativo. A tendência seria assim porventura só para a disciplina da produção, pela existência de corporações económicas e estas mesmas sem grandes preocupações de outra índole. Não é este o nosso pensamento.

Na organização das corporações económicas deve ter-se em vista que os interesses por elas prosseguidos ou, melhor, os interesses da produção têm de subordinar-se não só aos da economia nacional no seu conjunto, mas também à finalidade espiritual ou destino superior da Nação e dos indivíduos que a constituem. Por outro lado, para mais perfeita realização da nossa fórmula de Nação organizada, hão-de ter-se ainda

em conta as corporações morais, como as das artes, da ciência, de assistência e solidariedade, que por uma evolução adequada devem vir a pertencer à organização corporativa. Estas, por maioria de razão, têm de estar sujeitas à mesma finalidade espiritual e ao mesmo interesse da Nação que dominam as primeiras.

★

(«A constituição das Câmaras na evolução da política portuguesa» — Discurso radiodifundido da U. N., em 9 de Dezembro — «Discursos», Vol. I, pág. 381).

O maior problema político da nossa era há-de ser constituído pela necessidade de organizar a Nação, o mais possível no seu plano natural, quer dizer, respeitados os agrupamentos espontâneos dos homens à volta dos seus interesses ou actividades para a enquadrar no Estado, de modo que este quase não seja senão a representação daquela com os órgãos próprios para se realizarem os fins colectivos. É este problema que dá transcendência política à organização corporativa.

1935

(«O momento político» — Nota oficiosa publicada nos jornais de 20 de Setembro — «Discursos», Vol. II, págs. 103-104).

Continua muito insistente em certos meios a campanha contra os grémios e federações. Não pretendo absolvê-los de faltas que hajam cometido, porque o pior mal que podem fazer-nos é desacreditar, por falta de espírito corporativo e pela deturpação dos princípios que levaram a criá-los, um dos mais fortes pilares da organização do Estado Novo.

Receio, porém, que as críticas sejam, aqui ou além, exacerbadas pela revivescência do espírito individualista, causa principal da ruína da nossa economia, e pela reacção contra a disciplina no exercício das funções de produção e comércio. É bem provável mesmo que muitos medrassem melhor na anarquia, mas a economia nacional deve já a este princípio
Temos talvez abusado de estreitas regulamentações, fonte de incó-
de ordem incalculáveis benefícios.

modos e vexames escusados; é o defeito das organizações incipientes, filho ainda da pouca confiança na predisposição natural dos portugueses para a disciplina social.

1938

(«Realizações de política interna — Problemas de política externa» — Discurso na Assembleia Nacional, em 28 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. III, pág. 67).*

Ao classicismo, por assim dizer, da reforma financeira contrapõe-se a revolução económico-social, realizada no sentido corporativo, e também aqui parece não haver que voltar atrás ou mudar de caminho, a termos em conta os benefícios já resultantes do incipiente ordenamento da nossa economia e a melhoria conseguida nas condições de trabalho. É verdadeiramente uma revolução em marcha, a qual, depois de estender-se a todos os sectores da indústria e do comércio e de abraçar a agricultura, dará à vida económica e social uma feição diferente e imprimirá um cunho específico à mesma organização do Estado.

★

(«Preocupação da paz e preocupação da vida» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 27 de Outubro — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 118-119).*

E quando, pelo raciocínio e pela experiência, considerando as necessidades do povo português e as condições da luta económica de nossos dias, o ensinamento das nossas melhores tradições e as exigências dos princípios sociais que defendemos, chego à conclusão de que nos incumbe desenvolver com urgência, completar e aperfeiçoar a nossa organização corporativa, depara-se-me a campanha insidiosa que sobre faltas, erros ou possíveis abusos individuais se aprestaria, se a deixassem, a restabelecer a fraqueza, a dispersão e a desordem, que também por vezes toma o nome de liberdade.

Ora eu não defendo os erros de ninguém, nem sequer os que eu próprio cometa; não absolvo nenhuma falta, não me solidarizo com nenhum abuso e acho bem que consciências rectas e inteligências escla-

recidas possam apontá-los à atenção do Governo para futura correcção. Mas havemos de distinguir estas críticas cuidadosamente dos ataques, filhos de superficial vivacidade ou de interesses opostos a toda a espécie de disciplina, absolutamente certos de que, nas condições do próximo futuro, só teríamos de escolher entre a suficiência na organização e a miséria no caos. O Governo, é evidente, tomou já o seu partido.

1939

(«Revolução corporativa» — Discurso na manifestação de trabalhadores, em 27 de Fevereiro — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 130-133).*

Fomos nados e criados, a maior parte de nós, em concepções diferentes das que inspiram hoje a nossa vida colectiva: era a divisão na política, a luta nas classes, a desordem na economia, o egoísmo nas relações sociais, a elegância da ociosidade, o cansaço de viver. Muitos disseram: abandonemos a coisa pública à inspiração das paixões e aos movimentos e caprichos da multidão — e foi o predomínio da política sobre a vida, com a *democracia*. Outros afirmaram: criemos sem preocupações e sem método as riquezas, elas chegarão com abundância a cada um — e foi o predomínio do económico sobre o social, com o *liberalismo*. Ainda outros defenderam: distribuamos pelos que somos as riquezas criadas e a criar, segundo a razão suprema dos nossos apetites — e foi o predomínio do social sobre o económico, pelo *socialismo*. Mas, se na desordem política, nas injustiças da economia liberal, na devastação operada pelo socialismo estavam as lógicas consequências dos sistemas, estava também aí o germe da ruína colectiva. Nem eu sei como a Pátria podia ser nas almas mais que imagem literária ou velha tradição de heróicos feitos a que ia faltando a vida profunda, a consciência de uma unidade essencial. Pois que unidade resiste à divisão? que solidariedade ao ódio? que comunidade à falta de disciplina e de organização?

E nasceu o *corporativismo* que, elevado a regra constitucional da ordem nova, a princípio informador da comunidade nacional, caldeia a Nação no Estado e é como a consciência activa da nossa solidariedade na

terra, no trabalho e na vida, isto é, na Pátria — a nossa família que não morre.

Quando vos ouço afirmar o desejo de trabalhar sem descanso pela grandeza e a eternidade da Pátria; que desejais contribuir para o desenvolvimento económico de Portugal e para melhorar as condições de vida dos portugueses; que sois para tanto atentos à palavra do comando e que estais com os Chefes como um irmão com outro irmão — sinto que haveis mergulhado até às raízes profundas e compreendido na pura essência das coisas a que tende o nosso corporativismo.

Podíamos não ter feito mais nada — podíamos não ter melhorado os salários, nem feito contratos colectivos, nem estabelecido caixas de previdência, nem assistido ao desemprego, nem construído casas para os operários e jardins para os filhos dos pobres, nem aumentado as exportações, nem defendido os preços — podíamos nada ter feito que beneficiasse a economia ou melhorasse materialmente a condição dos portugueses, e teríamos realizado obra imensa só com dar aos trabalhadores a consciência e o respeito da sua dignidade, só com ter criado o ambiente de paz social, só com ter feito compreender, feito viver a solidariedade existente entre os que estudam as soluções e os que organizam e dirigem o trabalho ou o executam, e convencido a todos a trabalhar cada vez mais para benefício comum. Era isto sem dúvida o que impunham a razão e a justiça, e é também isto que impõem as superiores necessidades da Nação.

Nós poderíamos não estar criando — e estamos — a sociedade do futuro, a antecipar-nos e a prevenir as convulsões de que usam irromper os novos ciclos da história do Mundo; nós poderíamos não estar senão atendendo às mais instantes necessidades do momento e do nosso País, e ainda se imporia como acertado o caminho que trilhamos. Quando sentimos em volta de nós tantos sintomas de desagregação, ele conduz-nos a reforçar a nossa coesão e unidade e por elas a aumentar a força e poderio do Estado. Quando aqui e além se apregoam e conseguem impor-se os direitos da preguiça, debilitando as economias nacionais, nós ansiamos por mais intensos esforços para melhor consolidarmos a nossa e defendermos o nosso trabalho de alheias servidões. Quando o ódio açula as paixões e inteligências pervertidas pretendem estabelecer na terra o reino bruto da matéria, nós protestamos pela revolução do espírito que anime os homens e assente a vida em justiça e amor.

1942

*(«O corporativismo e os trabalhadores» — Resposta do Presidente do Conselho à mensagem dos dirigentes sindicais, em 23 de Julho — **«Discursos»**, Vol. III, págs. 361-362, 362-363 e 366-367).*

Nós estávamos empenhados em encontrar uma fórmula que respondesse às seguintes condições:

a) A organização deveria aliviar o hipertrofiado e monstruoso *Estado moderno*, desembaraçando-o de algumas das suas funções, serviços e despesas e defendendo só por esse facto a liberdade individual e as economias privadas;

b) A organização deveria ser decalcada, com prejuízo embora da sua pureza teórica e simetria, sobre a vida real do homem na família, na profissão, na sociedade; e, sendo assim, aproveitar o mais possível as formas conhecidas e espontâneas de organização a integrar em plano de conjunto;

c) A organização não deveria dissociar o económico do social, pela razão fundamental de que todos os que de qualquer modo trabalham são solidários na produção e é da produção que todos devem viver;

d) A organização deveria não perder de vista as realidades supra-individuais e que, portanto, só é verdadeiramente útil se conseguir satisfazer os legítimos interesses privados e ao mesmo tempo promover o interesse colectivo.

E foi por estas razões que pretendemos estabelecer entre os vários tipos possíveis de organização e de corporativismo ***a organização corporativa portuguesa***.

... ...

Esta organização vale pelo que representa como súmula ideológica na transformação mental e material do País, mas vale sobretudo pràticamente pelos resultados imediatos em relação à economia e às classes trabalhadoras; impõe-se pelo seu valor político no Estado e pelo seu valor coordenador na economia e no trabalho nacional. De forma que antes de criticá-la pelo que não fez, com as mil razões por que o não terá feito, havemos de apreciá-la pelo que já realizou.

Ela deu-nos, em primeiro lugar, a paz, não a paz externa, a paz económica e social no interior e, com esta, não se perder um dia de tra-

balho, o aumento de produção nacional, o progresso económico, a tranquilidade familiar e pública — inapreciável bem para quem viveu os tormentosos anos precedentes.

Impôs novo conceito de trabalho e do seu dever social; efectivou a solidariedade, teòricamente e vãmente proclamada antes entre o capital e o trabalho; elevou este pela sua representação nos mais altos órgãos do Estado; chamou as forças económicas a participarem da responsabilidade na direcção económica nacional, e prestigiou de tal modo os seus princípios que, antecipando-se-lhe ou seguindo-a, muitas empresas privadas concorrem por suas forças nas mais benéficas realizações.

... ...

Se os dirigentes dos grémios supusessem que a organização corporativa devia converter-se em cartel da produção e estivessem convencidos de que, se existe, é para garantir a colocação dos produtos, firmar os preços, assegurar os lucros da exploração, embora destes se houvessem de distribuir migalhas como *prémio de seguro* pelos trabalhadores, esses tais estariam muito longe do espírito corporativo. Mas se os empregados ou trabalhadores tivessem a ideia de que a organização é apenas instrumento para conseguirem aumentos sucessivos de regalias materiais ou morais e que isso é possível *fora do sentido de solidariedade económica no seu ramo de produção e de solidariedade social com todos os outros indivíduos ou classes,* alimentavam por igual uma ilusão, além de professarem um erro.

Por mim atribuo as faltas verificadas a estes dois factores: primeiro, vivemos um caso em que a *revolução mental,* em vez de preceder, teve de seguir-se à *revolução legal,* a qual por isso mesmo encontra, por força da inércia, muitos espíritos descansados em princípios opostos (muitos de nós raciocinam à liberal ou à socialista, mesmo quando pretendem ser corporativistas); o segundo factor é a falta de propaganda formativa para a massa e de cultura apropriada para os dirigentes.

A boa vontade de que, senão todos, o grande número tem dado provas nesta difícil época de transição, não basta; e há muito tenho a intenção e sinto a necessidade de retomar em bases diversas o Centro de Estudos Corporativos e ampliar os estudos destinados à formação dos dirigentes sindicais. Isto não pode merecer outra crítica que não seja a de se não ter feito mais cedo; e entretanto confiemo-nos à boa vontade e à excelente intuição com que muitos, antes mesmo de compreenderem até

ao fundo todos os problemas, deram o seu entusiasmo à organização corporativa.

1945

(«Portugal, a guerra e a paz» — Discurso na Assembleia Nacional, em 18 de Maio — «Discursos», Vol. IV, pág. 121).

Creio que a experiência irá sucessivamente aconselhando o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Câmara Corporativa como órgão de consulta e a mais fiel expressão da representação orgânica da Nação Portuguesa. Esperemos que a organização corporativa, limpa de alguns abusos ou excessos, reconduzida à pureza dos seus princípios, de que em parte, por imposição das circunstâncias da guerra, se afastou, chegue em breve à constituição definitiva das várias corporações previstas e possa dar-nos, através da Câmara, a imagem viva do País na sua economia e na sua vida intelectual e moral.

★

(«Votar é um grande dever» — Discurso na Assembleia Nacional, em 7 de Outubro — «Discursos», Vol. IV, pág. 180).

Muito antes de alguns que tìmidamente se lhe hão referido, nós ousámos afirmar que o reconhecimento do direito ao trabalho, sejam quais forem as dificuldades da sua execução antes de profundas transformações na economia de hoje, deve ser a grande conquista do século e o mais sério instrumento de emancipação do trabalhador. Muito antes de outros que tìmidamente reclamam ainda hoje a escola única e a escola gratuita, nós proclamámos a necessidade de a instrução não ser privilégio de facto das classes abastadas ou médias, mas simplesmente o caminho aberto aos mais aptos para a mais racional valorização de todos os elementos no meio social. Se a isso acrescentarmos — o que é aliás corrente nos povos modernos — permanecerem abertos os quadros da vida social e da organização política, disporemos das bases que nos proporcionam a segurança necessária, a devida justiça e a igualdade possível. Instrução aos mais capazes, lugar aos mais competentes, trabalho a todos, eis o essencial; tudo o mais, como no Evangelho, virá por acréscimo.

1946

(«Relevância do factor político e a solução portuguesa» — Discurso na inauguração da I Conferência da U. N., em 9 de Novembro — **«Discursos»**, *Vol. IV, págs. 257-259).*

A segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do actual parece terem revelado que o regime parlamentar não pôde dar solução satisfatória ao problema. Tanto quando as massas trabalhadoras se desinteressaram da organização do Estado como quando se interessaram na sua direcção por meio de partidos socialistas, sentiu-se que não foi atingido o escopo geral. Em numerosos casos ao lado do partido — organização política — surgiu o sindicato e seus graus superiores — organização social. É inútil pensar que o alargamento do sufrágio daria satisfação e resolveria a dificuldade. Na melhor hipótese a representação parlamentar oferece o aspecto duma duplicação de forças, que ou se revelam hostis ou pelo menos inarmónicas, mesmo quando o partido que se arroga a representação das massas operárias exerce com exclusividade o poder. Por mim não estranho que assim seja.

Primeiro: o Estado define, representa e defende tal multiplicidade de interesses que não pode subordinar-se, sem risco para a Nação, a um pensamento de classe ou dedicar-se à exclusiva satisfação das reivindicações desta. De modo que um partido socialista, para ser partido de Governo, tem de ter as suas ideias sobre o conjunto dos problemas nacionais e perde por esse facto o paralelismo que deveria prendê-lo à massa que, teòricamente ao menos, está na sua base. Daqui resulta como consequência fatal que a representação do interesse do operário ou, mesmo em termos mais latos, do trabalhador tem de ser confiada a indivíduos cujas ligações em muitos casos se devem considerar bastante longínquas do mundo real do trabalho, o que, por ser necessário, nem sempre se afigurará legítimo.

Em segundo lugar: é tal a complexidade das sociedades civilizadas, são tão numerosos e intrincados os interesses materiais e morais que nelas se movimentam, tão necessárias uma direcção superior e uma acção arbitral para dirimir conflitos possíveis, que bem parece não poder o Estado exercer a sua acção independentemente de duas condições: a primeira, a existência de uma organização social-base, estranha e independente de qualquer outra organização destinada a criar um órgão político de repre-

sentação; a segunda, a reforma do Estado no sentido de se aproximar ou, melhor, de incorporar em si mesmo essa organização.

Sou assim levado a crer que a solução do problema enunciado acima vai impor no futuro um tipo de Estado no qual o conjunto dos interesses da Nação, integralmente organizados, tenha representação efectiva e directa por intermédio dos próprios interessados.

Não desejava que nos considerassem precursores, mas é aquilo mesmo o que pacientemente temos procurado fazer.

1948

(«Prefácio à 4.ª edição» — «Discursos», Vol. I, págs. XXX e XXXII).

Por fim a organização. Seja qual for o interesse e força do Estado em fazer reconhecer a justiça ou em realizar a transformação social a que se aludiu, o trabalho operário, como todas as actividades, devem numa sociedade bem ordenada encontrar-se organizados. No conceito de Estado que desejaria ver realizado, a organização é uma necessidade. Não se trata de prever ou preparar a luta sem sentido em ambiente de colaboração, mas de representar interesses que têm de ser considerados, comparados e defendidos na concorrência com muitos outros. A representação desses mesmos interesses no Estado através das Corporações é a maior consagração da sua importância e legitimidade.

... ...

A verdadeira revolução que ele importa, exige porém a transformação da mentalidade geral. E tudo estaria comprometido se não a pudéssemos realizar.

1949

(«O meu depoimento» — Discurso na inauguração da Conferência da U. N., no Porto, em 7 de Janeiro — «Discursos», Vol. IV, págs. 367-368 e 369-370).

A mais expressiva prova de respeito que podíamos dar pela liberdade e dignidade dos trabalhadores e de zelo pelos seus interesses pare-

ceu-nos ser não os considerarmos uma classe à parte na sociedade portuguesa nem tentarmos lançar, com o seu apoio, uma política de massas, para apressada satisfação de reivindicações sociais. A primeira ideia não cabia na construção que tem por um dos seus lemas o trabalho como dever social; a segunda não se afigurava conforme nem às origens do regime nem ao conceito que fazemos da Nação e da política nacional. Sendo assim, a massa trabalhadora ou, mais precisamente, o operariado não constitui para nós nem individualmente nem em conjunto matéria-prima para a vida política. Ele não pode nem deve constituir um partido, porque não há partidos e porque entra, através do regime corporativo, na formação do próprio Estado. Mas esta situação arrasta consigo responsabilidades especiais e exige preocupação constante da nossa parte para obviar às perigosas solicitações a que está sujeito.

... ...

...O operariado não tem diante de si senão duas perspectivas, quero dizer dois caminhos — comunismo e corporativismo: o primeiro com posição definida quanto aos meios de produção, quer esta se verifique mais conveniente quer menos para a riqueza geral e para os mesmos trabalhadores; o segundo livre de escolher os processos de maior rendimento colectivo e de maior benefício para o operariado; o primeiro obrigado, por força da socialização, a dirigir rìgidamente a vida e a suprimir toda a liberdade; o segundo assegurando, dentro do condicionalismo da produção, os interesses materiais e morais do trabalho e respeitando a liberdade do homem, do membro da família, do trabalhador, do cidadão; o comunismo criando a miragem de os trabalhadores serem eles o Poder e o Estado; o corporativismo dando-lhes a realidade da sua comparticipação no Estado e da sua solidariedade com todos os outros portugueses nos interesses da Nação.

Nem sequer me permito duvidar da escolha. Mas eu desejaria que da larga massa de reformas sociais realizadas pelo regime, tranquilamente e em tempos não favoráveis para a economia nacional, os trabalhadores, a quem nada peço senão compreensão e patriotismo, fixassem o seguinte: primeiro, toda essa vasta obra se empreendeu e levará a cabo só por força da política nacional que servimos, sem solicitações de um partido ou pressão de organizações revolucionárias, os quais enquanto existiram ou se impuseram nada conseguiram fazer; segundo, as melho-

rias alcançadas estão em correspondência directa e em dependência absoluta do ordenamento e produtividade da economia do País em que se integra o seu trabalho. E oxalá que sobre as possibilidades dela, ainda muito limitadas, não tenhamos lançado, impelidos pelo interesse de melhorar a situação dos trabalhadores, encargos demasiados. Não o serão nunca se, partindo daquele facto, nos resolvermos a trabalhar.

★

*(«Questões de política interna» — Discurso aos governadores civis, comissões da U. N. e candidatos a deputados, em 20 de Outubro — **«Discursos»**, Vol. IV, págs. 432-434).*

A nossa Constituição admitiu para o Estado a base corporativa, e este corporativismo era, e deve ser, no conceito das pessoas responsáveis, um corporativismo de associação, e não corporativismo de Estado; mas é evidente que não podia de um momento para o outro criar-se um Estado corporativo sobre a Nação inorgânica. O erro cometido não consiste, pois, no eclectismo das fórmulas constitucionais e na longa duração dessas mesmas soluções eclécticas (por muito mais tempo hão-de durar, se dever fazer-se a gradual evolução das instituições). A falta maior, embora justificada, está numa espécie de paragem que a organização sofreu durante anos e nos desvios, tanto de pensamento como de acção, que sofreu sob a imposição de circunstâncias conhecidas.

Assim, para que constitucionalmente se avance na orientação prevista, é necessário retomar a marcha, estendendo a organização, completando-a, coordenando-a e corrigindo-a no que se faça mister. É preciso ainda que a doutrinação exigida pela revolução corporativa se faça intensamente, largamente, levando-a ao comum dos portugueses, alguns dos quais ainda hoje lhe não vêem, por desfiguração das coisas, benefícios alguns e outros não sabem filiar as regalias materiais obtidas no espírito que as gerou e as tornou possíveis.

Então, através da acção entrevista, a organização corporativa trará consigo soluções para muitos problemas constitucionais e políticos e a Câmara das Corporações pode tomar gradual, mas ràpidamente, desenvolvimento notável, tanto quanto à pureza do seu carácter representativo como ao funcionamento e influência efectiva na direcção superior do Estado.

V

O PROBLEMA POLÍTICO INTERNO

Capítulo 13.º

A NAÇÃO, O ESTADO E A IGREJA

1932

(«As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional» — Discurso à União Nacional, em 23 de Novembro — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 170 e 170-172).*

As boas intenções de muitos esbarraram com a incultura e jacobinismo dos políticos avançados ou dos seus sequazes, e com a pusilanimidade dos partidos chamados conservadores. O facto é que pôde a cada momento sustentar-se, e com aparências de verdade, que a República Portuguesa era por essência anticatólica e a sua neutralidade uma mentira, caso grave para a República e para a Igreja num país de tradições e população católicas. O sectarismo dos Governos abriu feridas profundas na consciência da Nação, e a simpatia com que por toda a parte, fora dos centros políticos, foram recebidas as reacções de Pimenta de Castro e Sidónio Pais e a Ditadura Nacional tem aí boa parte da sua explicação.

... ...

Tenho observado como é inconveniente ao desenvolvimento e pureza da vida religiosa a intromissão da política na religião, a confusão dos interesses espirituais com os interesses materiais dos povos, da Igreja

com qualquer organização que, actuando no terreno político, possa ser tomada como um partido, aspirando ou não ao Governo. Sobretudo num país como o nosso, de velhas tradições católicas mas duma religiosidade geralmente pouco esclarecida, e de um estreito feitio de espírito nas lutas partidárias, a actividade pròpriamente política da Igreja levanta-lhe e ao seu clero atritos e desconfianças graves que a prejudicam na acção puramente espiritual.

Devemos crer que Ela o sente e que só razões de peso para a sua própria existência a impelem em sentido reputado inconveniente para a expansão do seu credo e tranquilidade das consciências. O fenómeno que está no fundo desta atitude parece-me ser a negação, por parte dos Estados, das liberdades fundamentais que são condição de vida da Igreja, a irreligiosidade *positiva* que se esconde debaixo da neutralidade oficial e a abstracção de toda a limitação de ordem moral na actividade governativa. Se persistirem estas causas, serão inúteis todos os esforços para extinguir uma reacção incómoda mas no fundo legítima, e para tirar do campo político uma organização que será, apesar da sua boa vontade, uma força perturbadora.

É para todos evidente que o condicionalismo social português nos impõe como regime de relações com a Santa Sé a separação, sem prejuízo das relações diplomáticas e da Concordata no que respeita ao Padroado Português do Oriente. Nós estamos inibidos, pelas circunstâncias e situações criadas, de reparar, de indemnizar, de restituir além do que está feito; mas o restabelecimento das relações operado pelo Presidente Sidónio Pais devia ter como lógica consequência a aceitação expressa, pela Igreja, da separação que violentamente lhe foi imposta em 1911.

1936

(«As grandes certezas da Revolução Nacional» — Discurso no décimo aniversário do 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 130-131).*

Se a fé não é uma mentira, será fonte inesgotável da vida espiritual; mas, se como virtude é dom de Deus, nem compreendemos que se imponha pela força nem a vantagem de se contrariar a sua prática. Através da História tem sido muitas vezes programa de Governos ou de Estados estender às almas a ânsia de despotismo e destruir nelas o germe da fé.

Inglória tarefa! Vem o tempo, repara os estragos, reconstitui as igrejas e o culto, mas já não pode fazer ressurgir virtudes que se não exerceram, nem evitar a triste desolação das almas que perderam um mundo.

À parte o valor intrínseco da verdade religiosa, individualmente, socialmente temos necessidade do absoluto, e não vamos criar por nossas mãos de entre as coisas contingentes e efémeras o que existe fora e acima de nós, nem desviar para o Estado a função de decretar o culto e definir os princípios da moral. Esta atitude nos levou a considerar o Poder moralmente limitado e nos tem valido não cometermos o erro ou o crime de deificar o Estado, a força, a riqueza, a técnica, a beleza ou o vício.

Compenetrados do valor, da necessidade na vida duma espiritualidade superior, sem agravo das convicções pessoais, da indiferença ou da incredulidade sinceras, temos respeitado a consciência dos crentes e consolidado a paz religiosa. — *Não discutimos Deus.*

1938

(«Comemorações centenárias» — Nota oficiosa publicada nos jornais de 27 de Março — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 41-42).*

Ter oito séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o Mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado. Quase desde o princípio, com o esforço dos primeiros reis, ficaram definidas e fixadas na península ibérica as nossas fronteiras. Guerras, muitas; mas nem invasão ou confusão de raças, nem anexações de territórios, nem substituição de casas reinantes, nem variação de fronteiras: do primeiro ao último os próprios chefes tinham nas veias o mesmo snague português.

Liberto de todas as perturbações da Europa donde foram surgindo uns após outros os Estados modernos, Portugal viu nascer muitos, juntarem-se ou desmembrarem-se alguns, desaparecerem uns tantos. A todos sobreviveu e não no apagamento do olvido mas a realizar através dos séculos da sua existência uma das obras mais vastas e valiosas para o património colectivo da humanidade de que algum povo se poderá ufanar. Isto é, não durou porque se furtou a viver; durou precisamente porque viveu — a vida intensa do soldado, do trabalhador da terra, do

explorador do mar, do descobridor, do missionário, do portador de uma doutrina e de uma civilização.

1940

(«Problemas político-religiosos da Nação portuguesa e do seu Império» — Discurso na Assembleia Nacional, em 25 de Maio — «Discursos», Vol. III, págs. 232-234, 235-237, 238-240 e 243).

A primeira realidade que o Estado tem diante de si é a formação católica do povo português; a segunda é que a essência desta formação se traduz numa constante da história.

Nascemos já, como nação independente, no seio do catolicismo; acolher-se à protecção da Igreja foi sem dúvida acto de alcance político, mas alicerçado no sentimento popular. Tem havido através da história incidentes e lutas entre os reis e os bispos, os governos e o clero, o Estado e a Cúria, nunca entre a Nação e a Igreja; quer dizer, lutas de interesses temporais ou de influências e paixões políticas, nunca rebelião da consciência contra a fé. Não há em toda a história apostasia colectiva da Nação, nem conflitos religiosos que dividissem espiritualmente os portugueses. Com maior ou menor fervor, cultura mais ou menos vasta e profunda, maior ou menor esplendor do culto, podemos apresentar perante o mundo, ao lado da identidade de fronteiras históricas, o exemplo raro da identidade de consciência religiosa: benefício extraordinário em cuja consecução se empenhou uma política previdente.

Da forma como despertámos para a independência, misto de religiosidade e de sentido político na luta contra o sarraceno, e da vocação apostólica e universal do catolicismo que nos estava no sangue, nasceu, com o expansionismo das navegações, o ideal missionário. Pouco importa que alto pensamento de política comercial e marítima determinasse o escol dos dirigentes a buscar novas rotas e descobrir outras terras; o constante apelo à evangelização dos povos, a par e passo das descobertas e da colonização, marcaria, senão a consciência religiosa do Poder, ao menos a mobilização do sentimento público para facilitar a empresa e tornar suportáveis, através do reconhecimento da alta missão espiritual, os sacrifícios que custava. Assim se compreende essa arrancada para a evangelização que multiplicava as forças das ordens religiosas e gerava

novas cristandades; assim se compreende o espírito da nossa dominação e das relações com os indígenas, muito antes que se invocassem pela Europa as exigências do humanitarismo; assim se compreende o afecto, a filiação espiritual de muitos povos e raças que não dominamos já politicamente. Povo descobridor, povo colonizador, povo missionário — tudo é revelação do mesmo ser colectivo, demonstração ou desdobramento da mesma política nacional.

Quer dizer: não pode pôr-se entre nós o problema de qualquer incompatibilidade entre a política da Nação e a liberdade evangelizadora; pelo contrário, uma fez sempre parte essencial da outra.

... ...

Roma não muda no dogma nem na moral; evoluciona lentìssimamente no culto; bastante pouco na organização interna e na disciplina. O Estado, por sua vez, quase desligado de princípios absolutos, adapta-se à variabilidade das circunstâncias, cede às exigências dos tempos, alarga ou restringe os seus fins, multiplica ou diversifica a sua acção, reforça ou relaxa a autoridade e, se muito da sua actividade de hoje é passageira imposição da moda, muito corresponde também a necessidades reais da vida em sociedade, a aspirações irresistíveis do corpo social. Onde se poderá chocar esta expansão e volubilidade do Estado com a permanência do dogma e as posições tradicionais da Igreja?

O Estado tem-se visto forçado a condicionar cada vez mais a liberdade dos indivíduos a necessidades e escopos colectivos; marca a cada passo mais e mais o carácter puramente civil da sua actividade; estende as suas exigências à formação do agregado familiar; reivindica a instrução e educação da mocidade; vigia ou dirige a actividade intelectual; limita a propriedade, redistribui as terras, requisita os frutos do trabalho; dá directrizes, normas, limites à economia da Nação; regula o esforço, o descanso, o divertimento; por vezes chama a si o homem no complexo da sua personalidade, em corpo e alma, ideias e sentimentos, com exclusão de alguém mais, como roda de máquina de que ele não pode libertar-se ou fugir; engrandece-se e diviniza-se; e, sem nada que o limite, pode apresentar-se como a mesma consciência, força e riqueza da Nação. Há nestas concepções realidades e necessidades novas, e há também meras criações do espírito, que a experiência costuma condenar e a História — grande coveira — vai enterrando em seu largo cemitério. Mas por vezes há mais do que isso — há o ataque a alguma coisa

de superior: à verdade que resplandece sobre as contingências, à consciência que resiste a despojar-se de si própria, isto é, de inauferíveis direitos que derivam da natureza do espírito humano.

É certo que estes últimos pontos nada têm que ver, ou muito pouco, com a política e a organização do Estado, determinadas por muitas outras condições e circunstâncias que não só princípios abstractos; mas o conceito do homem e da sociedade, da vida e dos seus fins está no âmago da questão.

Quanto a nós, que nos afirmamos por um lado anticomunistas e por outro antidemocratas e antiliberais, autoritários e intervencionistas, tão rasgadamente sociais quanto de nós exige o princípio da igualdade de todos perante os benefícios da civilização — quanto a nós, três únicas questões podiam a meu ver tornar impossível o acordo por tocarem em pontos essenciais da doutrina: o reconhecimento de uma norma moral preexistente e superior ao próprio Estado; a constituição da família; a educação. A Constituição de 1933, com a clarividência que hoje podemos apreciar, arrancou o Estado português à tentação da omnipotência e da irresponsabilidade moral e permitiu atribuir à Igreja, na constituição dos lares e na formação da juventude, aquela parcela de mistério e de infinito exigida pela consciência cristã e que só por arremedos vis poderíamos substituir. Ir além, abrindo mão de tudo mais, seria fechar os olhos a vivas realidades do nosso tempo; não ir até ali seria igualmente ter em menos conta o que é exigência de justa liberdade e necessidade da estrutura cristã da Nação Portuguesa.

Se, pois, com seriedade e boa fé, foi possível encontrar uma fórmula de respeito e colaboração entre um Estado moderno equilibrado e a Igreja Católica, devemos regozijar-nos — por nós, em primeiro lugar, depois também por contribuirmos para a solução de problemas postos com acuidade num mundo que se desagrega pela força dos erros ou das armas e é preciso refazer «em espírito e verdade».

... ...

A que luz foi visto e em que plano foi posto o problema da liberdade religiosa? A quem ler atentamente as disposições que se lhe referem aparecerá com evidência ficar essa liberdade condicionada apenas por exigências superiores de interesse e ordem pública, pela garantia da formação patriótica do clero e pela escolha das mais altas autoridades eclesiásticas em condições de boa colaboração com o Estado. Nada mais se conside-

rou preciso — nem certas incursões conhecidas do Poder na vida da Igreja e das associações ou institutos religiosos, nem mesmo alguns privilégios, aliás insustentáveis em regime de separação e noutros tempos conferidos ao Estado português. Nós tiramos da experiência esta dupla lição: melhor se rege a Igreja a si própria, em harmonia com as suas necessidades e fins, do que pode dirigi-la o Estado através da sua burocracia; melhor se defende e robustece o Estado a definir e realizar o interesse nacional nos domínios que lhe são próprios, do que pedindo emprestada à Igreja força política que lhe falte. Digamos por outras palavras: o Estado vai abster-se de fazer política com a Igreja, na certeza de que a Igreja se abstém de fazer política com o Estado.

Isto *pode ser* e *deve ser assim*. Pode ser, primeiro, em virtude de todas aquelas razões derivadas da formação espiritual deste povo e da sua vocação histórica, e depois pelo facto de termos enfim um Estado Nacional, ou seja termos chegado à integração da Nação no Estado Novo Português. Deve ser assim, porque a política corrompe a Igreja, quer quando a faz quer quando a sofre, e para todos é útil que as coisas e pessoas sagradas as toquem o menos possível mãos profanas, e o menos possível também as agitem sentimentos, interesses ou paixões terrenas. Considero perigoso que o Estado adquira a consciência de tal poder que lhe permita violentar o Céu, e igualmente fora da razão que a Igreja, partindo da superioridade do interesse espiritual, busque alargar a sua acção até influir no que o próprio Evangelho pretendeu confiar a «César». Nada teríamos aprendido, uns e outros, se não víssemos como o privilégio pode corromper, a protecção transmudar-se em cerceamento de liberdades essenciais, e a política religiosa desviar-se da defesa dos interesses da Igreja para outras finalidades perturbadoras da acção legítima do Estado, e que portanto este não pode consentir.

... ...

Não tivemos a intenção de reparar os últimos trinta anos da nossa história, mas de ir mais longe, e, no regresso à melhor tradição, reintegrar sob este aspecto Portugal na directriz tradicional dos seus destinos. Regressamos, com a força e pujança de um Estado renascido, a uma das grandes fontes da vida nacional, e, sem deixarmos de ser do nosso tempo por todo o progresso material e por todas as conquistas da civili-

zação, somos nos altos domínios da espiritualidade os mesmos de há oito séculos. Marcá-lo por tal maneira é certamente um triunfo político e um grande acto da História.

★

*(«800 anos de independência» — Discurso no Castelo de Guimarães, em 4 de Junho — «***Discursos***», Vol. III, págs. 256-257 e 258-259).*

Passam séculos, e o português a expulsar o mouro, a firmar a fronteira, a cultivar a terra, a alargar os domínios, a descobrir a Índia, a apostolizar o Oriente, a colonizar a África, a fazer o Brasil — glória da sua energia e do seu génio político. Para tanto discutiu nas Cúrias e nos Concílios, ensinou em escolas e universidades de fama, fez uma língua e uma cultura, pintou obras-primas antes dos maiores mestres, prodigalizou-se em maravilhas de pedra, cantou em versos imortais a sua própria epopeia — e ainda hoje tão simples e tão modesto que é pobre em face dos opulentos e fraco junto dos poderosos. Abisma-se a inteligência a perscrutar o mistério, confunde-se com a desproporção dos meios e dos resultados, extasia-se ante a permanência do milagre, e não se sabe que homem, ideia, rasgo ou sacrifício há-de pôr acima dos mais — a não ser exactamente o facto fundamental e primeiro de haver a raça portuguesa estabelecido o seu lar independente e cristão nesta faixa atlântica da Península. Quis o povo ser independente, livre no seu próprio território, e quiseram os reis que ele o fosse, conquistando-lhe e mantendo-lhe a independência; e porque mandava em seus destinos, a Nação definiu um pensamento de vida colectiva, um ideal de expansão e de civilização a que tem sido secularmente fiel.

Nas nações, com nas famílias e nos indivíduos, viver, verdadeiramente viver é sobretudo possuir um pensamento superior que domine ou guie a actividade espiritual e as relações com os outros homens e povos. E é da vitalidade desse pensamento, da potência desse ideal, do seu alcance restrito ou universal e humano que provém a grandeza das nações, o valor da sua projecção na Terra. Ser escasso em território, reduzido em população ou em força ou em meios materiais não limita de per si a capacidade civilizadora: um povo pode gerar em seu seio princípios norteadores de acção universal, irradiar fachos de luz que iluminem o mundo.

Para isso nos serviu a liberdade; de nós se não pode afirmar que

não soubemos que fazer da nossa independência: trabalhando e recebendo em nossa carne duros golpes, descobrimos, civilizámos, colonizámos. Através de séculos e gerações mantivemos sempre vivo o mesmo espírito e, coexistindo com a identidade territorial e a unidade nacional mais perfeita da Europa, uma das maiores vocações de universalismo cristão.

... ...

A Pátria Portuguesa não foi o fruto de ajustes políticos, criação artificial mantida no tempo pela acção de interesses rivais. Foi feita na dureza das batalhas, na febre esgotante das descobertas e conquistas, com a força do braço e do génio. Com trabalho intenso e ingrato, esforços sobre-humanos na terra e no mar, ausências dilatadas, a dor e o luto, a miséria e a fome, almas de heróis amalgamaram, fizeram e refizeram a História de Portugal. Não puderam erguê-la com egoísmos e comodidades, medo da morte e da vida, mas lutando, rezando e sofrendo. Cada um deu, na modéstia ou grandeza dos seus préstimos, tudo quanto pôde, e por esse tudo lhe somos gratos. Do fundo, porém, dos nossos corações não podem deixar de erguer-se, ao comemorarem-se oito séculos de História, hinos de louvor aos homens mais que todos ilustres que os encheram com os seus feitos. Acto de exaltação.

Mas nós realizamos hoje também *acto* magnífico *de fé:* fé na nossa vitalidade e na capacidade realizadora dos portugueses, fé no futuro de Portugal e na continuidade da sua História. Não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido; vivemos para bem desempenhar a nossa missão e perante o mundo afirmamos o direito de cumpri-la.

1942

(«Defesa económica — Defesa moral — Defesa política» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 25 de Junho — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 334-335).*

Por disposição providencial e previdente acção política através de séculos, nós temos a felicidade rara de constituir na Europa uma unidade geográfica; possuímos a mesma língua; constituímos a mesma raça; professamos o mesmo credo e temos uma só cultura. Sobre este conjunto

de elementos coesos a unidade política é apenas corolário e cúpula natural, que não foi afectada pela expansão ultramarina e a constituição do Império: por toda a parte a Mãe-Pátria conseguiu imprimir a sua imagem, fixar caracteres fundamentais, de modo que não é artificiosa criação a unidade imperial. Obra admirável da natureza e da política dos antepassados, ninguém poderá acusar-nos de a não termos desenvolvido e consolidado, criando-lhe novas bases materiais com a solidariedade económica e vivificando-a espiritualmente com profunda consciência nacionalista. Se esta obra repousa sobretudo na união dos espíritos à volta do maior interesse nacional, e se a união dos espíritos, com ser reflexo da unidade pátria, é também a sua maior força e factor de engrandecimento, nenhum dever sobreleva hoje ao dever de defendê-la. Por isso faço ligeira referência aos elementos que a podem prejudicar.

1943

*(«Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 27 de Abril — «**Discursos**», Vol. III, págs. 402-403).*

Na verdade amesquinharíamos o conceito de Nação quando nela víssemos apenas a comunidade de agricultores ou comerciantes que exigem do Estado a protecção e desenvolvimento dos seus interesses materiais. Quando se é velho e se tem, além de alguns séculos, uma História, sente-se que existem outros valores, e estes são ao mesmo tempo património e imperativos da vida nacional. A razão manda que um se conserve e aos outros sejamos fiéis.

Quando, ao lado da ponte ou da estrada que lançamos para comodidade dos povos, reparamos o castelo ou o monumento, reintegramos a pequena igreja secular ou o mosteiro abandonado, alguns não vêem que trabalhamos por manter a identidade do ser colectivo, reforçando a nossa personalidade nacional. E é isso que fazemos. Aquelas qualidades que se revelaram e fixaram e fazem de nós o que somos e não outros; aquela doçura de sentimentos, aquela modéstia, aquele espírito de humanidade, tão raro hoje no mundo; aquela parte de espiritualidade que, mau grado tudo que a combate, inspira ainda a vida portuguesa; o ânimo sofredor; a valentia sem alardes; a facilidade de adaptação e ao mesmo tempo a

capacidade de imprimir no meio exterior os traços do modo de ser próprio; o apreço dos valores morais; a fé no direito, na justiça, na igualdade dos homens e dos povos; tudo isso, que não é material nem lucrativo, constitui traços do carácter nacional. Se por outro lado contemplamos a História maravilhosa deste pequeno povo, quase tão pobre hoje como antes de descobrir o mundo; as pegadas que deixou pela terra de novo conquistada ou descoberta; a beleza dos monumentos que ergueu; a língua e literatura que criou; a vastidão dos domínios onde continua, com exemplar fidelidade à sua História e carácter, alta missão civilizadora — concluiremos que Portugal vale bem o orgulho de se ser português.

1946

(«Ideias falsas e palavras vãs» — Discurso à U. N., em 23 de Fevereiro — «Discursos», Vol. IV págs. 201-202).

Nós temos mostrado, através das instituições, das leis e dos actos do Governo, a preocupação absorvente de reconduzir tudo e tudo integrar no plano nacional. A Nação tem estado sempre presente ao nosso espírito, não só como indefinível essência da continuidade histórica dos portugueses através dos séculos, mas como o seu património material e moral. Todos nos devemos a ela, todos nos sacrificamos pelos seus interesses superiores, todos beneficiamos directa ou indirectamente da sua grandeza e prestígio. Para que esse sentimento não possa ser atingido na sua intensidade afectiva ou como fonte de acção, tem sido necessário excluir da vida corrente, dado o desregramento passional dos portugueses, tudo que pudesse quebrar a unidade moral da Nação. Daqui vêm o empenho e cuidado em que as organizações culturais, recreativas, profissionais ou outras e, na medida do possível, os próprios órgãos da Administração, não se imiscuam nem sejam teatro de lutas partidárias, mas conduzam a sua vida livremente, apenas condicionada às grandes linhas do interesse nacional. Assim a Nação se nos tem apresentado como unidade que é ou deve ser dotada da homogeneidade e coesão no que é essencial à sua vida colectiva. E sobre essa base se lhe têm defendido a dignidade e o prestígio; e, partindo desse pressuposto, se tem governado na defesa intransigente do que se reputa, sem considerações estranhas, o interesse geral.

1949

(«O meu depoimento» — Discurso na inauguração da Conferência da U. N., no Porto, em 7 de Janeiro — «Discursos», Vol. IV, págs. 356, 370-371 e 372-373).

Este doce País que é Portugal — pequeno na Europa, grande e dilatado nos outros continentes, como árvore que, alimentando-se da seiva lusitana, espalhasse longos ramos a sóis diferentes e à sua sombra abrigasse as populações mais diversas, todas igualmente portuguesas —, este pequeno País não pode, no 9.° século da sua história, duvidar da sua realidade de Nação. Esta realidade, em que englobamos a independência, a unidade orgânica e a missão civilizadora, é um pressuposto ou ponto de partida e foge a toda a discussão.

... ...

Portugal nasceu à sombra da Igreja e a religião católica foi desde o começo elemento formativo da alma da Nação e traço dominante do carácter do povo português. Nas suas andanças pelo Mundo — a descobrir, a mercadejar, a propagar a fé — impôs-se sem hesitações a conclusão: português, logo católico. Tiveram o restrito significado de lutas políticas, e não de questão religiosa, os dissídios dos primeiros séculos entre os reis e os bispos e os que mais tarde envolveram os governos e a Cúria. Na nossa história nem heresias nem cismas; apenas vagas superficiais, que, se atingiam por vezes a disciplina, não chegavam a perturbar a profunda tranquilidade da fé. A adesão da generalidade das consciências aos princípios de uma só religião e aos ditames de uma só moral, digamos, a uniformidade católica do País foi assim, através dos séculos, um dos mais poderosos factores de unidade e coesão da Nação Portuguesa. Portanto, factor político da maior transcendência; e por esse lado nos interessa.

... ...

Sob o aspecto político, a Concordata pretende aproveitar o fenómeno religioso como elemento estabilizador da sociedade e reintegrar a Nação na linha histórica da sua unidade moral.

Capítulo 14.º

AUTORIDADE E LIBERDADE; A NAÇÃO CONTRA OS PARTIDOS; A U. N.

1916

(«O Agio do Ouro», págs. 78-79).

Parece-nos que a ficção constitucional, a ficção-soberania do povo, a ficção-maioria parlamentar representando a vontade da nação, estavam — para nós ao menos, sem preocupações políticas — abertamente e insofismàvelmente demonstradas. Porque ao lado da enorme maioria que pelo trabalho tratava da vida, as camarilhas políticas também na política tratavam da sua, e é provável, senão mesmo muito certo, que os interesses dos partidos se distinguiam bem dos superiores interesses do País. Examinando durante anos as promessas dos programas e os actos dos governos, comparando os discursos e os factos, conhecendo os *dessous* de muitas campanhas pretensamente moralizadoras, empreendidas pelos inimigos das facções a derrubar para outros poderem subir, a Nação afinal podia revoltar-se e não se revoltou; separou-se da crosta política, tornou-se céptica, levando vida à parte, absolutamente insensível aos repetidos protestos de reforma nos processos da governação pública; desdenhou da realeza que o voto lhe conferia, e mediu-os a todos, aos políticos, pela baixa craveira do seu absoluto desprezo.

1930

(«A restauração nacional e os seus opositores» — Exposição publicada nos jornais de 26 de Janeiro — «A reorganização financeira», págs. 502-503).

Devemos cuidadosamente distinguir da campanha que pretende atingir o princípio fundamental da reconstituição do País, as discordâncias aqui e além manifestadas sobre casos restritos, provenientes de pontos de vista diversos, doutra formação mental, do desconhecimento de todas as circunstâncias e elementos de trabalho ao dispor da administração ou de conceitos diferentes acerca do mesmo problema fundamental. Considerar, pesar tudo isto no estudo de qualquer questão, pois que não temos o monopólio da competência ou do patriotismo, me parece útil, contanto que o Governo tenha o critério da escolha e a decisão de resolver por fim.

Não é porém esta colaboração indirecta, preciosa por vezes, na governação pública que vemos aí manifestar-se agora, mas o desenvolvimento duma táctica bastante clara do inimigo que atacará a inércia, se nada se fizer, que atacará a obra feita, porque se faz. Enganosa ilusão a dessa gente se espera que da sua atitude venha o desânimo! Ignoram que há pessoas que não tiram do número de vozes concordantes o seu critério de verdade ou de justiça, nem buscam fora da própria consciência a razão para cumprirem o seu dever.

*

(«Princípios fundamentais da revolução política» — Discurso na Sala do Conselho de Estado, em 30 de Julho — «Discursos», Vol. I, págs. 73, 73-74, 79-80, 80-81, 81-82, 84, 90-92 e 94-95).

Com motivos de ocasião no eclodir, sem dúvida; com a cor local que lhe dá a especial gravidade dos nossos problemas, certamente; com a modalidade que haviam de imprimir-lhe as circunstâncias da política portuguesa e a nossa maneira de ser e de sentir, a Ditadura, ainda que indecisa, titubeante, irregular na marcha e na acção, ela própria no começo mais sentimento instintivo que ideia clara, é um fenómeno da mesma ordem dos que por esse mundo, nesta hora, com parlamentos ou sem eles, se observam, tentanto colocar o Poder em situação de presti-

gio e de força contra as arremetidas da desordem, e em condições de trabalhar e de agir pela Nação, sobranceiramente às divisões e ódios dos homens e aos interesses particulares dos grupos. Ir mais longe ou mais perto nesta orientação depende de possibilidades nacionais, sobretudo da preparação do espírito público, mas não constitui diferença essencial.

... ...

Todos sabem de onde vimos — de uma das maiores desorganizações que em Portugal se devem ter verificado na economia, nas finanças, na política, na administração pública. Divisões intestinas, solidariedades equívocas na política e na administração, erros acumulados, a falta de correcção de vícios da nossa organização social, desordem constitucional permanente, sucessivas revoluções que nada remediavam e agravavam todos os males, fizeram perder a fé no Estado como dirigente e coordenador dos esforços individuais; e a intranquilidade existente no espírito público manifestava mesmo desconfiança na sua força para defender a vida e os bens dos cidadãos. Debruçado tristemente sobre o passado glorioso que é a sua História, e sobre as ruínas, as misérias, a desorganização do presente, desconhecendo as suas enormes possibilidades de grande Nação, penhor do futuro, o País caiu na «apagada e vil tristeza» do poeta e parecia ter desistido de viver um grande pensamento de renovação interior e de marcar no mundo, sem afrontar ninguém, a posição que pode e deve marcar.

... ...

Atravessa-se, na ordem interna e na ordem internacional, uma época de verificada fraqueza do Estado; reacções justificáveis mas excessivas caminharam, aqui e além, no sentido da sua omnipotência e divinização.

Há que contrapor a um e outro extremo o Estado forte, mas limitado pela moral, pelos princípios do direito das gentes, pelas garantias e liberdades individuais, que são exigência superior da solidariedade social. Este conceito deve informar a organização e movimento do Estado português na realização da sua finalidade histórica.

... ...

Mas no campo do direito constitucional, respeitados os limites a que se fez referência, devem firmar-se as garantias exigidas pela integridade

política e jurídica do Estado em face de todas as limitações que pudessem vir-lhe do individualismo e do internacionalismo. A segurança própria é necessidade absoluta, para que se impõe a manutenção das instituições militares. A unidade e indivisibilidade do território são condições fundamentais, arredando-se quaisquer hipóteses de excessivo regionalismo ou de confederação política. O Estado tem o direito de promover, harmonizar e fiscalizar todas as actividades nacionais, sem substituir-se-lhes, e o dever de integrar a juventude no amor da Pátria, da disciplina, dos exercícios vigorosos que a preparem e a disponham para uma actividade fecunda e para tudo quanto possa exigir dela a honra ou o interesse nacional.

Por sobre as fracções de poder — os serviços, as autarquias, as actividades particulares e públicas, a vida local, os domínios coloniais, as mil manifestações da vida em sociedade — sem contrariá-las ou entorpecê-las na sua acção, o Estado estenderá o manto da sua unidade, do seu espírito de coordenação e da sua força: deve o Estado ser tão forte que não precise de ser violento.

... ...

Não há Estado forte onde o Poder Executivo o não é, e o enfraquecimento deste é a característica geral dos regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espírito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo.

O princípio salutar da divisão, harmonia e independência dos poderes está pràticamente desvirtuado pelos costumes parlamentares e até por normas insertas nas constituições relativas à eleição presidencial e à nomeação e demissão dos Ministros. Essas normas vêm sujeitando, de facto, o Poder Executivo ao Legislativo, exercido por maiorias variáveis e ocasionais, e à mercê também de votações de centros partidários estranhos aos poderes públicos. É uma necessidade fundamental restituir esse princípio a alguma coisa de real e de efectivo, e, bem observados os acontecimentos políticos da Europa nos últimos anos, pode afirmar-se que, tendo-se tornado inevitáveis pelas desordens daquelas engrenagens, tudo aí gira à volta da preocupação dominante de achar o sistema que dê ao Poder Executivo independência, estabilidade, prestígio e força.

... ...

Na nossa triste história contemporânea parece que nunca puderam coexistir os dois Poderes devidamente equilibrados: ora é o Legislativo que domina, subordinando os Governos; ora o Executivo que reage, substituindo-se àquele inteiramente. E o que é pior é ter a experiência demonstrado que para trabalhar no Governo pelo País é preciso pôr de lado a Constituição.

Pois bem: há que preparar uma constitucionalidade que possa ser a vida normal do Estado e em que a harmonia dos Poderes se consiga sem tirar ao Poder Legislativo competência e prestígio e ao Executivo estabilidade e força.

... ...

Nós apreendemos pelo raciocínio e vimos pela experiência que não é possível erguer sobre este conceito — a liberdade — um sistema político que efectivamente garanta as legítimas liberdades individuais e colectivas, antes em seu nome se puderam defender — e com alguma lógica, Senhores! — todas as opressões e todos os despotismos. Nós temos visto que a adulação das massas pela criação do «povo soberano» não deu ao povo, como agregado nacional, nem influência na marcha dos negócios públicos, nem aquilo de que o povo mais precisa — soberano ou não — que é ser bem governado. Nós temos visto que tanto se apregoaram as belezas da igualdade e as vantagens da democracia, e tanto se desceu, exaltando-as, que se ia operando o nivelamento em baixo, contra o facto das desigualdades naturais, contra a legítima e necessária hierarquia dos valores numa sociedade bem ordenada.

Ora nós queremos ser mais positivos — tanto é, mais verdadeiros na nossa política.

Na crise de autoridade que o Estado atravessa, dar-lhe autoridade e força para que mantenha imperturbável a ordem, sem a qual nenhuma sociedade pode manter-se e prosperar; organizar os poderes e funções do Estado de forma que se exerçam normalmente, sem atropelos ou sem subversões; não coarctar ao Estado a livre expansão das actividades que se movem e actuam no seu seio, senão no que seja reclamado pelas necessidades de harmonia e coexistência social; definir os direitos e

garantias dos indivíduos e das colectividades, e estabelecê-los e defendê-los de tal modo que o Estado os não possa desconhecer e os cidadãos os não violem impunemente — isto é liberdade.

Arrancar o poder às clientelas partidárias; sobrepor a todos os interesses o interesse de todos — o interesse nacional; tornar o Estado inacessível à conquista de minorias audaciosas, mas mantê-lo em permanente contacto com as necessidades e aspirações do País; organizar a Nação, de alto a baixo, com as diferentes manifestações de vida colectiva, desde a família aos corpos administrativos e às corporações morais e económicas, e integrar este todo no Estado, que será assim a sua expressão viva — isto é dar realidade à soberania nacional.

Ter bem presente no espírito que os homens vivem em condições diferentes e que esse facto se opõe, por vezes, a que seja uma realidade a sua igualdade jurídica; proteger o Estado de preferência aos pobres e aos fracos; fomentar a riqueza geral para que a todos caiba ao menos o necessário; multiplicar as instituições de assistência e de educação que ajudem a elevar as massas populares à cultura, ao bem-estar, às altas situações da Nação e do Estado; manter não só abertos, mas acessíveis, todos os quadros à ascensão livre dos melhores valores sociais — isto é amar o povo e, se a democracia pode ainda ter um bom sentido, isto é ser pela democracia.

... ...

Temos todos simpatias, antipatias, despeitos, paixões, possìvelmente ódios, cultura, mentalidades diversas; e ainda que o Governo, fugindo de extremismos de uma e outra banda, apele para todos os portugueses de são patriotismo, procurando juntá-los à volta de ideias constitucionais razoáveis e justas, é certo que muitos não quererão auxiliar nem a Ditadura nem a sua tentativa de resolver o problema político português. Em qualquer caso, a *União Nacional* — e esta é a segunda prevenção que desejava fazer — não pode abandonar o campo meramente nacional e patriótico para se imbuir do espírito de partido, porque seria criminoso e, além de criminoso, ridículo acrescentar aos que existem o partido... dos que não querem partidos. Não! Convidados pelo Governo a apoiar a Ditadura, para que esta acabe de lançar e prepare o futuro exercício normal dos Poderes do Estado, os portugueses que se aprestem a ofere-

cer o seu concurso sabem que cumprem um dever, mas não adquirem um direito, e que precisamente com a sua ajuda é que o Estado vai deixar de fazer favores a alguns para poder distribuir justiça a todos.

É talvez dura esta linguagem, mas é preciso que todos a compreendam, porque estamos no momento decisivo em que, vindo para nós tantos homens de boa vontade, nos hão-de abandonar muitos dos que supunham estar connosco e agora verificam surpresos que andavam equivocados.

1931

(«O interesse nacional na política da Ditadura» — Discurso na manifestação da U. N., em 17 de Maio — «Discursos», Vol. I, págs. 116, 117-118 e 133-134).

Homens de vários credos, vindos de todos os horizontes do pensamento e da acção, oriundos de todas as classes, disseminando a sua vida por todas as formas de actividade, puderam pôr de lado os motivos de divisão e encontrar nos princípios fundamentais da *União Nacional* aquele terreno comum de colaboração dos portugueses, indispensável para a nova política, a nova administração, a nova economia da nossa Pátria: estamos vendo coisas novas em Portugal.

Tumultuam à nossa roda bastos egoísmos, vaidades, ambições de mando, sôfregos interesses individuais que não se subordinam e pretendem sobrepor-se aos interesses da colectividade; e há muitos milhares de portugueses que oferecem a sua dedicação ao bem comum, que tomam a defesa deste como dever onde quer que se lhes indique o lugar de acção, trabalhando, obedecendo, *servindo:* estamos vendo coisas novas em Portugal.

... ...

Nós vínhamos cansados das lutas intestinas, da guerra interior legalizada; nós tínhamos assistido às competências dos grupos na conquista do Poder, e ao partidarismo no uso e no gozo desse Poder; nós tínhamos visto como ser ou não ser dos amigos do Governo conferia tais regalias e imunidades ou denegava tais faculdades e direitos que muitos de nós éramos estranhos na nossa própria terra e a garantia e extensão das

nossas liberdades derivavam não das leis, mas da nossa filiação partidária; nós estávamos desolados perante o espectáculo duma instabilidade governativa que devorava os seus próprios fautores e inutilizava uns após outros os homens de governo, impossibilitando toda a obra administrativa e a realização de qualquer pensamento político; nós víamos, pesarosos, sobreporem-se e adiarem-se os grandes problemas nacionais, com receio de aumentar a divisão e os ódios onde seriam necessários o apaziguamento e a colaboração geral; e numa Europa que se refazia dos desastres da guerra e era levada a pôr no trabalho das discussões problemas transcendentes para os nossos destinos, nós sentíamo-nos diminuir e enfraquecer na desordem, desanimar no esforço de reorganização. Das profundezas da alma da Pátria surgiu então o anseio duma disciplina que a todos se impusesse, duma autoridade que a todos conduzisse, duma bandeira que todos pudéssemos seguir — *ditadura nacional, governo nacional, política nacional.*

... ...

Convém que a síntese ideológica da transformação orgânica e funcional, por onde convergirá todo o esforço da Ditadura, esteja bem gravada no espírito daqueles que, como vós, hão-de ser dela o apoio nacional e os fervorosos apóstolos. Deve pensar-se que o fim desta grande actividade renovadora é o estabelecimento de um nacionalismo político, económico e social, bem compreendido, dominado pela soberania incontestável do Estado forte em face de todos os componentes da Nação, e insusceptível de ser o joguete ou a vítima de partidos, de facções, de grupos, de classes, de seitas e de engrenagens revolucionárias.

Aceitando e assegurando todas as liberdades legítimas, em todos os campos, e harmonizando-as entre si e com a natureza e funções do Estado no plano em que deve desenvolver-se a vida colectiva, pretende-se tornar bem sólido e firme o princípio da autoridade, como a primeira garantia da ordem, da tranquilidade, do progresso e da prosperidade comum. Conseguindo pela cooperação inteligente e patriótica da *União Nacional* a estabilidade da vida governativa e a consolidação do Estado, com salvaguarda de todos os direitos e legítimos interesses estabelecidos na sociedade pela civilização, ter-se-á ganho em Portugal a maior, a mais produtiva e a mais venturosa vitória da nossa época.

1932

(«O Exército e a Revolução Nacional» — Discurso aos oficiais do Exército, em 28 de Maio — «Discursos», Vol. I, págs. 142-145).

Compreendo perfeitamente que a ideia da violência no seu duplo aspecto de força estranha ao direito e de formulação de princípios legais com desconhecimento de direitos alheios geralmente respeitados — compreendo, repito, que ideia de violência surja, ao primeiro impulso, em espíritos fortemente impressionados com a grandeza dos males, das resistências e dos perigos e com exemplos exteriores nos dois polos extremos da política ultra-conservadora e ultra-revolucionária. Mas sempre me pareceu que o processo revolucionário da violência estaria contraindicado entre nós pelas experiências do passado, algumas vezes repetidas e sempre frustradas, pela natureza e circunstâncias do movimento militar, pelo doentio sentimentalismo do povo português, pelos riscos de uma aventura confusa quando são tantos e tão difíceis os problemas, pela falta de homens preparados para as exigências da acção nas posições dominantes dos diversos sectores e sobretudo pela possibilidade de se obterem os mesmos fins por outros meios mais harmónicos com o nosso temperamento e as condições da vida portuguesa. Nem um poder que se considera limitado pela moral e pelo direito pode fazer o que quer, mas apenas o que deve.

Em corpo social tão combalido não podem fazer-se golpes fundos sem grave perigo; em tal estado de ruína os construtores do futuro hão-de servir-se, ao menos transitòriamente, de materiais que noutras circunstâncias deviam ser rejeitados.

Confunde-se em Portugal tantas vezes a justiça com a violência, que é vulgar não haver reacções contra o crime e haver reacções contra a pena; e este facto em meio pequenino, todo feito de solidariedades, dependências, compromissos, entendimentos que vão dum extremo ao outro dos campos julgados em luta, torna difícil e excessivamente pesada a obra de saneamento, não digo no campo político e feito pela violência, digo no campo dos serviços públicos e da actividade económica e social, em simples cumprimento da mais pura e respeitadora legalidade.

Duramente, penosamente, a Ditadura tem justiçado, uns após outros, os maiores prevaricadores e eu compreendo que consciências rectas se sintam revoltadas com que leve anos o que poderia fazer em

poucos dias um Governo na plenitude da sua força revolucionária. Mas o problema está precisamente em saber se o exercício fulminante desse poder discricionário não esgotaria as possibilidades de toda a obra de reconstrução.

A minha reflexão e experiência, conjugando-se com as aspirações nacionais que determinaram e sustentam a Ditadura, impõe-me a ideia firme de que a força é absolutamente indispensável na reconstrução de Portugal, mas que tem de ser usada com serenidade e prudência capazes de assegurar a continuação da obra e de desviar as complicações que a prejudiquem ou a tornem impossível. Nós estamos condenados a escolher entre a anarquia e a disciplina imposta por um governo de autoridade. Ninguém por isso me passará adiante na arraigada convicção de que o Estado Novo deve ser bem forte e resistente para dominar as correntes revolucionárias, assegurar a unidade nacional, coordenar a actividade de todos os elementos, enfim, empreender e fomentar a verdadeira revolução que tem de ser esboçada por estas gerações e prosseguida pelas que lhes sucederem. Todos compreenderão, porém, que a nova organização do Estado e a reforma desta sociedade portuguesa não se podem fazer sob rajadas de temporal desencadeado por nossas próprias mãos.

★

(«As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional» — Discurso à U. N., em 23 de Novembro — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 164, 172 a 174 e 175 a 177).*

Os que fundaram a União Nacional tinham em mente promover uma grande reforma política, económica e social do País e com ela e por meio dela resolver os maiores problemas ou preparar-se para enfrentar as maiores dificuldades. Não podiam ter a ideia de fazê-lo de um jacto ou pela força, desacompanhados da própria Nação, mas pela estreita colaboração desta através das engrenagens do novo Estado, quando perfeitamente constituído, através duma grande força civil, de carácter nacional, até esse momento. Dominados, não pela ideia do perfeito e do óptimo, mas pela ideia mais modesta e positiva do *essencial* e do *possível*, lançaram as bases da União Nacional, estabelecendo terreno de trabalho comum suficientemente amplo para nele caberem todos os portugueses de boa-vontade, sem distinção de escola política ou confissão religiosa,

contanto que acatassem as instituições vigentes e se dispusessem a defender os grandes princípios da reconstrução nacional.

... ...

Chego ao ponto, talvez mais delicado, destas considerações.

A Ditadura surgiu contra a desordem nacional. Era um dos expoentes dela o parlamentarismo e a desregrada vida partidária: a nossa realização da democracia foi, sem contestação, lamentável. A culpa era ou do regime parlamentar ou dos seus servidores: quanto mais absolvermos estes, mais culpas encontraremos naquele; responsabilidade, porém, há-as que sobrem para todos os que intervieram no drama.

O processo da democracia parlamentarista está feito; a sua crise é universal; supõem ainda alguns que esta é passageira e provocada pelas dificuldades igualmente transitórias do presente momento; os restantes crêem que findou para sempre a sua época.

A Ditadura Nacional, precursora em mais de um ponto dum largo movimento de renovação política, declarou dissolvidos os partidos; estavam porém neles, pode-se dizer, as maiores forças políticas da Nação. Alguns homens públicos tiveram a intuição do momento e vieram colaborar com a Ditadura; muitos alhearam-se, cuidando que a roda da fortuna os reporia no seu lugar ou que um entendimento com os Governos os traria de novo à actividade política; muitos seguiram clara ou encapotadamente o caminho das conspirações e das revoltas e têm sido sucessivamente reduzidos pelo Exército à impotência. Sobre os partidos, embora oficialmente não metidos nisso, caíram, acrescendo às culpas que lhes cabiam na derrocada da Nação, as responsabilidades dos prejuízos e das desgraças provenientes dos movimentos revolucionários: muitos dos seus amigos se revelaram trabalhando contra a paz, a ordem e o interesse nacional, e alguns mesmo, desgraçadamente, pelas suas ligações e entendimentos, contra a independência da Pátria.

Embora convencidos da extrema gravidade dos seus crimes, nós desejaremos que esses homens possam levar a vida livre de cidadãos pacíficos na terra portuguesa e trocar pelo trabalho útil a sua actividade subversiva. Mas ninguém poderia exigir que isso se fizesse com perigo para a nossa segurança — que é a segurança, a tranquilidade, o trabalho, os bens dos cidadãos portugueses, o futuro desta obra renovadora que em consciência não podemos sacrificar nem à liberdade nem aos interesses nem à própria vida de revolucionários profissionais.

... ...

Na vigência da monarquia liberal como da república parlamentar a reorganização das forças políticas fez-se sempre fraccionando aqui, juntando além os partidos existentes, para ficarmos com mais, para ficarmos com menos, para ficarmos com outros tantos, sob nomes diferentes. No fundo — mostrou-o a experiência — tudo continuava na mesma. Este hábito das negociações, conversas, entendimentos particulares ou públicos criou uma regra de vida política tão absoluta que alguns se mostram perplexos ou desorientados pelo facto de a não seguirmos com os simpatizantes ou com os inimigos. Estes, em obediência a velhos hábitos, tiveram mesmo a ingenuidade de formular em certo momento as condições sob que nos permitiam viver. Há aqui um equívoco que desejaríamos desaparecesse.

Nós temos uma doutrina e somos uma força. Como força compete-nos governar: temos o mandato duma revolução triunfante, sem oposições e com a consagração do País; como adeptos duma doutrina, importa-nos ser intransigentes na defesa e na realização dos princípios que a constituem. Nestas circunstâncias não há acordos, nem transições, nem transigências possíveis. Os que concordam com o nosso programa fazem um acto patriótico declarando a sua concordância e trabalhando abertamente a nosso lado; os que não concordam podem ser igualmente sinceros e dignos confessando a sua discordância, são mesmo livres de proclamá-la; mas, no que respeita a uma actuação política efectiva, levá-los-emos pelo melhor modo possível a que não nos incomodem demasiadamente. Nós estamos realizando com inteira sinceridade uma obra de salvação nacional; entendemos que para ela se exige a mais larga colaboração, a utilização, sendo possível, de todos os bons valores nacionais; não vamos sujeitar a segurança do seu êxito a uma agitação estéril, ao alto vozear dos apetites e das paixões.

Alguns homens dos antigos partidos supõem-se ligados por uma disciplina que no estado actual da política portuguesa, devo dizer, já nada significa. Independentemente disso, eles não sabem se devem trabalhar com a Ditadura e ingressar na União Nacional: este problema, porém, não pode ser resolvido por nós. A União Nacional vai ser uma espécie de padrão por onde se hajam de aferir a inteligência e o patriotismo dos homens. Cada um sabe se tem tranquila a consciência, se adere ou não inteiramente e sinceramente aos pontos do programa e se os seus

actos correspondem aos seus sentimentos e às suas afirmações. A consciência pública supre, às vezes, luminosamente, neste particular, as deficiências dos nossos juízes.

1933

(«É esta a revolução que esperávamos?» — Discurso na manifestação da U. N., em 27 de Maio — «Discursos», Vol. I, págs. 220-221).

Vão passados sete anos de lutas contra o espírito de desordem, contra a corrupção da administração pública, contra a intolerância da demagogia, contra o parlamentarismo anárquico, contra a guerra de classes, contra o aviltamento nacional, contra a esterilidade das lutas partidárias, contra o desaproveitamento dos melhores valores nacionais, contra o abandono a que foram votadas as necessidades fundamentais do País, contra a não realização das suas melhores aspirações no campo da inteligência e da moral, contra o abandono dos povos, o desprezo das reivindicações do trabalho, a falta de incentivo, disciplina e protecção da nossa actividade económica, o desânimo que invadira tudo e todos, tirando à Nação não já a vontade de progredir, mas parece até que a vontade de viver.

Sete anos de lutas e sete anos de vitórias a impor a ordem nas ruas e nos espíritos, nas finanças e na economia, nos costumes e na mentalidade, nos serviços públicos e nas actividades privadas, sete anos a impor Portugal aos portugueses e a impor os portugueses ao respeito do Mundo. Estamos ainda, pode dizer-se, no começo desta obra e já parece diferente a nossa Pátria!

★

(«Propaganda nacional» — Discurso na inauguração do S. P. N., em 26 de Outubro — «Discursos», Vol. I. págs. 263-264).

É preciso ser verdadeiro. E é preciso ser justo; direi que não é mesmo possível ser fiel à verdade sem servir a justiça. A Nação Portuguesa não é de ontem; estamos a reconstruí-la, mas não a edificá-la. Nos altos e baixos da suas História há muito esforço, muita inteligência, muita bravura, muito sacrifício. Aos que carrearam para a obra a sua

pedra, por vezes até não aproveitada ou inútil, tem de poupar-se a intenção generosa e o trabalho despendido. Quem se coloca no terreno nacional não tem partidos, nem grupos, nem escolas: aproveita materiais conforme a sua utilidade para reconstruir o País; tem a grande, a única preocupação de que sirvam e se integrem no plano nacional. Aos que se obstinam em não servir a Nação; aos que pensam que cada qual pode servi-la e a serve realmente trabalhando como quer; aos que vão mais longe e crêem não dever servir a Pátria para servir teòricamente a humanidade, é preciso também a esses fazer justiça — ao seu valor, ao seu carácter, à sua honorabilidade, mas é preciso combater sem tréguas, ainda pelo interesse nacional, o gravíssimo erro da sua posição antinacional. Todo o homem que combate deve ter sempre presente ao espírito, para se não extraviar, nem diminuir, que só vence bem quem vence com honra, quer dizer *com verdade* e *com justiça*.

1934

(«Problemas da organização corporativa» — Conferência no S. P. N., em 13 de Janeiro — «Discursos», Vol. I, pág. 285).

Nenhum de nós afirmaria em Portugal a omnipotência do Estado em face da massa humana, simples matéria-prima das grandes realizações políticas. Nenhum de nós se lembraria de considerá-lo a fonte da moral e da justiça sem que às suas decisões e normas se sobreponham os ditames de uma justiça superior. Nenhum de nós ousaria proclamar a força mãe de todos os direitos sem respeito pela consciência individual, pelas legítimas liberdades dos cidadãos, pelos fins que se impõem à pessoa humana. Nenhum de nós — nacionalista e amante do seu País — faz profissão de nacionalismo agressivo, exclusivo, odioso, antes, se se apega à noção de pátria, é que compreende, por instinto do coração e por imposição da inteligência, que o plano nacional é ainda o melhor para a vida e os interesses da humanidade. E, no entanto, fugindo da divinização do Estado e da sua força, em nome da razão e da história, nós temos de realizar o Estado forte, em nome dos mais sagrados interesses da Nação; temos de fortalecer a autoridade, desprestigiada e diminuída, diante das arremetidas de mal compreendida liberdade; temos de

dar à engrenagem do Estado a possibilidade de direcção firme, de deliberação rápida, de execução perfeita.

★

(«*O espírito da Revolução*» — *Discurso na visita oficial ao Porto, em 28 de Abril* — «**Discursos**», *Vol. I, págs. 316-317 e 321-323*).

Diante da Nação, mal desperta do seu torpor, soerguendo-se a custo de doentio pessimismo, premida pelas circunstâncias a defender o seu nome, a sua vida, a sua histórica missão civilizadora, não podem ter interesse para quem governa as mutações de superfície, deixando intacta a causa dos males; só o têm as profundas transformações económicas, sociais e políticas, que novos costumes e novos conceitos de vida social provoquem e garantam. Da altura em que o problema deve ser examinado não se vêem bem — acreditem — as susceptibilidades pessoais, os interesses mesquinhos, as rivalidades, os grupos e os partidos. Só a Nação se distingue e conta na sua vida, nas suas necessidades e no seu desejo de progresso; e daí ter-se ensaiado arrojadamente essa política *sem política* ou, melhor, esse Governo *sem política*, que pareceu a muitos uma loucura e foi para todos uma felicidade. Era ao menos uma tese bem nova, digna de ser ensaiada, entre as divisões dos homens e a vida desolada de um país que continuava a ter muito quem o amasse, mas, pela fatalidade dos acontecimentos, pouco quem o servisse.

... ...

A bisbilhotice democrática criou o péssimo hábito da devassa política e administrativa, como se a vida do Estado não tivesse de ter o seu recato e o seu pudor, e confundiu-a lamentàvelmente com a publicidade necessária para esclarecimento do País e formação da consciência nacional. Se abstrairmos das muitas pequenas coisas a que doentiamente se habituaram os ociosos e os profissionais, nada do que deva ser sabido ou apreciado se esconde aos olhos da Nação. A riqueza dos elementos fornecidos hoje deixa a perder de vista os fornecidos outrora, e a atmosfera de calma em que o público os pode apreciar também não pode comparar-se à poeira levantada pelas apaixonadas discussões políticas. Quantas vezes a eloquência dos oradores pode ofuscar a verdade a ponto de não ser já possível saber qual era e onde estava!

A multiplicidade de estatísticas devidamente actualizadas, os orçamentos, as contas, os relatórios da administração, os pareceres das comissões, os planos governativos levam à Nação o conhecimento exacto não só do que se fez e do que se está fazendo, mas ainda com bastante antecipação do que se projecta fazer. Em poucas épocas como agora se há estabelecido contacto mais directo e íntimo do Estado com o povo, nem a marcha nacional, nas suas grandes linhas, alguma vez interessou mais o País, que toma consciência dos seus destinos e vai sentindo como são satisfeitas as suas legítimas aspirações.

Por outro aspecto ainda poderemos dizer popular este movimento e eu o afirmarei, embora com receio de alguma confusão. A Nação é para nós una e eterna; nela não existem classes privilegiadas, nem classes diminuídas. O povo somos nós todos, mas a igualdade não se opõe e a justiça exige que onde há maiores necessidades aí seja maior a solicitude: não se é justo quando se não é humano.

★

(«O Estado Novo português na evolução política europeia» — Discurso na inauguração do I Congresso da U. N., em 26 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 335-338, 342-343 e 344).*

Um dos mais altos objectivos do 28 de Maio e da evolução por ele determinada na política e no direito é o restabelecimento do Estado nacional e autoritário: restabelecimento, digo, porque o Estado português, quando se constituiu na Península e quando se dilatou pelo Mundo, foi com toda a virtualidade inerente a essas duas características essenciais. Foi a Nação representada pelo seu chefe e pelo escol das ordens do Estado que deu unidade, solidez, poderio, vida a Portugal. Só muito mais tarde chegámos à desorganização do Estado e do poder público pela implantação dos partidos e das clientelas em regime de lutas políticas e civis.

O regresso do Estado a uma ordem bem constituída, racional por exprimir a nação organizada, justa por subordinar os interesses particulares ao geral dentro dos fins humanos, forte por ter como base e como fecho a autoridade que nem seja negada nem se deixe negar, que seja realmente, como disse Caillaux, a obra-prima da civilização — eis uma das maiores necessidades ensinadas pelos melhores tempos da nossa His-

tória, provocada pelas divisões, abdicações e decadência que se lhes seguiram, imposta pelo nosso destino.

É isto exacto; e todavia é preciso afastar de nós o impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado totalitário. O Estado que subordinasse tudo sem excepção à ideia de nação ou de raça por ele representada, na moral, no direito, na política e na economia, apresentar-se-ia como ser omnipotente, princípio e fim de si mesmo, a que tinham de estar sujeitas todas as manifestações individuais e colectivas, e poderia envolver um absolutismo pior do que aquele que antecedera os regimes liberais, porque ao menos esse outro não se desligara do destino humano. Tal Estado seria essencialmente pagão, incompatível por natureza com o génio da nossa civilização cristã, e cedo ou tarde haveria de conduzir a revoluções semelhantes às que afrontaram os velhos regimes históricos e quem sabe se até a novas guerras religiosas mais graves que as antigas.

A Constituição aprovada pelo plebiscito popular repele, como inconciliável com os seus objectivos, tudo o que directa ou indirectamente proviesse desse sistema totalitário. Ela começa por estabelecer como limites à própria soberania a moral e o direito. Impõe ao Estado o respeito pelas garantias derivadas da natureza a favor dos indivíduos, das famílias, das corporações e das autarquias locais. Assegura a liberdade e inviolabilidade das crenças e práticas religiosas. Atribui aos pais e seus representantes a instrução e educação dos filhos. Garante a propriedade, o capital e o trabalho, em harmonia social. Reconhece a Igreja, com as suas organizações próprias, e deixa-lhe livre a acção espiritual.

Numa palavra: o nacionalismo português, para ser o que é pela Constituição, para ser conforme ao que é exigido pelas mais sãs tradições nacionais, tem de manter com pureza e desenvolver com lógica essas e outras ideias que, ao lado da concepção do Estado nacional e autoritário, são essenciais do Estado Novo.

... ...

Se o Estado Novo não pode ser totalitário no sentido que há pouco defini, pode sê-lo a União Nacional? Se o fosse, teria o significado de partido, e de partido único, em substituição de todos os outros que a Revolução baniu, e o valor de engrenagem pertencente à própria estrutura do Estado. Parece-me esta ideia contrária não só ao que representou a intervenção nacional do Exército em 1926, mas ainda à proclamação

de 30 de Julho de 1930. A ideia de unidade perfeita, de forte coesão, de completa homogeneidade, clara e decidida no nosso espírito e na nossa acção relativamente a este organismo, não exige o exclusivismo totalitário, e tem em si própria a maior amplitude e eficiência a que se pode aspirar, sem cair em excessos que nos comprometeriam.

A União Nacional que não é, pois, um partido e que, se o fosse, não poderia sem violência ser o único, deve ter a aspiração de contar no seu grémio o maior número possível de cidadãos e até de colectividades que dela possam fazer parte. É a lei de todo o organismo vivo, e é também necessidade política ser o mais vasta e valiosa possível a aglomeração disciplinada de indivíduos que aceitem e aclamem e defendam o evangelho da renascença nacional. Mas há-de reconhecer-se que fora dela existem e podem sempre existir pessoas a quem, tenham ou não as mesmas ideias fundamentais, são reconhecidos na Constituição e nas leis direitos políticos. O essencial é que não ofendam nem a actividade governativa nem os fins da Constituição, e isto quer dizer que, se alguns se erguem contra eles, obrigam o Estado, em legítima defesa, a limitar-lhes o exercício das faculdades que não sabem ou não podem exercer sem prejuízo da renovação nacional empreendida.

... ...

Não pode ter escapado a ninguém, atento a estes problemas, que a organização do Poder Legislativo na Constituição Política se ressente até certo ponto duma espécie de transigência com ideias correntes, ainda ao tempo com certo prestígio nascido mais de hábitos mentais que do seu valor próprio. É a instituição constitucional que me parece ainda sujeita a mais profundas modificações: a experiência e a difusão das novas ideias impô-las-ão na devida altura.

Sejam porém quais forem as soluções perfilhadas para a preparação e formação das Câmaras, como a Constituição as prevê, já é certo, porque é assente no nosso espírito, que obedecerão aos mesmos critérios que tenho definido — de bem público, de justiça, de independência, de verdadeira representação nacional. É também certo que mesmo com a Câmara electiva não haverá já para nós parlamentarismo, isto é, discussões estéreis, grupos, partidos, lutas pela posse do poder na Assembleia Nacional.

AUTORIDADE E LIBERDADE

★

(«O IX ano — Unidade, coesão, homogeneidade» — Discurso no encerramento do I Congresso da U. N., em 28 de Maio — «Discursos», Vol. I, págs. 357 e 358-359).

Todos vivemos horas magníficas de paz, de fraternidade, de comunhão moral. E o segredo único desta profunda transformação é apenas a Nação unir o que o partido divide, e não haver maior garantia para a liberdade do bem que a autoridade dos Governos fortes.

... ...

Apelou a Nação para o Exército no momento em que ele era já a única força com alguma coesão que poderia opor-se à desagregação geral. O Exército cumpriu. Desde então, em oito anos, desinteressada, patriòticamente, tem continuado a cumprir, tem continuado a vencer. Dia e noite, pela sua vigilância, o Governo trabalha, e o País tem podido trabalhar e podido gozar o seu descanso, tão descuidado e, por vezes, tão egoísta, como se a ele próprio não competisse algum esforço para aliviar tão pesado encargo. Está chegado o momento em que somos obrigados a dar ao Exército outras e mais altas preocupações; está, por isso, chegado o momento em que vós começareis a sentir que é muito pesada a vossa tarefa e gravíssimas as vossas responsabilidades.

Nas linhas desta página do nacionalismo português, agora escrita por vós todos e onde distingo harmonia, a identidade de vistas e disposições que assinalaram como em provas públicas os méritos e capacidade da União Nacional, eu quero ler também a fé vibrante, a energia calma, o espírito de sacrifício exigidos pelos novos tempos. Nós não podemos estar à altura das necessidades da obra de renovação empreendida sem que esta União Nacional corresponda inteiramente às duas palavras do seu nome, por uma extensão cada vez maior e uma homogeneidade cada vez mais perfeita. Sem a subordinação essencial ao mesmo comando, sem a integração completa, alheia a outro pensamento, sem a disciplina das inteligências e dos corações a revelar-se em toda a actividade política, arriscar-nos-íamos a ser muitos, mas a comparecermos, quando preciso, muito poucos.

★

(«A constituição das Câmaras na evolução política portuguesa» — Discurso radiodifundido da U. N., em 9 de Dezembro — «Discursos», Vol. I, págs. 375-379 e 384-385).

A nossa mais próxima democracia não garantiu eficazmente a segurança dos indivíduos nem as liberdades públicas: liberdade de associação, liberdade de reunião, liberdade de imprensa estiveram sempre pràticamente subordinadas aos interesses do grupo do Governo, com a agravante de que as leis eram umas e os factos outros e de que a competência para julgar da legalidade ou inconveniência dos actos não pertenceu a qualquer tribunal ou jurisdição regular, mas à rua, a título de defensora das instituições.

O Parlamento não assegurou a fiscalização da vida política ou da administração nem satisfez convenientemente as necessidades de legislação nova. Interveio na governação de forma atrabiliária, substituindo-se ao Poder Executivo, diminuindo-o, subordinando-o, entorpecendo-o. Com a subalternização do Governo e do Presidente da República o Estado ficou sem cabeça e sem direcção — uma assembleia não poderia dá-la — ao mesmo tempo que desaparecia toda a responsabilidade efectiva e toda a possibilidade de mando. Questões secundárias, arvoradas em escândalos verdadeiros ou falsos, absorviam inteiramente os esforços e os anos.

O nosso liberalismo soava a falso — foi sempre intolerante e jacobino. Sê-lo-ia amanhã mais refalsadamente se pudesse outra vez instalar-se no poder. Deixaria de ser apenas anticatólico para ser anticristão, irreligioso, furiosamente ateu; deixaria de ser estranho às coisas do espírito para ser teórica e pràticamente amoral. A sua tendência fatal para a exploração das massas sem benefício palpável do povo, para o igualitarismo em baixo, levava-o, e levá-lo-ia depois ainda mais, para o ódio a tudo o que é superior pela inteligência, pela virtude, pela beleza. O seu fim — como vem sendo verificado em todos os países — seria o comunismo, ponto de encontro das mais variadas tendências, pelas últimas deduções da doutrina e pela consequência fatal da revolta contra a razão, a disciplina e a autoridade.

O nosso falso individualismo foi lògicamente contra a solidez da família, contra a garantia dos grupos sociais — prolongamento e sustentáculo da pessoa humana, contra a Nação no fim de tudo, nem que não

fosse senão por desconhecê-la na sua conformação real. Não o acusamos de conscientemente antipatriota, mas a posição tomada — e também isso se tem visto — levava-o, através dum falso conceito de humanidade, a admitir levianamente suspeitos internacionalismos e entendimentos com estranhos em que dificilmente se salvava a absoluta independência da Nação.

Eis a lição de ontem — clara, insofismável, contraprovada ainda pela experiência de hoje.

Na primeira parte da Constituição varremos todo o conteúdo filosófico ou sociológico que envenenava a nossa construção política. Não está integralmente executada ou traduzida em leis e já são visíveis os efeitos.

Deixando ao indivíduo realizar os seus fins de homem — no que não deve ser contrariado, mas ajudado pela sociedade civil — definem-se a esta os seus objectivos e, para consegui-los, os deveres daquele como cidadão. A superioridade neste campo, e sob este aspecto, do interesse nacional a que têm de subordinar-se os interesses individuais, é inteiramente justificada e surge como razão suficiente — mas em troca única legítima — das restrições individuais, dos deveres, das limitações impostas ao exercício das liberdades públicas. São estas porventura mais limitadas em tese, mas mais concretas, mais garantidas, mais verdadeiras. Parecendo que o homem estará mais limitado, é maior a possibilidade de expansão da sua personalidade, porque no seio do grupo familiar, da sua associação profissional, da sua igreja, do seu centro beneficente ou cultural há largos campos de actividade que o Estado, confinado ao desempenho das suas funções, deixa inteiramente livres, com a única restrição de que aí não se hostilize o interesse colectivo. A forte noção de hierarquia disciplina a sociedade, eleva o nível social pela confessada superioridade do espírito, ao mesmo tempo que a justa compreensão do valor humano é garantia mais efectiva da igualdade jurídica dos cidadãos. Assim, como o sentimento vivo da sua responsabilidade perante a Nação — somatório de realizações materiais e morais das gerações passadas — o Estado é profundamente nacional, popular mas não demagógico, representativo mas antidemocrático, forte mas não tirânico nem absorvente.

... ...

Ainda que à Assembleia Nacional incumba também a missão de fiscalizar a vida administrativa — e eu entendo que desse atributo consti-

tucional a Nação só aproveita de facto a garantia de publicidade ilimitada dos actos governativos — compreende-se que seja incompatível com o princípio da unidade nacional, a eficiência dos órgãos da soberania e o espírito antipartidário da revolução, o reconhecimento de maiorias ou minorias e de representações particulares de interesses, questões, regiões ou correntes doutrinárias. Não sabemos já o que isso seja. Compreendemos homens independentes, não filiados em organizações políticas, a trabalhar lealmente, a concordar ou discordar deste ou daquele ponto. Mas oposições, mesmo combinadas, mesmo simpáticas, mesmo amigas, a discutir e votar contra por sistema, à espera de problemática sucessão, são filhas do passado, legítimas ou explicáveis nos conceitos então vigentes, impossíveis de integrar na nossa filosofia política.

1935

(«Funções e qualidades do Chefe do Estado» — Discurso radiodifundido da U. N., em 10 de Fevereiro — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 6-7).*

Desviou-se a nossa Constituição do tipo corrente das constituições europeias do século XIX, em que o Chefe do Estado aparentemente era tudo e realmente não era nada, a não ser a figura decorativa das solenidades oficiais e o sancionador de deliberações e actos de que não tinha a iniciativa nem o comando. E desviou-se porque, não pretendendo, aliás, envolver o Presidente da República na trama de todos os negócios da governação e absorver-lhe as energias e os cuidados nas mil pequenas coisas da vida política diária, quis que efectivamente exercesse, com toda a responsabilidade inerente, aquelas altas funções que são atributo da direcção superior do Estado. Fugiu-se, pelo melindre da posição e para salvaguarda de outros interesses nacionais, a confundir o Chefe do Estado com um chefe político, mas não se fugiu a confiar-lhe corajosamente (indo-se, aliás, de encontro a normas mais cómodas, generalizadas pelo medo das responsabilidades) todos os poderes e garantias necessários para sempre se poder afirmar que é ele quem traça, com toda a independência, à vida do Estado as grandes directrizes. A um Presidente decorativo e inerte a Constituição substituiu o verdadeiro Chefe do Estado, guia activo da Nação, responsável pelos seus destinos.

Decerto se não vai supor que é materialmente pesada, com exigência de numerosos trabalhos e pormenores de execução, a magistratura suprema, ainda que seja geralmente apensionada a vida dos Chefes do Estado. O seu peso é o do cuidado constante, o da atenção sempre desperta, o do coração sempre aberto sobre a vida, o trabalho, os sofrimentos dos milhões de portugueses cujos destinos lhe estão confiados e podem ser comprometidos; é, sobretudo, o peso da História multissecular, das tradições gloriosas que não podem ser escurecidas, e do futuro nacional que deve ser assegurado. O peso é o da decisão nos momentos solenes, e trágicos muitas vezes, da vida dos povos, em que se apagaram todas as luzes, se calaram todas as vozes, se extinguiram todos os conselhos ou sugestões e só à consciência de um homem, diante do País e da sua História, compete dizer: sim! não! Deste *sim,* deste *não* depende a vida dos Governos, o trabalho das assembleias, a guerra, a paz, a prosperidade, a miséria, a honra da Nação, os caminhos do futuro. Vêde se não é pesado decidir.

★

(«O momento político» — Nota oficiosa publicada nos jornais de 20 de Setembro — **«Discursos»,** *Vol. II, págs. 70-71).*

Temos em primeiro lugar o conflito que chamaremos entre a força e a violência. Não desculpo qualquer fraqueza do Governo na defesa da situação política criada, com o assentimento da Nação, pelo *28 de Maio;* tenho sido, até onde chego, absolutamente inflexível contra a desordem, a imoralidade administrativa, o compadrio nacional, o assalto dos interesses ilegítimos, as cumplicidades na protecção e defesa de todos os culpados. Mas tenho sido sempre contra a violência no Governo — quero dizer contra o emprego da força, atrabilàriamente, sem limitações da moral e sem a definição de certo estado de legalidade.

E tenho desde há sete anos sustentado esta posição, por três razões fundamentais.

Primeira: as lições da experiência. Nenhum Governo de violência pôde durar em Portugal e vários terminaram em bem trágicas circunstâncias. A sentimentalidade do povo português — grave defeito para além de certos limites, mas defeito com que há-de contar-se — repugna a violência erigida em sistema de governo, e não tem havido maneira de resistir, em face desse povo, quer ao seu desprezo quer à sua revolta.

Segunda razão: nós não temos mesmo possibilidade de nos aguentarmos na violência durante muito tempo, porque, por intervenção dos próprios violentos, as penas não são cumpridas, ao degredo segue-se a repatriação, às demissões as reintegrações nos antigos lugares. Os que entre nós quase pedem a pena de morte são os primeiros, tocados pelo espírito de camaradagem, pelas considerações de ordem familiar, pela predisposição para acreditar no arrependimento e nas promessas de não reincidência, levados a pedir reformas, pensões e amnistias. Só a seguir a 1932 se puderam começar a manter com mais firmeza as deliberações iniciais.

Terceira razão: é uma razão de ordem moral. O Governo (ou Assembleia) define os princípios legais, mais ou menos rígidos e apertados conforme as circunstâncias. Mas ele próprio deve conformar-se absolutamente com as regras estabelecidas, aliás não há para os indivíduos e as colectividades respeito pelos seus direitos, e as instituições oscilam à mercê das simpatias, caprichos ou influências pessoais.

Até aqui os motivos por que me tenho batido *contra a violência* pelo regime duma *legalidade forte*. É este o primeiro conflito ideológico.

1936

(«Independência da política nacional» — Discurso aos deputados, em 21 de Fevereiro — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 113-114).*

Há alguns anos já que a nossa política deixou felizmente de ser o simples reflexo de dois ou três outros países. E felizmente também a experiência feita tem demonstrado que a hora não é das direitas nem das esquerdas: a hora é de quem sabe o que quer e quer na verdade realizar o seu ideal político. Enquanto fomos traçando o nosso caminho, houve muitas eleições com vitórias das direitas e das esquerdas, houve muitos movimentos revolucionários mais ou menos profundos e mais ou menos extensos, e nada disso pôde desviar-nos das nossas concepções e da firme e serena realização dos nossos princípios.

Não digo que não tenha de haver cuidados especiais e que os factos desenrolados à nossa volta nos não causem preocupações, sobretudo se algum país se esquecer do que deve à correcção internacional. Nada disso porém pode ter qualquer influência na orientação a seguir, porque o

nosso futuro não depende senão de nós, quer dizer, da visão que tivermos dos problemas nacionais e da nossa força de vontade para servir o interesse da Nação. Numa palavra: *a hora é ainda e sempre nossa!*

★

(«As grandes certezas da Revolução Nacional» — Discurso no décimo aniversário do 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 131-132 e 132-133).*

Não discutimos a Pátria, quer dizer, a Nação na sua integridade territorial e moral, na sua plena independência, na sua vocação histórica. Há-as mais poderosas, mais ricas, porventura mais belas; mas esta é a nossa, e nunca filho algum de coração bem formado teve o desejo de ser filho de outra mãe. Deixemos aos filósofos e aos historiadores o entretenimento de alguns devaneios acerca da possibilidade de diferente aglomeração de povos e até das vantagens materiais de outras combinações que a História não criou ou desfez; no terreno político e social, para nós portugueses, que somos de hoje e velhos de oito séculos, já não há processo que possa ser revisto, debate que possa ser aberto, pedaço de soberania ou de terra que nos pese e estejamos dispostos a alijar de cansados ou de cépticos.

Sem receio colocámos o nacionalismo português na base indestrutível do Estado Novo; primeiro, porque é o mais claro imperativo da nossa História; segundo, porque é inestimável factor de progresso e elevação social; terceiro, porque somos exemplo vivo de como o sentimento pátrio, pela acção exercida em todos os continentes, serviu o interesse da Humanidade. Vocação missionária se tem podido chamar a esta tendência universalista, profundamente humana do povo português, devido à sua espiritualidade e ao seu desinteresse. Em qualquer caso ela não tem ponto de contacto com o suspeito internacionalismo humanitário de hoje a defender que as fronteiras se abatam para alargar as próprias em prejuízo das alheias. — *Não discutimos a Pátria.*

... ...

Não discutimos a autoridade. Ela é um facto e uma necessidade: só desaparece para se reconstituir, só se combate para a entregar a outras mãos. É um direito e um dever — dever que se nega a si próprio se se

não exerce, direito que tem no bem comum o seu melhor fundamento. É ainda um alto dom da Providência, porque sem ela nem seria possível a vida social nem a civilização humana. A passagem da criança ao homem, da ignorância ao conhecimento, dos instintos à virtude, da barbárie à civilização é o fruto do esforço persistente contra a inércia natural, é a coroa de glória da autoridade. A organização, a defesa dos interesses colectivos e a conciliação dos interesses individuais, a ordem, a paz, a definição dos fins a atingir pelo agregado social, a preparação dos meios necessários, o impulso no sentido do *melhor* são ainda sua obra e fruto.

Na família, na escola, na igreja, na oficina, no sindicato, no quartel, no Estado, a autoridade não existe nunca para si mesma mas para os outros; não é uma propriedade, é um ónus. As suas vantagens são na proporção do bem que se ordena e da fidelidade com que se cumprem as ordens. Como é possível que erre, deve poder ser apreciada a sua acção, mas há menor dano em não se deixar criticar do que em não se fazer obedecer. — *Não discutimos a Autoridade.*

★

(«Sempre o mesmo milagre...» — Discurso proferido na Batalha, em 14 de Agosto — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 176 e 176-177).*

Apertados na faixa ocidental da Península, entre vizinhos poderosos e o mar imenso, estamos condenados a viver em cada momento o drama da nossa vida; mas sob o olhar benigno da Providência contamos já oito séculos de trabalhos, de sofrimentos, de lutas, de liberdade e, se é sempre o mesmo perigo, é sempre o mesmo milagre.

... ...

Fora do estado de loucura, paixão cega, profunda adulteração do sentimento natural não pode haver portugueses cuja acção política seja orientada, dirigida, acarinhada, auxiliada, paga por potência estrangeira, e tudo isso ser a favor da nossa Pátria, porque nenhum povo no Mundo pode amar mais Portugal do que os portugueses, nem instituição ou Governo pode haver que melhor os defenda do que o Governo da Nação.

1938

(«A educação política, garantia da continuidade revolucionária» — Discurso à U. N., em 22 de Março — «Discursos», Vol. III, págs. 32-33).

A todas as dificuldades anteriormente aludidas deve juntar-se agora
o peso do passado sobre a mentalidade política: muitos de nós terão ainda
no espírito os estigmas da democracia. À geração que aí vem, se for
cuidadosamente dirigida a sua educação, hão-de aparecer como eviden-
tes princípios hoje ainda custosos de admitir, e certas disciplinas impostas
pelo interesse comum da grei não só hão-de ser tidas como razoáveis
mas aceites com prazer. Muitos de nós, que vimos detrás, temos presente
sem dúvida o espectáculo da desordem e da dissolução social, do abas-
tardamento e decadência da Nação, mas, se ainda não lográmos refor-
mar inteiramente a nossa mentalidade, dificilmente *sentimos* e dificil-
mente *vivemos* os tempos novos.

Pesa-nos a autoridade, atrofia-nos a disciplina, seduz-nos o hiper-
criticismo por motivos fúteis, parece-nos salutar entretenimento desgas-
tar homens e destruir Governos: tudo é ainda filho da desordem demo-
crática, instalada sem se dar por isso nas inteligências e nas vontades.

1940

(«Orgânica ministerial e trabalho do Governo» — Comunicado da Presidência do Conselho publicado nos jornais, de 3 de Setembro — «Discursos», Vol. III, pág. 274).

As democracias habituaram-nos à ideia de que funções da maior
gravidade podiam ser desempenhadas sem habilitações ou preparação
especial, e apenas com o treino dos discursos políticos inflamados e de
matéria vaga. Certamente a política, como arte humana, existirá e será
sempre necessária, enquanto existirem os homens; mas o Governo parece
que será cada vez mais uma função científica ou técnica.

★

(«A função pública e a burocracia» — Discurso na despedida de Ministro das Finanças, em 5 de Setembro — «Discursos», Vol. III, pág. 281).

Quando nos países em desordem os políticos defendem as suas posições com a criação e distribuição de lugares às clientelas partidárias, praticam ao mesmo tempo acto imoral e ruinoso para a economia da Nação; mas quando, no aperto das crises, os mesmos responsáveis pela dilapidação dos dinheiros públicos ou simplesmente pela inconsiderada extensão de serviços apregoam, como medida salvadora, o despedimento de funcionários em excesso, certo é fazer-se confusão entre problemas de moralidade administrativa e a necessidade de reforma do Estado. Quando por espírito de favoritismo, pessoal ou partidário, por fraqueza ou mal entendida bondade, corrupção ou ignorância das consequências, se preferem os maus aos melhores, degrada-se a moral do Estado e comete-se acto grave contra a justiça; mas no campo do interesse colectivo isso não é o mais grave. O pior de tudo é não se poder dispor de instrumentos de trabalho úteis; é funcionarem com rendimento baixíssimo e de má qualidade os serviços públicos.

1941

(«Todos não somos demais...» — Discurso na manifestação de 28 de Abril — «Discursos», Vol. III, págs. 298-299).

Temos passado anos a pregar, pela palavra e pelo exemplo, persistentemente, teimosamente, que *todos não somos demais para continuar Portugal.* Com o alto nível da nossa tradição histórica e as exigências de uma herança de pesados deveres para com a nossa gente e para com os outros povos, seria louca tentativa — louca e vã — construir sobre lutas de partidos, ódios de classes, antagonismos de fortuna ou profissão, divisões em nós mesmos. Nós o havemos compreendido e, sem abdicar do sentido da hierarquia necessária à vida social, revelamo-nos como membros solidários de uma comunidade que se funda no mesmo sangue, se alimenta dos mesmos frutos do trabalho e vive do mesmo espírito. No trabalho ou nos sacrifícios, no sofrimento ou na caridade, nas alegrias

ou nas preocupações da vida individual e colectiva fomos guiados — e salvos — pelo amor pátrio a reencontrar o elo de solidariedade que devia prender-nos como as pedras de um edifício — a sermos finalmente perante o Mundo *todos como um só*.

É por um lado nesta já agora indestrutível unidade nacional e por outro no valor dos princípios informadores da nossa vida material e moral e na consciência desse valor que deve repousar a nossa maior confiança.

1942

(*«Na reeleição do Chefe do Estado» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 7 de Fevereiro —* **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 310-311*).

Por felicidade o País, ao desempenhar-se do encargo constitucional da eleição, não tem que escolher: felizes as nações que nos momentos cruciais da sua vida não são obrigadas a escolher, e às quais a Providência com desvelado carinho dispõe os acontecimentos e suscita as pessoas de modo tão natural e a-propósito que só uma solução é boa e essa a vêem com nitidez no íntimo da sua consciência todos os homens de boa vontade! Felizes porque não se debatem em dúvidas angustiosas, porque não se arriscam em desmedidas contingências, felizes sobretudo porque não se dividem!

★

(*«Defesa económica — Defesa moral — Defesa política» — Ao microfone da Emissora Nacional —* **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 333-334*).

Entenderemos por defesa moral a *defesa da consciência da Nação*, no duplo aspecto da sua unidade e da sua personalidade, da coesão que faz a força e do carácter que a torna inconfundível entre as nações.

Os objectivos que se demandam com esta defesa são em primeiro lugar poder a Nação determinar-se em qualquer momento segundo o interesse colectivo, e depois poder dar contribuição activa e útil à obra de civilização de que aproveita em comum a humanidade.

Correlativamente os perigos para a consciência da Nação são dividir-se, extraviar-se (que também é dividir-se) e despersonalizar-se. Se

se extravia, não vê, não compreende, não atina, não está segura de encontrar o bom caminho. Se se divide, não sabe se poderá segui-lo, quando o encontre, enfraquece, amesquinha-se, diminui-se. Se se despersonaliza, perde, com o que a distingue dos outros povos, raças ou nações, um dos factores de apreço internacional e uma fonte de útil colaboração.

Defendamos a unidade.

1943

(«Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 27 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 391-392).*

Com a translação operada nas forças políticas e as deduções porventura apressadas dos conceitos correntes acerca da sede da soberania, entraram igualmente em crise a formação, estabilidade e prestígio dos Governos. Conforme as qualidades dos povos e a permanência de instintos de defesa, os resultados foram diferentes. Em Portugal, porém, fez-se tudo quanto era humanamente possível e razoável fazer para anular os principais órgãos da soberania, aqueles em que principalmente reside a força e autoridade do Estado. A vergonhosa estatística que apresentamos como expressão de havermos passado todas as marcas revela, com o completo desprestígio das instituições políticas, termos criado as condições óptimas em que não se podia governar. Só por si o Parlamento o não permitiria, com seus partidos, grupos e paixões, sua ânsia de impor-se ao Chefe do Estado e aos Governos e sua total irresponsabilidade diante de Deus e dos homens. Pela sua origem e constituição, em ambas as Câmaras, não poderia mesmo aspirar a qualquer representação nacional, pois que nenhuma tentativa se fizera para organizar a Nação dentro dos seus quadros naturais, de que directa ou indirectamente emanasse e pudesse ser imagem ou intérprete fiel.

★

(«Duas palavras a servir de prefácio» — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. V-VI).*

Dado que todos os regimes, embora o não pareçam, são hoje em maior ou menor grau regimes de opinião, mais assíduo contacto com o

País, clareando a atmosfera política, só facilitaria a missão governativa: o essencial é saber avançar entre aqueles extremos em que política e governo se excluem ou repelem.

1944

(«Preparação nacional para o pós-guerra» — Discurso na inauguração do II Congresso da U. N., em 25 de Maio — **«Discursos»,** *Vol. IV, págs. 66-68).*

Grande parte da Europa vai cair irremediàvelmente na desordem; para aí a impelirão os efeitos da própria guerra, a miséria, os ódios, as divisões intestinas, o colapso da autoridade. Será grande benefício colectivo levantar barreiras ao alastramento da anarquia e fazer que os povos se libertem dela ràpidamente, se têm a infelicidade de cair suas vítimas. A ordem é sobretudo uma criação espiritual, mas a força pode firmar as condições em que os espíritos se aquietem e se neutralizem os factores adversos. Parece duvidoso que uma força exterior possa exercer só por si cabalmente, eficazmente, esta função. No fim concluir-se-á que a mais segura fonte da autoridade é o Estado; só este pode dar-lhe aquele cunho de legitimidade que é a primeira condição da obediência. Um Estado forte é assim a primeira necessidade; mas, uma vez mais, «não há Estado forte onde o Governo o não é».

Buscar-se-á este Governo por diferentes caminhos, em cada lugar segundo as possibilidades — à direita, à esquerda, através de entendimentos, acordos, coligações, dentro de forças ou agrupamentos políticos, ou por fora deles e acima deles, senão contra eles. Haverá sobretudo uma ilusão — a de que um Governo nacional é um Governo forte. A verdade está, porém, no contrário: só um Governo forte pode ser um Governo nacional.

Esta característica não bastará, porque um grande poder de decisão será necessário para enfrentar dificuldades e soluções, seriar necessidades, subordinar interesses, reconstruir cada qual a sua pátria, concertar-se com os mais para refazer a Europa. Essas combinações entre soberanias diferentes, esse trabalho quase em comum no que a todos importa vai ainda exigir, segundo aliás a experiência actual, a utilização em largas doses de um sistema de responsabilidades directas pessoais.

Se isso tudo é compatível com os conhecidos métodos da democracia

parlamentar, à moda continental, ver-se-á depois. Quanto a nós fizemos em poucas décadas todas as experiências e percorremos todos os caminhos: sabemos o nosso. Eis porque nos permitimos com segurança rever, criticar, discutir, para melhorar, em harmonia com as condições sociais e as lições da nossa e da alheia experiência, os princípios fundamentais e a própria orgânica do Estado Português.

Para que o Estado não seja um fantasma e o Governo que em nome dele fala ou age sombra inconsistente, é necessário que a nação represente mais que poeira de indivíduos, sem ideal colectivo, sem consciência de unidade nem força ou aprumo em que assente o seu prestígio. Para ser realidade política a Nação não pode abstrair nem da solidez económica e financeira, nem do valor das suas forças armadas, nem do espírito de solidariedade entre os seus membros, nem da colaboração a prestar na sociedade internacional. Há-de conhecer a interdependência em que se encontra em relação a todas as outras nações, e fará bem em quebrar ou atenuar, se puder, certas dependências vitais. E, quando se trata de uma nação como a nossa, precisa ainda de ter consciência dos laços morais que a prendem às comunidades portuguesas por esse mundo, e da unidade essencial com as províncias do ultramar, parte integrante do nosso ser colectivo. Afora as divergências de pensamento na compreensão dos problemas particulares, nenhuma diferença de conceitos fundamentais parece de admitir acerca dos laços que nos unem no agregado pátrio. Quero dizer que não se é livre de viver ou não a solidariedade nacional.

1945

*(«Portugal, a guerra e a paz» — Discurso na Assembleia Nacional, em 18 de Maio — «**Discursos**», Vol. IV, págs. 115-116 e 117-119).*

Quando o Primeiro-Ministro britânico dirigiu ao povo da Itália a sua célebre mensagem sobre a democracia, tinha naturalmente vivo no seu espírito o quadro das instituições inglesas, tanto no respeitante à garantia das liberdades públicas, como à orgânica dos poderes do Estado. Mas quem quer pode notar que no segundo aspecto a definição já não quadrava à democracia americana, e sob nenhum deles ao Estado russo. Também este apresentou o seu conceito, indo buscar a essência da democracia, não

à maior ou menor intervenção dos cidadãos na organização do Estado nem ao maior ou menor grau das liberdades públicas, mas à finalidade da acção governativa, ao interesse ou à classe cujas prerrogativas são o escopo supremo da actividade do Estado — na hipótese a classe operária. E tenho de concluir que, se é indiscutível ter o totalitarismo morrido por efeito da vitória, a democracia, tanto na sua definição doutrinária como nas suas modalidades de aplicação, continua sujeita a discussões. E bem.

... ...

Podemos abertamente reconhecer que a Constituição de 1911 e leis complementares eram neste particular mais generosas que o regime actual — mais generosas para os que se contentam com fórmulas abstractas, vazias de conteúdo, porque os que tivemos alguma experiência das coisas tiramos dela que, no respeitante a liberdades públicas, se interessa o grau em que são reconhecidas, muito maior valor tem a sua garantia efectiva. Isto é, as liberdades interessam na medida em que podem ser exercidas, e não na medida em que são promulgadas.

Visto o problema a esta luz, que é a sua luz verdadeira, impõem-se logo duas conclusões: uma, na ordem dos factos, e é que se goza hoje em Portugal de mais liberdade que anteriormente; outra, no terreno dos princípios, e é que o grau das liberdades públicas efectivas depende da capacidade dos cidadãos, não de concessão magnânima do Estado. Se não se pôde até hoje ir mais longe do que se foi, poucas verificações serão mais gratas ao nosso espírito, nenhum resultado acreditará mais a nossa própria obra de reeducação política do que poder avançar sem receio num domínio do qual, aliás, em toda a parte está excluído o absoluto, isto é, o ilimitado.

Pode aqui e além, por desconhecimento ou deturpação dos factos, erguer-se uma ou outra voz a acusar o nosso regime de ditadura opressiva do povo português, desviado pela força da sua normalidade política. Esses estão confundidos; não vivemos em ditadura, mas antes de nós e por dezenas de anos — reconhecemo-lo com tristeza — as ditaduras foram a forma corrente da vida política, e vimo-las alternar-se ou suceder-se quase ininterruptamente, sob formas diversas: a ditadura dos governos — sempre a melhor; a dos partidos — a mais irresponsável; a da rua — a mais turbulenta e trágica. Esses estão confundidos e esque-

cem que a Constituição foi sancionada por plebiscito popular, nem melhor nem pior que todos os outros, e tem sido revista por uma Câmara eleita por sufrágio directo. Esses esquecem que não temos deportados por delitos políticos, nem exilados forçados da Pátria.

★

(«Votar é um grande dever» — Discurso aos deputados, em 7 de Outubro — **«Discursos»**, *Vol. IV, págs. 182-183, 183-184 e 189).*

Não julgo que a fórmula «Pela Nação através do partido» tenha tido ou possa ter séria aplicação em Portugal. Não só nas crises nacionais mas sempre que a consciência pública sentiu mais fortemente a necessidade de sobrepor às estéreis lutas partidárias os interesses da Nação se procurou fugir ao regime e ao espírito de partido, para, em plano sobranceiro às rivalidades pessoais ou de grupo, se resolverem problemas ou satisfazerem necessidades da colectividade nacional. Que a isso se tenha chegado através de entendimentos ou tréguas parlamentares, da neutralização de certas pastas, de governos de concentração, de governos extrapartidários ou de governos nacionais, o significado é o mesmo, quando se pretende auscultar a virtualidade ou nocividade do espírito partidário no governo do País.

Guiados por esta claríssima lição da experiência tentámos erguer-nos ao plano nacional, não só na consideração dos problemas a resolver mas das pessoas e métodos a aplicar. Como outros, podemos dizer: tudo o que é nacional é nosso; tudo o que é nacional pela finalidade e pelo espírito nós o tomamos como programa, como aspiração, como método. Por isso apelamos em espírito de sinceridade para todos os homens, independentemente da sua origem e categoria, do seu credo religioso, de suas preferências de regime, de suas antigas filiações partidárias, para um trabalho de conjunto a bem da Nação.

... ...

Fiéis a este pensamento, pretendeu-se que a União Nacional não se constituísse em partido. Não só se mantém aberta a todos os homens de boa vontade — a organização é bem uma espécie de voluntariado da

política — como não tem interferência na governação pública e não aspira ao recrutamento do funcionalismo ou do pessoal político. Sabe-se que nem mesmo tem sido necessário pertencer aos seus quadros para fazer parte dos mais altos corpos do Estado, do Governo, das Câmaras e da administração pública. Ainda que isso seja causa de alguma fraqueza do organismo político, e até do Estado, entendemos sempre que a cura do partidarismo exigia todos os sacrifícios e merecia bem o esforço de todas as tentativas.

Nesta orientação, nada impede que a União Nacional inclua nas listas apresentadas ao sufrágio nomes de pessoas independentes, que por formação mental ou modo de ser não se dispõem a aderir a tais ou tais dos nossos princípios mas podem com vantagem desempenhar os seus deveres de deputados. Nem a esses nem a outros se pede ou pediu nunca em nome da disciplina que dêem o seu voto a qualquer medida ou atitude. O que qualquer partido exige dos seus partidários como regra indispensável de vida e de trabalho, dentro dos mais liberalíssimos e democráticos sistemas, não o exigimos nós. Contentamo-nos com votos livres de consciências esclarecidas pelo estudo dos problemas e pelo amor do seu País.

... ...

Pelo que respeita ao conjunto das autoridades, aos chefes da administração, aos homens de governo, as coisas passam-se com a estabilidade apenas de qualquer país em ordem e bem governado. Relativamente ao Chefe do Estado, eu considero como o maior favor da Providência que o País tenha compreendido a inapreciável vantagem da sua permanência e lhe tenha imposto expressivamente em plebiscitos sucessivos continuar no exercício das suas altas funções. Quanto ao Chefe do Governo, todos os homens reflectidos podem concluir que o problema só teria interesse se de direito ou de facto se houvesse estabelecido uma diarquia em Portugal. A Providência, que de tantos erros e perigos nos tem livrado, por intermédio da prudência e moderação dos homens, também deste nos livrou. É um dos princípios do regime que fielmente adopto e sigo não haver nunca razão contra o Chefe do Estado, o que significa terem os problemas políticos só um árbitro supremo, a cuja decisão esclarecida todas as forças obedecem.

1946

(«Ideias falsas e palavras vãs» — Discurso à União Nacional, em 23 de Fevereiro — «Discursos», Vol. IV, págs. 198 e 204-206).

É erro dizer que as eleições *criaram* uma oposição ao regime; é mais correcto pensar que a oposição existente pelo precipitado de descontentamentos, fruto da acção governativa, e pela ânsia de renovação do pessoal ou dos princípios sociais e políticos se resolveu a lutar. O que fez da liberdade concedida não vale a pena anotá-lo; neste como noutros casos semelhantes se verificou nada ter aprendido e nada esquecer do muito pouco que tivesse de olvidar.

Nem na febre do combate alguns repararam na contradição entre os seus ataques à falta de liberdade e as posições de onde desferiam os seus golpes — posições criadas, mantidas, prestigiadas e pagas pela longanimidade, a largueza de ânimo, o espírito nacional da actuação do Governo. Outra coisa foi manifesta e é cada vez mais nítida ao nosso espírito: a liberdade em Portugal não se limita nem disciplina a si própria; se, juntamente com a vasta loquacidade permitida, mais largas se houvessem dado no respeitante à acção, a ordem correria o risco de ser subvertida.

... ...

Nenhum povo verdadeiramente civilizado pode deixar de garantir nas leis e na realidade os direitos fundamentais da pessoa humana. Em nome deles se fez em grande parte a guerra, mas à sua roda gira um equívoco, que pode deixar um rasto funesto nas instituições europeias. Este deve-se a ter-se admitido, sem maduro exame, como axiomática verdade a tríplice equação: liberdade igual a democracia; democracia igual a parlamentarismo; parlamentarismo igual a oposição — e tornou-se negramente responsável por que em documento oficial as oposições portuguesas tenham acusado de ditadura o regime pelo facto de o Governo não cair perante as Câmaras. Afinal o problema é redutível ao seguinte: o grau e efectividade das liberdades individuais dependem essencialmente de determinada forma de organização do poder? A resposta é francamente negativa na doutrina e na prática, mas os que desejaram furtar-se a discussões incómodas resolveram aqui e além a difi-

culdade vestindo ou, nem vestindo, crismando à moda as suas instituições. Deus permita que o único mal seja a anarquia do dicionário.

Outro ponto. Não há dúvida de que o Mundo está cheio da palavra «liberdade». Aqui significa independência política, além independência económica; numa parte emancipação e igualdade racial, noutra extinção de privilégios de classe; mais perto, a abolição das monarquias (aliás e pelo menos em potência tão liberais como as repúblicas), mais longe, a própria carência do poder público. Pois, repetida em todas as línguas e reboando sob todos os céus, é certo que a famosa e enganadora deusa não dará o seu nome à nossa época — e aí está a contradição.

Continuo a crer que, para bem dos homens e da sua vida em sociedade, haverá a «autoridade *necessária* e a liberdade *possível*»; mas, seja qual for o grau de liberdade política no futuro, já está moribunda no presente a liberdade económica.

★

(«Relevância do factor político e a solução portuguesa» — Discurso na inauguração da I Conferência da U. N., em 9 de Novembro — «Discursos», Vol. IV, págs. 247-248, 250-251 e 261-262).

Na realidade simples das coisas, a solução é satisfatória se assegura a existência de um governo forte sob estável chefatura do Estado, aceites pela conformidade da massa dos cidadãos quando sentem defendidas as suas liberdades e interesses essenciais. Tal sorte de governo representa a própria essência e fins do poder público; a garantia das liberdades essenciais permite «a tranquilidade na ordem», que significa a paz pública. Podemos aferir, portanto, do valor de uma solução política, mais do que por justificações doutrinárias, por este facto simples mas fundamental: se houvesse progresso na paz. Não é discutível se gozámos de um e da outra em Portugal nos últimos vinte anos.

... ...

Devemos ter como factos primaciais do nosso tempo os seguintes: a deslocação do poder político internacional por efeito da última guerra; a tendência para se deslocar o centro de gravidade das forças internas, fenómeno provocado em todo o mundo pela ascensão das massas ao bem-estar, à segurança e à actividade política.

... ...

Não é exacto que todos os regimes se equivalham e também não é seguro que o mais perfeito no domínio da doutrina seja sempre o melhor nas contingências da prática. De uns se diz terem virtualidades peculiares e de outros se sabe exigirem aos cidadãos virtudes cívicas em grau que nem todos os povos atingiram ainda. Pode, porém, afoitamente assegurar-se que a eficiência não é igual em todos nem igual o rendimento do elemento humano.

Quando um país encontrou, como Portugal, uma linha conveniente de pensamento e de acção política, assente em segura experiência, é desassisado trocá-los, dando atenção a vozes, aliás dissonantes, que se erguem das ruínas e das divisões da Europa a apregoar sistemas salvadores. Sejamos largos de pensamento e aceitemos as correcções e desenvolvimentos que o regime comporta, sem se negar; intensifiquemos a aplicação dos princípios que só parcialmente têm sido aplicados quanto à organização e representação directa no Estado dos interesses que se movem no seio da Nação; continuemos de braços abertos para a colaboração de todos os que de coração isento desejem apenas trabalhar para o bem comum. Sobretudo, não percamos o ânimo nem a serenidade neste tormentoso mar de paixões e sejamos prudentes. Tempos houve em que os portugueses se dividiam acerca da forma de melhor servir a Pátria; talvez se aproximem tempos em que a grande divisão, o inultrapassável abismo há-de ser entre os que servem a Pátria e os que a negam.

1947

(«Governo e política — Discurso à União Nacional, em 4 de Março — «Discursos», Vol. IV, pág. 270 e 270 a 272).

O partido único, conduzindo ao totalitarismo do Estado, está claramente fora da nossa doutrina e da nossa ética política, como é repudiado pela consciência mundial. Por outro lado, a lógica e até a justiça impõem ou uma organização de Estado em que o partido não tem função ou o reconhecimento de tantos quantos os ideais ou interesses, transitórios ou duradouros, que seja possível organizar, com capacidade ou não de entrar na formação de um órgão representativo. Mas esta última

conclusão, por mais lógica que se revele, começa já a não ser admitida, em nome da necessidade geral de Governos eficientes, pelos mesmos defensores dos princípios que a impõem. Assim vai o Mundo sem atinar com a forma como há-de ser governado.

... ...

E ainda que a vida interna de cada país não dependa — ou não deva depender — da vida internacional, todos compreenderão como a exacerbação das paixões, a disputa dos interesses e das influências, o tumulto ideológico dos últimos anos não se revelaram propícios ao complemento de certas reformas constitucionais.

Isto é assim por força das coisas, mas o facto tem-nos imposto uma espécie de compromisso entre sistemas e lógicas opostos e a necessidade de recorrer mais do que seria de razão a um eleitorado de tipo individualista, sujeito, como todas as massas eleitorais, à influência de factores estranhos à pura consciência do interesse nacional. Não só a eleição do Chefe do Estado, que é na Constituição portuguesa a chave de todo o sistema, se tem de repetir em prazo certo — curto para o nosso desejo, longo para o sacrifício de quem exerce o mandato — como a Assembleia Nacional e outros órgãos da Administração são dependentes do recurso a eleições do mesmo tipo.

Nestas circunstâncias, não julgo haver forma de eliminar todos os riscos ou de evitar todas as más consequências da luta nesse terreno. O que me preocupa acima de tudo — e deve preocupar-nos a todos — é não se tratar no caso presente de escolher entre pessoas, todas supostas portuguesas e patriotas, mas entre princípios que no fundo são a Nação ou o partido, a Nação ou os interesses, a Nação ou as paixões de que ela mesma seria vítima.

1948

(«Prefácio à 4.ª edição» — «Discursos», Vol. I, págs. XXXIII-XXXIV, XXXV-XXXVIII e XL).

Todos terão notado a regressão do pensamento político depois da última guerra. Para além dos Pirenéus, sufocadas a Alemanha e a Itália no sangue e na miséria e como que paralisada a França por dois medos confessados, pode dizer-se que o pensamento político europeu cristalizou

entre o empirismo inglês e o sovietismo russo. Com os seus partidos a alternarem-se ou a cooperarem no Poder, o seu Parlamento e as suas eleições livres, digamos com a sua democracia, a Inglaterra realizou, ao que parece, o máximo da sabedoria política para o temperamento do povo britânico, mas julga — e isso já é mais duvidoso — ter encontrado a fórmula ideal para todas as outras nações. Se a cissiparidade partidária torna impossível o Governo ou só permite Governos sem acção; se do jogo das instituições não resultam condições de vida normal e a desordem se instala na sociedade e no Poder, respondem-nos que as nações devem fazer —e pagar — a *aprendizagem da liberdade*. Em contrário do que seria normal, chega a temer-se que os Governos tenham força para governar e, com o terror pânico da autoridade, vão os países um a um, por métodos mais ou menos democráticos, caindo no despotismo. Não é brilhante.

... ...

Problema nevrálgico não só para as democracias mas para o mundo civilizado é o respeitante à amplitude e garantias das chamadas liberdades, e à roda dele se tem complicado a questão das formas de governo. Talvez a situação se esclarecesse se pudéssemos entender-nos acerca deste ponto: em que medida dependem as liberdades públicas da forma de organização do Poder? Em que medida ou grau são aquelas liberdades efectivas segundo o regime político ou têm de ser sacrificadas ao interesse comum? Deve notar-se que, repetindo-se quase os diversos textos constitucionais, o uso e garantia das liberdades públicas são mais fruto das leis ordinárias e dos regulamentos que das Constituições, e a execução das leis é mais fruto dos hábitos sociais e da educação dos povos que da vontade do legislador.

A maior dificuldade das sociedades políticas e o problema crucial das Constituições é porém a ordenação e funcionamento dos órgãos da soberania. Que as nações tenham governo eficiente e estável é a sua maior necessidade e o seu mais inequívoco direito. Ora, seja qual for o sistema de responsabilidades encontrado para o exercício da governação pública, uma coisa é essencial aos Governos — a autoridade, no sentido de possibilidade constitucional e efectiva de governar. E não pode crer-se que se chegou a boa solução quando os diferentes poderes funcionam de tal sorte que os Governos ou não existem ou não governam: *defendem-se*. Se os grupos partidários a cada momento se consideram

candidatos ao Poder com fundamento na porção de soberania do povo que dizem representar, a maior actividade — e vê-se até que o maior interesse público — não se concentra nos problemas da Nação e na descoberta das melhores soluções, mas só na luta política. Por mais propenso que se esteja a dar a esta algum valor como fonte de agitação de ideias e até de preparação de homens de Governo, tem de pensar-se que onde ela atinge a acuidade, o azedume, a permanência que temos visto, todo o trabalho útil para a Nação lhe é inglòriamente sacrificado. Tem de distinguir-se, pois, *luta política* e *governação activa:* os dois termos raro correrão a par.

... ...

Quando relembramos a atmosfera de ódios e o regime de violências em que por muita parte se vive para implantar ou consolidar as velhas e as novas democracias, podemos estar satisfeitos de que muito poucos portugueses tenham sofrido na sua vida ou actividades com a nossa maneira de agir e as transformações que apesar de tudo se operaram no regime político e social português. Alegra-me sobretudo que, tanto como os amigos, os adversários gozem tranquilamente daqueles benefícios a que têm direito como portugueses e do prestígio da Nação, que decerto os encherá de orgulho como patriotas.

1949

(«O meu depoimento» — Discurso na inauguração da Conferência da U. N., no Porto, em 7 de Janeiro — «Discursos», Vol. IV, págs. 358, 365-366 e 366-367).

A tendência nos regimes parlamentares é para localizar a sede da autoridade dominante numa Assembleia eleita por votos de tipo individualista e base partidária.

A sequência lógica dos acontecimentos tem visto passar esta autoridade da Assembleia para os grupos parlamentares, destes para os partidos, dos partidos para os respectivos directórios, destes para o eleitorado anónimo, em último recurso. A experiência demonstra que de escalão em escalão o poder se degrada, se dissolve e que o Governo ou não é

possível ou não é eficaz. Quando as dificuldades se acumulam, a desordem cresce, a carência da autoridade torna a vida social precária e as próprias liberdades políticas se transmudam em licença geral, elevam-se do país vozes a reclamar um *Governo que governe*. Costuma ser o fim de um processo; mas parece que era por aí que se devia ter começado: haver um Governo que governe.

... ...

A generalidade dos portugueses não teve nunca tanta liberdade como no actual regime, porque, nos limites em que se concede, é igual para todos e efectivamente garantida. Assim se compreende que a vida associativa se tenha multiplicado e intensificado e que não se verifiquem entraves visíveis à vida corrente dos portugueses. Simplesmente a associação para a política partidária, as reuniões para a política partidária, a imprensa para a política partidária sofrem limitações, coerentemente com a pretensão de curar do partidarismo doentio que a degradava a sociedade portuguesa. Trata-se em verdade de um «regime de cura» e de legítima defesa, em grau que não pode ser considerado superior às necessidades.

É natural que alguns homens educados para a luta puramente política, as especulações demagógicas, as exaltações emocionais das massas populares, e por esse motivo propensos a reduzir a vida da Nação à agitação própria e das forças partidárias que lhes restem, não tenham revelado compreensão nem dado mostras de adaptar-se. Mas a Nação que faz livremente a vida que quer, a Nação *viva* e *real*, essa, comparando passado e presente, olha com certa desconfiança o zelo destes apóstolos da liberdade.

... ...

O Poder precisa de sentir-se limitado, agir sob limitações — as internas, provindas da própria consciência dos governantes, da existência das leis e do regular funcionamento dos outros órgãos da soberania; e as externas, provenientes do juízo público, duma opinião que seja esclarecida e desapaixonada. A necessidade deste juízo pressupõe, porém, a existência de meios e de liberdade suficiente para se exteriorizar. E o mesmo se dirá do contacto, da comunicabilidade entre o Poder e a Nação. Simplesmente penso que, se aqueles problemas vêm um dia, apesar da

imperfeição que marca toda a obra humana, a ter uma solução satisfatória, esta não advirá do simples reconhecimento de direitos abstractos, mas há-de encontrar-se através da organização das actividades nacionais, cuja representação venha a ser junto do Estado, no Estado, o espelho e a síntese do sentir geral da Nação.

1950

(«Breves considerações sobre política interna e internacional a propósito da inauguração do Estádio de Braga» — Discurso pronunciado em Braga, em 28 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. IV, págs. 467-468).*

Foram estas as razões por que, ao lançar-se a União Nacional, se pretendeu apresentar apenas aquele acervo de princípios ou aspirações de ordem material e moral que se entendia ser plataforma comum para o português de hoje (e não sei se mesmo assim, e sob o aspecto considerado, não haverá alguma coisa a retocar). E, porque os homens se unem mais fàcilmente à volta do que hão-de fazer em comum do que acerca dos princípios ou sentimentos que os movem, pensamos que para manter viva e consolidar a união é necessário propor-lhes tarefas colectivas de índole e interesse nacional, como pode ser uma relevante acção colonial ou um vasto plano bem concebido de fomento económico.

Estas coisas são tão evidentes que só devido a hábitos mentais inveterados há relutância em serem aceites por alguns. Mas as necessidades acabarão por impor o que a razão por si deveria acreditar. Por exemplo, nos países que mais gostamos de citar e mais complacentemente admiramos — a França, a Inglaterra, os Estados Unidos — já a política externa, expressamente nos dois últimos, tàcitamente no primeiro, assenta em base bipartidária ou multipartidária; quer dizer: confia-se a realização a uns e apoiam-na todos. A razão do facto está em que nesse campo a unidade nacional impõe-se mais fortemente como determinante da linha a seguir e factor essencial da sua execução e as forças políticas sentem que não podem desobedecer a esse imperativo. O mesmo fenómeno se verificou na última guerra; o mesmo ainda em outras grandes crises nacionais. O que significa: a Nação tende instintivamente para a unidade; os partidos para a divisão.

★

(«Governar, dirigindo a consciência nacional» — Discurso às comissões da U. N., em 12 de Dezembro — «Discursos», Vol. IV, págs. 491-492).

A integração da vida política nacional nas instituições actuais, diga-se o que se disser, não pode comparar-se em profundeza e em complexidade à exigida pelas Constituições monárquicas ou republicana anteriores à vigente. E a razão principal é que o corporativismo é uma forma de organização das sociedades e o liberalismo é apenas um princípio negativo de orientação. Daqui tiram-se duas conclusões: uma é que há mais semelhança entre as Constituições monárquicas e a Constituição republicana de 1911 do que entre esta e a de 1933; outra é que foi mais fácil substituir a Constituição à Carta Constitucional do que seria substituir por uma ou outra daquele tipo a Constituição vigente. Com uma só condição — que a organização que esta pressupõe seja suficientemente extensa para representar de verdade a estruturação da vida real. Quando se atinge esse ponto, podem verificar-se mudanças de nomes, mas a essência permanece, mesmo para além das intenções dos reformadores.

Nesta orientação afigura-se-me preferível que a Constituição e, portanto, as alterações constitucionais vão acompanhando a organização, e que os maiores esforços se empreguem para a fazer progredir, senão para a completar. A maior obra política, a mais fecunda e de mais largo alcance nos próximos anos estará efectivamente aí, porque é a única cujo resultado será que a Constituição e o regime durem, e durem porque vivem.

Capítulo 15.º

POLÍTICA ULTRAMARINA — GOA E A UNIÃO INDIANA

1931

(«O interesse nacional na política da Ditadura» — Discurso na manifestação da U. N., em 17 de Maio — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 132-133).*

Portugal é um velho país livre, homogéneo na sua formação, de fronteiras imutáveis quase desde que se constituiu em Estado independente, pacífico na história acidentada da Europa, mas afadigado no mar para onde se desenvolveu a sua força de expansão, descobrindo novos territórios que povoou, colonizou, civilizou, incorporou no seu próprio ser nacional. Somos filhos desse passado, e não por mera deferência pela vontade inequívoca de nossos pais, mas pela clara consciência do serviço que prestamos à paz da Europa e à civilização no mundo, nós afirmamos serenamente a vontade de sermos no presente e no futuro o que sempre fomos no passado — livres, independentes, colonizadores.

Temos por nós, aqui e ao longe, o direito — da ocupação, da conquista, da descoberta, da acção colonizadora, da fazenda e sangue dos portugueses regando a terra por todas as partes do mundo, cultivando solo, desbravando a floresta, comerciando, pacificando, instruindo. É a vontade do povo; é o imperativo da consciência nacional.

Desta derivam os princípios fundamentais do Acto Colonial; desta se alimenta a secular aliança de Portugal e da Inglaterra, que recentes acontecimentos da vida diplomática mais uma vez consagraram; nela se apoia o esforço de reorganização da nossa marinha, menos arma de guerra que embaixada permanente da Mãe-pátria junto dos portugueses de além-mar.

1934

(«O espírito da Revolução» — Discurso na visita oficial ao Porto, em 28 de Abril — «Discursos», Vol. I, págs. 324-326).

Portugal não se fez ou unificou nos tempos modernos nem tomou a sua forma com o ideal pagão e anti-humano de deificar uma raça ou um império. Constituiu-se com os limites que ainda hoje tem na Ibéria, já nos séculos XII e XIII e com imensos domínios na África, na Ásia, na Oceânia e na América nos séculos XV e XVI, defendendo do islamismo a civilização romano-cristã e dilatando esta por novos mundos. Esta vitória, transcendente para a humanidade, conseguimo-la quando os outros Estados da Europa se envolviam em lutas de dinastias, de cismas, de heresias, que a ensanguentavam.

A universalidade de ideia e de acção no curso da evolução católica e europeia, dirigida à elevação material e moral da espécie, eis a característica da história da nossa Pátria. Foi com ela que firmámos baluartes admiráveis de defesa ocidental na Mauritânia, povoámos os arquipélagos atlânticos, bordámos de fortalezas e feitorias os contornos da África e do Ocidente, abrimos o caminho para as relações de todos os povos e fizemos o Brasil.

Essa virtude ecuménica do nosso espírito histórico foi, é certo, eclipsada em curtas décadas — momentos breves da marcha humana. Mas nem morria na alma da Nação ou até mesmo na essência das instituições, nem deixou de se expandir com vitalidade logo que, isenta de influências estranhas, pôde de novo tomar plena consciência de si própria.

Apesar dos erros e contradições anárquicas desde o meado do século XIX, foi revivendo no continente a virtualidade fecunda da civilização cristã e do progresso geral que está na essência da alma portuguesa. Além, nos restos ainda grandiosos das antigas descobertas e con-

quistas, por efeito do mesmo renascimento, foi-se alargando o novo trabalho da nossa ocupação política, da nossa evangelização, da nossa administração tutelar, da nossa colonização e das relações entre os domínios e a Mãe-Pátria. Por último, a Ditadura Nacional, atacando pela base todos os elementos doutrinários de desagregação e criando o equilíbrio financeiro que tem de estar nos fundamentos da restauração geral, veio dar condições de amplo desenvolvimento ao espírito imanente da tradição que fez Portugal nascer, crescer, brilhar e tem a virtude de lhe dar solidez e perpetuidade. Pelos seus decretos, pela nova Constituição do Estado, pelo Acto Colonial, pelo Estatuto das Missões Católicas Portuguesas, pela Carta Orgânica do Império, pela Reforma Administrativa Colonial vai assegurando, dentro da nossa herança daquém e dalém-mar, a sequência de mesma missão histórica.

Portugal e o seu Império são um corpo territorial e político, feito pela história dos séculos no globo, para assegurar a independência, a expansão, a actividade económica e o intercâmbio do primeiro povo que foi procurar, com duros trabalhos e sacrifícios, nos oceanos e mundos novos, o complemento da sua acanhada sede europeia. Impõe-se aos portugueses de hoje com a força das suas tradições, com o poder da sua gente empreendedora, com a justa aplicação dos seus capitais e do seu crédito, com a coordenação da sua produção agrícola e industrial, conservar e desenvolver a sua integridade geográfica na Ibéria, na África e no Oriente.

★

(«O Estado Novo português na evolução política europeia» — Discurso na inauguração do I Congresso da U. N., em 26 de Maio **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 333-335).*

O nacionalismo do Estado Novo não é e não poderá ser nunca uma doutrina de isolamento agressivo — ideológico ou político — porque se integra, como afinal toda a nossa História, na vida e na obra de cooperação amigável com os outros povos. Consideramo-lo tão afastado do liberalismo individualista, nascido no estrangeiro, e do internacionalismo da esquerda como de outros sistemas teóricos e práticos aparecidos lá fora como reacção contra eles. O Estado Novo não empreendeu apenas extinguir os antigos partidos juntamente com o individualismo e o parlamen-

tarismo; oferece também resistência invencível a correntes deles derivadas por força da lógica revolucionária ou que de algum modo representem excesso de ordem política ou jurídica na reacção que aquelas provocaram.

Sem dúvida se encontram, por esse mundo, sistemas políticos com os quais tem semelhanças, pontos de contacto, o nacionalismo português — aliás quase só restritos à ideia corporativa. Mas no processo de realização e sobretudo na concepção do Estado e na organização do apoio político e civil do governo são bem marcadas as diferenças. Um dia se reconhecerá ser Portugal dirigido por sistema original, próprio da sua história e da sua geografia, que tão diversas são de todas as outras, e desejávamos se compreendesse bem não termos posto de lado os erros e vícios do falso liberalismo e da falsa democracia para abraçarmos outros que podem ser ainda maiores, mas antes para reorganizar e robustecer o País com os princípios de autoridade, de ordem, de tradição nacional, conciliados com aquelas verdades eternas que são, felizmente, património da humanidade e apanágio da civilização cristã.

Entre as características dominantes do nosso nacionalismo e que bem o distinguem de todos os outros adoptados pelos regimes autoritários da Europa, está a potencialidade colonial dos portugueses, não improvisada em tempos recentes, mas radicada pelos séculos na alma da Nação. Ela constitui, pela longa hereditariedade, uma das maiores forças componentes do nosso ideal colectivo, ligada, demais, ao fim humanitário da evangelização e à nossa independência peninsular. Foi sempre assim: a mais só temos hoje o redobrado amor que nos leva a trabalhar pela causa do Império legado pelos nossos maiores.

1936

(«Independência da política nacional» — Discurso aos deputados, em 21 de Fevereiro — «Discursos», Vol. II, págs. 116-118).

A questão colonial está na ordem do dia: os homens que lhe dedicam os seus estudos ou se sentem dominados pelas grandes preocupações ligadas aos domínios coloniais estão lançando com as suas ideias ou propostas a intranquilidade no seio de várias nações.

Temos visto circular a ideia de atribuir todas as colónias à S. D. N., para serem directamente administradas por ela ou sob a forma de mandatos. Temos visto circular a ideia de restituição das colónias aos países desapossados delas ou nova distribuição de mandatos coloniais. Vemos agora, envolta ainda em indecisas brumas, a última modalidade — da livre atribuição de matérias-primas coloniais. Sabe porventura alguém com precisão o que isso seja?

Parece que há poucos dias numa capital europeia, em «chá» oferecido aos jornalistas por uma alta personalidade política, alguém perguntara o que significava aquela fórmula, e diz-se que o interpelado, espirituosamente respondeu: *Vous savez que je suis très peu intélligent et c'est pourquoi je ne la comprends pas.*

Temos verificado nos últimos anos deixar-se a Europa sugestionar e andar pressurosa atrás de fantasias de que primeiro se espera tudo e de que depois não resulta nada. Locarno, Stresa, Estados Unidos da Europa, Conferência Económica de Londres não são já esperanças, são cemitérios. E ninguém nos diz que muitos não correm agora também atrás de ilusões.

Nós afligimo-nos por vezes demasiadamente e sem razão. Na questão dos mandatos não estamos mesmo directamente em causa: não temos nenhum e depois do tratado de Versalhes só recebemos Quionga a título de restituição de territórios nossos de que abusivamente havíamos sido desapossados.

No meio do desassossego geral é no entanto bem provável que venha a haver campanhas de imprensa, discursos ameaçadores, longos artigos de jornais ou de revistas e depois disso é também provável que não haja mais nada. De contrário ou se trata de fórmulas jurídicas e é preciso ter razão, ou se trata de outras e é preciso ter força. Esperemos que uma e outra nos não faltem no momento preciso.

★

(«O Império Colonial na economia da Nação» — Discurso na inauguração da I Conferência Económica do Império Colonial, em 8 de Junho — «Discursos», Vol. II, págs. 155-156).

das plantas exóticas, para cuja manutenção e preparo, agrado ou inte-

Para alguns espíritos as colónias deveriam constituir uma espécie de quintas de luxo, a que demais não faltaria a vegetação luxuriante

resse de estranhos se deveriam destinar, sem conta ou medida, os rendimentos das demais terras ou gentes. Para outros seriam precisamente o inverso — campos ou indústrias de renda que permitissem ao absentista vagamente interessado a vida ociosa entre as delícias da civilização. Nascem estas posições mentais de sentimentos ou de interesses particulares, não da razão política esclarecida, e por esse motivo não coincidem nem uma nem outra com os três grandes princípios definidos no Acto Colonial: «A metrópole e as colónias, pelos seus laços morais e políticos, têm na base da sua economia uma comunidade e solidariedade natural...». «Os regimes económicos das colónias são estabelecidos em harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento, com a justa reciprocidade entre elas e os países vizinhos e com os direitos e legítimas conveniências da metrópole e do Império Colonial Português...». «Pertence à metrópole, sem prejuízo de a descentralização garantida assegurar pelas suas decisões a conveniente posição dos interesses que... devem ser considerados em conjunto nos regimes económicos das colónias».

Se bem se lê e entende, não há aqui lugar a supor-se qualquer dessas economias ajuda, auxílio, mero suplemento da outra, mas todas hão-de considerar-se complementares na formação do todo económico correspondente ao todo político e nacional. Estes os conceitos, a luz e o guia da acção comum a desenvolver e cujos fundamentos se encontram nos factos dominantes da nossa economia.

1937

(«O suposto arrendamento de Angola à Alemanha» — Nota oficiosa publicada em 29 de Janeiro — «Discursos», Vol. II, págs. 263-264 e 264).

O desconhecimento das coisas portuguesas está sem dúvida na base da expansão de notícias falsas e da credulidade geral; mas quem cria e alimenta os boatos é perfeitamente conhecedor das situações e dos problemas e sabe como deve actuar. A situação de Portugal na Península hispânica, a sua posição política e moral contra o comunismo, os seus vastos interesses e direitos coloniais, bem alicerçados e definidos, a maneira como entende conduzir os seus destinos, dão-nos, neste momento preciso, relevo entre as Potências. E não é que pretenciosamente nos ponhamos

em bicos de pés para nos verem; outros se sentem obrigados a atribuir--nos importância real. E por isso alguns nos consideram importunos e incómodos, e nos acusam perante o mundo, e nos promoveram a revolta dos marujos, e nos presentearam com explosão de bombas, e maquinam incessantemente contra nós, e sem cessar nos agridem e levantam boatos sobre as nossas colónias que, a traduzirem a verdade dos factos, só demonstrariam impotência ou insensibilidade patriótica.

... ...

Alheios a todos os conluios, não vendemos, não cedemos, não arrendamos, não partilhamos as nossas colónias, com reserva ou sem ela de qualquer parcela de soberania nominal para satisfação dos nossos brios patrióticos. Não no-lo permitem as nossas leis constitucionais; e, na ausência desses textos, não no-lo permitiria a consciência nacional.

1938

(«Realizações de política interna — Problemas de política externa» — Discurso na Assembleia Nacional, em 28 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 73-74 e 75-78).*

Passando apenas pelas cumiadas que representam os maiores problemas da nossa Pátria, direi ainda duas palavras relativas à política colonial.

Uma vez definida pelo Acto Colonial de 1930, não houve até hoje necessidade de tocar-lhe; e dentro das bases nele traçadas se publicaram a Carta Orgânica e a Reforma Administrativa Ultramarina. Para normalizar inteiramente a administração, regulou-se, de modo que parece definitivo, o regime das dívidas das colónias à metrópole e o das dívidas intercoloniais.

O tempo desmentiu as profecias que auguravam os piores resultados da aplicação dos princípios de ordem metropolitana aos domínios coloniais. Saneada a vida de cada um, em todos se desenvolveu a produção e o comércio, tomaram notável incremento as obras públicas segundo planos prèviamente elaborados, intensificou-se a obra missionária, a instrução e assistência aos indígenas, e o magnífico espírito de cooperação imperial e de dedicação à Mãe-Pátria vai receber justa consagração na

viagem do Chefe do Estado à África Ocidental dentro de meses e esperamos que para o ano à outra costa.

Certamente não fizemos ainda calar de todo as vozes maldizentes, algumas críticas estrangeiras à colonização portuguesa, nem as alusões à desproporção entre a relativa pequenez da metrópole e a extensão dos domínios que colonizamos; não será fácil consegui-lo, pois sabemos que tais estudos não pretendem ser objectivos nem os orienta um espírito de verdade ou de justiça: têm outra razão de ser e outro fim, contra o qual se deve estar sempre prevenido.

1947

(«A Nação portuguesa, irmandade de povos» — Discurso às delegações que assistiram em Roma à canonização de S. João de Brito, em 11 de Julho — **«Discursos»**, *Vol. IV, págs. 282-283).*

No meio das convulsões presentes nós apresentamo-nos como uma irmandade de povos, cimentada por séculos de vida pacífica e compreensão cristã, comunidade de povos que, sejam quais forem as suas diferenciações, se auxiliam, se cultivam e se elevam, orgulhosos do mesmo nome e qualidade de portugueses.

Esta ideia de irmandade e de sujeição a um destino comum entre os mais povos da Terra não deixámos de vivê-la um momento, nem quando celebrámos festivamente os oitocentos anos da nossa vida independente, nem na hora alta da consagração do esforço missionário português em Roma, nem antes nos tristíssimos anos de guerra em que Macau e, ainda mais duramente, Timor tiveram de sofrer privações e ameaças ou mesmo as inclemências da invasão e ocupação estrangeiras. Mas agora curamos as feridas e muito simplesmente continuamos a nossa vida.

1950

(«Governar, dirigindo a consciência nacional» — Discurso às comissões da U. N., em 12 de Dezembro — **«Discursos»**, *Vol. IV, págs. 489-490).*

Seria aventuroso pensar que nos determinámos ou não determinámos pela actual crise do pensamento colonial, que se exprime pela conde-

nação sumária da obra de colonização empreendida por várias nações europeias e pela finalidade única, um tanto ingénua e presunçosa, assinada nos areópagos internacionais à administração dos chamados territórios dependentes. Os nossos juízos, os nossos actos não influem nas deliberações alheias e, neste particular, também não são influenciados por elas. Partimos da convicção de que melhor iria ao Mundo se ele apreciasse com justiça o processo histórico da colonização que, em virtude de circunstâncias especiais ou vocação assinalada, faz parte integrante da vida e missão de algumas nações. Isso seria mais meritório do que empenhar-se em dividir ou anemizar soberanias, que tudo são processos de enfraquecer pontos de apoio do Mundo. Ao fazermos o nosso exame de consciência — nós, velho povo colonizador, com mais humanitarismo prático que o que escorre do idealismo de alguns cenáculos, nós que reconhecemos deficiências e até erros na acção histórica desenvolvida —, temos a orgulhosa sinceridade de nos ufanar dela e de concluir que, mesmo quando precisemos de ajudas, podemos dispensar tutelas.

1954

(«Goa e a União Indiana» — Discurso proferido ao microfone da Emissora Nacional, em 12 de Abril).

Nós somos, apesar da relativa vastidão do nosso Ultramar, uma pequena nação homogénea e razoàvelmente estruturada, que há bastantes séculos tem consciência dos respectivos limites territoriais e humanos, de onde vem talvez a energia com que procura defender os seus e o escrúpulo com que respeita os alheios. A modéstia não nos inibe porém de falar, porque a razão não depende do número e a justiça não varia com o valor material das causas.

A imprensa da União Indiana, que é democrática e constitucionalmente livre, tem-se revelado bastante uniforme nos seus ataques a Portugal, e geralmente bastante hermética em relação ao restabelecimento da verdade que tentamos, quando a cada passo a vemos extraviar-se a nosso respeito e a respeito de Goa pelas informações inexactas e os injustos juízos. Alguns pequenos jornais que, no uso dessa mesma liberdade, ousaram discordar ou apresentar algumas restrições ao modo de

ver oficial foram empastelados e assim impedidos de acreditar qualquer outra versão. É difícil fazer chegar, em tais condições, aos espíritos independentes da União uma palavra desapaixonada. Apesar de tudo, falarei, porque parece indispensável não deixar dissolver-se no azedume das paixões a essência de problemas sérios na vida e relações dos povos, e porque enfim nunca se sabe onde pode ecoar uma voz ainda que sob a impressão de clamar no deserto.

... ...

Algumas das concepções que nos levaram à Índia — políticas ou económicas — desapareceram com o tempo que as fez surgir; mas deram lugar a outras realidades — as que se afirmam hoje. E estas realidades são: constituir Goa uma comunidade portuguesa na Índia; representar Goa uma luz do Ocidente em terras orientais. O território é apenas o espaço onde essa comunidade vive; a terra, o farol onde essa luz se acendeu. Os nossos interesses são puramente morais — primeiro de portugueses, em seguida de homens do Ocidente.

... ...

Tenho notado contradições na argumentação apaixonada da União Indiana e uma das mais gritantes é esta: para se arrogar o direito de absorver Goa, diz-se que esta é Índia, pela raça, pela religião, pela cultura; para se captar a simpatia dos goeses, promete-se-lhes que se respeitarão as actividades religiosas e os elementos culturais distintos daquela pequena comunidade. A verdade está porém no reconhecimento das diferenças e não no paralelismo das semelhanças. O pequeno Estado da Índia é efectivamente uma província de Portugal e precisamente aquela a que estão ligados alguns dos maiores nomes que a Nação Portuguesa pôde dar à História Universal.

Eis por que repugna à sensibilidade dos portugueses — e essa repugnância tem a sua expressão jurídica no texto constitucional — negociar a cedência de Goa e a cidadania portuguesa dos seus habitantes e não curar da sua defesa até ao limite das nossas forças.

Estas coisas, de ordem exclusivamente moral, podem parecer estranhas ao materialismo dos tempos e são contestadas pelos que alimentam desígnios contrários. Mas estes mesmos têm a prova de tais coisas corres-

ponderem a uma realidade viva, no comportamento dos goeses, já não digo dos que habitam Goa, mas dos que vivem nos territórios da União Indiana: devendo-lhe o trabalho e naturalmente receosos das mais diversas formas de pressão, nem por isso abdicam da sua qualidade de portugueses. Bem se sabe a dificuldade de arregimentar as poucas dezenas para as manifestações hostis...

★

(Palavras *a agradecer a mensagem dirigida ao Presidente do Conselho pelos portugueses da India residentes no continente, em 27 de Abril*).

Agradeço reconhecido a V. Ex.as a sua visita e as palavras da sua mensagem. Fiz, para os receber hoje, uma pequena excepção: entendi que devia fazê-la em relação àqueles sobre quem têm recaído nos últimos tempos mais directamente as ameaças, por ser porventura desconhecido de muitos o seu patriotismo quando não a sua mesma existência. Quando além fronteiras se reparar em como os portugueses da Índia se fazem representar em Lisboa por altas figuras do professorado, da magistratura, das letras, do funcionalismo público, das profissões liberais, ver-se-á também quão despropositado é o apodo de colónia decretado à Índia Portuguesa, e às relações desta com as restantes parcelas da Nação portuguesa.

Vi hoje que a União Indiana se propõe pedir à conferência de Colombo um voto de evacuação dos enclaves estrangeiros. Não deve ser o caso connosco, visto não haver ocupação nem domínio, nem raça superior que possa ou deva sair. Quando os portugueses houvessem de evacuar Goa, nada ficaria ali senão a terra assolada, deserta, incaracterística, e não qualquer parcela de qualquer Nação. Faço convosco um voto e este é que no Mundo se compreenda Goa, porque a simples compreensão a defende e a garante na unidade portuguesa.

★

(«Goa e a União Indiana — Aspectos jurídicos» — Exposição lida ao microfone da Emissora Nacional, em 10 de Agosto).

A constituição desta comunidade indo-portuguesa no litoral do Indostão é um fenómeno que tem pelo menos a mesma legitimidade his-

tórica que a União Indiana, aparecida quatro séculos mais tarde. Como realidade sociológica e política, não se podem fechar os olhos à sua existência nem se encontra fundamento para pretensão que lhe recuse o direito de existir, pollticamente enquadrada no país que lhe deu o ser. Se temos dificuldade em compreender o pretenso anacronismo da sua base territorial dispersa e longínqua, também não compreenderemos que as ilhas Hawai venham a ser um estado da federação norte-americana; e se vemos um óbice em estar a pequena província incrustada no Indostão, teremos de concluir que o Alasca não pode deixar de pertencer ao Canadá.

Nos mares e terras do Oriente, a Índia Portuguesa representa um tipo bem definido de cultura e de civilização, uma característica expressão ocidental. Pequena e modesta que seja, tem sido e pode continuar a ser ponto de encontro e traço de ligação entre o Oriente e o Ocidente; não serve de apoio a política ou sentimentos hostis para com as populações que povoam o subcontinente indiano; é o veículo duma chama de fé, o fermento de uma concepção diferente de vida.

... ...

Por mais esforços que os serviços de imprensa da União tenham desenvolvido em todos os países para apresentar, a seu modo, os acontecimentos e a atitude do seu Governo, a consciência geral está já, neste momento, formada no sentido seguinte que corresponde fielmente aos factos verificados:

1.° — Existência de ameaças permanentes, seguidas de actos de execução hostis aos interesses e à vida das populações da Índia Portuguesa e dos goeses existentes em território da União;

2.° — Estabelecimento de bloqueio terrestre, em relação aos territórios portugueses;

3.° — Propaganda e permissão da organização, no seu território, de bandos armados, pretensamente constituídos por goeses, mas, de facto, na sua quase totalidade, por indivíduos estranhos à comunidade portuguesa, para movimentos subversivos na nossa Índia;

4.° — Protecção e apoio ostensivo de forças policiais ou outras forças armadas à invasão dos territórios da Índia Portuguesa por parte dos mesmos bandos, e isolamento dos territórios assaltados de modo que não possam ser assistidos pelas autoridades portuguesas;

5.° — Colaboração em actos de pretensa libertação dos territórios assaltados;

6.° — Propaganda, organização e apoio a demonstrações ou movimentos de exteriorização pacífica mas de índole subversiva, para se desenvolverem nos territórios portugueses, movimentos idênticos aos que o Primeiro-Ministro, Sr. Nehru (*Ma vie et mes prisons*, pág. 264) considera de acção directa e revolucionária e, como tal, passíveis da legítima repressão do Estado desacatado, doutrina que é exacta e, diga-se de passagem, não lhe permite responsabilizar-nos pelos resultados.

... ...

A reacção internacional revela compreensão e simpatia; em numerosos países a questão é seguida com o maior interesse, mais por amor da justiça e pelo prestígio do direito do que pelo dos interesses materiais em causa. As provas de apoio e carinho, vindas daqui e dalém, e não só dos países em que existem vínculos políticos especiais que os expliquem, como são os casos do Brasil, da Inglaterra ou da Espanha, representam que no abatimento actual há, apesar de tudo, fortes solidariedades morais que despertam, mal se enxerga a iminência de perigos comuns.

... ...

Quando grandes nações se dispõem a arrastar os pequenos povos para tão graves conjunturas, de muitos lados se ouvem apelos à necessidade de ser realista. Sem dúvida, o realismo é uma saudável e equilibrada atitude do espírito, mas aplica-se às coisas e aos factos e não ao domínio moral. O direito permanece o direito, mesmo que não haja força bastante para impô-lo ou que razões geográficas impeçam o seu uso em toda a plenitude; o dever permanece dever, mesmo quando cumpri-lo represente um sacrifício inútil na escala corrente dos valores.

★

(«O caso de Goa» — Discurso pronunciado na Assembleia Nacional, em 30 de Novembro).

Em primeiro lugar, o Governo da União não pretende a independência do Estado Português da Índia, mas a integração dos territórios

no seu próprio território, a fusão das populações na sua massa de população. Em segundo lugar, todos poderão aceitar o princípio da autodeterminação dos povos, menos a União Indiana. Quando esse princípio pudesse ser pacìficamente invocado e receber satisfação, a União Indiana voltaria ràpidamente à poeira de Estados e soberanias e à simples expressão geográfica que, através dos tempos, quase sempre fora. Goa seria ainda Portugal e já as numerosas raças, línguas e religiões do Indostão haviam de constituir bases de edificações políticas muito mais diferenciadas que as nossas províncias ultramarinas.

... ...

Nós afirmamos o seguinte: Goa encontra-se ligada, sentimental e patriòticamente, a Portugal, e os goeses não têm mostrado preferir a recente soberania indiana à do velho País que teve, pelo menos, o mérito de, em recuados tempos, abrir à Índia os caminhos marítimos do mundo e pô-la em contacto com a civilização ocidental. Do lado oposto, afirma-se que, se Goa não se tem levantado a favor da sua integração na União Indiana, é que não tem liberdade para isso.

Decido não fugir ao argumento e respondo.

É perfeitamente exacto que no Estado português da Índia não podem os cidadãos portugueses, sem incorrer em responsabilidade, manifestar pùblicamente preferência pela sua ligação à União Indiana e agir em conformidade com qualquer intento desse género. É assim em Goa; é assim em Portugal inteiro; é assim em todo o mundo, porque a cidadania não é objecto de escolha, mas dever natural de que cada um não pode libertar-se à sua vontade, negando-se à pátria. É assim também na União Indiana, com a estranha agravante de, ao contrário do admitido nos povos civilizados, não poderem ali os goeses manifestar sem risco o seu desejo de que continue portuguesa a sua terra.

... ...

Quanto à formação de clero local, devemos nós arrogar-nos o direito de prioridade na matéria. No clero de Goa não chegam a uma dezena os sacerdotes do Continente e Ilhas e andam à roda de 700 os naturais do próprio Estado da Índia. Fora do território português, Goa traz em serviço das missões da Propaganda uns 200 sacerdotes. Que ironia dos

factos e que lição! Nós ensaiámos há séculos a novidade — em 1530 já havia sacerdotes indianos — e em Goa pode dizer-se que desde há dois séculos o clero é na sua totalidade goês. E não só para Portugal: generosamente se dispersava e trabalhava também fora do Estado da Índia e fora do Padroado, no exercício de uma missão religiosa, que ainda não pôde ser acusada com verdade de apresentar traço de influência política. Por alguma razão a Goa se tem chamado a Roma do Oriente. É-o de facto pelo esplendor da fé católica, pela abundância das vocações, pelo espírito de proselitismo que anima a Igreja naquelas benditas terras. Por serem da Índia? Meu Deus, não! Por serem portuguesas.

... ...

O Plano de Fomento que não fora elaborado para as circunstâncias actuais, mas se casa admiràvelmente com as necessidades futuras daquelas populações, encontra-se em plena execução. Das obras hidráulicas para rega, do abastecimento de águas, dos estudos geológicos, das estradas e pontes previstas, dos melhoramentos a introduzir no porto e no caminho de ferro de Mormugão não só hão-de resultar maiores produções e facilidades de vida como decidido incremento de outras fontes de riqueza local. Será pena que a União Indiana pretenda comportar-se como se ignorasse os meios de comunicação que temos ao seu dispor, mas, mesmo sem o tráfego da União, se o mercado internacional continuar a absorver os minérios goeses, especialmente os de ferro, cremos que haverá movimento suficiente para a sua manutenção.

Tudo isto exigiu e continua a exigir atenções e esforços no sentido de alterar os rumos do comércio, substituir as clientelas, modificar as rotas da navegação, resolver problemas de armazenamento e conservação de produtos alimentares. E quando concluirmos a construção do aeródromo de Goa — o tal que se destina, no pensar da imaginativa imprensa da União, a base americana de guerra — e conseguirmos pequenas pistas em Damão e Dio, teremos a possibilidade de ligar satisfatòriamente o Estado da Índia com o mundo, cessando parte do seu forçado isolamento, que no actual momento só podemos quebrar e estamos quebrando por meio das nossas carreiras marítimas ou de barcos estrangeiros em demanda de Mormugão. Os problemas que defrontamos são semelhantes aos que suscitaria um horrível cataclismo que tivesse

subvertido a União Indiana. Naqueles vastos mares, Goa, Damão e Dio permanecem como três pequenas ilhas que é preciso servir e fazer viver.

... ...

A União foi levada a atitudes e à prática de actos que não podem ser coonestados pelos fins a atingir. Praticou agressões, abusou da força, desconheceu o direito. O caso é especialmente grave para uma independência nascente a quem todos os apoios e auxílios da sociedade internacional são não só preciosos, mas indispensáveis. A União não pode continuar a desafiar indefinidamente a consciência do mundo, mesmo que as vítimas dos seus actos de agressão sejam, na aparência, ou realmente, pequenas potências que a sua grandeza esmague.

Nestas condições, o que está naturalmente indicado é rever a posição, corrigir a política, desistir do intento. Nós temos o direito de fazer passar para os enclaves forças que ali restabeleçam a ordem e a autoridade legítima; temos direito ao respeito da soberania portuguesa; e temos direito à coexistência pacífica, que não pode ser só entre a Índia e a China, mas também entre a Índia e os territórios portugueses do Indostão, como norma universal que é ou pretende ser. Muitos problemas há que precisam de ser estudados e resolvidos no interesse comum das duas Nações. Pois a conclusão razoável a que chega toda a inteligência esclarecida e toda a consciência recta é, depois de desistir, negociar acerca desses problemas.

... ...

Não querendo desistir e não lhe convindo fazer uma guerra declarada, conduzida pelo exército, pode a União perseverar na presente atitude? Pode. As mil tricas administrativas, as notas impertinentes, as reclamações infundadas, as campanhas de imprensa e da rádio oficial sobre factos inexistentes ou deturpados, a especiosa interpretação dos tratados e das leis podem continuar a patentear-se, mas nada disso tem dignidade ou grandeza, à altura de um Estado como a União Indiana. É uma hipótese possível, mas não creio provável, uma vez verificado o fracasso do bloqueio, a eternização da guerra fria que actualmente se nos faz.

Por nosso lado, conscientes do direito e indissolùvelmente ligados

àquela pequena comunidade por 450 anos de história, pelos laços do sangue e pela cultura que ali levámos, somos livres e estamos prontos a negociar, mas não podemos ceder sobre a soberania portuguesa; e, entretanto, em duas coisas essencialmente nos temos de apoiar e delas não podemos desprender-nos — força e paciência: força suficiente para que uma pseudoacção policial não possa ser-nos imposta; paciência que não se altere com a impaciência inimiga e dure tanto pelo menos como a sua pertinácia. Para tanto, precisamos de não nos exceder no nosso próprio esforço, cuidando antes de o manter sempre proporcionado à capacidade normal da Nação.

E se, apesar de tudo, a União Indiana levar a guerra ao pequeno território, o que podem fazer as forças que ali se encontram ou vierem a ser concentradas? Bater-se, lutar, não no limite das possibilidades, mas para além do impossível. Devemos isso a nós próprios, a Goa, à civilização do Ocidente, ao mundo, ainda que este se sorria compadecidamente de nós. Depois de afagar as pedras das fortalezas de Dio ou de Damão, orar na igreja do Bom Jesus, abraçar os pés do Apóstolo das Índias, todo o português pode combater até ao último extremo, contra dez ou contra mil, com a consciência de cumprir apenas um dever. Nem o caso seria novo nos anais da Índia.

VI

O PROBLEMA POLÍTICO EXTERNO

Capítulo 16.º

CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

1933

(«A Nação na política colonial» — Discurso na abertura da I Conferência dos governadores coloniais, em 1 de Junho — «Discursos»*, Vol. I, págs. 232-234).*

Com a nossa paz, a nossa ordem, o nosso equilíbrio, o nosso crédito, o nosso trabalho nós temos contribuído decididamente para a paz, para a ordem, para o equilíbrio, para o crédito e para o trabalho no mundo. Fizemo-lo sem protecção, sem auxílio de qualquer espécie; que digo? fizemo-lo apesar dos obstáculos que de muita parte se têm erguido contra a nossa acção; fizemo-lo com a preocupação de não prejudicar a acção alheia. Propositadamente vinco esta referência, porque me parece dever ser princípio superior de orientação na restauração nacional nada se fazer que seja obstáculo a que outros países resolvam também os seus problemas vitais. Fiéis, direi, quase sacrificados a este critério, nós somos em matéria de trabalho, de comércio externo, de câmbios, de comunicações internacionais um dos poucos países que hoje pretendem desenvolver-se sem molestar ou restringir a fortuna alheia e os direitos que se haviam geralmente reconhecido como conquistas da civilização moderna.

Eis a nossa tese e a nossa posição: nacionalismo intransigente, mas equilibrado, que simplifica a solução dos problemas no mundo, aproveitando o quadro natural da divisão em nações, que trabalha com claro sentido da solidariedade internacional para que contribui com o seu activo de realizações e cujos superiores interesses não ofende nem contraria com a actividade desenvolvida no plano nacional. É este o espírito com que trabalhamos, hoje nem sequer ideia minha ou deste Governo, mas preceito expresso da nossa Constituição.

Depois de algum tempo perdido, de muitos atritos e de algumas desilusões, voltarão os espíritos à boa razão, e este suspeito e curioso comunitarismo internacional, que consistiria em uns disporem dos bens e outros da boa vontade... de ficar com eles, há-de desaparecer também. O sentido e as realidades sociais, das profundas realidades nacionais, acabará por impor-se à visão dos altos dirigentes e imprimirá novas directrizes à marcha das coisas. A nós hão-de vir encontrar-nos então trabalhando tranquilos na unidade política e económica de Portugal e do seu Império, de que queremos fazer poderoso factor de paz e de progresso do mundo.

1935

(«Para servir de prefácio» — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. LII).*

Não só pela administração, mas pelas ideias e realizações políticas, estamos reintegrados na Europa, de cuja civilização e progresso fomos em outras épocas importante fautor e seguro guia; e uma vez reintegrados também no nosso tempo pelos melhoramentos materiais, pela obra de educação e de valorização nacional empreendida, podemos ser no Mundo, como já alguns nos consideram, verdadeiros criadores do futuro.

★

(«Balanço da obra governativa» — Discurso aos oficiais de terra e mar, em 27 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 37-38).*

Estou convencido de que no Mundo ninguém quer a guerra e, mais sinceramente que todos, os homens que, por dirigirem grandes povos, se

sentem responsáveis pela manutenção da paz. Mas às guerras acontece como na ordem interna a muitas revoluções: ninguém as faz, rebentam. De preferência a tudo mais — conferências e convenções — importa por isso destruir o estado de espírito que pode fazê-las surgir.

Se é permitido aplicar, em política externa, princípios reguladores da política interna, diremos que, à parte a necessária organização de força, sem justiça e sem confiança recíproca será finalmente baldado tudo o que se anda tentando. Ora as circunstâncias ou os homens — eu não acuso ninguém — têm operado de modo que por vezes a justiça é desconhecida e outras vezes vai-se faltando ao prometido até se matar a confiança na palavra dos povos. Sinal é de que a crise moral, mais do que a crise económica, está desgraçando o Mundo.

Importa estar atento e, dentro do que pudermos, preparado.

★

(«O momento político» — Nota oficiosa publicada nos jornais de 20 de Setembro — «Discursos», Vol. I, págs. 76-77, 78-79, 79-80 e 83-84).

Só têm ou podem ter verdadeira política externa os povos com influência internacional e esta não a possuía, apesar da importância das suas colónias, a nação que se deixara cair na aviltante desordem a que chegáramos. Tínhamos simples relações externas, o que é muito diferente.

Para ter política externa era necessário valorizar, na ordem e no trabalho, todos os elementos que ainda possuíamos, em substância, para a solução de problemas internacionais. Tínhamos história, serviços prestados à humanidade, extenso domínio colonial. Faltavam-nos ordem interna, dignidade do poder, valorização económica, finanças sãs, pensamento político renovador, administração impecável aqui e nas colónias, razoável organização de força; numa palavra, era preciso deixarmos de ser elemento anárquico para sermos factor construtivo na comunidade das nações.

... ...

Pode dizer-se sem favor que a nossa situação internacional é a melhor das últimas décadas: o ambiente de expectativa e depois de curiosidade à volta da revolução portuguesa transformou-se em ambiente de

carinho e agora de prestígio. A solução que demos ao nosso problema político, as ideias mestras da nossa renovação material e moral, os resultados, patentes a todos, da acção desenvolvida no domínio das finanças e de toda a administração, a elevação e dignidade do poder, a tranquilidade da nossa vida elevaram-nos a grande altura no conceito dos outros povos. Era a primeira condição para se ter verdadeira política externa.

... ...

Ora a nação portuguesa sempre que fora da Península interveio nas contendas ou lutas da Europa fê-lo, a bem dizer, acidentalmente e raro terá nisso defendido um interesse vital. Somos sobretudo uma potência atlântica, presos pela natureza à Espanha, política e econòmicamente debruçados sobre o mar e as colónias, antigas descobertas e conquistas. Nem sempre a nossa política se fez de Lisboa ou da parte continental, mas de outros pontos, tal a ideia de que as colónias não o foram à maneira corrente mas partes integrantes do mesmo todo nacional.

Nestas condições sente-se que a linha tradicional da nossa política externa, coincidente com os verdadeiros interesses da Pátria portuguesa, está em não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico.

... ...

Por vezes vêm em certos jornais estrangeiros — sobretudo franceses, em notícias que se dizem oriundas de Londres — boatos de venda, cessão, divisão das nossas colónias. O último era particularmente absurdo, porque ainda feria a velha nota de empréstimo externo solicitado por Portugal. Foi uma ideia com que ficaram desde a tentativa de Genebra os inimigos da actual situação e que de vez em quando exploram nos seus manifestos políticos.

À parte esta fonte outra haverá. De quando em quando o boato espalhado pelo Mundo procurará manter vivo um problema e determinada linha de solução; e não está na nossa mão impedir os juízos de políticos ou diplomatas acerca deste ponto: há problemas postos nalguns países que se resolveriam fàcilmente se as colónias portuguesas ou belgas ou holandesas estivessem sobre a mesa para serem divididas. Por nossa

parte a única dificuldade está precisamente em não querermos. E é por esta razão que o perigo não existe.

Eu cuido que as nações coloniais estarão dispostas a encarar em comum os problemas actualmente postos, e estranho que os homens de grande responsabilidade, para afastarem perigos iminentes, se tenham disposto a aceitar o bem fundado de princípios de que hão-de nascer grandes dificuldades futuras. Um pouco ligeiramente se têm aceite, ao menos como pontos a esclarecer e a discutir, ideias que são erros em demografia, erros em economia, erros em política, erros em administração colonial. Mas as nossas posições estão marcadas e hão-de ser mantidas.

1936

(*«Os acontecimentos de Espanha e a não-intervenção» — Nota oficiosa publicada em 23 de Setembro —* **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 200-201 e 204).*

Nós desejaríamos que a Europa se convencesse de que é norma da nossa vida pública cumprir com honestidade, senão com escrúpulo, aquilo a que nos comprometemos, mas para tanto precisamos de saber claramente o que nos é exigido. Ora há muito que vemos perderem-se na invenção de fórmulas vagas os esforços que melhor se empregaram em descobrir soluções concretas e não temos notado quaisquer resultados dessa orientação. Não os poderia ela ter, pois que, por tal processo, à facilidade de conquistar adesões se sacrifica toda a possibilidade de exacto entendimento e de trabalho útil.

Demais os grandes países podem assumir a responsabilidade de interpretar os textos das suas obrigações e regular estas pela interpretação própria, mas os pequenos não podem evitar atritos inconvenientes e discussões ou represálias senão aderindo a textos que não sejam dotados de demasiada elasticidade.

... ...

Muitas vezes, talvez demasiadas vezes, se nos põe a alternativa de seguirmos determinado caminho ou ficarmos com a responsabilidade de

desabar o Mundo. Nós não acreditamos que em geral as coisas pudessem passar-se com tanta simplicidade e tão grande perigo, mas não queremos opor-nos aos bons entendimentos, sempre que não temos de respeitar um alto princípio moral ou de atender a interesses vitais do País: estes não podemos sacrificá-los a nenhuma consideração, mesmo porque passa a ser naturalmente bastante secundária para nós a desgraça do Mundo, se nós já não existirmos para senti-la.

★

(«Os problemas do Exército e as guerras religiosas do nosso tempo» — Palavras aos oficiais em manobras, em 19 de Outubro, segundo as notas dos jornais — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 214-217).*

Não por maior agudeza de vista mas por melhor posto de observação podem os que governam fazer mais perfeita ideia da delicadeza de situações que umas após outras se vão criando no Mundo. Tem havido guerras de puro interesse dinástico, guerras de carácter económico, guerras coloniais. De séculos a séculos, porém, a humanidade atravessa ciclos de guerras ideológicas: assim foram as guerras religiosas nascidas da Reforma e as guerras oriundas da Revolução no século XIX; assim serão as guerras sociais do nosso século.

Não há dúvida de que estamos assistindo a guerras deste tipo, e, mesmo que elas possam ser limitadas às fronteiras de cada país, haverá em cada um reacções de outros e terá na vida de outros largas repercussões o seu desfecho. Temos à vista claríssimos exemplos.

Sendo assim, já seria algum bem que os homens de Estado responsáveis pudessem impedir o alastramento do mal: mas será isso possível? Não há muito que o Governo de Madrid procurou comprometer a S. D. N. na posição por ele tomada na guerra civil de Espanha. Frustrado o intento, a Rússia propôs-se em Londres, com um impudor que raro se terá encontrado na diplomacia de algum país, criar condições propícias à internacionalização do conflito. E oxalá que o Mundo, e especialmente a Europa, não pague em ruínas irreparáveis a fraqueza com que por vezes se definem as posições dos povos diante de tais propósitos.

Qual é a posição portuguesa nestas circunstâncias? A grande previdência, a salutar energia de alguns dos nossos monarcas no século XVI pouparam Portugal aos horrores das guerras religiosas que muitos dos outros povos sofreram. Mais tarde se verá que foi a revolução «de cima»

por nós defendida e firmemente realizada que poupou o País aos horrores das guerras sociais do nosso tempo. Perante a trágica convulsão de que já foram ou são vítimas outros Estados, pode assegurar-se que nenhuma obra da actual situação política é comparável a esta de fazer pacìficamente a sua revolução, ainda que para realizá-la tenha de impor a muitos alguns sacrifícios e a outros algumas restrições. Em tal orientação Portugal não perturba a paz do Mundo nem a ninguém pode permitir que perturbe a sua: no domínio da política interna é esta nìtidamente a posição.

E no domínio internacional?

Seja qual for a sequência da política agressiva e intervencionista dos Estados comunistas ou dominados pelo comunismo internacional, consigam os homens responsáveis pelo futuro das Nações opor-se a que o incêndio alastre ou leve a fraqueza dos Governos a sucessivas transigências ao fim das quais estará perdida a ordem interna e a paz da Europa, uma coisa começa a desenhar-se — a impossibilidade de se reconstituírem, por virtude dos conflitos ideológicos, as frentes de 1914-1918.

Vão-se pouco a pouco desatando antigos laços e modificando as velhas posições. Em tal redemoinho importa salientar que não muitas coisas além da aliança luso-britânica continuam de pé. Paralelamente à estabilidade da política interna que não embaraça, antes condiciona as mais ousadas realizações, a tradicional amizade luso-britânica a que Sua Majestade o Rei Eduardo VIII ainda há pouco se referia em termos penhorantes, continua a ser, pelo que respeita a um sector importante de interesses mundiais, um factor de ordem e segurança externa. Duas coisas são porém necessárias — uma serenidade que se não perca e uma firmeza que se não abale. Por esta forma temos até hoje garantido os nossos sucessivos triunfos.

★

(*«A guerra de Espanha e a suspensão de relações diplomáticas» — Discurso no Ministério das Finanças, em 31 de Outubro* — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 222-224*).

Terminaram vitoriosamente as últimas campanhas diplomáticas e com isso nos devemos regozijar; mas sobre a minha alma insatisfeita uma pequena nuvem paira ainda, porque, se por aqueles triunfos se pode

aferir a excelência dos nossos princípios, também infelizmente, pela sua pretensa novidade, se pode medir um pouco a decadência moral da Europa, contra que ainda a medo nalguns pontos se reage. Que fizemos ou fazemos que não possa ou não deva ser feito em toda a parte?

Temos reivindicado como atributo indispensável da independência política a nossa independência mental e moral, o nosso poder de revisão e de crítica das ideias feitas, das noções assentes, dos compromissos tomados, dos conluios, de interesses, das sombras, dos vaticínios, das tétricas profecias. E, contràriamente aos que puderam confundir independência e isolamento ou hostilidade, verificou-se, ao pormos claramente sobre a mesa das conferências os dados da nossa experiência — as nossas razões — que mantínhamos mais firmes as amizades antigas e granjeávamos novas simpatias e o respeito de todos.

Temos procurado que os princípios políticos e morais que seguimos e a que estamos ligados se distingam por uma vez corajosamente das fórmulas vazias, hipócritas, a ameaçarem converter a vida internacional em farisaísmo intolerável, em sábio processualismo inútil, já sem poder sequer salvar as aparências. A esses altos princípios da vida social, entre os indivíduos e entre os povos, entendemos que tudo o que lhes é inferior se deve sacrificar; mas o que por vezes se sacrifica são realidades tangíveis a concepções abstractas sem alicerces na razão nem vida no espírito dos homens.

Temos, em terceiro lugar e semelhantemente ao que praticamos na ordem interna, defendido que a ordem internacional seja de direito e de facto resultante da conciliação de interesses nacionais, fora da abusiva intervenção de grupos ou partidos de uma ou outra nação, convencidos de que por outro modo só se conseguiriam multiplicar as dificuldades existentes e de que piores que nacionalismos, mesmo agressivos, são alguns internacionalismos da hora presente. Minando-se a segurança interna dos Estados, debilitando-se a coesão nacional, permitindo-se a criação de partidos políticos com acção e influência exterior, não se caminhou para uma humanidade mais amiga, fraterna ou pacífica, mas para a hegemonia de um partido que, parodiando a raça eleita do Senhor, promete sacrìlegamente a todos os povos a redenção pelo crime.

Por fim este conceito de Estado — pessoa de bem não percebemos nunca porque havíamos de limitá-lo aos usos da governação interna (se bem que a muitos se afigurasse mesmo aí grande arrojo e novidade), e não haveria de estender-se aos domínios da política internacional onde

a honra, a sinceridade, a lealdade dos fins e dos processos deveriam ser regra indiscutível e fielmente observada. Por nós vamos ainda mais longe, exigindo, pelo que se refere a relações normais e amigáveis com os outros Estados, um mínimo de concordância de ideias, sentimentos e instituições jurídicas sobre que assenta a civilização.

Nada encontro nestes princípios e atitudes extraordinário ou novo, mas não há dúvida que por eles se tem norteado a acção externa e que eles condicionaram o não reconhecimento da Rússia soviética, as nossas contínuas e por vezes importunas intervenções em Genebra, a nossa suspensão de relações com a Espanha.

1937

*(«Portugal, a Aliança Inglesa e a Guerra de Espanha» — Discurso aos oficiais de terra e mar por ocasião do atentado de 4 de Julho — «**Discursos**», Vol. II, págs. 305-306).*

Pòliticamente o nosso século XIX viveu de outro postulado — Portugal mantém a sua independência devido a rivalidades das nações da Europa. (De vez em quando elevamos a divisa nacional as frases desoladas de um poeta). Sem força, sem dinheiro, sem missão específica no concerto das nações, não se via razão de ser na autonomia nacional: Portugal arrastava por benefício de rivalidades alheias o peso da sua independência. Lògicamente a actividade externa se devia reduzir à aliança inglesa e a aliança ao simples protectorado da nossa fraqueza medular. Não podia ser verdade, mas, se por desgraça o fosse ou tivesse sido, está vedado a um homem de Governo partir de uma ideia suicida.

*

*(«Pela Paz» — Resposta do Governo português ao Memorando Hull, em 20 de Agosto — «**Discursos**», Vol. II, págs. 326-327).*

Nós entendemos que não se deveria perder de vista a diferença entre o terreno jurídico e político e o terreno sociológico, pois uma coisa *é o que é* e outra o que *se manda ser* ou *quer que seja*. A sociedade inter-

nacional tem procurado resolver as suas dificuldades (como aliás muitos Estados na sua actividade interna) por meio de fórmulas abstractas, declarações de princípios, afirmações solenes, muitos textos e tratados, e de tudo ou quase tudo se tem visto a inutilidade, quando não mesmo o grave inconveniente. Pelo menos todos estão habilitados a crer que as coisas não se teriam passado diferentemente ou pior se se não houvesse legislado tanto.

Ainda que muita responsabilidade pareça caber ao feitio abstracto e generalizador dos juristas, as causas do insucesso encontrar-se-ão a nosso ver nos seguintes factos:

a) no inexistente ou insuficiente estudo das causas do mal-estar mundial;

b) na ambição desmedida de se encontrar uma fórmula única de solução dos graves problemas internacionais, aplicável *urbi et orbi* e abraçando um conjunto que é manifestamente superior à inteligência dos homens e à sua capacidade de execução.

Determinadas as causas e circunscrito o âmbito das questões, tomados em mão os problemas um a um ou os grupos de problemas afins, cremos seria mais fácil definir a atitude ou comportamento de cada nação e as grandes potências com mais peso de autoridade, de riqueza e de força no convívio internacional veriam certamente mais eficaz o seu concurso.

★

(«Duas palavras de prefácio» — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. XI-XV e XVII-XVIII).*

Modestamente, sem alarido, sem invejar ninguém, por nossas próprias forças e recursos, fomos reconstruindo o lar pátrio, fazendo pacìficamente a nossa revolução social e política, com mira em melhorar e engrandecer o que é nosso, valorizar o que somos na Europa e no Mundo, sem de modo algum excluir que do nosso progresso, da nossa ordem e paz resultasse alguma contribuição para o bem de todos. E não porque esteja acabada essa tarefa ou porque tenha sido menos intensa ou valiosa a acção em melhoramentos materiais e no domínio moral e político, todos sentimos que, sobretudo nos últimos dois anos, as maiores preocupações vieram de fora e os olhos involuntàriamente se voltaram

para onde se pressentem os maiores perigos e questões que muito sobrelevam as dificuldades internas.

... ...

Vivemos um destes períodos de crise e infelizmente juntamos às dificuldades existentes as que forjamos por nossa imperícia ou desregradas paixões. O pior de tudo, a meu ver, é ter-se deixado envenenar a atmosfera em que se poderia trabalhar com proveito. Dos conceitos morais e dos elementos utilizáveis para uma obra humana, nada ou muito pouco resta de pé — nem tratados, nem verdade, nem fé na atitude dos Governos, nem confiança nos sentimentos das nações, nem sinceridade no trato, nem valor mesmo relativo da palavra que empenha a honra dos Estados. Quase tudo fictício, meramente aparente, movediço e incerto na consciência dos governos como das multidões. É o desgaste fatal da mentira, em grande e por sistema, na alma dos povos.

Não se podia ter trabalhado pior. Postos de lado os métodos experimentados e discretos da diplomacia clássica, com seus defeitos e inegáveis vantagens, pretendeu-se que correntes de ar sadio e livre atravessassem as chancelarias e foi-se de um salto para o processo democrático da assembleia geral, com seus discursos, suas moções, seus grupos e partidos, seus conciliábulos de corredor; suas longas discussões e votos de afogadilho. A publicidade por que se almejava relativamente aos propósitos, aos sentimentos e aos compromissos veio a ser ilusória, pois logo se criou um estilo que ocultasse o que não era prudente ouvir e pudesse ser aplaudido de todos os cantos da terra e de todos os horizontes do pensamento.

Acorrentados a processos de trabalho que na política interna se verificara terem quase por toda a parte falido, diplomatas e homens de Estado desperdiçam inglòriamente inteligência e tempo em conferências públicas que a si mesmas pùblicamente se confessam impotentes. À parte o terreno jurídico em que o acordo dos governos é mais fácil, pois geralmente se trabalha dentro da ciência ou da técnica, nas questões económicas e políticas, isto é, naquelas em que os interesses materiais ou morais das nações estão em jogo, nada ou muito pouco se tem conseguido, com a agravante de a repetida falência de esforços ser motivo de geral inquietação.

A este mal outro se junta — gravíssimo. Uma inconcebível liberdade

de imprensa em política externa, uma inacreditável desenvoltura na maneira de tratar assuntos internacionais, nações e governantes estrangeiros, está aqui e além, sob os olhos resignados de Governos, a cavar abismos, a falsear os factos, a aventar interpretações, a desvirtuar as intenções mais correctas, a desvairar a opinião pública. E muitas vezes sucede que a breve trecho uma questão não é já o que era mas o que um jornal fez dela, e os diplomatas gastam tempo precioso a tentar desfazer os malefícios da sua imprensa. Fazem-se e desfazem-se no papel amizades de nações, criam-se atmosferas artificiais de ódio, porventura até como meio de pressão diplomática, e já não é a primeira vez que assistimos com espanto a porem-se na base de certos compromissos, como se se estivesse em guerra, *tréguas*, ou *armistícios de imprensa*. Estamos nisto.

... ...

Na Europa perturbada, amargurada, ansiosa dos últimos anos tivemos de abrir caminho para defesa dos nossos interesses. Na Península ou, melhor, no conflito espanhol chegaram estes a ser esquecidos, negados, postos em dúvida, e muitos desentendimentos e dificuldades daí advieram até que a marcha das coisas e a publicidade de documentos que traduziam os secretos intuitos de dirigentes da desordem internacional e da política espanhola acabaram por abrir os olhos a toda a gente. Para nós é claro como água que as simpatias estranhas suscitadas à volta do nacionalismo espanhol contra a invasão comunista na Península serviram ao mesmo tempo e preciosamente a tranquilidade em Portugal.

Não pode no entanto supor-se que o feliz desfecho da guerra de Espanha represente para nós o fim das dificuldades actuais: apenas um capítulo se encerra. Por menos que desejemos encontrar-nos envolvidos em questões alheias — devemos procurar alhear-nos de tudo o que nos não toque directamente — são bastante vastos os interesses portugueses e, pelas razões indicadas acima, ainda bastante delicada e perigosa a atmosfera internacional, para que não continuem a impor-se os mesmos cuidados e exaustivos esforços. Na presente crise moral cada vez menos a consciência do Mundo está sendo escudo suficientemente forte para a defesa dos direitos de cada um.

POLÍTICA EXTERNA

1938

(«Realizações de política interna — Problemas de política externa» — Discurso na Assembleia Nacional, em 28 de Abril — «Discursos», Vol. III, págs. 75-78).

Tem-se a Europa encontrado nos últimos tempos, por mais de uma vez, à beira da catástrofe, e o relativo apaziguamento desta hora não pode garantir-se que sobreviva à resolução de algumas grandes dificuldades pendentes. Levou-a até aí a política *idealista*, presa de certos grandes tropos conhecidos e de algumas frases feitas; foi o tempo em que crèdulamente se admitia a miragem da «paz universal e indivisível» e da «segurança colectiva», dos acordos e pactos no «quadro da Sociedade das Nações». Esfalfada esta pelo grande esforço a que a obrigaram, muito para além das suas possibilidades, eis que de todos os lados se afirma e goza do maior favor a chamada política *realista*, aureolada por alguns grandes sucessos. Por mim, estou em recear tanto uma como outra; preciso para isso de defini-las a ambas.

A política idealista não é essencialmente uma política de ideal; pode tê-lo, pode não tê-lo, e geralmente não tem nenhum. O que a caracteriza é a ausência do real, é a abstracção dos factos, é estar vinculada a sistemas teóricos sem ligação com as realidades da vida e as mutações produzidas pelo domínio de outras correntes doutrinárias e pelos acontecimentos históricos. Quer dobrar o Mundo às suas concepções abstractas, sem medir as possibilidades, nem as contingências, nem as forças opostas, e por esta forma acumula fracassos sobre fracassos.

Nos últimos anos entrincheirou-se no dogma da bondade dos homens e da inocência das nações, no sonho da paz perpétua entre os povos, como se todos fossem pacíficos e estivessem contentes, na abolição das guerras, na possibilidade do desarmamento integral, na virtude imanente do direito e da justiça.

Por este modo tornou-se extática e inactiva, cega perante todos os factos que à evidência demonstravam a sem-razão das suas posições: cega perante o facto de serem alguns pacifistas que preparavam as guerras; cega perante o facto de que o direito criado pelas vitórias só pode manter-se enquanto se mantém a força que o impôs; cega perante as divergências entre os sentimentos e os interesses de um lado, os acordos

e os compromissos do outro; cega em Espanha, cega em Praga, cega em Genebra, cega em muita outra parte.

Em face desta perigosa cegueira, outras nações aplicaram métodos diferentes e obtiveram incontestáveis triunfos. Com inteiro conhecimento das circunstâncias, das possibilidades próprias e alheias, houve realismo no Sarre, realismo na Renânia, realismo em Dantzig, realismo no *Anschluss;* do outro lado houve e há também realismo no Brenner em 1934, na adesão ao acordo de Nyon para a fiscalização do Mediterrâneo em 1937, no recente convénio anglo-italiano, e até nos contidos sentimentos com que se aceitou o desaparecimento da Áustria.

Simplesmente — e começam aqui agora as restrições — esta política fascinará em breve as inteligências e apresentará o perigo de arrastar as vontades para o que no meu pensar é já desvirtuamento da política realista — a política do *facto consumado*, a política da *força*. Eu sei que a razão também tem força; por outras palavras, também é uma realidade: o maior empenho dos que se dispõem a recorrer às armas é demonstrar, e nisso lhe prestam homenagem, que o fazem em defesa do seu direito. Mas ninguém tem dúvidas de que essa força não basta, e os que desejaríamos viver na paz e segurança do nosso direito teremos de lamentar toda a política indiferente às imposições do direito e desprovida de um ideal superior de justiça — lamentar e, em harmonia com as realidades, prevenir-nos também: tal é o sentido do nosso rearmamento, das amizades na Europa e fora dela e da aliança inglesa.

1939

(«A crise política europeia e a situação externa de Portugal» — Discurso na Assembleia Nacional, em 22 de Maio — «Discursos», Vol. III, págs. 146-147).

É porventura escusado definir nesta altura os princípios informadores e as grandes directrizes da nossa política externa, tão naturalmente decorrem das circunstâncias da nossa vida e das realizações da nossa História. A nossa feição atlântica e actividade colonial estão na base da aliança inglesa; a vizinhança e solidariedade peninsular cimentam a fraternal amizade com a Espanha; o heróico esforço de Portugal, criador

de impérios, domina as relações com o Brasil — nem simpatia nem amizade de estranhos mas o próprio sangue e alma dos avós; a nossa compreensiva universalidade e a extensão dos nossos interesses permitem as melhores e mais amigáveis relações com todos os Estados.

★

*(«Neutralidade portuguesa no conflito europeu» — Nota oficiosa de 1 de Setembro — «***Discursos***», Vol. III, pág. 174).*

Felizmente os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade.

O Governo considerará como o mais alto serviço ou a maior graça da Providência poder manter a paz para o povo português, e espera que nem os interesses do País, nem a sua dignidade, nem as suas obrigações lhe imponham comprometê-la.

Mas a paz não poderá ser para ninguém desinteresse ou descuidada indiferença. Não está no poder de homem algum subtrair-se e à Nação às dolorosas consequências de guerra duradoira e extensa. Tendo a consciência de que aumentaram muito os seus trabalhos e responsabilidades, o Governo espera que a Nação com ele colabore na resolução das maiores dificuldades e aceite da melhor forma os sacrifícios que se tornarem necessários e se procurarão distribuir com a equidade possível.

A todos se impõe viver a sua vida mas agora com mais calma, trabalho sério, a maior disciplina e união: nem recriminações estéreis nem vãs lamentações por que em muito ou pouco fique prejudicada a obra de renascimento a que metemos ombros. Diante de tão grandes males faz-se mister ânimo forte para enfrentar as dificuldades; e da prova que ora der sairá ainda maior a Nação.

★

*(«A Europa em guerra. Repercussão nos problemas nacionais» — Discurso na Assembleia Nacional, em 9 de Outubro — «***Discursos***», Vol. III, págs. 178-179 e 184-185).*

A descoberta abnegada e teimosa é sem dúvida um título; o sangue dos soldados, nas lutas da ocupação, selo material da posse; mas o que

está feito é mais — é a fusão da raça e da terra, o alargamento, até aos confins do sertão, das estreitas fronteiras da Península, a mesma Pátria reproduzida, alma e sangue, ao modo de mãe em seus filhos.

A charrua penetra o solo mais que o ferro da espada; o suor fertiliza a terra mais que o sangue das veias; o espírito afeiçoa e transforma os homens e a natureza mais profundamente que a força material dos dominadores. As fundas pegadas e traços que ficaram de nós na terra e nas almas, por muita parte onde não é hoje nosso domínio político, e têm maravilhado os observadores desde as costas de Marrocos à Etiópia e do Mar Vermelho aos Estreitos e ao Mar da China, vêm exactamente de que a nossa obra não é a do caminheiro que olha e passa, do explorador que busca à pressa as riquezas fáceis e levantou a tenda e seguiu, mas a do que, levando em seu coração a imagem da Pátria, se ocupa amorosamente em gravá-la fundo onde adrega de levar a vida, ao mesmo tempo que lhe desabrocha espontâneo da alma o sentido da missão civilizadora. Não é a terra que se explora: é Portugal que revive.

... ...

Para haver paz não é suficiente a arrumação étnica das populações, nem os acordos económicos, nem a segurança natural das fronteiras. Tão pouco a alcançam as combinações diplomáticas que não se baseiam na coexistência de interesses reais, nem as criações artificiosas da política, nem a teimosia de sustentar contra a pressão da vida o que nem a história nem a geografia se encarregaram de consagrar e manter. A paz é sobretudo uma criação de espírito, fruto da força que se limita, isto é, da consciência que sabe distinguir e respeitar a linha de separação do direito próprio e alheio e até sacrificar o seu interesse a interesse maior que lhe é estranho.

Crise europeia, crise do espírito; crise do espírito, crise de civilização. No seio da Europa gerou-se uma civilização especìficamente sua, que é a civilização latina e cristã. À sombra desta se formaram espiritualmente todas as nações da Europa e da América e do seu influxo muitas outras beneficiaram em diversas partes do Mundo. Se nessa herança moral, que é a nossa, há princípios eternos de verdade e de vida social, reputamos do nosso dever gritar a fidelidade a esses princípios: tanto mais quanto mais esquecidos e violados; tanto mais justificadamente quanto anda alarmado o mundo e perplexa a consciência dos povos que se interrogam ansiosos sobre se haverá ainda, no meio desta derrocada,

lugar à verdade, à honra, à justiça, à legitimidade do direito, ao bem comum dos homens e das nações. Nem nós podemos crer — e bastas vezes o temos afirmado — que uma nação como a Rússia, que exactamente renegou desses princípios, seja quem vem — piedoso cireneu — ajudar a restabelecê-los na Europa ocidental. Mas isto são apenas afirmações de princípio; por justificado melindre não farei quaisquer aplicações à situação actual.

1940

(«Dever militar» — Brinde na Casa Militar de Lisboa, em 28 de Maio — «Discursos», Vol. III, págs. 250-251).

Nós temos prosseguido sem descanso a política da paz e podido conciliar esta, mercê das circunstâncias e de muitos esforços, com os nossos deveres e os nossos melhores interesses. O prestígio que conseguimos, as amizades que criámos ou pudemos estreitar têm-nos servido para manter afastada de nós a guerra, mas esta atitude ou política não nasceu de um sentimento puramente interesseiro ou comodista, que em caso algum estivéssemos dispostos a sacrificar. Cremos que a guerra é um mal, mesmo quando é uma necessidade, mas sabemos que há para os povos outros males maiores, porque os há que excedem a morte e a miséria — são a sua desonra e aniquilamento. Julgo em todo o caso que no estado convulso da Europa é alta mercê da Providência manterem-se algumas zonas isentas do flagelo da guerra, porque, por mais ousada que a afirmação pareça, é com estas reservas de paz que em grande parte se há-de construir a paz futura.

O nosso desejo e a nossa política da paz, cá dentro e lá fora, em nós e com outros, não dispensam, muito pelo contrário, nem a preparação moral nem a preparação material do Exército, e ninguém nos pode acusar com justiça de não havermos empregado todos os esforços para na medida permitida pelas circunstâncias executarmos o nosso programa. Seremos porventura menos queixosos se não apreciarmos o que está projectado e feito à luz do «absoluto» das nossas aspirações de segurança — toda a História demonstra como é precária tal aspiração — mas na realidade dos sistemas de forças combinadas permitidas pelo condi-

cionalismo político, e também se não esquecermos que certas deficiências ocasionais podem ser supridas por garantias de outra ordem.

1942

(«Defesa económica — Defesa moral — Defesa política» — Ao microfone da Emissora Nacional, em 25 de Junho — «Discursos», *Vol. III, págs. 340-342).*

Oh! a deliciosa situação de neutro em que não há atitude acabada de compreender, nem correcção impecável, nem serviço reconhecido, nem imparcialidade bastante! Toda a simpatia é partido, toda a crítica é ofensa, toda a restrição desinteresse, toda a recusa hostilidade. Na preocupação absorvente que domina os beligerantes e naturalmente reduz o mundo às perspectivas da sua vitória, o interesse do neutro por pouco não existe, o seu direito é apenas tolerância e, para alguns exaltados, tão incompreensível e despida de valor a sua existência como de párias entre magníficas gentes da guerra. Não é cómoda a situação do neutro... Nem cómoda nem económica.

Por conveniência ou acidente quase não há hoje águas territoriais invioladas, céu que não haja sido cortado em abusivos voos, território imune de acções guerreiras. Nós pousamos em mares e continentes em que se batalha, encontramo-nos na confluência de grandes estradas do mundo: impõe-se-nos a guarda custosa de certo número de pontos nevrálgicos. Não nos poupamos a esforços, sacrifícios e despesas e fazêmo-lo sem cansaço nem arrependimento, com a ambição única de que os nossos soldados cumpram bem o seu dever de sentinelas vigilantes. Outros se vêem obrigados a trabalhar e despender mais do que nós; como nós, pagam também o alto preço da sua neutralidade. — Não é barata.

Muito menos se pode supor egoísta. Quando se pensa no que Portugal ou a Suíça — para não falar de outros com igual razão — no que Portugal ou a Suíça têm feito para salvar do naufrágio os restos da solidariedade humana num mundo pràticamente todo em guerra; quando se considera o valor dos pequenos oásis onde a vida não é ódio ou desespero e a simpatia dos corações não distingue povos ou raças mas apenas o sofrimento e a necessidade; quando se reflecte na porção de ar, de luz,

de esperança que as poucas janelas abertas sobre o grande oceano representam para a Europa sequestrada de grande parte da sua vida e da sua glória — deveria louvar-se a Providência. Porque Ela faz sobreviver nos homens ao rancor das lutas o sentimento do bem e permite manter entre as nações em guerra a consciência da paz.

Cómoda ou incómoda, egoísta ou não, a neutralidade não é vantajosa senão enquanto serve o interesse nacional e o maior deles na concorrência de vários. Esta ideia envolve outra — a de a neutralidade estar sujeita a contínua revisão e por isso não poder alguma vez dizer-se que é definitiva. Ela depende mais dos factos que dos propósitos, mais de outros que a desrespeitem do que do próprio que pretenda mantê-la. Nem isto quer dizer que não haja uma política de neutralidade (creio termo-lo demonstrado); mas significa que, estando o mundo em guerra, mal pode alguém afirmar que em quaisquer circunstâncias se lhe conservará estranho. Numa palavra: o desejo de neutralidade não pode ser superior ao interesse da Nação. E sendo tão sinceramente neutrais, como somos, julgo prudente que o nosso espírito não amoleça na ideia de se não bater.

Capítulo 17.º

RELAÇÕES INTERNACIONAIS — O COMUNISMO; A ALIANÇA INGLESA; A AMIZADE PENINSULAR; O PACTO DO ATLÂNTICO

1934

(«A escola, a vida e a Nação» — Discurso à A. E. V., em 28 de Janeiro — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 308-309).*

Doutrina essencialmente económica — aliás experimentada e de impossível adaptação à economia complexa dos povos civilizados — o comunismo converteu-se, por necessidade de combate, de defesa ou de infiltração nas massas, numa doutrina totalitária, como hoje se diz, em sistema completo de vida e organização social. Agregou a si todas as aberrações da inteligência e é, como sistema independentemente dalgumas realizações materiais, a síntese de todas as revoltas tradicionais da matéria contra o espírito e da barbaria contra a civilização. Ele é a «grande heresia» da nossa idade.

Nós sabemos que há erros graves na nossa organização económica e social, desigualdades injustas, deficiências, misérias, mentiras, contradições, e é preciso que as remediemos ou as façamos desaparecer. É para isso que prosseguimos a nossa revolução, mas esta, para ser profunda, não pode destruir o que a tornará eficaz: os princípios fundamentais, encontrados pelo trabalho e o sofrimento das gerações passadas, digamos, as grandes realidades da vida social. O comunismo, não: ele

tende à subvensão de tudo, e na sua fúria destruidora não distingue o erro e a verdade, o bem e o mal, a justiça e a injustiça. Pouco se lhe dá da história e das experiências seculares da humanidade, da vida e dignidade da inteligência, dos puríssimos afectos da família, da honra e pudor da mulher, da existência e grandeza das nações, contanto que da sua falsa concepção de humanidade tenha podido arrancar a escravidão do homem e a sua máxima abjecção.

1935

(«Balanço da obra governativa. Problemas políticos do momento» — Discurso aos oficiais de terra e mar, na Câmara Municipal de Lisboa, em 27 de Abril — «Discursos», Vol. II, págs. 33-34).

Nesta efervescência comunista há, como por toda a parte, em primeiro lugar, um pouco de «snobismo»: a atitude das ideias arrojadas que causam medo e admiração aos «pobres homens» que nós somos, e são defendidas por senhores que antecipam com as suas camisas de seda e seus fatos elegantes o bem-estar geral do futuro e vão tratando «por tu» os camaradas, obrigados por ora a reservar-lhes a eles «excelência». Há depois alguns espíritos, porventura cheios de sinceridade e certamente também cheios de ilusões, que buscam os meios de realizar a paz e a justiça entre os homens, paz e justiça tão abstractas e irreais como a concepção que têm da própria humanidade. Há ainda, e sobretudo os agentes activos e interessados, organizadores da desordem por inadaptação social, por instinto de revolta e por negócio, recebendo e gastando os fundos angariados, e encarregados de manter, geralmente por conta e ordem de estrangeiros, o fogo sagrado da anarquia. Estes, perfeitamente conscientes do mal, não podem contar nem com tolerância para os seus ideais, nem com liberdade para a sua acção; aos primeiros esperamos que lhes passe a febre e aos segundos que a vida os ensine a pensar melhor, impedindo uns e outros de se tornarem nocivos.

Quanto à massa dos verdadeiros trabalhadores, nada podemos recear. Nós não temos responsabilidades nem compromissos nos abusos do capitalismo ou da propriedade; nada queremos ter com os excessos a que tenha sido sujeito o trabalho em quantidade, em remuneração, em condições de higiene ou de moral, nem reputamos que a organização eco-

nómica actual tenha conseguido dar inteira segurança ao trabalhador, satisfação suficiente às suas necessidades, respeito à sua pessoa, estabilidade e paz à sua família. Não estamos hipotecados a qualquer atitude que não seja de tão enérgica reprovação como a do mais avançado sistema contra a exploração do homem pelo homem, com a sanção do direito.

★

(«O momento político» — Nota oficiosa publicada em 20 de Setembro — «Discursos», Vol. II, págs. 80-81).

...Desejamos tão amigáveis e cordiais relações com a Espanha, que desapareçam desse lado todas as desconfianças e preocupações. Não só no campo económico se podem desenvolver muito as relações entre Portugal e a Espanha, mas ainda no campo político parece não ter hoje aquela nação nenhum interesse contrário aos interesses portugueses, dado que a nossa plena independência, para a realização dos nossos destinos no Mundo, tem de ser axioma fundamental da política espanhola. Nesta base temos o campo aberto para entendimentos mútuos.

... ...

Nasceu ainda do mesmo carácter de potência atlântica a aliança inglesa, que interesses comuns têm mantido através dos séculos sem sofrer as vicissitudes das ligações deste género. Aos que me perguntam se acredito na Inglaterra e na aliança inglesa respondo francamente e sinceramente que sim: em primeiro lugar porque acredito na palavra dos homens e dos povos, quando não tenho factos que me levem a considerá-la mentirosa; em segundo lugar porque, mesmo sem falar nos estreitos laços de amizade, a comunidade de interesses portugueses e britânicos é de tal modo evidente que de cá e de lá se há-de impor por muito tempo aos homens de governo. Quando estivermos bem compenetrados de que a aliança com a Inglaterra não é nem uma tutela nem uma fiança da nossa acção política interna ou externa, não recearemos as atitudes equívocas ou subservientes nem a diminuição da nossa acção internacional, antes havemos de trabalhar por valorizar ao máximo aquele apreciável instrumento político: visto que temos de dar, havemos de saber exigir.

1936

(«Os acontecimentos de Espanha e a não-intervenção» — Nota oficiosa publicada em 23 de Setembro — «Discursos», Vol. II, págs. 193-195, 203-204, 204-205 e 205-206).

O primeiro ponto em que deve assentar-se é o carácter da luta civil espanhola e o alcance ou significado político da vitória de qualquer dos contendores. Uma coisa parece evidente: mesmo que o levantamento da força armada não representasse no princípio o que hoje vemos ser, ele viria a representar pela força das circunstâncias não a luta do Exército contra a democracia parlamentar mas contra o comunismo em Espanha.

Desde que a revolta se deu na máxima parte da força armada e Madrid enveredou pelo caminho de organizar a sua defesa com milícias, teòricamente com todos os partidos da Frente Popular, pràticamente, pela ascendência dos mais violentos, com os filiados nas organizações comunistas e anarquistas, ficou fixado o carácter da luta. E então, independentemente das preferências ou simpatias de cada um, ou os acontecimentos do País vizinho haviam de desmentir a razão e a experiência humana, ou no dia do aniquilamento do Exército não haveria senão um triunfador e uma força política — as milícias armadas, e ninguém poderia infelizmente salvar na derrocada nem a Constituição nem o parlamento nem a democracia espanhola. Os que prefiram enganar-se a si próprios podem no entanto continuar a fantasiar outras hipóteses.

Estes os factos — e não nos importa agora qualquer responsabilidade dos homens — estes os factos que, devido ao carácter do comunismo, deram à guerra civil de Espanha a natureza de luta internacional, embora desenrolada, como já escrevi, em território nacional. Não obstante isso, sem o perder de vista e sem perder de vista os perigos do contágio e da extensão do predomínio comunista, o estado actual da Europa claramente indicava dever tentar-se tudo para não deixar que a luta de Espanha se repercutisse no quadro dos interesses e posições internacionais.

... ...

Quando forem levadas a bom termo, como esperamos, estas incruentas batalhas diplomáticas, todos os países de ordem poderão ver com serenidade que no fundo só em duas coisas interessa deter a atenção.

A primeira é: o comunismo está a travar na Península uma formidável batalha de cujo êxito dependerá em grande parte a sorte da Europa, razão por que por ela se interessam e nela tentarão intervir, na medida permitida em cada Estado, todas as ideologias afins. A segunda é: mais valioso para o comunismo ibérico do que um carregamento de armas e munições seria a transformação política operada em Portugal que tornasse vulnerável a retaguarda de todo o exército espanhol. E foge-me a pena para uma pergunta indiscreta: também nesse caso interessaria tanto como agora que aderíssemos ao compromisso de não-intervenção?

A este ponto fundamental — Portugal país de ordem social e de autoridade — está ligada substancialmente a campanha dos jornais e a intriga do presente momento por meio da qual, ao mesmo tempo e em extremos opostos da Europa, se afirma a nosso respeito a venda de colónias, a cedência de bases marítimas, a mudança do eixo da política tradicional, conjuntamente com dinheiro suspeito, conspirações activas, organizações revolucionárias, entendimentos e compromissos entre gente que mal podia supor-se estar tão unida e ser tão dada. Só quem tenha presentes os dois pontos acima referidos pode entender um importante sector da política europeia do momento e orientar adentro das fronteiras a acção que competir.

... ...

Ora os que têm seguido sem paixão o drama peninsular, os que não esqueceram a história de há décadas, de há anos e de há dias, os que se lembram das ambições alguma vez manifestadas do plano ibérico do comunismo, da clareza, aliás de agradecer, com que tem sido muitas vezes defendido na imprensa o direito de intervenção em Portugal, fazem-nos a justiça de crer que não são românticos os receios nem levantamos por capricho dificuldades a ninguém; simplesmente não desistimos de que seja respeitada a nossa tranquilidade nem podemos transigir no necessário à defesa da vida e liberdade do nosso povo.

... ...

E a Inglaterra?

Embora com razões para sorrir de tamanha ansiedade, sossegarei os intranquilos dizendo-lhes simplesmente:

1.° A Inglaterra compreende a delicadeza da nossa posição e não

há-de estranhar que o nosso modo de ver sobre os problemas peninsulares seja mais rigoroso que o seu próprio;

2.° E porque tem da aliança com Portugal, quanto ao objecto e modo de funcionamento, uma noção diferente da dos que formulam tão aflitivas dúvidas, respeita as divergências, acompanha as discussões e certamente nos dará sem contrariedade razão naquilo em que lograrmos convencê-la.

E não provém daqui senão melhor compreensão mútua e melhor trabalho de conjunto a bem dos interesses comuns.

Espero assim ter conservado para a Inglaterra a fidelidade dos seus antigos amigos e haver-lhe ainda granjeado a daqueles cuja dedicação me era até há pouco absolutamente desconhecida.

★

*(«A guerra de Espanha e a suspensão de relações diplomáticas» — Discurso no Ministério das Finanças, em 31 de Outubro — «**Discursos**», Vol. II, págs. 224-225).*

Nós e a Espanha somos dois irmãos, com casa separada na Península, tão vizinhos que podemos falar-nos das janelas, mas seguramente mais amigos porque independentes e ciosos da nossa autonomia. Como peninsulares, episódicos inimigos e constantes colaboradores nas descobertas e divulgação da civilização ocidental, cobrem-nos de luto as desgraças e horrores da sua guerra civil, sentimos como nossas as perdas do seu património material e artístico, o derramamento do seu sangue, o trágico desaparecimento de alguns dos seus maiores valores; e parece-nos que alguma coisa se quebrou — embora confiemos não ser por muito tempo — destes laços que à Espanha nos ligavam.

1937

*(«A embaixada da colónia portuguesa no Brasil e a nossa política externa» — Discurso aos representantes da colónia, em 15 de Abril — «**Discursos**», Vol. II, págs. 278-279).*

Falamos com inteira fraqueza do desconcerto europeu.

Heis-de ver nos países pacifistas pregar-se a guerra santa contra os

países de ordem, e os que pretendem evitar lutas entre os povos por motivos ideológicos promoverem a união das democracias contra as ditaduras. Vereis em nações que blasonam de livres serem negadas liberdades reconhecidas e praticadas nos Estados autoritários; em nome da independência dos Estados admitida a ingerência, na sua vida interna, de organismos revolucionários estrangeiros, e em nome da igualdade dos povos na comunidade internacional ir-se pouco a pouco substituindo à livre associação dos Estados um super-Estado em que por tal caminho se afundará a real independência política dos pequenos países. A Rússia herdou a estrela da França de 89: vai-se curando do comunismo dentro de si própria, assiste ao fracasso do sistema doutrinal em contacto com as realidades da vida, esmaga-o impiedosamente no que teime ainda em viver e aproveita o prestígio da ilusão comunista subsistente no Mundo como arma poderosa de domínio internacional; mas os cegos não podem vê-lo. Nações que supõem defender a paz estão deixando a outros o cuidado de defenderem a autoridade e a ordem; e da necessidade de as estabelecer mesmo no seio daquelas pode nascer a guerra um dia.

★

(«Pela Paz» — Resposta do Governo português ao Memorando Hull, em 20 de Agosto — **«Discursos»**, *Vol. II, pág. 328).*

Infelizmente, como atrás da mística soviética há também uma economia e um valor político que a muitos conveio ter pelo seu lado, aconteceu terem-se atenuado, senão desaparecido, aqui e ali as naturais reacções contra a invasão, e as vítimas ajudarem hoje os algozes na ânsia de demonstrar a sua inocência, como se o mal fosse vulgar e fatal epidemia, já inteiramente desprendida do seu foco de infecção e dos auxílios técnicos, materiais e morais que continuam a ser fornecidos, apesar das promessas ou compromissos tomados. A intervenção estrangeira, conservando-se aliás efectiva, tende assim a perder o seu carácter nalguns países, dissolvendo-se em aspirações internacionalistas contra as quais só fortes nacionalismos conseguem bater-se triunfantes. E nós, que consideramos funesto para a paz o envenenamento das relações entre povos pelas diferenças ideológicas, e formarem-se agrupamentos internacionais por afinidades de ideologia política, verificamos que a necessidade de defesa diante das interferências estranhas e da mancha revolu-

cionária a constituir-se em blocos pode levar à formação de outros. E tal estado de coisas constituirá mais um motivo de apreensões.

★

(«Portugal, a aliança inglesa e a guerra de Espanha» — Discurso aos oficiais de terra e mar, por motivo do atentado de 4 de Julho — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. 313-314).*

Nós temos na Península interesses muito especiais e corremos riscos que outros não correm. Consideramos que a opinião pública de alguns países, e designadamente da França e da Inglaterra, está mal formada em relação ao verdadeiro problema espanhol e à natureza dos acontecimentos ali desenrolados. Alguns não acreditam no perigo comunista; nós, ao contrário, vêmo-lo, sentimo-lo, tememos se instale em Espanha com a ajuda estrangeira e, finalmente, se frustre o intento de deixar aos espanhóis a escolha do seu regime futuro — pois não haveria liberdade nacional nem independência onde várias internacionais talhassem a seu contento os povos e os governos.

Daqui vem a nossa atitude desde a primeira hora; daqui vem a nossa oposição a que a não-intervenção funcione em detrimento do nacionalismo espanhol, barreira entre Portugal e o comunismo ibérico; daqui vem o ódio de que somos objecto, e devo dizê-lo em plena consciência que o merecemos inteiramente.

★

(«Duas palavras de prefácio» — **«Discursos»**, *Vol. II, págs. XV-XVI).*

Sob a pressão de opiniões públicas mal informadas ou pervertidas escapa das mãos dos homens de Estado a direcção dos negócios e em regimes que presumem de liberais os governos não são livres de conduzir, como conviria, a solução dos problemas da política internacional. Julga-se isto uma superioridade, mesmo contra a evidência dos factos.

Um dos casos mais típicos e que poderia apresentar-se como exemplo é o da guerra civil de Espanha. Poucos problemas terão sido logo de começo tão claros, tão simples, tão fáceis de sobre eles se tomar orientação segura, pois, à parte a Rússia soviética, só havia para as potências ocidentais um idêntico interesse. E no entanto, porque, indes-

culpàvelmente, aqui e além a intromissão de paixões políticas conseguira subalternizar o próprio interesse nacional, a Espanha é arrasada, a Europa tem vivido horas de inquietação e os que não rectificarem a tempo as suas posições vão gastar anos a reconquistar — se o puderem — o que inàbilmente deixaram perder.

1938

(«Realizações de política interna — Problemas de política externa» — Discurso na Assembleia Nacional, em 28 de Abril — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 79-81).*

A Europa está bastante inquieta e um dos sinais do seu nervosismo é sem dúvida o ciúme que provocam manifestações correntes de boa amizade internacional e a necessidade de reafirmações sucessivas dos mesmos sentimentos, como se os tratados e os acordos não vivessem da confiança na palavra dos Estados mas se alimentassem como derriços de constantes declarações sentimentais. Nós não adoptamos porém essa forma de proceder, nem na verdade tenho nada a acrescentar ao que disse sobre a aliança inglesa em 6 de Julho do ano passado. Às mesmas necessidades e interesses correspondem os mesmos sentimentos e compromissos: daqui não se falta ao devido; e da parte da Inglaterra estou certo de que também não.

Em todo o caso não fujo a notar que nos últimos meses, por vezes em dias seguidos, jornais da esquerda em Inglaterra (é certo que de muito baixa cotação) agridem Portugal, convidam o Governo britânico a rever, como quem diz a abandonar a aliança, sugerem-lhe se apodere para a sua segurança de territórios nossos, e parlamentares da oposição insistentemente o provocam a responder sobre a validade dos tratados e a sua aplicação às colónias, não certamente pelo gosto de ouvirem confirmar a plena validade de compromissos antigos.

Ora nós sempre considerámos por nossa parte a aliança como negócio de Estado e não fruto de simpatias de partido, e de que assim também tem sido do lado inglês temos a prova nas declarações terminantes que a esse respeito foram feitas por membros da actual oposição quando no Governo, com tal força se lhes impunha, juntamente com as respon-

sabilidades dos interesses britânicos, a comunidade de interesses anglo-portugueses em que se funda a aliança.

Por esta razão, mencionando o facto para acusar-lhe a estranheza, não o tenho considerado como suficiente para causar-nos preocupações; antes o tenho atribuído à circunstância de começarem a aparecer no regime político inglês processos de combate que caracterizaram desde o princípio as democracias continentais. Supondo porém que me engano neste juízo, mais acertada ainda se mostra a política que seguimos — *valorizar-nos*, de modo que a nossa amizade seja sempre querida e o nosso valimento em favor deste ou daquele nunca nos seja imposto nem declinado, se oferecido.

A situação do Império Britânico no Mundo, a situação de Portugal no Atlântico e em África são factores suficientes para nos imporem por tempo imprevisível a mesma colaboração de aliados; e por este motivo consideramos da maior importância para ambas as nações que o Governo inglês haja tomado a iniciativa de mandar a Portugal uma missão militar qu há várias semanas estuda com os nossos técnicos problemas de interesse comum. Há muito tempo se fazia sentir a necessidade de mais estreitos contactos, de assídua troca de conhecimentos e informações e até de maiores precisões no que toca ao funcionamento da aliança. Estas particularmente são-nos úteis e somos obrigados a atribuir-lhes o maior interesse, pondo-as, se necessário, na base de quaisquer negociações, pois sem elas não seria nunca fácil definir em Portugal qualquer política militar. E mais não é preciso dizer para inferir a perfeita solidez, na actualidade, dos laços que desde séculos nos unem à Inglaterra, sem prejuízo das boas amizades que a outros nos prendem.

1943

(«Concessão de facilidades nos Açores — A situação das possessões portuguesas no Extremo-Oriente» — Exposição à Assembleia Nacional, em 26 de Novembro — **«Discursos»**, *Vol. IV, págs. 32-33 e 38-39).*

Se por um lado se dispuseram cuidadosamente de longa data todos os factores internos e externos que permitissem ao País em determinada emergência, previsível para alguns, defender o melhor interesse nacio-

nal, salvando ao mesmo tempo a honra e a paz, deve por outro lado confessar-se que o Governo Britânico, aliás constituído em forte necessidade de defender a marinha mercante no Atlântico, se absteve durante anos de pôr um problema que em circunstâncias diferentes arrastaria, fosse qual fosse a solução, consequências invencíveis e de incalculável alcance. E, quando o pôs, limitou as suas pretensões ao mínimo indispensável.

Foi posta em relevo na Câmara dos Comuns a tradicional lealdade do povo português às suas amizades e aos seculares tratados que o ligam à nação britânica. Não é senão justiça reconhecer que desde o começo do conflito, ainda nos momentos mais escuros e difíceis, Portugal não deixou nunca de marcar, com simplicidade e sem reticências, por uma espécie de pundonor e honra nacional, a sua fidelidade à aliança inglesa. Mas a dificuldade do problema provinha de que a política fundamental da aliança tinha sido, por bem entendida extensão dos nossos interesses de nação peninsular e atlântica, completada, mas também por isso mesmo complicada, com outras amizades e com a existência de novos factores. O pedido britânico tinha pois de situar-se no quadro integral da nossa política externa.

... ...

De pôr-se em funcionamento a aliança, embora parcial e restritamente, mas em tanto quanto o permite a posição fundamental de neutralidade assumida pelo País, resultou o revigoramento dos antigos laços e a renovação de garantias militares e políticas, aconselhadas em face de eventuais consequências da nossa situação. Nem por serem confirmação de seguranças dadas em tratados se lhes pode julgar diminuído o valor, sobretudo sabendo-se que, pela primeira vez na história das nossas relações, alguns dos domínios da comunidade britânica se associaram expressamente ao Reino Unido para prestar as mesmas garantias de respeito pela soberania portuguesa em todo o Império Colonial. E assim procederam também os Estados Unidos da América.

É certo que no fundo se trata duma aplicação concreta de respeito pela soberania das nações, princípio que foi posto na base da atitude norte-americana como das outras nações unidas na presente guerra; mas não é isso suficiente para que demos menor apreço ou menor significado ao seu acto. O povo português compreende de instinto quanto importa

à manutenção da sua soberania nas várias partes do Mundo, mesmo nos tempos revoltos que vivemos, tal garantia efectiva, inequívoca, recebida das duas maiores potências marítimas, associadas na guerra e comprometidas na paz.

1944

(«Preparação nacional para o pós-guerra» — Discurso na inauguração do II Congresso da U. N. — **«Discursos»**, *Vol. IV, págs. 60-61 e 62-63).*

Os acontecimentos parece levarem à destruição dum conceito de Europa, de base puramente continental, que aliás sempre considerámos amputação do seu ser moral, criado através da larga projecção no Mundo — conceito portanto contrário à História e à grandeza e potência civilizadora deste pequeno e torturado continente, fonte perene de civilização e generoso criador de nações. Por outro lado, parece-me que a Europa irremediàvelmente se divide, e só pelo facto da guerra se empobreceu, perdeu posições e em si própria se diminuiu. O problema está agora em não desperdiçar impensadamente as condições que lhe restam para a vida do Ocidente. Felizmente toda a África é dependência do Ocidente europeu, formando com ele, em face da América e de polo a polo, a base material do papel que deve continuar a desempenhar no Mundo.

Ora as circunstâncias estão-se conduzindo de forma que um dos maiores centros da política mundial, sobretudo enquanto os Estados Unidos entenderem do seu interesse ou do seu dever ajudar a Europa a levantar-se das ruínas da guerra, situar-se-á pela própria força das coisas no vasto Atlântico, e só por esse motivo os países ribeirinhos serão chamados a um papel preponderante: a Inglaterra, a França, a Península Ibérica, os Estados Unidos, a América do Sul, e nesta, em situação de relevo, naturalmente, o Brasil, serão chamados a uma intensa colaboração, e através desta o Ocidente europeu a um dos fulcros de orientação da política geral.

... ...

Ponhamos de parte a imprecisão da aliança (que não é culpa nossa ser imprecisa) e atentemos apenas na sua linha, mais determinada pela

sua vida secular do que pela letra dos textos arquivados. Reduzida ao que poderemos considerar a sua essência, a aliança é quase só o entendimento mútuo e permanente duma certa posição peninsular e colonial, quanto a nós, de certa soma de serviços e seguranças que estas mesmas posições garantem, quanto à Inglaterra.

Pode assim dizer-se que tanto quanto serve Portugal serve a Inglaterra, e tanto quanto serve a Inglaterra serve o Ocidente europeu. O seu enquadramento na orientação geral acima definida é tão ajustado e perfeito que muito duvido tenha de tocar-lhe qualquer forma de organização da sociedade internacional, se esta não vai perder-se na região dos sonhos mas tenta ou deseja manter-se dentro das realidades da vida.

E nesta conformidade tudo o que se tem empreendido e realizado em dúzia e meia de anos, aliás difíceis e tormentosos, tem o sentido de preparação para o desempenho de missões que a História se dispõe a confiar-nos — mesmo o nosso nacionalismo, mesmo o sentimento altivo da independência, mesmo a firmeza e a indocilidade. A razão está em que os benefícios da aliança só podem ser exclusivos preciosos para a Inglaterra na medida em que traduzam serviços de verdadeiro aliado. A diminuição de autonomia ou independência, a nossa subalternização não serviriam por isso a causa comum.

1945

(«No fim da guerra» — Palavras proferidas na Assembleia Nacional, em 8 de Maio — «Discursos», Vol. IV, pág. 97).

Ninguém entre nós deixou de considerar o interesse nacional solidário da posição da Inglaterra (e até da Comunidade Britânica) tal como resultasse da solução do conflito. Todos podiam notar que a uma visão porventura demasiado continental da Europa estava contraposta a concepção històricamente mais exacta da sua universalidade, e era a todos evidente que a vitória inglesa e dos Estados Unidos da América (em que o Brasil colaborava activamente) teria como resultado arrastar para o Atlântico o centro de gravidade da política internacional, no que importava ao Ocidente. E numa e noutra coisa nós somos interessados.

★

(«Portugal, a guerra e a Paz» — Discurso na Assembleia Nacional, em 18 de Maio — «Discursos», Vol. IV, págs. 103-105 e 113).

Ficar à margem do conflito na Europa, não ser directamente envolvido nas operações de guerra teria para nós em primeiro lugar a vantagem de poupar a nossa terra e a nossa gente a inomináveis destruições, depois permitir a consolidação do trabalho de restauração nacional, traduzir mais uma afirmação de independência no domínio mais delicado e transcendente, e finalmente respeitar a consciência geral angustiada por uma certa falta de lógica ou pela existência no conflito de elementos contraditórios, como os próximos anos demonstrarão. Tudo isto representava benefício e até necessidade, tanto mais que, por motivos de ordem política e jurídica, bem me parece ser esta a última vez em que podíamos e devíamos ser neutros numa conflagração europeia.

Para a Inglaterra o primeiro serviço prestado foi exactamente a nossa neutralidade: na política, entre as nações como entre os homens públicos, é às vezes um grande favor estar quieto, contanto que se seja atento e fiel. Não pode ser contestado que um interesse positivo da nação aliada foi não nos envolvermos no conflito nem aumentarmos com actos de impensada dedicação as suas dificuldades, contanto que velássemos pele nossa própria segurança e respondessemos pela segurança das nossas posições no Atlântico. Quando a situação estratégica mudou tão completamente os dados do problema que uma posição diversa era possível sem grandes riscos, já o tempo tinha de tal modo consolidado a situação inicial que, à falta de grandes interesses — e todos estavam devidamente acautelados —, sentimentos de decoro, de dignidade, de humanidade se opunham a qualquer mudança.

E nem era necesário, sob o aspecto do funcionamento da aliança ou do jogo das nossas amizades, visto que não partilhámos nunca, e pelo que se lhes poderia referir, do conceito de uma neutralidade egoísta ou estéril. A guarda activa das posições-chaves do Atlântico, a concessão de bases nos Açores, com muitos outros serviços anexos e aliás recíprocos, a maior e melhor parte da nossa economia ao serviço dos aliados, o apoio financeiro, os transportes marítimos para além-Atlântico — fizeram desta neutralidade uma neutralidade colaborante. (Apresento o adjectivo como traduzindo a realidade seja qual for a dificuldade dos internacionalistas em proceder à classificação).

... ...

Enraizados aqui e em África, em largas costas do Atlântico, para onde, por fatalidade das circunstâncias, se vai mudar o centro de gravidade da política do Ocidente, temos bem garantido o nosso lugar, e o único problema que se nos põe é saber se nos manteremos à altura das nossas responsabilidades.

1946

(«Ideias falsas e palavras vãs» — Discurso à U. N., em 23 de Fevereiro — «Discursos», Vol. IV, págs. 211-212).

Dentro ou fora das Nações Unidas, a nossa política externa não tem senão que seguir, ao lado dos tradicionais imperativos históricos e geográficos, as claras indicações do último conflito. O centro de gravidade da política europeia, como já tenho afirmado, senão da política mundial, deslocou-se mais ainda para o Oeste e situou no primeiro plano o Atlântico, com os estados que o rodeiam. Em reconhecê-lo não deixamos de ser europeus; o que damos é mais largo sentido ao Ocidente.

★

(«Portugal e as Nações Unidas» — Nota oficiosa publicada em 4 de Setembro — «Discursos», Vol. IV, págs. 237-239).

É discutível a vantagem prática para qualquer país de entrar para as Nações Unidas na fase actual da vida do organismo; e é igualmente discutível se o momento actual era o oportuno para Portugal apresentar o pedido de admissão, quando a orientação geral das Nações Unidas está ainda por definir, não foram esclarecidas todas as regras relativas à admissão de novos membros e a colaboração das nações não é unânimemente desejada no seio da associação, mais presa ainda à ideia da vitória do que à ideia de paz.

Por esta última razão — e apesar dos compromissos de Postdam — não se podiam alimentar grandes dúvidas acerca da posição que a Rússia tomaria no debate, só não se sabendo que orientação adoptaria o Conselho de Segurança acerca do uso do veto numa formalidade preliminar e em condições de paralisar a competência que, para a admissão nos termos da Carta, é exclusiva da Assembleia.

Apesar de tudo fomos partidários de que os países neutros apresentassem neste momento a sua candidatura e todos o fizeram, com excepção daqueles que por motivos constitucionais ou outros o não podiam fazer. E a razão era a mesma da diligência junto de nós realizada pelos Governos da Inglaterra e dos Estados Unidos da América: a necessidade para a própria organização de que as mais nações, qualificadas pela independência e seriedade de vida, mostrassem por um acto de adesão a sua confiança nas Nações Unidas para a manutenção da paz; e de que assim se fizesse um esforço para a colaboração pacífica entre todos os povos da Terra.

Mesmo correndo sério risco de não ser admitido, o Governo entendeu que devia prestar o seu apoio desinteressado a esta ideia. Não está arrependido de ter solicitado a admissão nem pesaroso de não entrar. Pelo contrário, orgulha-se de ter contribuído para desfazer equívocos em que aquelas duas nações, e muitas com elas, parecem laborar.

★

(«Relevância do factor político e a solução portuguesa» — Discurso na inauguração da I Conferência da União Nacional, em 9 de Novembro — **«Discursos»**, *Vol. IV, pág. 251; e 252-254).*

Da última conflagração, esmagados o Japão e a Alemanha, surgiram para a hegemonia mundial dois grandes poderes: os Estados Unidos e a Rússia. A Inglaterra, que pôde heròicamente salvar-se e à comunidade das nações britânicas, vê alterada a sua posição relativa, de modo que, embora fazendo jogo independente na defesa dos seus interesses próprios, se tem aproximado mais e mais da concepção dualista do mundo anglo-saxónico, a cujo entendimento e acção concorde as duas potências que o representam vêm sacrificando a inteira liberdade de se determinar.

Os Estados Unidos sentem, como não sentiram em 1919, a responsabilidade da sua força e da sua vitória, e dá-se com eles o estranho caso de ascenderem ao primeiro plano da política mundial pelo seu próprio valor, sem dúvida, mas também impelidos, solicitados pela generalidade das nações. É quase uma hegemonia plebiscitada, tal a consciência da insegurança e da possibilidade de mergulhar numa catástrofe sem a ajuda da grande nação americana.

... ...

Sem se esquecerem os valiosos auxílios e apoios que recebeu dos seus

aliados, a Rússia revelou extraordinárias qualidades de resistência, de valor ofensivo e de organização, quer económica quer militar. Sofreu e bateu-se valorosamente e pôde endossar, tanto às suas armas como às virtualidades do seu regime político, parte importante do prestígio da vitória.

Não pode duvidar-se de que o seu poder é forte, dotado de uma capacidade de deliberação e de execução com que outros não podem competir e liberto do peso de uma opinião pública, inexistente ou adrede preparada para o apoio da política a seguir. A Rússia é, além disso, a fonte viva duma ideologia ou mística que se pretende universal, portadora de uma mensagem de libertação de todos os povos e, sobretudo, das massas supostamente escravizadas e contra a qual o liberalismo não tem podido lutar com êxito, obrigado como está a reconhecer ao comunismo direitos de cidade, em igualdade de condições com outros programas de reforma política ou social. Por virtude da expansão da sua ideologia, a Rússia não tem só adeptos por toda a parte; ela encontra-se indirectamente na raiz da inspiração e da actividade governativa em muitos países.

A estratégia da última fase da guerra, por exigência das operações ou da política, não só pôs na mão da Rússia a direcção efectiva dos negócios de algumas nações como lhe entregou as posições-chave de onde pode partir-se em todas as direcções à conquista do continente. E, quando se compara a vastidão do seu território e recursos de população e riqueza com o fio de pequenos países seus vizinhos na Europa, não se pode deixar de sorrir ante a insistência com que tem feito aceitar as imposições do seu «direito de defesa».

Eu quero concluir o seguinte: a Rússia tem hoje todas as possibilidades de dominar inteiramente a Europa e pode fazê-lo sem que a maior parte dela possa sequer lutar. É isto pelo menos o que está na lógica do seu poderio incontrolável e da sua doutrina.

Falo em perigo potencial, e não efectivo, visto os dirigentes soviéticos não estarem obrigados a qualquer lógica senão muito realìsticamente à dos seus interesses e a posição puramente defensiva de todas as outras nações lhes permitir escolher oportunidades e meios de acção.

A vida tem surpresas de fazer pensar: quase toda a Europa se bateu e se arruinou por se opor à «nova ordem» de concepção germânica; mas é sobre as suas ruínas ainda fumegantes que se vê alastrar a «nova ordem comunista». Ora esta é, por definição, exclusiva e inconciliável com o

conceito de civilização de que se orgulham as outras hegemonias. A Europa tem de escolher.

1947

(«Miséria e medo, características do momento actual» — Discurso aos deputados, em 25 de Novembro — **«Discursos»,** *Vol. IV págs. 292-294; 289-291; e 297-298).*

Eu admiro a largueza de espírito, a generosidade, a prontidão com que a América acorre em auxílio da Europa, quer para protecção individual de necessitados quer com o fim de dar à economia europeia meios de recuperação. E admiro-as tanto mais quanto nem sequer vejo que esse auxílio seja sèriamente condicionado por exigências políticas ou outras capazes de garantirem a sua eficácia. A influência crescente que deste acto especial e da direcção dos negócios mundiais advirá para aquela nação em face da Europa não é discutível; mas o que isso represente como tendência hegemónica, domínio económico ou político, desvio ou deformação do espírito europeu não depende de qualquer propósito (aliás certamente estranho às preocupações dos Estados Unidos), mas dos meios de resistência que a Europa possa opor à diminuição do seu ser colectivo, das reservas de força moral e material que ainda possua para continuar a afirmar-se no Mundo. Ora mesmo na pior hipótese, para mim duvidosa — a de a Rússia conseguir moldar pelo seu espírito e pelas suas instituições as nações suas mais próximas vizinhas e de conseguir uma política de conjunto hostil à colaboração com as restantes nações europeias —, eu penso, ou ao menos quero acreditar, que a Europa do Ocidente possui condições suficientes para se restabelecer e reconquistar o seu lugar.

Julgo que a crise de alguns países é não só passageira mas superficial e que no fundo, nas raízes do seu nacional, há reservas de energia que podem ser despertadas, uma vez quebrada a crosta de desânimo, de indisciplina, de horror ao trabalho, que as asfixia. A Inglaterra, a França, a Alemanha, a Itália, as duas nações da Península Hispânica, para só falar dos agregados maiores, e sem esquecer o precioso contributo dos demais, se não venderem a sua alma nem deixarem abastardar as

qualidades fundamentais do seu carácter, possuem as condições morais precisas para a recuperação.

Mas há também condições materiais.

Por feliz coincidência ou providencial disposição, os destinos de toda a África são solidários com a Europa do Ocidente. Excepto no que respeita ao Egipto e à Abissínia (mas não à África do Sul, membro da Comunidade Britânica), a Inglaterra, a França, a Bélgica, a Itália, Portugal e Espanha têm, através de regimes políticos ou económicos diversos, a direcção efectiva e a responsabilidade do trabalho, progresso e bem-estar do continente africano. Uma política concertada de defesa e de valorização económica porá ao dispor do Ocidente produtos e riquezas que aumentarão de maneira assombrosa as suas possibilidades de vida e a sua contribuição para o intercâmbio mundial. A África é base suficiente para a política que se deseje fazer.

... ...

Assim a Europa sofre miséria e tem medo. Medo de quê? Medo da Rússia; medo do comunismo. E parece ter razão.

Històricamente o germano representa o fronteiro da Europa em face do eslavo invasor; e as lutas para hegemonia continental não lhe fizeram perder esse carácter nem diminuíram o valor daquela missão. Por seu lado a Rússia, czarista ou soviética, inclinar-se-á a ver o problema em sentido inverso e, tendo perdido a oportunidade em 1918, não há-de querer desperdiçar a actual para dois fins: diminuir ao que possa, no aspecto material ou moral, o potencial alemão e aumentar eventuais resistências intermediárias entre ela e a futura Alemanha. Toda a sua política de guerra a essa nobre nação que é a Finlândia, a incorporação dos estados bálticos, o engrandecimento da Polónia para Oeste, o sistema de acordos com estados vizinhos ou afins, em que as directrizes governamentais se ajustam a um fim comum e as economias se apoiam e completam, as pressões militares e económicas sobre a outra linha mais recuada de estados — essa política desconhece ou subalterniza qualquer solidariedade europeia de base igualitária a uma ideia de defesa ou de domínio. Não é ainda a guerra nem prenúncio de guerra. Vemos, porém, que o único ponto de contacto ou de desenvolvimento pacífico dos dois sistemas europeus está na desistência voluntária da Rússia à sua expansão territorial ou ao alargamento do seu

poder relativamente às outras nações europeias. Não duvidamos de que a venderá caro.

... ...

Concebe-se que a Rússia, por amor de um interesse político seu, se alheie algumas vezes, fora de fronteiras, do comunismo não como governo, mas como ideologia. O comunismo, porém, não se desinteressará de si próprio. Salvo o caso de partido assim etiquetado para usufruir algum prestígio exterior, mas de facto apostado apenas em conquistar posições de mando, o comunismo, como doutrina integral que é, tenderá a modelar os homens, as sociedades, as instituições públicas e privadas segundo as concepções que defende. De modo que ou se contradiz e se anula no puro jogo de forças políticas concorrentes, ou há-de por todos os meios fazer a sua revolução.

Não cuide alguém que esta se limite a procurar corrigir desmandos, abusos, ilogismos, desacertos ou injustiças — tantos revela a actual organização social contra que temos de lutar sem descanso — nem a provocar a transferência do Poder de uma para outra classe ou legitimar a transferência de bens de uns para outros indivíduos; trata-se de criar um tipo diferente de humanidade, outra civilização (se é que esta forma de me exprimir se pode considerar correcta). Pouco importa saber que o não logra, porque, frustrada a revolução, terá pelo menos conseguido a desordem.

1949

(«Portugal no Pacto do Atlântico» — Discurso na Assembleia Nacional, em 25 de Julho — **«Discursos»**, *Vol. IV, págs. 408-411 e 415-418).*

A iniciativa dos Estados Unidos e do Canadá ao promoverem o Pacto do Atlântico Norte veio dar o apoio de força indispensável a uma tal ou qual eficiência da defesa da Europa, ao mesmo tempo que se procurou reanimar a respectiva economia com os auxílios directos dos capitais e da técnica americana. Fazem-no os Estados Unidos por compreensível sentimento de solidariedade humana; fazem-no em virtude das responsabilidades na direcção política do Mundo que a grandeza do seu esforço de guerra lhes granjeou e a alteração do valor relativo das grandes potências inegàvelmente lhes impôs; fazem-no ainda por bem condu-

zido cálculo dos seus interesses materiais e morais. Subvertida a Europa e com esta a África, enfrentada e delimitada a América nos dois oceanos pela potência russa e seus aliados, a América veria uma nova concepção monroísta aplicada de fora para dentro, e, na melhor hipótese, teria de aceitar viver, sem influência ou projecção exterior, no seu próprio continente. O Mundo afigurar-se-lhe-ia por demais reduzido e, no seu conceito, o homem dolorosamente amputado em atributos indispensáveis à beleza e dignidade da vida.

É a esta luz que me parece dever encarar-se o Pacto do Atlântico e ver-se nele fonte provável de outros desenvolvimentos futuros. A hesitação da doutrina, a fluidez dos preceitos, o impreciso de certas fórmulas, que saltam ao exame minucioso do texto, não se devem considerar filhos da falta de clareza na visão dos problemas, mas da natural indecisão dos começos, do desejo de evitar as maiores reacções internas ou externas ou até da inadaptação da máquina constitucional ao exercício de tão vasta acção. Mas as realidades mandam e impor-se-ão fatalmente nos momentos decisivos da história euro-americana, que para os próximos decénios se me afigura comum.

Ao lado de um princípio de assistência mútua poderá ver-se no Pacto também um conteúdo ideológico? Sem dúvida, mas nos precisos termos que lhe são impostos pelas considerações acima. A definição dessa ideologia é manifestamente infeliz no preâmbulo do Pacto e sofre da vacuidade ou imprecisão de certas fórmulas já gastas e perturbadoras, porque empregadas por toda a parte nas mais diversas acepções. Elas compreendem-se porém no seu significado profundo, quando contrapostas às realidades que as provocaram, e não é o seu maior defeito apresentarem apenas conteúdo negativo anticomunista, em vez de afirmações consentâneas com os princípios de uma civilização que se entendeu dever defender. A verdade é que mal se podia avançar nessa orientação quando aqui se enfrentam algumas graves consequências do liberalismo individualista, além se fazem tentativas para conciliar a liberdade e o socialismo e noutras partes se desperdiça tanto espírito a tentar a *identidade dos contrários*, pondo de acordo comunismo e cristianismo.

Seja como for, sentimo-nos ligados pelas obrigações do Pacto e pela sua finalidade geral, não por afirmações doutrinárias tendentes à uniformização de regimes políticos sobre cujas virtudes no nosso País estamos suficientemente esclarecidos. Todas as pretensões que na Inglaterra e nos Estados Unidos, e aliás da parte de pessoas sem responsabilidades

de governo, surgiram em sentido contrário considero-as derivadas do desconhecimento das origens do Pacto e sobretudo não avaliando bem o peso das circunstâncias nem os problemas reais da Europa Ocidental.

... ...

Contràriamente ao que algumas vezes se pensa e muitas vezes se afirma, a nossa visão do caso espanhol não é afectada por nenhum compromisso de regime ou solidariedade política, de facto inexistentes; nós situamo-nos no terreno, que os transcende, da conciliação dos interesses peninsulares e no da integração destes no domínio dos interesses europeus. Simplesmente gozamos da vantagem de não nos sentirmos enleados por estados emocionais em que as opiniões públicas podem extraviar-se, quando não compenetradas dos dados concretos de um problema.

A comunidade de fronteira, a afinidade de sangue, o paralelismo das culturas, a unidade geográfica e estratégica da Península, que tem de ser forçosamente considerada como um todo no respeitante à defesa do Ocidente com base em terra continental europeia, é que explicam, não só os acordos existentes, mas a posição sistemàticamente defendida por nós em relação à Espanha na Europa. Outros não disporão porventura da nossa liberdade de apreciação, mas eu suponho que não há hoje estadistas europeus e americanos aos quais a madura reflexão não tenha conduzido às mesmas conclusões.

O Tratado Luso-Espanhol de Amizade e não Agressão, de 1939, bem como o Protocolo que o completou em 1940, têm de ser considerados a base das relações entre os dois Estados na Península, e como tal condicionam em certa medida a política de cada um deles em relação aos mais estados. Isto é, não se compreenderiam quaisquer compromissos ou actividades que os desconhecessem como expressão duma solidariedade imposta pela geografia e pela comunidade de interesses morais.

Nas longas conversações com o Governo de Madrid que precederam a nossa adesão ao Pacto do Atlântico ficou bem nítido que o Tratado de Amizade e o Protocolo adicional celebrados entre Portugal e a Espanha eram em princípio compatíveis com o Pacto do Atlântico. Assim o consideramos e declarámos oportunamente em Washington. Mas ao nosso espírito aparecia igualmente nítido que os compromissos emergentes do Pacto ou assumidos em virtude dele teriam de ser a cada momento confrontados com os princípios dos acordos peninsulares. De facto, as possi-

bilidades portuguesas são variáveis conforme as posições e atitudes da Espanha.

Nesta ordem de ideias, e como já afirmei noutra ocasião, a Espanha deveria ser incluída no Pacto do Atlântico: primeiro, pela falha geográfica e estratégica que a sua ausência traduz; segundo, pela real importância da sua eventual contribuição; por fim, porque o valor prático da mesma adesão de Portugal é diverso conforme a Espanha esteja ou não ligada ao Pacto, e, na hipótese de não estar, consoante a política seguida, se um conflito puser o Pacto em acção. O funcionamento pleno duma frente ocidental contra a possibilidade de agressão é fortemente condicionado por uma política de idêntico sentido na Península Ibérica. Por felicidade ou esclarecido intento, o Pacto tem a elasticidade suficiente para se adaptar a mais de uma situação.

Estas são realidades irremovíveis, em obediência às quais Portugal tem insistido, mesmo com risco de afrontar a incompreensão alheia, em que a Espanha seja chamada a cooperar nos vários organismos internacionais interessados nos problemas da Europa e se manifestou em Paris partidário de que fosse admitida a participar dos benefícios do Plano Marshall e na obra de cooperação económica europeia. Por força das mesmas realidades defendemos a todo o momento a tese favorável à admissão daquele país no Pacto do Atlântico ou que por qualquer outro entendimento se substitua em breve prazo a sua adesão formal, se continuarem a verificar-se dificuldades políticas que se lhe oponham. Devo acrescentar que a presença de Portugal pode favorecer uma solução razoável.

1950

(«Breves considerações sobre política interna e internacional a propósito da inauguração do Estádio de Braga» — Discurso pronunciado em Braga, em 28 de Maio — «Discursos», Vol. IV, págs. 472-475).

O comunismo podia ser apenas, como o liberalismo ou o socialismo, um fenómeno político e social com maior ou menor generalização em certas regiões do Mundo e maior ou menor influência na vida dos povos. Um dos grandes acontecimentos dos nossos dias é, porém, que se tornou elemento dominante da política externa.

Depois de muitas tergiversações e tenteios, as maiores potências do Ocidente chegaram finalmente a esta dupla conclusão, aliás há muito evidente: a Rússia prossegue uma política de hegemonia mundial e faz do comunismo ao mesmo tempo veículo, fim e apoio externo dessa política; o comunismo é essencialmente inconciliável com os princípios da chamada civilização ocidental e nenhuma fórmula de entendimento ou compromisso sério se pode conseguir com ele. Esta verificação não aumentou por si própria os perigos; pelo contrário, simplifica de certo modo as soluções. Mas a gravidade da situação existente não pode escapar a ninguém.

O comunismo é cultivado e propaga-se como um fenómeno de características religiosas, ainda que puramente materialista e confessadamente ateu. Se o não fora, desenvolver-se-ia ou pereceria, consoante as circunstâncias. Porque o é, trouxe para o campo do combate a virulência das guerras de religião, com a agravante de que, sendo por essência doutrina totalitária de vida e de Estado, tem de ser intolerante quanto aos princípios e senhor tirano quanto a todo o poder.

Quando a Rússia se sentiu ou suficientemente necessitada ou suficientemente forte para declarar-se solidária com o comunismo fora de fronteiras, considerando a expansão dele como um dos objectivos da sua política de revolução mundial e os diversos partidos comunistas como secções nacionais do seu partido de governo, demarcou o campo em que a sorte do Mundo pode ter de decidir-se, talvez para séculos. As modificações acidentais que por vezes se verificam por virtude de pequenos entendimentos ou desentendimentos, acalmia ou agressividade nas relações diplomáticas, restabelecimento ou rotura de negociações económicas ou outras são como escaramuças ou fintas e não podem ter a virtude de alterar a essência das coisas nem mesmo se desviar a marcha dos acontecimentos. Uma política activa de iniciativas múltiplas tem dado à Rússia comunista na Europa e na Ásia sucessos de tal vulto que a tendência natural será de continuar a alargá-los. Como? Até onde e até quando?

... ...

Ideológica e politicamente a situação russa parece superior à da generalidade dos países que se lhe opõem. A Rússia soviética tem uma doutrina e um governo; para todos os efeitos externos crê na doutrina e propaga-a servindo-se dos meios que os seus adversários lhe consentem

ou facultam; impõem-na aos seus sequazes sempre que as circunstâncias lho permitem; e não pode ser doutrinàriamente batida no seu próprio território. Contra essa ideologia, e em virtude dos seus próprios cânones, as democracias defendem-se com dificuldade; e, embora a civilização cristã do Ocidente contenha princípios vivos que podem opor-se vitoriosamente ao comunismo, o que vemos sobretudo invocar é a defesa dos princípios democráticos contra que a Rússia se precaveu a tempo, tornando-se paladina da liberdade dos povos e da chamada *democracia popular*, de que ela faz uma espécie de quinta-essência da mesma democracia. Na generalidade dos países os partidos comunistas entram ainda no jogo normal das forças políticas nacionais, e numerosos dirigentes europeus agem como se estivessem convencidos de que a organização comunista da sociedade corresponde a um estádio fatal da evolução humana, pelo que a atitude mais racional será apenas atenuar a violência do choque. Assim, e para estes, a luta é reconduzida ao plano de interesses transitórios, cuja conciliação se está sempre disposto inùtilmente a tentar. A conclusão a que chego é que um trabalho sério de rectificação de posições doutrinárias e políticas será necessário para se poder dispor da superioridade ideológica que apenas potencialmente possuímos.

Capítulo 18.°

RELAÇÕES INTERNACIONAIS — A COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

1933

(«Saudação aos portugueses do Brasil» — Palavras rádiodifundidas da cidadela de ascais, em 22 de Outubro, para o Brasil, no encerramento da «Semana de Portugal» — **«Discursos»**, *Vol. I, págs. 253-254).*

Não é sem profunda comoção que tento fazer ouvir a minha voz aos portugueses de Além-Atlântico, como se estivessem diante dos meus olhos os que sempre temos no coração, pelo seu trabalho, pela sua iniciativa, pela sua dedicação patriótica, pelo seu amor à terra-mãe de todos nós. E seja a primeira palavra de saudação para o Governo e o povo brasileiro, a cuja protecção se acolheram e em cujo seio vivem como se não foram estrangeiros, mas naturais e amigos, centos de milhares de portugueses que ao Brasil dão o melhor do seu esforço e os melhores anos da sua vida.

Se me fosse permitido, a mim, de certo modo responsável neste momento pelos destinos do País, dizer mais uma palavra, eu diria ser necessário que a colónia portuguesa continue a afirmar-se no Brasil como o que melhor compreende e que mais estranhadamente ama o progresso da grande nação, como a que mais trabalha, com disciplina e quase desinteresse, pelas prosperidades da terra alheia, como se fosse

sua. E diria, ainda, que toda essa obra pode ser feita, deve ser feita, como tem sido até ao presente, dentro da mais estreita ligação com a mãe-Pátria, no acrisolado amor a Portugal, que tão bem sentimos vibrar em todas as manifestações da colónia.

Sinto-me feliz por, a convite dos organizadores da «Semana de Portugal», poder saudar, em nome do Governo, os portugueses do Brasil e por poder dizer-lhes com quanta simpatia acompanhamos a sua acção para o interesse e a maior glória do nosso Portugal.

1937

*(«A Embaixada da Colónia Portuguesa no Brasil e a nossa política externa — Discurso proferido em 15 de Abril perante os comissionados pela colónia portuguesa do Brasil para saudar o Governo — **«Discursos»**, Vol. II, págs. 273 a 275 e 282).*

Como faz bem pensar que um milhão de portugueses, em toda a gama possível das situações e da fortuna, iguais porém na origem e no trabalho, se irmanam igualmente por toda essa boa terra do Brasil, em desinteressada devoção à Pátria que tanto mais parecem amar quanto mais se julgam esquecidos dela — e alguma razão se lhes poderia dar nisso — não se queixando do abandono, da vida áspera, do trabalho e da ausência, mas contentes apenas porque vão seguindo de longe, com o olhar, alta no céu, e pura, e brilhante, a estrela de Portugal!

Pelo Eminentíssimo Cardeal Patriarca de Lisboa, pelos Comandantes dos nossos barcos de guerra, pelos sábios Professores que visitam o Brasil, humildes mandam-me abraços familiares, lembranças ingénuas, cartas simples em cuja letra se divisa a mão rude mas em cujos dizeres cintila a inteligência prática e em tudo o coração português. Essas inúmeras demonstrações de carinho têm para mim valor pessoal inestimável pelo seu cunho de sentimento e de sinceridade, e bem podia por elas aferir-se o estado de espírito geral. Mas a manifestação de Novembro junto da nossa Embaixada no Rio e o propósito agora realizado de trazer pessoalmente ao Senhor Presidente da República e ao Governo a expressão do sentir da colónia é acto cuja transcendência se deve sublinhar. Vejo aí firmar-se a solidariedade da raça, estreitar-se a união no terreno

patriótico, definir-se o sentimento da comunidade de interesses, a comunhão de ideal nacional, a perfeita compreensão de um esforço hercúleo e salvador.

Muito significava já que assim fosse; mas afirmá-lo como tem sido e mais uma vez o é aqui, diante do Governo Português e do mundo nem podia ser-nos indiferente nem a ninguém passará despercebido como facto político do maior alcance: somos agora maiores.

*
*   *

De dois factos incontestados e fàcilmente verificáveis, inacessíveis às confusões das querelas partidárias, se alimenta hoje o legítimo orgulho dos portugueses de aquém e de além Atlântico — a valorização interna e externa de Portugal. Trazeis os olhos saudosos da terra da Pátria que havia de parecer-vos bela ainda que lhe não houvéssemos tocado; mas, morta a saudade, a reflexão e a memória do passado poderão ajudar-vos a fazer as necessárias comparações. No fundo trata-se apenas de saber se desde que partistes o povo é mais numeroso, a economia mais sólida, a finança mais sã, a instrução mais acessível, a paz social mais firme, a vida mais saudável e mais alta, o vínculo nacional mais forte, e se para tanto em alguma coisa contribuiu a nova concepção da vida política e do Estado de há dez anos a esta parte. Se a vida é mais activa, o trabalho mais produtivo, a terra mais fecunda, a indústria mais próspera, o comércio mais rico, mais intenso o tráfego, mais sólida ou luxuosa a construção, mais barato e fácil o crédito, se numa palavra, se cria maior soma de bens e deles sobra ainda anualmente com que restaurar o passado, alindar o presente, prevenir com capitalizações prudentes o futuro — bem está; e no entanto não é esse o nosso único nem sequer o nosso mais alto intento.

Não nos seduz nem satisfaz a riqueza, nem o luxo da técnica, nem a aparelhagem que deminua o homem, nem o delírio da mecânica, nem o colossal, o imenso, o único, a força bruta, se asa do espírito os não toca e submete ao serviço de uma vida cada vez mais bela, mais elevada e nobre. Sem nos distrair da actividade que a todos proporcione maior porção de bens e com eles mais conforto material, o ideal é fugir ao materialismo do tempo: levar a ser mais fecundo o campo, sem emudecer nele as alegres canções das raparigas; tecer o algodão ou a lã no mais

moderno tear, sem entrelaçar no fio o ódio de classe nem expulsar da oficina ou da fábrica o nosso velho espírito patriarcal.

... ...

...por via de lamentáveis confusões e da loucura revolucionária que agita o mundo, uma violenta luta está desenhada ou mais concretamente travada já entre as forças da ordem e as da desordem, entre a nação e o internacionalismo, entre o comunismo e a civilização. Os povos europeus e asiáticos vão uns após outros definindo atitudes; na América do Sul o Brasil e outros grandes Estados pressentiram igualmente o perigo e tomam posições. Sabe-se o que somos e onde estamos, e enquanto o céu se turva de ameaças, não só pela boca e pela pena de brilhantes espíritos brasileiros se manifesta comovente solidariedade com Portugal, mas a colónia portuguesa sente o dever de afirmar-nos solenemente a sua presença e a sua confiança. Ela não espera certamente que um homem cônscio das responsabilidades e com algum conhecimento das circunstâncias lhe envie resposta diferente da que se contém nestas palavras:

— Hoje, mais que nunca, Portugal conta com todos os seus filhos.

1938

(«Comemorações Centenárias» — Nota oficiosa publicada nos jornais de 27 de Março — **«Discursos»**, *Vol. III, págs. 44 a 46).*

Ao Brasil é devida referência especial, pois, seja qual for a parte que nas comemorações centenárias queiram amàvelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil.

A história dos dois povos é comum a ambos até ao alvorecer do século XIX; e, quando os dois reinos se separaram, fizeram-no em termos que não têm precedentes na História. A atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto mundo, é a de terna e carinhosa solidariedade. Orgulhamo-nos tão naturalmente de quanto empreenderam os nossos antepassados, como do que fizeram e têm a fazer os nossos descendentes. A nossa língua é a sua

língua e, enquanto Portugal continental é estreita nesga de terra na Europa onde nunca poderão caber senão escassos milhões de almas, o Brasil é quase um continente, um mundo novo, e dele jorrarão pelos séculos adiante torrentes de humanidade em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão-de ser herdeiros, em sagrada partilha connosco.

Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal, no momento em que festejamos os nossos oitocentos anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nossos hóspede de honra mas, como da família, a par de nós acolha as homenagens que o mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica.

Não nos deteremos a precisar a forma a que aspiramos da colaboração brasileira nos centenários de 1939-1940. Queremos que o encontro dos nossos povos seja então efectivo e intenso como nunca o foi; e que o mundo seja testemunha do que é o Brasil na História portuguesa — uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil — a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria.

1941

(«Península hispânica e América latina» — Brinde no almoço oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argentina, em 1 de Maio, no Palácio de Sintra — **«Discursos»**, *Vol. III, pág. 304).*

Em maior ou menor grau — no passado pelas recordações gloriosas que ele evoca, no presente por múltiplos interesses comuns e por igual labor pacífico e fecundo, no futuro por idênticas aspirações — há para todos nós e entre nós todos, as duas nações da Península hispânica e as nações da América latina, um património que é pertença comum, um fundo de tradições, de crenças e de ideais, laços de espírito que os séculos não rompem, correntes de simpatia e amizade que divergências transitórias não atingem na sua mais profunda essência.

Da Europa, ora tão agitada, parece que o Atlântico separa as

nações latinas da América, e no entanto não podemos considerá-las se não como parte dela. Sem vós a Europa seria mera expressão geográfica amputada do seu significado moral, porque, do seu espírito criador e da vitalidade dos princípios que a têm conduzido e inspirado através dos séculos, nenhum testemunho existe mais evidente, nenhum florão mais belo do que as nações aqui presentes, verdadeiramente carne da sua carne e sangue do seu sangue. Somos em suma uma grande família, constituindo em todos os momentos e em todas as circunstâncias altíssimo valor para a civilização cristã e um dia porventura para a paz do mundo.

1945

(«Relações luso-brasileiras» — Palavras endereçadas à delegação brasileira que negociou o acordo ortográfico, no almoço oferecido em 8 de Agosto, no Palácio de Sintra — **«Discursos»**, *Vol. IV, págs. 136 a 138).*

Seria, aliás, inútil falar da constância dos nossos sentimentos afectivos para com o Brasil: quem quer os nota como coisa simples e natural na gente portuguesa, sem discrepâncias nem exclusivismos de classe, idade ou cultura. Quer no convívio das Academias ou de outros meios intelectuais, quer nas altas relações de Estados, na condução dos interesses económicos, na comunhão entre os dois povos que aspiram — e para os quais nós aspiramos — à invejável situação de terem quase duas Pátrias, são verdadeiramente únicos os sentimentos fraternos que nos unem. E quando, dentro de alguns dias, pudermos receber em Lisboa, por extrema amabilidade do Governo Brasileiro, os vossos soldados de regresso dos campos de batalha da Europa, vós vereis que o povo os confundirá com os seus próprios filhos na ternura e no orgulho com que há-de rever-se neles.

Folgo com que tenha sido possível chegar a inteiro acordo com a nossa Academia na questão ortográfica e que para futuro, fortes da unidade de vistas dos dois Governos, não possamos já recear pela unidade intercontinental da língua portuguesa. Mas, regozijando-nos por esse acto que tão literalmente ficamos devendo à vossa alta compreensão, permiti-me que, transportando-me para outro campo, o considere apenas

como o ponto de partida, porventura primeira condição de mais ambiciosos entendimentos e realizações. Deixai-me esperar que nos próximos anos — trabalho para algumas dezenas — vejam portugueses e brasileiros desentranhar-se em proveito das duas Nações e do Mundo os frutos de séculos de uma História comum, desse património histórico de sentimentos, tradições e cultura idênticos, de posições geográficas e situações políticas complementares, a que a Providência se encarregou de dar, pela evolução dos acontecimentos, tão incontestável relevo e tão grande actualidade. Neste pensamento seguimos a marcha ascensional do Brasil no continente americano, dentro da fidelidade à sua primeira formação e fácies europeia, com legítimo orgulho e — porque não havemos de dizê-lo os filhos de uma Europa tràgicamente martirizada? — também com esperança.

... ...

...saudamos o Brasil, como quem diz a outra Pátria Portuguesa.

1954

(Texto integral do discurso pronunciado em 6 de Dezembro na Assembleia Nacional — à qual fora submetido, para ratificação, o Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil).

Senhor Presidente — A Câmara vai discutir, e seguramente aprovar para ratificação, o Tratado luso-brasileiro assinado há um ano no Rio. Dispõe, para formar um juízo, além dos conhecimentos próprios, do parecer da Câmara Corporativa, da discussão nas Câmaras brasileiras (que gentilmente nos precederam nesta apreciação) e de tudo quanto em abono do Tratado se escreveu — e muito foi — aquém e além-Atlântico. A minha presença não pode pois representar nem o esclarecimento da matéria de que a Assembleia não precisa, nem a declaração de um voto de que não disponho. Justifica-a apenas o empenho de marcar, por parte do Governo, o excepcional interesse que pôs nas negociações, põe

agora na rápida entrada em vigor do instrumento diplomático e promete pôr no desdobramento e futura execução das suas disposições.

*
* *

Não é segredo para ninguém nem novidade dizer-se que o alto grau de afectividade das relações luso-brasileiras não tem tido repercussão equivalente na condução dos problemas comuns aos dois países. Dificilmente se encontrarão laços mais apertados e mais estreita irmandade que a resultante do sangue, da língua, da religião, da cultura e da vida em comum de Portugal e Brasil. Mas sobre tais alicerces não se tinha ainda erguido a construção que temos agora esboçada diante de nós: o Tratado pode genèricamente definir-se como a tradução em política internacional da comunidade luso-brasileira — os dois Estados um em face do outro, as duas Nações em relação ao Mundo.

Refere-se o Tratado a essa comunidade. Na verdade, ela não tinha de ser acordada nem definida; existe; é o facto que a História gerou. Mas do seu ostensivo reconhecimento advém a mesma erguer-se convencionalmente a fonte de direitos e deveres recíprocos, talvez pela primeira vez transitados das aspirações e anseios comuns para o comércio jurídico.

Recebe neste Tratado solução afirmativa o problema que mais podia interessar a Nação portuguesa — o problema que chamarei da fidelidade às raízes, de onde ainda hoje, e esperamos que sempre, se alimentará o Brasil, como magnífica expressão de lusitanidade no continente americano. Que da situação geográfica lhe provenham relações específicas com outras nações, e interesses e solidariedades continentais, ninguém poderá estranhá-lo. Que através dos tempos a alma brasileira queira permanecer fiel à que lhe veio do berço, embalado por mãos portuguesas, é para nós título de orgulho e preito do Brasil a que haveremos de mostrar-nos sensíveis. Mas a ter de ser assim, e para que o Brasil pudesse vincar mais e mais a sua personalidade própria entre as nações, sempre me pareceu que as coisas não haviam de ser abandonadas nem às manifestações afectivas nem aos acasos dos movimentos demográficos e das relações económicas ou culturais, no geral restritas e mais esporádicas ou incidentais que sistematizadas, e que uma política se impunha em todos esses domínios para se garantir aquela finalidade. — Este o significado das disposições mais numerosas do Tratado cujo alcance sob este

aspecto é escusado encarecer e que no respeitante a interesses que se destina a proteger ou permite criar é já suficientemente conhecido, e dispensa o meu comentário.

O aspecto, porém, mais importante e de mais vasta repercussão política é deduzir-se da existência da comunidade luso-brasileira o princípio da consulta em todos os problemas internacionais de manifesto interesse comum, em ordem à possível coordenação de atitudes e de esforços. Da nossa banda pode dizer-se que o Brasil tem entrado ao lado da aliança britânica e da estreita amizade peninsular, como uma constante subentendida da política externa portuguesa. É certo que abusivamente, vista a inexistência de textos que a tanto nos autorizassem; com apoio bastante, porém, na história comum e nos laços de família que sentimos prenderem-nos indissolùvelmente. Do lado brasileiro a questão pode ser vista à luz das considerações seguintes:

É sabido que as Nações Unidas representam uma tentativa ou princípio de organização da sociedade internacional, em bases de universalidade e de igualdade. A universalidade tendente à admissão de todos os Estados com condições mínimas para garantirem uma útil convivência internacional está longe ainda de realizar-se. A igualdade jurídica dos Estados teve de, na prática, aceitar as conhecidas excepções que se representam na competência exclusiva de alguns órgãos restritos e na hierarquia e diferenciação dos Estados. A estas deficiências — se é que em todos os casos o são — acrescem os perigos, esses reais e verificados, de uma perturbante competência omnímoda — tanto na aplicação territorial como relativamente aos problemas debatidos — sem correspondência com meios efectivos de acção. Mantém-se assim a organização como tribuna livre das nações membros, sendo porém, certo que não atingiu, e creio não atingirá nunca, o grau de eficiência que alvoroçadamente se lhe atribuira.

É de considerar se um dos meios mais expressivos de corrigir ou aperfeiçoar a instituição não será completá-la com suborganizações de grandes zonas em que a afinidade de interesses, a similitude de problemas, mais preciso conhecimento das condições tornassem as intervenções mais razoáveis e eficientes. Nem custa a reconhecer a estas mais possibilidades de êxito nos problemas que respeitam às nações e são particulares dessas zonas que ao actual universalismo das Nações Unidas.

Na ordem dos factos é tão flagrante e sentido este estado de coisas

que o Continente americano possui, à margem e sem prejuízo das Nações Unidas, uma organização própria com suas conferências periódicas e seu alinhamento de orientações gerais em certos problemas — alinhamento em que a solidariedade interamericana joga o seu papel.

Ora bem: o Brasil tem o seu lugar nas Nações Unidas e tem-no na Organização dos Estados americanos, mas enquanto nas primeiras a actividade tem de confinar-se quase só no academismo da instituição, entre estes últimos a sua acção e influência desenvolvem-se preferentemente com os agravos da União Indiana como nós próprios e desvelada-geográfica e predominantes interesses económicos, pode bem não corresponder às origens e à parte de interesses universais em que comunga connosco. O caso da Índia é absolutamente típico e revelador desta concepção, pois que o Governo e Povo brasileiro vibraram tão intensamente com os agravos da União Indiana como nós próprios e desveladamente se têm preocupado com a segurança de Goa. Reconhecer e proclamar esse extraordinário movimento de solidariedade e do mais decidido apoio é dever que me é particularmente grato cumprir neste momento: mas quando busco a razão do facto, vejo não poder ser outra senão que o sentimento geral brasileiro é estar ali parte da história e património moral do Brasil. Quer dizer, à margem de Tratado que nos vinculasse uns aos outros, a reacção brasileira produziu-se e manifestou-se espontâneamente na linha dos interesses políticos e morais comuns, como a de Portugal por certo se manifestaria em casos análogos em que o Brasil se visse tão injustamente envolvido.

À luz dos factos pode, pois, perguntar-se se a separação dos dois países não foi no princípio longe demais sob este preciso aspecto, ficando uma e outra nação desprovidas de apoio recíproco e submetidas a linhas de orientação ou de força que felizmente nunca foram contrárias mas pelas circunstâncias de ocaisão bem podiam ser largamente divergentes. De certo modo se pode dizer que, embora a título experimental, se refaz ou corrige agora a História em benefício comum; fazendo da comunidade luso-brasileira um instrumento de política internacional de Portugal e Brasil.

Espero estar ainda dentro dos cinco minutos que me propunha falar. Preciso dos últimos segundos para dizer o seguinte: o Brasil é uma grande e esperançosíssima nação, a quarta ou quinta do Mundo em extensão territorial, com possibilidades e riquezas pràticamente ilimita-

das, dentro de décadas com um valor demográfico considerável entre as maiores nações, e implantada num dos lados do quadrilátero atlântico em que se localizam muitos dos nossos mais importantes interesses. Nós somos a velha árvore reverdecida de que o Brasil se desprendeu e que pela sua pujança continua a formar novas ramagens e troncos, estuantes de força e de viço. Nestas circunstâncias o Tratado não pode considerar-se como afirmação gratuita de princípios e atitudes e devemos ter a consciência de que impõe a ambos os Estados enormes responsabilidades. Para além daqueles aspectos sentimentais a que, filhos do mesmo sangue, dotados do mesmo coração, não podemos fugir a render preito, está aí uma fonte inesgotável de inspiração e acção política. Ratificando-o, nós fazemos um voto ao mesmo tempo de confiança recíproca e de optimismo quanto ao futuro das duas Pátrias.

ACABOU DE SE IMPRIMIR
ESTA OBRA AOS 7 DE MARÇO
DE 1955, NAS OFICINAS GRÁ-
FICAS DA COMPANHIA NACIO-
NAL EDITORA, EM LISBOA